

Vitor De Angelo

ORGANIZADOR

GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Desafios e aprendizagens

Vitor De Angelo

ORGANIZADOR

GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Desafios e aprendizagens

Copyright © 2022 Vitor De Angelo

Direitos desta edição reservados à
FGV EDITORA
Rua Jornalista Orlando Dantas, 9
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tel.: 21-3799-4427
editora@fgv.br | www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição: 2022

Preparação de originais: Susana Verissimo
Projeto gráfico de miolo e diagramação: Abreu's System
Revisão: Michele Mitie Sudoh
Capa: Estúdio 513

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Gestão da educação estadual em tempos de pandemia : desafios e aprendizagens
/ Vitor De Angelo (organizador). – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2022.
288 p. ; 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-5652-170-1

1. Administração – Estudo e ensino – Brasil. 2. COVID-19 Pandemia, 2020-.
3. Ensino gerenciado por computador. 4. Tecnologia educacional. 5. Educação
básica. I. Angelo, Vitor Amorim De, 1982-. II. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 371.2070981

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11
Acre	15
Alagoas	27
Amapá	36
Amazonas	45
Bahia	56
Ceará	67
Distrito Federal	73
Espírito Santo	83
Goiás	94
Maranhão	103
Mato Grosso	108
Mato Grosso do Sul	120
Minas Gerais	129
Pará	139
Paraíba	151
Paraná	159
Pernambuco	166
Piauí	174
Rio de Janeiro	186
Rio Grande do Norte	191
Rio Grande do Sul	201
Rondônia	214
Roraima	223

Santa Catarina.....	235
São Paulo.....	243
Sergipe.....	253
Tocantins.....	264
Sobre os autores.....	275

Prefácio

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o planeta vivia uma pandemia, a da Covid-19. Passados mais de dois anos, a OMS ainda não decretou o fim da calamidade. A partir de então, a vida na Terra foi profundamente alterada. Pessoas usando máscara nas ruas tornou-se uma visão costumeira. Álcool líquido ou em gel converteu-se em artigo de primeira necessidade para a higienização de mãos e objetos. Cientistas e laboratórios de diferentes países e continentes atuaram em conjunto em busca de uma vacina, de tratamentos e de medicamentos. O isolamento social se impôs para desacelerar o contágio, cidades e regiões inteiras entraram em confinamento, homens e mulheres passaram a trabalhar em regime de *home office*, escolas ficaram fechadas durante meses.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em todo o mundo, cerca de 1,6 bilhão de alunos ficaram sem ir à escola e 190 países suspenderam as aulas presenciais. No Brasil, a partir de março de 2020, 56,3 milhões de estudantes ficaram longe das escolas, sendo 47,9 milhões de alunos da educação básica e 8,4 milhões do ensino superior. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aos estudantes se somaram quase 2,2 milhões de professores da educação básica e outros 384.474 do ensino superior, num total de 59 milhões de brasileiros ligados à educação atingidos diretamente pela pandemia, sem contar os demais trabalhadores da área.

Durante um período, em todos os continentes, tornou-se hábito assomar à janela para bater palmas para os trabalhadores da saúde, que arriscavam suas vidas cuidando dos atingidos pela moléstia. Muitas noites, minha família e eu fomos à janela do apartamento

onde moramos aplaudir médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas de ambulância, bombeiros, que lutavam contra a doença com bravura.

Em mais de uma ocasião, pensei que uma outra categoria de trabalhadores também deveria ser aplaudida: os profissionais da educação, professores, gestores, diretores escolares. Impossibilitados de frequentar as escolas, da noite para o dia eles tiveram de se reinventar e reinventar suas práticas para poderem continuar a exercer seus ofícios e garantir o direito à aprendizagem dos estudantes. O compromisso com este direito foi o que levou esses profissionais a enfrentar dúvidas e medos. O temor que muitos tinham de serem substituídos pelas tecnologias de informação e comunicação teve de ser substituído pela apropriação dessas mesmas tecnologias para que voltassem a ensinar seus alunos.

Da noite para o dia, também, estados e municípios tiveram de rapidamente se adaptar ao novo contexto e encontrar caminhos para suas redes retomarem as atividades. Professores foram capacitados a trabalhar com ensino a distância. Materiais didáticos foram adaptados, enquanto outros eram rapidamente desenvolvidos para utilização remota. Gestores se viram negociando com operadoras de telefonia móvel a fim de garantir o acesso dos alunos às aulas virtuais. Recursos tecnológicos foram comprados para apoiar estudantes e caminhões, vans, carros particulares e até bicicletas foram utilizados pelas secretarias de educação para levar material didático e alimentação escolar às crianças e jovens. Permeando isso tudo, a preocupação e o empenho em manter o vínculo dos estudantes com a escola num momento extremamente complexo.

O Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV DGPE) apoiou a reflexão sobre os impactos da Covid-19 na educação nacional e a construção de soluções para enfrentar as dificuldades. Ao longo de 2020 e 2021, o FGV DGPE promoveu uma série de webinários abordando questões que se apresentavam como desafios do momento: a educação mediada por tecnologia, o enfrentamento dos desafios logísticos das

secretarias durante e após a pandemia, a colaboração entre estados e municípios nesse período e o planejamento para a volta às aulas presenciais na educação básica foram alguns dos temas abordados. Desses webinários, participaram técnicos e secretários municipais e estaduais de educação e organizações como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Assim, quando o Consed nos apresentou a proposta de avaliar esse processo por meio de um livro com o relato dos secretários estaduais de educação, foi com orgulho, prazer e responsabilidade que produzimos, em parceria, este *Gestão da Educação Estadual em Tempos de Pandemia: desafios e aprendizagens*. Agradecemos a confiança do Consed e a disponibilidade do Instituto Natura e da Fundação Lemann para financiar esta empreitada.

O registro e compartilhamento das experiências dos 26 estados e do Distrito Federal nesse período é de grande importância e certamente irá contribuir para fortalecer a colaboração entre as unidades da federação, mais do que nunca necessária à construção de uma educação pública de qualidade para todos no Brasil.

José Henrique Paim Fernandes
Diretor do Centro de Desenvolvimento da
Gestão Pública e Políticas Educacionais da
Fundação Getulio Vargas (FGV DGPE)

Apresentação

O livro *Gestão da educação estadual em tempos de pandemia: desafios e aprendizagens* é fruto do nosso desejo de registrar os esforços realizados pelos estados e pelo Distrito Federal para garantir o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens brasileiros nos tempos desafiadores da Covid-19. Muitas iniciativas foram adotadas pelas secretarias estaduais de educação, algumas delas comuns e outras específicas, em sintonia com as necessidades e possibilidades visualizadas por suas equipes.

Registrar políticas públicas é importante não apenas para anotar a história, mas também para disponibilizar os saberes advindos das vivências para as atuais e futuras gerações. Daí nossa preocupação em produzir este livro, que relata os desafios, os esforços, as soluções encontradas e as conquistas das equipes estaduais de educação de todo o país para enfrentar e superar os problemas decorrentes da pandemia que atingiu nosso planeta a partir do final do ano de 2019. Afinal, como diz Paulo Freire, “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje [...] Temos de saber o que fomos para saber o que seremos”.

Nosso empenho em registrar as experiências da educação pública brasileira durante o que certamente foi o momento de maior complexidade já enfrentado por ela no último século nos levou a convidar o Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV DGPE), parceiro em diversas iniciativas na busca de informações e na discussão de alternativas e possibilidades de ação para o enfrentamento dessa crise, a produzir o livro. Também procuramos e fomos estimulados a publicá-lo, com apoio financeiro e suporte institucional, pelo Instituto Natura e pela Fundação Lemann. Portanto, queremos registrar e agradecer o apoio dessas instituições.

Produzir um livro tratando dos desafios e das aprendizagens no processo de garantia do direito à educação durante a pandemia da Covid-19 no âmbito das redes estaduais de ensino, a partir da perspectiva dos secretários estaduais de educação, exigiu um esforço que envolveu dezenas de pessoas. Antes de tudo, requereu que os secretários aceitassem o desafio de refletir sobre suas iniciativas. Portanto, cada secretário de educação foi convidado a conceder uma entrevista versando sobre os desafios e aprendizagens de seu estado e do Distrito Federal no enfrentamento das consequências da Covid-19 na área da educação.

Além disso, eles puderam escolher quatro temas orientadores a serem contemplados como foco de sua entrevista. Os temas foram: Avaliação; Base Nacional Comum Curricular; Ensino médio; Financiamento; Formação de profissionais da educação; Gestão escolar; Inovação e tecnologia; Liderança, comunicação e engajamento; Plano Estadual de Educação e Regime de colaboração. Nem todos se restringiram a esses assuntos, e muitos falaram sobre questões que consideraram de maior relevância no processo vivido localmente.

As 27 entrevistas foram realizadas pela professora doutora Jaana Flávia Fernandes Nogueira. Cada entrevista ocorreu de modo remoto, por meio da plataforma Microsoft Teams, com duração entre uma e duas horas. Todas foram devidamente gravadas e, em seguida, transcritas pela profissional Lia Carneiro. Com base nesse material, a jornalista Suzana Verissimo redigiu versões preliminares dos artigos, que foram submetidas aos secretários para sua revisão, ajuste e validação. Concluída essa etapa, o trabalho foi entregue à Marieta de Moraes Ferreira, diretora da FGV Editora, que providenciou sua edição e publicação.

É importante considerar que, para além de um material de divulgação das atividades das secretarias estaduais de educação, a ideia deste *Gestão da educação estadual em tempos de pandemia: desafios e aprendizagens* foi a de que os 27 capítulos tivessem um caráter reflexivo, apontando as dificuldades, os caminhos percorridos, os erros e acertos do processo, retratando ao final as aprendizagens até o momento.

A variedade das vivências aqui relatadas torna a publicação extremamente rica, um verdadeiro reflexo da realidade brasileira e dos diferentes *Brasis* que existem dentro de um só. Importante, também, foi constatar como, embora ainda não exista no país um Sistema Nacional de Educação formatado e normatizado, informalmente ele funcionou, reforçando e estreitando o regime de colaboração horizontal entre os estados, carentes de uma orientação nacional, inexistente neste momento decisivo para a educação pública. A troca de informações, angústias, dúvidas e experiências entre os secretários estaduais de educação, a disponibilização de ferramentas de um estado para outro, o exercício cotidiano do questionamento e da solidariedade entre os responsáveis pela gestão das redes estaduais e distrital de educação fazem deste livro um rico repertório do que é e como é feita a educação básica pública no país. Deste modo, esperamos contribuir para o aprimoramento da oferta de uma educação de qualidade para todos os estudantes brasileiros.

Vitor De Angelo

Cecilia Motta

Renato Feder

Getúlio Marques

Leila Perussolo

Alexandre Valle

Presidente e vice-presidentes do Conselho
Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Acre

Socorro Neri

A educação sempre trabalhou com certezas. Na sala de aula, o professor ensina certezas. Na pandemia, estávamos inseridos em um contexto de incertezas em relação ao futuro, de incertezas em relação ao que aconteceria com a educação, em relação à vacina, uma série de questões que impactaram de imediato no fazer pedagógico. Nosso primeiro desafio, como rede de ensino, foi sair da sala de aula, da escola, do presencial e pensar as aulas não presenciais, repensar como fazer e como desenvolver aula não presencial. Mas pensar de que forma? Quais eram os instrumentos, quais eram as ferramentas que tínhamos disponíveis em mãos na época? Sempre se falou em inovação, em tecnologia, e temos alguns projetos, em âmbito interno, que trabalham com a valorização desses eixos, com ações voltadas para eles. Mas fazer aula não presencial para a rede estadual de ensino exigiu olhar para a infraestrutura e o que tínhamos de recursos, olhar para o quadro de profissionais, olhar para o contexto urbano e olhar para o contexto das escolas do campo.

Temos uma característica bem peculiar dos estados amazônicos, que é o acesso às escolas. A maioria das escolas da rede estadual está localizada na área rural, são escolas do campo. Associado a isso, temos o fato social. Como atender ao aluno que tem acesso à internet, que tem o suporte da família, e como chegar até aquele aluno que não tem acesso à tecnologia e que também tem dificuldade em relação ao acesso à escola devido à sua localização.

Inovação e tecnologia

Começamos a fazer o desenho da comunicação com os estudantes pensando no que tínhamos como rede e como estado. Foi preciso buscar parcerias. A primeira coisa de que sentimos a necessidade: alcance. Para responder a isso, nós nos voltamos para os meios de comunicação. De imediato, vimos a necessidade de usar instrumentos que atingissem o maior número de alunos possível. A partir daí, entramos em contato com a Secretaria de Comunicação do estado, responsável pela transmissão das duas rádios que temos em âmbito estadual, para utilizarmos três horários durante o dia – de manhã, à tarde e à noite – para as audioaulas, visando alcançar o público da educação do campo.

A essa ferramenta, somou-se a disponibilização, pelas escolas, do material impresso a ser entregue aos alunos, para o que usamos também a estrutura do transporte escolar. Estabelecemos junto às equipes gestoras uma rota de entrega periódica de atividades presenciais, visando alcançar os alunos matriculados nas escolas do campo e indígenas.

Em relação aos alunos na área urbana, utilizamos outra ferramenta de longo alcance, que foi a transmissão via TV. Fizemos uma dispensa de licitação emergencial, com apoio dos órgãos de controle, e conseguimos 6h30 de transmissão diária de audioaulas. Essas audioaulas foram pensadas e estruturadas para manter a atenção do aluno, de modo que não podíamos ter uma aula de 60 minutos, como é na escola, porque isso exigiria de nós um tempo muito grande e recursos que não tínhamos para atender à necessidade naquele momento.

Tínhamos, ainda, a plataforma EducAc, em que a interação é assíncrona, mas que servia como local onde era colocado todo o conteúdo produzido nas audioaulas e nas videoaulas para que os alunos pudessem assistir e ouvir quantas vezes julgassem necessárias. O calendário de transmissão das aulas era distribuído semanalmente às equipes gestoras para que informassem aos alunos os horários da transmissão. Toda segunda-feira as aulas eram para o 1º ano; toda

terça-feira, para o 2º ano etc. Nesses horários, atendíamos desde o 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio.

Uma mudança de postura em relação ao trabalho foi a necessidade de investir na formação de professores para o uso das ferramentas tecnológicas. Porque, além da plataforma, além da TV, além das audioaulas, os professores mediavam o contato com o aluno por meio de grupos de salas de aulas que foram criadas no contexto de cada escola. Tivemos, portanto, uma série de realidades. Como rede, disponibilizamos para a comunidade estudantil quatro ferramentas pilares: a audioaula, a videoaula, o material impresso e a disponibilização de todo o material produzido na plataforma Educ. É preciso fazer um reconhecimento oficial do empenho dos professores do estado: não importamos nem compramos conteúdo nas audioaulas e nas videoaulas. Elas foram gravadas por professores da rede estadual com base no currículo do estado e no plano de curso da rede.

Fazer educação no contexto pandêmico foi possível a partir desse esquema, mas um ponto importante para o desenvolvimento do trabalho educacional foi o apoio do Conselho Estadual de Educação. O Conselho sempre esteve receptivo às necessidades que o momento impunha e autorizou a realização de aulas não presenciais, mesmo que não fossem mediadas somente por tecnologia.

Manutenção do vínculo estudante-escola

É sabido que os pais dos alunos dos anos iniciais são mais presentes na escola porque, na medida em que o filho vai crescendo, eles vão dando autonomia a ele, achando que o filho caminha de forma mais autônoma. Mas o período pandêmico levou as famílias a se aproximarem mais da escola. Não sabemos ainda com precisão dos impactos na aprendizagem dos alunos da rede. Fizemos uma avaliação diagnóstica no início de 2021 que revelou que os resultados não foram bons, o que era esperado por todos. Afinal, como melhorar o aprendizado se o aluno ficou menos tempo na escola, se interagiu menos com o

professor? O resultado não pode ser inversamente proporcional. Então, esperávamos que o resultado não fosse positivo. Mas, por outro lado, a relação da família com o sistema e a escola foi fortalecida. Os pais procuraram mais a escola para a retirada e entrega das atividades, e muitos deles foram desafiados a voltar a estudar para ser o suporte, o apoio para os filhos no ambiente familiar.

Criamos um programa, chamado Escola em Casa, para atender a comunidade estudantil durante a pandemia. As aulas foram estruturadas em cima de três eixos: o eixo desenvolvimento do assunto, do conteúdo; o eixo exercitando, que é a resolução de questões e de atividades relacionadas ao assunto abordado; e o último eixo, que chamamos de reforço, encaminhando atividades, fontes de pesquisas e links onde os alunos poderiam reforçar o conteúdo trabalhado na aula. Os alunos que passavam a semana indo à escola recebiam o conteúdo diretamente do professor. Os que não estavam na escola recebiam o direcionamento das atividades impressas via rádio e TV.

Quando definimos o nome do programa Escola em Casa, ele não foi pensado aleatoriamente, porque o que fizemos, na verdade, foi uma transposição da sala de aula para dentro da residência da família. E isso foi um desafio, porque exigiu disciplina, exigiu das famílias um horário de estudo definido. Trabalhamos muito no sentido de elaborar rotina, de elaborar roteiros, de elaborar sugestões de como a família devia proceder.

Naturalmente, encontramos dificuldades relacionadas a fatores sociais. Às vezes, na mesma família, tinha aluno dos anos iniciais, aluno dos anos finais, aluno do ensino médio, e apenas um celular – que era do pai ou da mãe – e todos os filhos precisando assistir aos vídeos. Além disso, na maior parte das vezes, a família não tinha saldo suficiente no celular para os filhos ficarem assistindo ou ouvindo aula, acessando a plataforma. Esses fatores sociais foram agravados durante a pandemia.

Avaliação

Avançamos muito na formação dos professores. Promovemos vários cursos e investimos em capacitação voltada para a avaliação da aprendizagem. A avaliação deixou de ser aquela prova escrita que o professor entregava para o aluno no horário da aula, recolhia no final e levava para fazer a correção. A avaliação ganhou um sentido diferente, no contexto da pandemia. Tivemos de trabalhar com os professores a conscientização de que a avaliação processual, continuada, formativa, ao longo desse percurso – da interação da família com a escola, das devolutivas do aluno –, deveria ser validada para fins de avaliação dentro desse novo processo. Realizamos várias formações nesse sentido. Trouxemos palestrantes de fora para refletir sobre essa temática, porque é importante que a avaliação não seja vista como um instrumento para premiar o aluno que sabe e punir aquele que não sabe, mas como uma ferramenta no processo formativo, na aprendizagem do aluno.

O fator emocional

Um elemento que interferiu muito no trabalho da secretaria foi o fator emocional em relação aos professores e outros profissionais que atuam na área educacional. Tivemos muitos falecimentos. E não foi fácil defender que a equipe continuasse trabalhando. Mesmo com todo mundo em casa, o pessoal ligado à educação estava reunido, planejando, pensando atividades, pensando rotina, pensando aula para ser gravada, e enfrentando luto entre os colegas.

A questão emocional impactou e ainda impacta. Não foi fácil lidar com famílias que perderam pai, mãe, irmãos. Defender a continuidade de ações de trabalho num contexto desse foi e é difícil. A questão emocional precisa ser olhada, nos próximos anos, com muito cuidado, sempre pensando na saúde emocional e mental tanto do servidor quanto do aluno. E nos preocupa a questão de dados que ainda não conhecemos. Para muitas crianças, o local seguro era a

escola, o local onde ela se alimentava era a escola, a pessoa de referência, de confiança, era o professor. Ainda não conhecemos os dados de violência doméstica, psicossocial, o que esses alunos vivenciaram durante esse período. Desconhecemos os impactos que essa vivência vai trazer para a sala de aula no retorno às atividades presenciais. Se, por um lado, houve o fortalecimento da relação entre a família e a escola, por outro lado, temos ciência de que as desigualdades foram acentuadas ainda mais na pandemia.

Gestão educacional

Temos no Acre uma política diretriz, chamada de política de rede, que são instrumentos que padronizamos para alinhar e nivelar as ações dentro dos municípios. Um dos instrumentos é o plano de curso em rede. Como esse plano é elaborado? Ele é construído pelos professores durante as formações. Se temos um professor em Rio Branco, outro professor em Assis Brasil, no Alto Acre, e um terceiro professor em Cruzeiro do Sul, no Juruá, todos eles têm em comum um plano de curso, que foi construído durante o período da formação. Por meio desse instrumento, tentamos manter nivelada a execução do curso. Assim, se um aluno que está em um município se muda para outro, tem a possibilidade de dar sequência aos estudos.

Fizemos isso porque sentíamos que, na mesma escola, havia um perfil de manhã, outro perfil à tarde e outro à noite, embora fosse a mesma equipe gestora, o mesmo coordenador de ensino, os mesmos coordenadores pedagógicos. O que mudava eram os professores e, dentro da escola, não havia esse nivelamento.

Outro instrumento que trabalhamos na rede, também para nivelamento e alinhamento, é a avaliação em rede. Se tenho um plano de curso em rede, como verifico que ele está sendo efetivamente implantado? Por meio da avaliação em rede. A dinâmica é a seguinte: não tiramos a autonomia do professor, mas estabelecemos uma forma de acompanhar o desenvolvimento do que é planejado e orientado

durante as formações. As equipes técnicas da Secretaria de Educação elaboram itens. Todos os bimestres, produzem um determinado número de itens por componente, com base no plano de curso do bimestre, que é enviado aos gestores das escolas. Junto com sua equipe, os gestores selecionam os itens que a escola vai utilizar e os outros 50% da avaliação quem elabora é o professor. É um trabalho conjunto para que essa política realmente se efetive. Além disso, temos outros instrumentos, que são o envio de simulados para o ensino médio e o envio de atividades quinzenais para o ensino fundamental.

Nossa forma de avaliação é diferenciada. Temos a recuperação da aprendizagem que acontece, paralelamente, ao longo dos bimestres, mas a recuperação da nota é semestral. Semestral em que sentido? Quando o primeiro e o segundo bimestre estão fechados e o aluno não alcançou a média de qualidade, que aqui no estado é a média 7, ele vai para o processo de recuperação. No processo de recuperação, se consegue elevar aquela nota anterior, essa nota substitui as notas anteriores. Se não consegue elevar, permanecem as notas anteriores.

Formação de professores

Temos dois grandes momentos de formação: a formação de início de ano letivo e a formação no início do segundo semestre. Nessas formações, as equipes técnicas da Secretaria de Educação estadual formam, primeiramente, os coordenadores de núcleos das representações da secretaria nos municípios, que, posteriormente, são os replicadores da formação da rede nos seus municípios. Depois, a mesma equipe que formou os coordenadores de núcleo forma as equipes gestoras da capital – cada equipe gestora tem o gestor, o coordenador de ensino e os coordenadores pedagógicos. Em seguida, vamos para a terceira formação, que chamamos de formação docente unificada. A formação docente unificada é feita para os professores de todas as etapas – anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio – e para todas as modalidades. Movimentamos todo o estado.

É quando fazemos os alinhamentos, passamos nossas orientações, trazemos os instrumentos de rede, sequência didática, plano de curso, avaliação em rede, enfim, aquelas diretrizes bases da rede.

Além dessas duas grandes formações, temos o acompanhamento das escolas. O acompanhamento acontece mensalmente. Além disso, temos um sistema de atender às necessidades de cada escola. Às vezes, uma escola precisa trabalhar uma pauta mais específica voltada para a educação especial; às vezes, precisa de uma pauta direcionada à elaboração de sequência didática ou para grupo de estudo. Atendemos essas demandas, mediante provocação das equipes, no sentido do acompanhamento da gestão pedagógica.

Temos na Secretaria de Educação estadual a Diretoria de Ensino, que faz o trabalho voltado para a gestão pedagógica, e o Departamento de Gestão de Redes, que acompanha a área administrativa, de apoio ao gestor, ao secretário escolar, ao coordenador administrativo, que trata das questões ligadas a lotação, serviços terceirizados, merenda e assim por diante. Temos, portanto, essas duas frentes de trabalho. O que nós fazemos, como Secretaria de Educação? Para alinhar a política da rede e o trabalho desenvolvido, sempre planejamos o acompanhamento em parceria com o Departamento de Gestão de Redes.

Muitas vezes, chegamos no município com uma pauta de acompanhamento pedagógico e, lá, o gestor reclama da falta de professor, quer falar da reforma da escola que não aconteceu, do terceirizado que ainda não chegou. Nossa orientação ao servidor, nesses casos, é que ele escute com atenção e, na próxima visita, leve também a equipe do Departamento de Gestão. Mas, além do planejamento de agenda casada, o Departamento de Gestão tem agenda própria de acompanhamento das escolas.

Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação trouxe metas e estratégias para um período de dez anos, que vai findar em 2024. Depois do Plano Na-

cional de Educação, tivemos os planos subnacionais, que trilharam o mesmo sentido do nacional. Muita coisa que foi planejada avançou, como a reforma do ensino médio, a implementação da Base e uma série de outras ações que foram desenvolvidas. Mas também há muitas metas que não foram alcançadas.

Sentimos que, quando houve a descontinuidade dos fóruns de educação, com a edição do decreto que extinguiu, e que depois foi revisto e manteve o Fórum Nacional de Educação, houve uma ruptura, uma descontinuidade, uma desmobilização em relação ao monitoramento dos planos nacional e estadual de educação. Este fato agravou ainda mais o contexto que vivemos em relação à pandemia, mas, mesmo assim, conseguimos reconstituir o fórum estadual de educação com representações de todos os segmentos da área educacional. Nomeamos também a equipe técnica de apoio ao monitoramento do plano estadual de educação. A equipe divulgou, no início de 2020, um relatório de monitoramento do acompanhamento do trabalho em relação às metas estabelecidas. Os desafios são muitos, ainda, mas o relatório nos trouxe uma reflexão que precisamos fazer. No Plano Nacional de Educação tem um artigo que diz que, dois anos depois da publicação do plano, era preciso fazer a avaliação do plano e a instituição do Sistema Nacional de Educação.

Uma década depois, estamos discutindo esse tema de novo: Sistema Nacional de Educação. Passados dez anos, algo que deveria ser instituído dois anos depois está ainda em discussão na Câmara, no Senado. Como se pode pensar num Sistema Nacional de Educação se temos tantos brasis dentro do Brasil? A educação não funciona como o SUS, é diferente. É preciso fazer essa reflexão.

Volta às aulas presenciais

A volta às aulas presenciais foi feita de modo escalonado, com muito cuidado, porque somos um estado fronteiro com o Amazonas e temos uma proximidade muito grande de Manaus, onde a pandemia

gerou uma tragédia. E há um reconhecimento local, aqui no Acre, de que o controle da pandemia no estado está associado também à educação. Durante esse período, não houve nenhum movimento de retorno às aulas presenciais, o que contribuiu para o controle da propagação do vírus no estado.

A orientação que demos aos gestores foi a de, nos anos iniciais do ensino fundamental, adotar a metodologia da alternância diária. E por quê? Porque consideramos que um período longo de afastamento entre os professores e os alunos dos anos iniciais interfere muito na aprendizagem, porque temos alunos em alfabetização e todas as questões relativas à aprendizagem. Em relação aos alunos dos anos finais e do ensino médio, alternância semanal. Por que semanal? Porque é mais fácil organizar a rotina da escola, os horários, a distribuição de carga horária por semana, do que fazer isso a cada dois ou três dias e calcular carga horária. E os alunos que não estão na escola são atendidos por meio do programa Escola em Casa, com as ferramentas que são padrões da rede.

Os principais aprendizados

O primeiro aprendizado é que não podemos voltar para o ponto de onde saímos. Essa é a primeira lição que tem de ficar. E que precisamos investir em tecnologia, em equipamento, em formação e em valorização dos profissionais da educação. Esses são os pontos essenciais.

Outro ponto, também, que merece uma reflexão por parte de todas as autoridades é a educação no campo. Acredito que a educação só pode avançar se ela realmente mostrar onde estão as suas feridas. Se não mostrarmos, não avançaremos. É preciso um olhar especial para a educação no campo, precisamos repensar a oferta da educação no campo. Senão, não haverá equidade entre os estudantes no Brasil.

Educação indígena

Outra modalidade que merece atenção é a educação indígena. O período pandêmico mostrou que a maneira atual não está correta. O maior número de escolas no Acre está no campo. E, entre elas, estão as escolas indígenas, em que temos uma infraestrutura gigantesca para podermos atender a um determinado número de alunos. E temos uma outra situação, bem peculiar. Estava marcado para março de 2020, quando foi anunciado que as aulas presenciais seriam suspensas, um processo seletivo para a contratação de professores para atender a educação do campo e as escolas indígenas. Esse processo seletivo só foi concluído no final de 2020, depois de muito diálogo e sensibilização junto ao comitê de combate à Covid, porque, senão, não teríamos profissionais nem para 2021.

Em função dessa demora, não conseguimos chegar a muitas escolas. O processo seletivo tinha como alvo as escolas de difícil e difícilíssimo acesso – aonde não chegamos –, onde o professor iria trabalhar dois anos letivos contínuos. Tivemos muitos prejuízos em relação à suspensão dos processos seletivos. Infelizmente, temos um número maior de professores seletivos do que efetivos.

Base Nacional Comum Curricular

Sentimos a ausência de uma coordenação específica e rápida, como se esperava por parte do Ministério da Educação. O MEC agiu como se não estivéssemos num período pandêmico. Por quê? Porque não houve um ato normativo, não houve nenhuma revisão de datas preestabelecidas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a implementação dos currículos. Pelo contrário. Sempre que contactados, éramos cobrados para o cumprimento de prazos e metas. Além do desafio de fazer aulas não presenciais, de conduzir o trabalho na rede, tivemos também o desafio de dar sequência à implementação dos novos currículos voltados para os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental.

Ao longo de 2020 e 2021, investimos na formação dos professores, na elaboração das propostas pedagógicas e nos projetos políticos pedagógicos, que eram uma das ações previstas para serem realizadas concomitantemente à implementação do novo currículo.

Os desafios que os secretários de Educação enfrentaram para assegurar o direito à educação em um contexto tão controverso, e com pouca orientação, foram imensos. Além disso, ainda existe a imposição de, como estado, termos de implementar uma política que é uma reforma profunda, que trará muitos impactos – desde o aumento do quadro de professores à infraestrutura – em relação ao ensino médio. Sabemos muito bem que não houve flexibilização do governo federal em relação aos estados. Mas acreditamos que ainda pode vir alguma orientação no sentido de se coordenar ações mais específicas voltadas tanto para a implementação da BNCC quanto para a implementação dos currículos e para as formações que são necessárias, para além da iniciativa das secretarias estaduais de Educação.

Alagoas

Rafael Brito

Criado em 2016, o projeto Escola 10 é voltado para a integração das redes estadual e municipal de educação de Alagoas. Basicamente, aperfeiçoa e amplia o regime de colaboração por meio da premiação em dinheiro, pelo estado, das escolas e dos municípios que apresentam os melhores resultados no Índice de Crescimento da Educação Básica (Ideb). É um projeto relativamente novo, que funcionou em 2017 e em 2019, e fez com que o estado tivesse um grande crescimento no índice nesses dois anos. Em 2019, por sinal, Alagoas foi o estado com o maior crescimento no Ideb de todo o país. Com a pandemia e a expansão das aulas presenciais, o projeto Escola 10 foi suspenso.

Com a volta às aulas presenciais, o estado fez uma nova repactuação de metas do Escola 10 com os municípios e as escolas de ambas as redes, e o programa está mais uma vez em andamento.

Estratégias para garantia do direito à educação

Assim que as aulas foram suspensas, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) de Alagoas lançou o aplicativo Escola Web e aulas no YouTube, e os professores foram incentivados a criar grupos de WhatsApp com suas turmas. Enfim, foi traçada uma estratégia parecida com a dos outros estados considerando que, quanto mais pobre o estado, menos acesso e menos possibilidade de os alunos terem aula com ferramentas *on-line*. Mesmo com as aulas presenciais suspensas, semanalmente havia troca de conteúdo. O professor mandava um resumo ou o conteúdo que seria trabalhado naquela semana. Por meio

do grupo de WhatsApp, o aluno tirava dúvidas com o professor e, na semana seguinte, devolvia respondido o questionário referente ao conteúdo.

Manutenção do vínculo dos estudantes com as escolas

Para manter o vínculo com os estudantes, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) preparou uma série de ações e contou com a proatividade dos professores. O vínculo com os alunos foi mantido com atividades pedagógicas, por meio dos grupos de Whatsapp que eles formaram e de ligações e envio de mensagem para os pais.

Cada escola teve liberdade de criar sua estratégia para manter o vínculo com os alunos. Por exemplo, uma escola em União dos Palmares – um município de aproximadamente 40 mil habitantes, na região da Zona da Mata alagoana – conseguiu programação de duas horas diárias para transmitir conteúdo para os alunos em rádios comunitárias. Isso se repetiu em algumas outras cidades. Teve escola que apresentou zero de evasão, mesmo quando ainda não tínhamos voltado às aulas presenciais. Ela funcionou com a distribuição do kit de merenda, com a troca de atividades e de conteúdos, com alunos ajudando outros alunos, irmãos mais velhos auxiliando os irmãos mais novos. Quer dizer, a comunidade se uniu de tal forma que a evasão foi zero. Há casos em que a evasão foi de 50%. Dependeu muito de como a comunidade de cada escola recebeu a pandemia e da situação de vulnerabilidade social das famílias diante da pandemia.

Nas escolas em que os estudantes necessitavam de transporte escolar, foi ainda mais difícil manter o vínculo. No interior de Alagoas, onde eles vivem em povoados e vão para a escola no transporte escolar, a evasão foi praticamente total. Como cada caso era um caso, não houve como customizar uma solução. Em Alagoas, as escolas tiveram liberdade, inclusive, para definir as políticas de retorno às aulas presenciais. Liberamos aos gestores a decisão sobre calendário

flexível, questão de protocolos internos na escola etc. Esta foi uma mudança de paradigma muito grande e que se mostrou bastante exitosa.

Liderança, comunicação e engajamento

A relação com os professores e a valorização da carreira docente são fundamentais para o processo educacional. Pensando nisso, criamos dois programas inovadores para os professores. Um é o Vem Que Dá Tempo, dividido em ação para os professores e para o cidadão. O alagoano maior de 18 anos que esteja afastado da escola há pelo menos dois anos é convocado pelo governo para fazer a prova de certificação do fundamental. Ao fazer o exame do fundamental, ele recebe uma bolsa do governo de R\$ 200. Sendo aprovado na prova, ganha mais R\$ 300. A parte do programa voltada para o cidadão não tem limite na quantidade de bolsas.

Já a ação do programa para o professor é a concessão de 2 mil bolsas a docentes. Cada uma das 310 escolas do estado possui um Núcleo de Informática e Ação do Vem Que Dá Tempo. O núcleo é formado por seis pessoas da escola, que podem ser o próprio gestor, o articulador, o coordenador ou professores. Cada uma dessas seis pessoas recebe uma bolsa mensal de R\$ 1.500 para primeiro fazer uma busca ativa e trazer o cidadão para fazer a prova de conclusão do ensino fundamental; em seguida, depois de ministrar um curso de dois, três dias para preparar o cidadão para o exame, aplicar as provas.

A outra bolsa está ligada ao programa Professor Mentor, outra ação inovadora, que tem um braço voltado para o professor, que recebe R\$ 1.500 por mês, e outro para o aluno, que ganha R\$ 250,00 mensais. Ele beneficia 5.800 professores mentores da rede estadual, sendo dois mentores por escola e um mentor por turma. Ou seja, a cada 30 alunos, há um professor mentor para trabalhar projeto de vida, busca ativa, e outras questões no ambiente presencial da educação. Cada professor é responsável por uma turma, pela qual vai responder,

inclusive, do ponto de vista de recuperação da aprendizagem. Ele pode nomear um aluno monitor, que recebe a bolsa mensal de R\$ 250. O programa é inspirado num muito parecido, que deu bastante certo em Israel e na Alemanha.

Investimentos com programas inéditos na educação

Estamos ampliando os investimentos na educação com a criação de outros programas que também envolvem a concessão de bolsas para alunos e docentes. Como o Cartão Escola 10, por exemplo, o maior programa de combate à evasão escolar do país, que concede três bolsas para os alunos: bolsa retorno, bolsa permanência e bolsa conclusão. No bolsa retorno, o aluno que voltou a frequentar a rede estadual de educação pública no ano letivo de 2021 recebeu R\$ 500. O estudante que teve frequência acima de 80% recebeu uma bolsa permanência no valor de R\$ 100; e o que concluiu o ensino médio recebeu uma bolsa prêmio de R\$ 2 mil. Esse é um programa que, só com a bolsa permanência, custa cerca de R\$ 15 milhões por mês.

Já para este ano letivo de 2022, o Cartão Escola 10 tornou-se mais uma política de ação em prol da imunização contra a Covid-19, visando tornar o retorno das aulas presenciais o mais seguro possível. Isso porque a Bolsa Retorno foi condicionada à imunização do aluno. Todo estudante de ensino médio e do EJA Médio que retornar às aulas este ano com as duas doses do imunizante receberá R\$ 500,00 em parcela única da bolsa.

A bolsa frequência também foi mantida, dessa vez com a exigência de 90% de presença nas aulas, e a bolsa conclusão, com o prêmio de R\$ 2 mil aos alunos concluintes do ensino médio, também se mantém.

Em outra ação, selecionamos 1.800 professores das redes municipais, que vão trabalhar as metas do programa Escola 10 e, por isso, recebem por mês uma bolsa de R\$ 1.500.

Esses programas têm um orçamento de, aproximadamente, R\$ 400 milhões por ano, o que é bastante considerável. Para se ter uma

ideia do valor do que o estado está investindo em educação, o Bolsa Família em Alagoas é de R\$ 650 milhões por ano. É importante ressaltar que nenhum desses programas conta com um centavo do governo federal. São totalmente financiados com recursos do Tesouro Estadual.

Em 2021, o estado investiu em educação cerca de R\$ 700 milhões a mais do que investiu em 2020, totalizando mais de R\$ 1 bilhão de investimento. Tudo isto nesses programas de combate à evasão escolar, incentivo a alunos, professores e em equipamentos, novas escolas e novas creches.

As creches são entregues para os municípios 100% completas, com todos os móveis, ar-condicionados, televisão, brinquedos, material para cozinha, tudo. 2021 foi o ano de maior investimento da história da educação de Alagoas.

Manutenção escolar

No início da pandemia, lançamos um programa chamado Rumo às Aulas, em que descentralizamos R\$ 40 milhões para que as escolas pudessem fazer os reparos necessários ao retorno da aula presencial. Alagoas recebeu, em média, R\$ 200 mil de recursos do programa Dinheiro Direto na Escola, do governo federal, para investimento nas escolas. Foi um dinheiro considerável, para que os municípios pudessem pintar uma escola, trocar uma porta, consertar um refeitório. Mas isso não tem nada a ver com as reformas da Secretaria. Logo que voltamos às aulas presenciais, em 2021, das 310 escolas do estado, apenas 16 não retomaram as aulas imediatamente.

Além do Rumo às Aulas, lançamos um programa chamado Equipa a Escola, pelo qual trocamos 100% – isso mesmo, 100%! – de toda a mobília de todas as escolas de Alagoas. Óbvio que, naquelas em que a mobília estava boa, não houve troca. Só para dar o dado de carteira escolar, compramos 70 mil novas carteiras, além, é claro, de mesa de professor, mesa de reunião, mesa de refeitório, armários e

equipamento das cozinhas, com fogão industrial, freezers horizontal e vertical, geladeira, panela, liquidificador industrial.

Já em 2022 lançamos dois novos programas, o Rumo Às Aulas 2 e o Meu Ciclo na Escola. O primeiro direciona novamente uma série de recursos direto aos gestores para promoção de melhorias na estrutura física das escolas, e o segundo beneficiará mais de 20 mil alunas da rede estadual de ensino em situação de vulnerabilidade social com a entrega de kits de combate à pobreza menstrual.

Formação de professores

Alagoas tem uma Política de Formação e Núcleo Estratégico de Formação de Professores. Criaram vários núcleos nas escolas e nas gerências regionais para que essa formação fosse continuada. Para essa formação continuada do professor do núcleo estratégico, cada escola escolhe o articulador de ensino, que é o formador do professor. Cada escola tem um chefe de núcleo, que é o articulador do ensino entre os professores. Eles têm a responsabilidade individualizada, do ponto de vista de ter uma pessoa focada nisso dentro de cada escola. A equipe da Superintendência Pedagógica (Suped) passa para o articulador de ensino de formação dos professores às temáticas de formação.

Volta às aulas

Em 2021, voltamos às aulas no regime híbrido, com parte presencial e parte a distância. Liberamos algumas escolas para que o 5º e o 9º ano do fundamental e o 3º ano do ensino médio voltassem 100%. Como foi facultativo à escola voltar, algumas voltaram e outras não, por causa da obrigatoriedade de distanciamento de um metro entre as carteiras. Já em novembro de 2021, todas as nossas unidades escolares retornaram às atividades 100% presenciais novamente, seguindo todos os protocolos necessários.

Ao fim do ano letivo 2021, a rede estadual de ensino de Alagoas comemorou números impressionantes de redução da evasão escolar. Desde março daquele ano, quando começaram as aulas, até o fim do ano letivo, o estado conseguiu reduzir a evasão escolar em 77%. Um resultado que foi possível graças a um trabalho contínuo de busca ativa das escolas e uma série de ações que valorizam o estudante e incentivam sua permanência em sala de aula, a exemplo dos programas Cartão Escola 10, Professor Mentor e Vem Que Dá Tempo.

Insegurança alimentar e nutricional

É importante destacar a questão da merenda escolar. Não sei como a alimentação escolar funciona nos outros estados, mas nós distribuímos os recursos para as escolas e cada gestor escolar compra a sua merenda, de acordo com um cardápio que cumpre as exigências estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como a merenda é a principal refeição do dia – às vezes, até a única – para muitos dos nossos alunos, a crise econômica decorrente da pandemia piorou ainda mais a insegurança alimentar e nutricional dessas crianças e desses jovens. Para sermos justos, essa situação não foi causada apenas pela pandemia. A falta de uma política do governo federal tornou a questão da merenda ainda mais importante do que já era. Em função disso, criamos o programa Mais Merenda e triplicamos o valor da merenda com recursos próprios estaduais, melhorando a qualidade do cardápio e das refeições servidas aos estudantes. A partir de 2022, o governador determinou que aumentássemos mais 15% no valor da alimentação escolar, para compensar a inflação de 2020 e 2021.

Principais aprendizados com a pandemia

Talvez a palavra aprender não seja adequada, mas a pandemia permitiu o reconhecimento da importância das pessoas na escola. Acho que talvez não estivesse tão evidente a importância dos professores e da motivação e do amor que têm pela educação. Foi bom que isso tenha ficado à mostra porque os docentes realmente precisam ser mais valorizados, e não só do ponto de vista financeiro.

Nesse período, fizemos a revisão do Plano de Cargos e Carreira (PCC) de todos os servidores da educação. Em média, o professor teve um aumento de 41% no salário. Fora as bolsas, que não têm nada a ver com ganho salarial. A tabela salarial da categoria de professor passou a ter um piso de R\$ 4.500 (40h) para servidores com licenciatura plena em início de carreira, podendo chegar a R\$ 6.022 no final da carreira. Para os profissionais em início de carreira com especialização, mestrado e doutorado, o piso salarial é, respectivamente, de R\$ 4.770, R\$ 5.056 e R\$ 5.359, chegando a R\$ 6.383,34 (especialização), R\$ 6.766,34 (mestrado) e R\$ 7.172,32 (doutorado) no final de carreira. E, se participar do programa de bolsa, ganha mais R\$ 1.500.

Também fizemos concurso público para contratar 3 mil novos professores. Foi o primeiro concurso em Alagoas em que foram reservadas vagas para professores indígenas e 400 vagas para universalizar a presença do professor especializado em educação especial em nossas escolas. Tudo isso na contramão do governo federal.

É importante ressaltar que, desde o início da pandemia, e até em função dela, criamos 12 novos programas. Entre eles, o Meu Transporte Novo, o Educação Para o Emprego, o Criança Alfabetizada, o Minha Escola Nova, o Conecta Professor, entre outros. O Minha Escola Nova, por exemplo, são as escolas que estamos construindo e aquelas que estamos reformando. Já o programa Conecta Professor consistiu na doação de R\$ 5 mil aos professores e outros servidores da escola para que pudessem comprar equipamentos. Inclusive, desse valor, ele pode utilizar R\$ 1.500 para pagar a conta da internet residencial

e gastar os demais R\$ 3.500 adquirindo um computador, um *tablet*, um *notebook*, enfim, o que considerar necessário.

Ou seja, a Educação de Alagoas vive o seu melhor momento, com resultados impressionantes no combate à evasão escolar, com recorde em crescimento no número de matrículas – passamos de 140 mil alunos em 2021 para 170 mil em 2022 –, sendo o estado que mais cresceu em número de alunos do país, cerca de 30%. Todo esse trabalho será intensificado durante este ano letivo, fazendo com que este período marque a consolidação dessa nova realidade para todos os nossos alunos, servidores e professores.

Amapá

Goreth Sousa

Em 2020, quando começou a pandemia, estávamos num momento importante da gestão administrativo-financeira da secretaria, com foco na boa aplicação dos recursos públicos e na transparência. Também havíamos avançado bastante na questão da humanização do serviço da Secretaria da Educação, na humanização das relações não só na sede, mas também no chão das escolas. Temos um programa, o Educação para a Paz (Epaz), focado na promoção da pedagogia restaurativa, com a participação da comunidade. O carro-chefe do Epaz é a humanização das relações na escola e na sociedade, algo muito caro à nossa administração.

Naquele ano, começamos a trabalhar na perspectiva de organizar a parte administrativo-financeira porque, às vezes, os governos têm contratos impagáveis dentro do orçamento e cada vez têm mais demandas e menos recursos. Essa é a realidade do serviço público no Amapá e no Brasil. Então, nos concentramos na boa aplicação dos recursos públicos, com atenção especial para a transparência, a fim de gerar credibilidade. Focamos na questão da humanização, que tem a ver com o cuidado com o servidor, com sua formação, em levar ferramentas de práticas restaurativas para dentro das escolas, mas, principalmente, em melhorar o relacionamento, melhorar o atendimento e, assim, deixarmos as pessoas se sentirem realmente valorizadas e respeitadas.

Como já dissemos, ao ser decretada a pandemia, vivíamos uma situação bastante interessante porque tínhamos pactuado com todos os municípios uma agenda voltada para o regime de colaboração. Essa agenda é o que temos de mais forte, hoje, na Secretaria de Educação. Havíamos lançado um programa focado na alfabetização na idade

certa pelo qual, até o segundo ano do fundamental, todo estudante do estado do Amapá, seja das escolas estaduais ou das escolas municipais, tem de estar alfabetizado. A Secretaria de Educação estadual entra com material didático, com formação para todos os professores, livros didáticos para todos os estudantes, bolsa para professor formador, premiação para as escolas que atingirem os objetivos de aprendizagem. Para tanto, dos 25% do ICMS que o estado passa aos municípios, vinculamos 18% aos resultados da aprendizagem na educação. Aprendemos esse programa com o Ceará e avançamos nessa conquista. A pandemia trouxe um prejuízo gigantesco ao programa.

Os ganhos na pandemia

Apesar das perdas, tivemos conquistas importantes. Uma coisa muito interessante foi conseguirmos, em parceria com a Nova Escola, regionalizar nosso material didático. Seleccionamos professores autores para produção do material, que já está nas mãos de todos os estudantes do 1º ao 3º ano de toda a rede estadual e de todas as redes municipais.

Foi um ganho ter professores autores que conseguiram produzir um material regionalizado. Foi muito importante, por exemplo, para a alfabetização dos estudantes. No Amapá, não existe framboesa e, nos livros didáticos, em geral, fala-se em suco de framboesa. Só que o aluno amapaense não sabe nem o que é isso. Então, fizemos o material didático regionalizado com referências que têm a ver com o cotidiano dos alunos.

Avançamos muito, também, na questão da formação continuada, atingindo todos os professores, diretores e coordenadores pedagógicos. Para a política de formação continuada, temos um ambiente chamado Centro de Valorização da Educação (CVEduc), que foi potencializado durante a pandemia. Nele estão reunidos profissionais de diversas áreas – fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, educador físico, odontólogos – que realizam um trabalho de prevenção, de orientação preventiva e também curativa de professores e

estudantes. O centro foi fundamental para dar apoio socioemocional tanto aos docentes quanto aos alunos.

Garantia do direito à educação fora da escola

Uma vitória grande foi quebrar a crença e a resistência dos profissionais da educação de que o uso de ferramentas tecnológicas era negativo. Os professores temiam que a educação a distância fosse substituí-los, o que não tinha sentido. Mas havia uma forte resistência. Aproveitamos uma plataforma da secretaria para fazer as formações dos professores para o uso da própria plataforma e o ensino a distância.

Mais importante, ainda, foram as parcerias que fizemos com o estado do Amazonas, que disponibilizou muito material didático do seu Centro de Mídias, e com a TV Assembleia do Amapá, para transmitir aulas de manhã e à tarde, de acordo com os horários em que os alunos estavam matriculados. Foi uma boa iniciativa porque a TV Assembleia chegava a 85% dos estudantes.

Manutenção do vínculo do aluno com a escola

Para manter o vínculo e garantir o direito à educação quando os alunos estavam longe da escola, investimos num kit Merenda em Casa, que foi idealizado pela equipe de nutricionistas para garantir a segurança alimentar dos estudantes, já que muitos vão à escola principalmente por causa da merenda. O kit estava muito acima da nossa capacidade financeira, mas decidimos apostar e ele foi entregue por estudante, não por família. A exigência era que a família do estudante fosse à escola buscar o kit, para buscar e levar materiais didáticos, para, assim, ele não se afastar da escola e fazer as atividades na medida do possível.

O foco, portanto, era manter viva a escola, fazer formação, melhorar a questão tecnológica, cuidar das pessoas na perspectiva de

apoiar emocionalmente todos que fazem parte da escola, garantir a segurança alimentar do estudante e cuidar para não ter evasão.

Essa ação teve um efeito muito positivo. Muitas escolas aumentaram o número de matrículas e não tivemos evasão. Pelo contrário, por conta da crise, muitos estudantes das escolas particulares e também das escolas municipais se matricularam na rede estadual.

Sala de Planejamento e Novas Práticas Pedagógicas: uma inovação

Durante a pandemia, inauguramos escolas em tempo integral, chamadas de Escolas do Novo Saber, e continuamos capacitando professores, coordenadores pedagógicos e gestores para nelas atuarem. Aproveitamos a pandemia para consolidar as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) junto aos professores. Para que os professores começassem a pensar numa educação do século XXI, inauguramos nessas escolas um ambiente que nunca existiu na rede: a Sala de Planejamento e Novas Práticas Pedagógicas. Foi uma forma de incentivar os gestores e a coordenação pedagógica a desempenhar seu papel de formação dentro da escola em um novo ambiente.

Esta sala é um ambiente para que os professores possam pesquisar, se integrar, estudar como desenvolver competências que estão estabelecidas na BNCC, fazer um planejamento integrado por área de conhecimento, e não mais por disciplinas. Ao montar esse ambiente físico em todas as escolas, do ensino fundamental e do médio – desde que elas tivessem espaço físico para tal –, nos preocupamos em deixar os dados da gestão à vista, com informações estratégicas. Em cada sala tem o mapa de gestão de todos os indicadores importantes. Porque o que se observa é que, em geral, o coordenador pedagógico se comporta como uma espécie de delegado, fazendo BO de problemas da escola, ao longo dos anos. Não é esse o trabalho que ele deve realizar, mas o de orientar a questão pedagógica.

Estendemos a todas as escolas o modelo de escola de tempo integral, pelo qual o diretor da escola se ocupa das competências pedagógicas, enquanto um diretor adjunto se responsabiliza pela gestão administrativa e financeira. Foi uma decisão importante para envolver os diretores na discussão pedagógica, junto com os coordenadores pedagógicos. E, na sala de planejamento, ambos podem envolver os professores e profissionais da escola na perspectiva da gestão para a aprendizagem. E, acima de tudo, estudar, planejar, preparar aulas e videoaulas. Disponibilizamos, dentro desse ambiente, computador com internet para o professor fazer pesquisa, fazer a aula dele. Ou seja, criamos um ambiente novo com uma mensagem: “Podemos construir algo diferente para a educação, durante e depois da pandemia.”

A sala já tem resultados exitosos, porque os professores começaram a frequentá-la. Eles estão trabalhando por área de conhecimento. Então, quando não tem aula presencial naquele horário, o professor está na sala de planejamento, enquanto outros estão na sala de aula.

Regime de colaboração

O Amapá está avançado no regime de colaboração, por meio do Colabora Amapá, do programa Criança Alfabetizada, das escolas do novo saber e da implantação do assessoramento em rede, durante a pandemia. Atualmente, a Secretaria dispõe de 43 técnicos responsáveis por assessorar nossas escolas e fazer com que elas se sintam próximas da mantenedora. Como nossa rede tem 400 escolas, cada técnico fica responsável por nove escolas. Sua função é melhorar o planejamento, a formação continuada, a gestão dos dados, realizar um acompanhamento mais de perto por técnicos, e não mais por chefias, que implica, de certa forma, em fiscalizar, quando o objetivo não é esse.

As regionais de educação existentes em outros estados são focadas nas áreas administrativa, financeira, de recursos humanos e pedagó-

gica. Aqui no Amapá, vamos inaugurar as nossas regionais apenas com cunho pedagógico.

Por conta da transparência e da descentralização, criamos o Programa Escola Melhor (Proem), instituído pela Lei Estadual nº 2.123/2016, e o Cartão Escola. O Proem descentraliza os recursos da merenda e da manutenção escolar para os caixas escolares, para eles terem autonomia. Com o cartão, a escola compra o que é necessário na própria comunidade, o que faz o dinheiro circular, girando a economia local. Isso faz toda a diferença na comunidade e é uma ação muito inovadora e transparente. *On-line* e *on time*, sabemos o que e onde elas estão comprando. E temos um filtro, ligado ao CNPJ, junto com o Banco do Brasil, que impede que o dinheiro do Cartão Escola seja gasto em qualquer lugar que não seja adequado ou não esteja voltado a negócios relacionados com a escola.

Outro programa especial é o Escola Melhor, voltado tanto à melhoria da rede física quanto à aquisição de equipamentos, para as escolas não dependerem apenas das licitações da Secretaria de Educação para comprar móveis, contratar empresas para revitalizar as escolas, adquirir materiais didáticos e financiar projetos especiais.

Por exemplo, ainda temos muitas escolas de madeira no interior do Amapá, escolas rurais, e elas estão em situação muito boa porque, na pandemia, repassamos recursos para os diretores fazerem sua manutenção e providenciarem reparos eventuais. Com essa descentralização de recursos, os projetos pedagógicos nas escolas não são atrasados, o que as ajuda a ficarem vivas, a não pararem.

Gestão voltada para a aprendizagem

As diversas medidas postas em vigor pela Secretaria de Educação fortalecem a gestão voltada para a aprendizagem. Uma das ações principais para conseguirmos implantar esse tipo de gestão foi termos criado condições para os diretores escolares se concentrarem no pedagógico e deixarem o administrativo-financeiro para os

diretores adjuntos. Também foi bastante importante a implantação da assessoria pedagógica nas regionais, com os 43 assessores pedagógicos dando apoio às escolas da rede. Outra medida nesse sentido foi o estabelecimento da chamada “unidade geoeducacional” que, na verdade, é a presença de um representante da educação em cada município. É ele quem faz a articulação entre prefeitura e escola, ajuda na distribuição de livros na distância, articula prefeitura e os secretários municipais. Esse trabalho ainda está muito frágil, muito no início, mas estamos convencidos de que precisamos de equipes pedagógicas regionalizadas, já que não temos condições de ter pedagogos em 100% das escolas públicas do Amapá.

A volta às aulas presenciais

As aulas presenciais voltaram em 2 de agosto de 2021 e, para isso, fizemos o que a maioria fez: nos concentramos no acolhimento. Não tivemos dificuldades em cumprir os protocolos de biossegurança. Arrumamos 100% das escolas, entregamos equipamentos de proteção individual em todas as escolas para todos os estudantes e todos os profissionais da educação. Organizamos tudo enquanto os dados da pandemia ainda eram preocupantes. A comunidade escolar não queria voltar e, no primeiro semestre de 2021, a pressão foi bem grande, já que muitos estados já tinham voltado com as aulas presenciais. Mas voltar com pânico, gerando medo, não vale a pena. Apenas quando a Superintendência de Vigilância e Saúde declarou que era totalmente seguro voltar é que tomamos essa decisão.

Uma das providências tomadas para a volta foi determinar o lugar de acolhimento. É uma sala de monitoramento para onde deve ser encaminhada qualquer pessoa – estudante, professor ou trabalhador da educação – identificada com febre ou algum sintoma de Covid-19, a fim de serem realizados todos os protocolos necessários.

Felizmente não tivemos estresse nem confusão. O sindicato dos professores é muito ativo e está tudo sob controle. Os estudantes

seguem em modelo híbrido. A volta à escola foi escalonada e as escolas tiveram autonomia para, em parceria com o conselho escolar, avançar na medida de suas possibilidades. Porque é preciso considerar o universo de cada instituição, já que temos escola com 20 estudantes e escola com 2.500 estudantes. Daí a autonomia para cada escola dialogar internamente, tomar suas decisões.

O governador criou, por decreto, o comitê estratégico para a volta às aulas de maneira segura, escalonada, do qual sou presidente. Nele, dialoguei com as escolas particulares, com as escolas municipais, a União dos Estudantes Secundaristas, durante toda a pandemia. Isso facilitou muito os entendimentos e a tomada de decisões.

Principais aprendizados ao longo da reorganização do trabalho da Secretaria

Acho que um grande aprendizado foi ter criado os ambientes de aprendizagem nas escolas, um canal para aproximar os professores, para ajudar quem faz parte da escola a se apropriar dos resultados da aprendizagem, a pensar no sucesso escolar do estudante, a olhar para os números, olhar para os indicadores e se envolver, e onde se possa debater o que realmente importa na educação, o que é educação de qualidade.

Trazer a família para dentro da escola também foi um aprendizado. Criar o kit Merenda em Casa, obrigá-las a apanhar o kit e os materiais pedagógicos para os estudantes e convidá-las a conhecer a parte de tecnologia foram formas de trazer a família para dentro da escola. Até então havia uma descrença muito grande: os pais não davam valor à escola, não costumavam frequentar a escola dos filhos. E agora vejo que, se a escola for estratégica, não deixa nunca mais os pais saírem de dentro dela.

Outro aprendizado muito importante foi focar na excelência da gestão, mostrar que, na educação, não tem herói, não tem bala de prata. Educação é um trabalho constante, permanente, de muitas pessoas,

de muitos autores, numa engrenagem que, se não olharmos juntos os números, os dados, se não nos engajarmos na agenda da aprendizagem, vamos nos perder. Acho que esse foi o maior aprendizado.

Liderança e comunicação

Por meio das ferramentas de gestão escolar e do assessoramento pedagógico, a comunicação da Secretaria com as escolas melhorou de maneira notável. É preciso tomar as rédeas e fazer o que tem de ser feito. Isso tem feito a gente avançar já que ainda estamos muito distantes de oferecer uma educação de qualidade.

Apesar de 70% dos nossos professores terem pós-graduação, ainda não adquirimos as habilidades necessárias ao trabalho de formação continuada que dê ao professor as ferramentas necessárias para que ele faça um trabalho de excelência.

Outra coisa que ficou clara é a importância do tripé referencial curricular, avaliação e formação. Por meio do assessoramento técnico e pedagógico, as escolas começaram a perceber a importância disso. A BNCC trouxe os referenciais curriculares. A partir daí, trabalhamos as áreas de conhecimento, avaliamos o que foi aprendido e, imediatamente, trazemos ferramentas para o professor usar visando a melhoria da qualidade da aprendizagem do estudante. Todo mundo fala em comunidade de aprendizagem. Mas como, na prática, fazer isso? De que forma podemos estabelecer essa dinâmica no dia a dia do professor para ele entender que tem de se preparar para trabalhar o referencial curricular, a avaliação deve ser imediatamente após esse trabalho e ele deve retroalimentar sua prática em cima do resultado da aprendizagem do estudante. Esse é um grande desafio a enfrentar e exige imensa capacidade de comunicação e de liderança.

Amazonas

Kuka Chaves

Ao suspender as aulas presenciais, o Amazonas foi o primeiro estado a desenvolver e colocar no ar um programa destinado a atingir o seu alunado por meio das tecnologias digitais, o Aula em Casa. Para o estado, o feito não pode ser considerado extraordinário já que, por dispor de um centro de mídia muito avançado tecnologicamente há mais de 14 anos e por ter, entre os servidores da Secretaria de Educação estadual, profissionais altamente habilitados em tecnologias da informação e comunicação, nada mais natural que esses recursos estivessem disponíveis e preparados para enfrentar uma situação-limite como a que atingiu o planeta em função do coronavírus. O Aula em Casa, por sinal, foi bastante difundido e tornou-se objeto de vários termos de colaboração técnica entre o Amazonas e mais de doze estados e municípios brasileiros, atingindo mais de dez milhões de alunos.

Graças aos seus recursos técnicos e humanos, as aulas no estado do Amazonas tiveram continuidade e o ano letivo de 2020 foi completo, embora o acesso à tecnologia não esteja ao alcance de todos os alunos. Ciente da dificuldade de acesso dos estudantes à internet, principalmente entre as famílias desfavorecidas, o governo, naquele momento, definiu como prioridade levar a educação a todos. A rede estadual foi mobilizada para gerar materiais impressos com o mesmo conteúdo dos materiais digitais e levá-los ao mais longínquo município. Nesse trabalho de distribuição do material aos alunos foram envolvidas todas as coordenadorias da Seduc e até mesmo os professores, que faziam acompanhamentos semanais com correção de tarefas usando grupos de WhatsApp.

Uma das preocupações em ofertar o acesso à rede mundial de computadores eram as consequências psicológicas e emocionais nos

alunos da suspensão das aulas e do isolamento social decorrentes da pandemia. Para minimizar os problemas do isolamento, a Seduc se empenhou em movimentar a rede, em tentar motivar o estudante e em fazer o conhecimento chegar até ele.

Outra prioridade foi ofertar alimentação aos alunos que não estavam indo à escola. Foi lançado um grande projeto, chamado Merenda em Casa, para levar um kit alimentar – formado por vários itens, que correspondiam a três meses de alimentação na escola por aluno – na casa de cada estudante. O Merenda em Casa desenvolveu uma aplicação com ferramentas de geoprocessamento e instalou 37 postos estratégicos para a distribuição dos kits e a iniciativa envolveu a criação de uma ferramenta de *business intelligence* (BI) que permitiu coletar e processar os dados para avaliar a eficácia da distribuição. Para resolver os desafios de comunicação, executou um abrangente plano que incluiu um canal para responder perguntas, receber reclamações e auxiliar na busca ativa de pais e gestores. Foram mobilizados quase três mil servidores, parceiros e empresas que trabalham com a Secretaria e apoiadores, formando uma rede de pessoas que ajudaram a que esse alimento chegasse na casa de cada uma das famílias. Devido à sua boa execução, o projeto foi um dos quatro vencedores do programa Super-Heróis de 2020, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também por conseguir atingir uma extensão territorial tão grande num período em que todo mundo temia sair de casa.

Esses dois projetos foram os prioritários durante o período 2020-2021, mas a rede continuou a executar as demais ações constantes do plano de governo, além de desenvolver outros 13 projetos prioritários. Com a perspectiva de retornar às aulas presenciais, a Seduc preparou ações de infraestrutura, remodeladas para atender todas as necessidades sanitárias, de formação de professores, de acolhimento e uma grande avaliação da rede, para ter um diagnóstico da situação dos alunos quando houvesse o retorno às atividades presenciais.

Volta às aulas

As aulas presenciais foram retomadas em agosto de 2020 – em regime híbrido com a implementação de protocolos de saúde. Para a Seduc, era preciso levar aos alunos a possibilidade de recuperação da aprendizagem perdida durante o isolamento social. O modelo híbrido seguiu até dezembro de 2020, com o apoio da comunidade escolar e sem intercorrências significativas de casos de contaminação.

No início de 2021, o Amazonas foi impactado diretamente pela pior crise – pior até do que a da primeira onda da Covid-19 –, que foi a da falta do oxigênio medicinal, que criou uma situação de pânico na cidade. Entre fevereiro e abril, o ensino remoto foi novamente necessário para garantir a segurança de toda a comunidade escolar.

Naquele momento, para que a rede estadual retomasse as atividades em regime híbrido ou 100% presencial, era necessário a garantir a vacinação do público mais resistente, que eram os profissionais da educação. Com o estado em fase de controle da crise sanitária, o governador conseguiu, junto ao Ministério da Saúde, em maio de 2021, antecipar a vacinação dos profissionais da educação, já que o estado foi uma das portas de entrada da pandemia.

Realizada a cobertura vacinal de professores e profissionais da educação, o Amazonas foi o segundo estado a aplicar vacinas nas crianças e jovens de 11 a 17 anos. Desse modo, em maio, voltou-se ao ensino híbrido. Com a cobertura vacinal dos professores, cerca de 60% dos profissionais retornaram às escolas e, em agosto, a volta às aulas atingiu 100% da população estudantil, sem registro de casos de contaminação de alunos dentro da sala de aula.

Busca ativa

Parte da responsabilidade pela alta percentagem de comparecimento às escolas deve ser creditada ao programa de busca ativa. Foram desenvolvidos alguns programas com esse objetivo, como Queremos

seu Amigo de Volta. Todo o corpo de assistência social e o corpo psicológico estadual foi para ruas e bairros em busca das famílias para entender por que o aluno não tinha retornado à escola. Surpreendentemente, voltaram para a rede mais de 20 mil alunos que não haviam retornado nem no regime híbrido, nem no regime presencial.

Dando continuidade às atividades em prol da recuperação da aprendizagem, 2021 foi um ano de recomeços de projetos. Um dos projetos foi o de correção de fluxo. Outro, o Contraturno Digital, que é o reforço escolar no contraturno, principalmente para o ensino médio.

Durante 2021, por meio do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam), o estado avaliou o aprendizado dos estudantes com a aplicação da prova do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam), para saber como a rede havia se comportado no período pandêmico. O Sadeam foi criado em 2008 com o objetivo de aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino do Amazonas. Também houve três avaliações internas, feitas pelo programa Hora de Avaliar. Depois de formatar os dados, a Seduc deu continuidade a todas as correções necessárias à rede, de acordo com os resultados do processo de avaliação.

Inovação e tecnologia

O Centro de Mídias no Amazonas foi criado em 2007 para que o estado pudesse fazer o ensino com mediação tecnológica, porque havia muita dificuldade em ter conectividade em todo o território. Através das antenas, o ensino a distância era levado até os polos, onde um professor tutor acompanhava os trabalhos e orientava os alunos. Com a pandemia, a Seduc percebeu que era necessário diversificar e inovar o Centro de Mídias, que passou a desenvolver um trabalho com multiplataformas – computador, televisão, aplicativos, celular – para chegar aos diferentes tipos de público.

Portanto, o Centro de Mídias deixou de ser voltado para o ensino a distância mediado e passou a desenvolver um ensino multiplataformas. Hoje, tem a capacidade de criar todo tipo de projetos que se imagine, e com interatividade. O professor cria a aula no Centro de Mídias, passa para o pedagogo, passa para a correção, e uma produtora faz a terceirização da edição das imagens. O material sofre uma adaptação de interatividade e as aulas passam a ser movimentadas com interatividade. Essa foi uma pegada muito interessante para chegar ao público-alvo já que não adiantava fazer aulas monótonas; era preciso que elas despertassem o interesse e o engajamento das crianças e adolescentes. O mesmo foi feito nas aulas de EJA, para a formação de adultos.

Comunicação, liderança e engajamento

A Seduc aproveitou a conectividade para, com gravação de vídeos e sequências de programas de formações, levar mensagens aos locais mais longínquos do estado do Amazonas. E quando se fala em comunicação, volta-se, querendo ou não, para o Centro de Mídias, que deu oportunidade para que a Seduc levasse informação para todo o interior e até Brasil afora.

O Centro de Mídias também foi utilizado por todos os órgãos que precisavam fazer qualquer tipo de acesso ou de treinamento, como defensorias públicas, defensorias do interior, corregedorias, conselhos tutelares e até o Fundo de Promoção Social. Diversos organismos solicitaram utilizar o estúdio para transmitir informações que deveriam alcançar rapidamente muitos municípios. Na verdade, o Centro de Mídias terminou sendo o carro-chefe do estado não só para a educação chegar aos alunos, mas também para que outros serviços públicos chegassem a muitas pessoas que precisavam.

Por meio do Centro de Mídias, por exemplo, foram realizadas audiências públicas para a reconstrução da BR 319, de modo a atingir todos os municípios em que a estrada irá passar, reunindo órgãos da esfera federal e da esfera estadual para fazer com que o projeto

deslanche. Algo que dificilmente se conseguiria se ocorresse de forma presencial e certamente não alcançaria tantos municípios ao mesmo tempo.

O que talvez se sobreponha à liderança seja a participação, a união que ocorreu no Amazonas em momentos críticos, e tudo feito de uma forma muito solidária. Foi o que ocorreu quando foi necessário entregar os materiais didáticos e o kit alimentação na casa dos alunos. O material foi transportado por parceiros, pelo Exército, pelas Forças Armadas, pela polícia e, principalmente, pela população. Toda a comunidade escolar se envolveu nesses processos, o que mostra, mais uma vez, o movimento em prol da educação.

Formação dos professores e profissionais da educação

Vários trabalhos foram desenvolvidos na área de formação dos professores e dos profissionais da educação. Primeiro, realizamos uma formação para aquele professor que precisava aprender a receber os alunos no momento em que voltássemos à aula presencial. Foi mudada a prioridade curricular e todos os calendários sofreram alterações, sendo necessário promover formações para que os docentes entendessem o replanejamento do currículo e aprendessem a fazer o acolhimento dos estudantes na volta à escola e a ajudá-los em relação aos problemas socioafetivos surgidos em função da Covid-19. E outra formação para mostrar como deveriam ser feitas as aplicações do programa Aula em Casa, que receberam uma nova formatação.

A partir do momento que iniciamos o ensino híbrido, iniciamos também um grande projeto, que estava entre os 13 prioritários da Seduc: o Trilhas do Saber. Atinge grande parte do interior do estado, levando formação profissional a docentes e não docentes das redes pública e privada. São oficinas em que são ofertados cursos desde atendente de portaria, merendeira, nutricionista, comunicação, como gravar os vídeos, editorar, criar páginas de internet e páginas

de publicidade, até formação de professores e pedagogos. Ofertamos essas vagas tanto para a rede estadual quanto para a rede municipal. Inicialmente, atingimos seis municípios. O menor ofertou cursos para 750 pessoas e o maior chegou a quase 1.100 pessoas em 87 oficinas ocorrendo simultaneamente. O Trilhas do Saber possibilitou um resgate, no sentido de que as pessoas que estavam com muito medo, que estavam engessadas, automaticamente foram conduzidas a entender que a vida voltou ao novo normal e começaram a sair de casa e a viver esse novo momento.

Nunca a Seduc teve um trabalho tão extenso e tão completo de formação, e não apenas para profissionais. Quando falamos de formação, geralmente estamos falando da formação dos docentes. Mas, dessa vez, entendemos que era preciso movimentar toda a rede. E, graças a isso, temos conseguido grandes ganhos. Pessoas que diziam que queriam largar o emprego, que achavam que tudo estava acabado, hoje estão empolgadas, querendo uma formação mais extensa. Nos municípios, foram gerados traumas profundos, de famílias perderem 80% dos seus entes. Quando se decretou o retorno híbrido, muitos pais tiveram dificuldade em acreditar que os filhos poderiam voltar à escola com segurança. Mas, por meio das caravanas de formação, quebramos muitos medos, o que levou os pais a quererem voltar a trabalhar, a quererem ver os filhos voltarem a estudar.

Outro projeto prioritário foi o Cepen Digital, que é o nome do nosso Centro de Formação Profissional Padre José de Anchieta. Ele oferece os conteúdos mais diversos que se possa pensar para docentes e não docentes, com acesso muito simples via internet e com formação *offline*.

Os novos projetos

Em 2022, a rede de ensino estadual vai ofertar uma série de programas, entre eles o Na Ponta da Língua, de cursos de inglês e de espanhol aos alunos que obtenham uma boa média. Também vamos

oferecer programas de pós-graduação para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental numa formatação que permita que eles tenham pleno conhecimento e pleno domínio para transferir esse conhecimento aos alunos, principalmente da alfabetização, a fim de que recebamos um estudante mais bem preparado. Atualmente, a rede estadual atende o ensino fundamental 2, ou seja, os anos finais do fundamental. E sentimos uma grande lacuna de aprendizado na parte de alfabetização. A rede estadual de educação não pode alfabetizar o aluno porque não está dentro da sua alçada, mas pode oferecer a oportunidade ao professor, principalmente dos municípios, de fazer uma pós-graduação voltada para a formação da educação básica, dentro do regime de colaboração.

Valorização do profissional da educação

Não podemos jamais deixar de falar de valorização do servidor. Essa foi uma das maiores lições aprendidas por toda a sociedade durante a pandemia: o real valor do profissional da educação. Nunca um pai desejou tanto que uma aula voltasse. Nunca um pai elogiou tanto a escola. Finalmente a sociedade entendeu a importância do papel do professor. Os relatos são diversos e os mais engraçados e mais estapafúrdios. Tenho uma amiga que dizia: “Eu dava o peito para o bebê, eu corrigia tarefa, eu dava cascudo no mais velho, eu não sabia mais o que fazer dentro de casa; e a casa pegando fogo, eu tinha de fazer almoço. E nunca desejei tanto beijar os pés da professora do meu filho.” Passaram a reconhecer o trabalho dos docentes, que realmente precisa ser mais valorizado.

O Amazonas segue com uma política de valorização do professor muito forte. Desde 2020, por meio do Fundeb, o governador Wilson Lima concedeu um dos maiores abonos já pagos no estado e estendeu esse pagamento, com recursos estaduais, para os profissionais de toda a rede. Todos os servidores administrativos, todos os profissionais da educação também passaram a receber o abono salarial no final do ano.

Aprovamos na Assembleia Legislativa o projeto que institui o 14º e o 15º salários. As bonificações serão pagas aos melhores profissionais, aqueles que atingirem as metas estipuladas. Os indicadores mostrarão o desempenho das escolas e dos professores para que possam ter acesso a esses prêmios.

Gestão escolar

A Secretaria de Educação estadual está passando por um grande programa de implementação de gestão educacional que vai chegar até o chão da escola. Por meio dele, vamos conseguir ver a rede como um todo, desde a acessibilidade da escola até a quantidade de freezers e carteiras que ela tem.

O programa vai desenvolver um processo de cunho estrutural, pedagógico e de gestão, além de fazer o acompanhamento das métricas que estamos estabelecendo para poder levar um reforço às escolas com maiores dificuldades para o atingimento de metas. Esse reforço será não só no quadro de professores, mas também de pedagogos e de todo o corpo diretivo. Por ele, poderemos enxergar se os gestores estão conseguindo entregar todos os recursos que recebem, se estão prestando contas corretamente, se estão gerindo a escola com responsabilidade social, se estão implementando programas ambientais. Então vamos olhar não apenas para a parte de infraestrutura, mas também a parte pedagógica e avaliar a gestão. Ou seja, é um sistema de gestão educacional completo.

Principais aprendizados

O principal ensinamento trazido pela pandemia é o de que nenhuma rede pode caminhar sem tecnologia. As redes terão de investir cada vez mais em conectividade. E uma coisa muito interessante foi que, no final de todo esse processo, quando a educação voltou a funcio-

nar presencialmente 100%, não sabemos como conseguimos isso. Certamente a coragem foi fundamental.

Felizmente, o Amazonas está num estágio muito avançado, e pode-se até dizer que estamos vivendo dias de normalidade. É uma grande alegria sentir que o mundo está voltando ao normal, mesmo lembrando da importância de se manter todos os cuidados, de seguir todos os protocolos de segurança. Com a pandemia, passamos por um grande ensinamento: no Japão, quando uma pessoa está resfriada, usa a máscara para não contaminar os outros. É uma forma de proteger o outro. Começamos a enxergar que precisamos evoluir e nos adaptar às novas mudanças. Então quiçá possamos, muito brevemente, não precisar utilizar todos os dias os equipamentos de proteção individual, mas que os utilizemos para proteger o outro quando necessário, como fazem os japoneses.

Uma das minhas reflexões é que o vírus é fortemente combatido por meio da educação, do asseio, da lavagem de mãos. Ações básicas, corriqueiras, são uma forma tão fácil de evitar não só a Covid, mas várias doenças. Então, esse é um ponto que as redes educacionais de todo o país têm de considerar: que a higiene básica tem de ser muito mais implementada e ser foco das atenções de todos dentro e fora da sala de aula.

Outro aprendizado é que a tecnologia da informação e da comunicação não pode estar desconectada do jovem e do adolescente porque eles, principalmente os do ensino médio, precisam de algo que os estimule a ficar dentro da sala de aula. Estamos às vésperas de um novo ensino médio e temos uma situação em que todos estão altamente conectados. A aula do blá-blá-blá vai ter de ser reinventada por meio da tecnologia. A linguagem para o aluno é totalmente diferente e essa constatação não é apenas um grande aprendizado, mas algo sobre o que, mais do que nunca, teremos de refletir. Sabendo que, com a pandemia, muitos pais perderam seus empregos, suas colocações, muitas vezes salários bons, e que o aluno também pode abandonar os estudos para ajudar a compor a renda familiar. Então é necessário adotar uma formatação das aulas muito atrativa para

que esse aluno, se tiver de sair para trabalhar, ainda tenha gás para pensar em voltar a estudar, em ter uma formação.

A reinvenção da forma de educar por meio da tecnologia vai ser o diferencial da educação no futuro. Um dos projetos prioritários da Secretaria de Educação é a montagem de laboratórios multi-instrucionais. São laboratórios *makers*. Vamos possibilitar ao aluno que aprenda desde as mais simples habilidades de solda elétrica, de pintura, até a criação de programas usando placas Arduino, montagem de sistemas, de robôs. Essa é, talvez, a grande surpresa de 2022. Grande parte da parte física dos laboratórios já está sendo finalizada e esses espaços de inovação serão um dos pontos de atração para que o aluno jamais pense em abandonar os estudos.

Bahia

Jerônimo Rodrigues

A Bahia iniciou 2020 com grandes expectativas em relação à educação. Diversos programas estavam desenhados, aguardando o início das aulas para serem postos em prática. A pandemia do SARS-CoV-2 despejou um oceano de água fria sobre os projetos.

O maior prejuízo foi, sem dúvida, o processo de formação continuada que a Secretaria Estadual de Educação estava construindo, com o suporte do Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão de administração direta da secretaria que tem por objetivo planejar e coordenar estudos e projetos de ensino, pesquisa, experimentações educacionais e formação de recursos humanos na área de educação. Ficou quase impossível continuar o processo de aperfeiçoamento, de atualização, de treinamento de professores. Este, portanto, foi o primeiro grande prejuízo em relação ao que estava desenhado.

Outro grande impacto foi em relação à retomada do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (Sabe). Em 2019, foram realizadas sete provas com os segmentos do 5º e 9º anos do fundamental e 3º e 4º anos do ensino médio para apurar dados sobre desempenho escolar. Para 2020, estavam previstas prova diagnóstica, prova intermediária e prova final, visando abranger todas as séries, além de inserir avaliação de ciências. Ou seja, fortalecer o sistema de avaliação externa, ampliando o escopo para as séries que, tradicionalmente, não são avaliadas, e avaliar outros conteúdos que não só língua portuguesa e matemática.

Também havia um plano para levar essas avaliações até os municípios, de forma que todos – estado e municípios – pudessem diagnosticar, fazer intervenções, fazer as formações e crescer juntos, em termos de desempenho dos estudantes. Logicamente, com

a pandemia, muitos dos processos de monitoramento se tornaram bem tímidos.

Não se pode falar em ponto positivo em relação a uma tragédia como essa pandemia. Mas é possível afirmar que a Secretaria fez um planejamento mais efetivo dos seus investimentos e concentrou-os em questões importantes, como infraestrutura escolar, infraestrutura tecnológica, construção de padrões educacionais, padrões arquitetônicos, padrões de equipamentos e de insumos. É possível afirmar que, hoje, a Secretaria está construindo uma sistemática de padronizar seus insumos, seus processos e, por fim, está discutindo planejamento estratégico, verificando os programas, fazendo autocrítica e convergindo informações e dados para melhorar a tomada de decisão.

Outro aspecto importante foi a aproximação com as escolas. Pela própria necessidade de realizar monitoramento, orientar, discutir a retomada escolar, houve uma aproximação. Nunca se fez tanta live, tanta reunião, tanto seminário, tanto simpósio, tanto colóquio como nesse período. Nesse sentido, houve ganho.

Por fim, a Secretaria concluiu o documento curricular referencial da Bahia, que foi enviado ao Conselho Estadual de Educação. De forma que, agora, o estado tem um sistema de currículo, que está em processo de aprovação e implementação.

Garantia do direito à educação e manutenção do vínculo estudante-escola

Quando as aulas foram suspensas, em março de 2020, pensava-se que a suspensão seria provisória, duraria um, dois meses, e tudo voltaria ao normal. Diante disso, a Secretaria promoveu reunião com diversos colegiados, universidades, Conselho Estadual, sindicatos, vários segmentos que atuam na área da educação, para discutir o que fazer. Pensou-se em conjunto o que poderia ser feito para o ensino a distância e qual tecnologia utilizar para isso. Nesses encontros, ficou bem clara a existência de dois grupos. Um dos grupos defendia que

fossem utilizadas, logo, as tecnologias de informação e comunicação, que se pensasse em modelos de inclusão digital etc. O outro grupo, mais conservador, pregava que fossem usados o livro didático e o material apostilado para manter o vínculo com os estudantes e para que eles acompanhassem as atividades, fizessem os exercícios, as leituras.

Em meados de abril, a Secretaria lançou um guia de orientações sobre o que estado e municípios poderiam fazer, que tipos de ação desenvolver enquanto as aulas presenciais estavam suspensas. O guia, naturalmente, foi escrito por várias mãos, com ajuda da Undime, da União dos Municípios da Bahia (UPB), de diversos atores. Muitos municípios utilizaram o guia para desenvolver suas atividades. Por meio do painel de monitoramento e de diversas reuniões, identificou-se que mais da metade das escolas desenvolviam atividades preparatórias para o Enem, atividades de reforço escolar, apoio, suporte socioemocional e diversas outras. Isso resultou, inclusive, numa participação recorde da Secretaria e dos estudantes nas olimpíadas escolares. Embora não houvesse uma participação muito intensa em torno do Enem, é possível afirmar que ele não foi muito mal, em termos de resultado final.

A partir de julho/agosto de 2020, foi criada a agenda colaborativa, em que se aprofundava o relacionamento entre as instituições, criando um espaço de debate provocado pelos próprios prefeitos e outros segmentos da sociedade, como as secretarias municipais de educação. A partir desses debates, foram construídos novos documentos, inclusive uma nota técnica importante que sinalizou a organização do sistema para a transição de 2020 para 2021, tornando o processo contínuo. E, nesse contínuo, garantiu-se que os estudantes tivessem um fluxo normal, sem retenção, para que aqueles que pudessem ir retomando as atividades de aprendizagem, mesmo a distância ou por meio de avaliações, concluíssem o seu ciclo de estudo ou permanecessem na rede sem prejuízo, já que não se poderia reprovar estudantes que não tiveram aulas.

Em 15 de março de 2021, o governo decidiu iniciar a atividade escolar remota na Bahia, com um calendário reformulado, estruturado,

com 1.500 horas. A partir de 26 de julho, começou a fase híbrida e, de 18 de outubro em diante, a fase presencial, com mais de 80% dos estudantes participando das aulas. Naturalmente não será possível recuperar todos os prejuízos, todas as questões que foram deixadas para trás em termos de proficiência, mas, certamente, a maior parte dos estudantes continuará motivada, preparando o novo ciclo de 2021/22.

O sistema remoto e o presencial

No sistema remoto, a Secretaria utilizou parte das tecnologias de informação e comunicação, ampliou o escopo da TV educativa, construiu a TV Educa Bahia e produziu muitos conteúdos e material institucional. O estudante sem acesso a um sinal de internet, tem acesso a material escrito, material institucional e ao livro didático, o que está universalizado. Nesse sentido, o estudante teve acesso a essa tecnologia, porque educação a distância não pode ser confundida com educação que utiliza as tecnologias síncronas, as tecnologias de informação e comunicação. É possível utilizar as antigas tecnologias, e o módulo institucional é uma delas.

Formação dos profissionais da educação

A tecnologia aproximou as pessoas. Houve um distanciamento geográfico, físico, mas, do ponto de vista do diálogo e da formação, houve uma aproximação. Hoje, muito mais professores participam de formação a distância, utilizando os mecanismos da tecnologia. O Instituto Anísio Teixeira implementou um processo profundo de formação de quadros e de lideranças de gestores escolares, com foco no diretor e no coordenador pedagógico. Pela primeira vez, o estado da Bahia tem em todas as suas escolas um coordenador pedagógico, que é um elemento importante para a formação e a construção da qualidade.

A formação, principalmente a realizada pelo IAT, teve como principal público profissionais das redes municipais, o que tem impactos consideráveis na melhoria da gestão escolar.

Reorganização do trabalho para garantir o direito à aprendizagem

Durante mais de um ano e meio, a Secretaria de Educação pôde refletir sobre suas políticas educacionais. A partir dessa reflexão, foi fortalecida a ideia do currículo como instrumento norteador importante não só na construção, mas na formação, na preparação das condições para ofertar o novo ensino médio.

A reflexão levou à ampliação da permanência do estudante na escola, a partir da ampliação da carga horária escolar. Foi sancionada a Lei Anísio Teixeira, que cria o sistema de educação integral no estado da Bahia, o que não existia. A lei define recursos, instrumentos, pessoal, qualificação, para ampliar a jornada dos estudantes nas escolas.

Ao mesmo tempo, foi construída a padronização de elementos, em termos de insumos para a vida escolar, e fortalecida a consciência de que é necessário fazer monitoramento e avaliação contínuos. Avaliação para identificar as fragilidades, e monitoramento para estimular o processo de animação da atividade escolar.

Principal aprendizado com a pandemia

O principal aprendizado trazido pela pandemia é que a Secretaria deve estar mais presente solidariamente, não necessariamente levando tecnologia e informação, mas captando aquilo que as escolas vêm construindo de bons projetos e sistematizando e divulgando essas ações. Em 2020, produzimos um *e-book*, com experiências exitosas de 25 escolas em pleno período de pandemia. Mais de 300 escolas concorreram a um prêmio de gestão, que resultou na publicação

desse *e-book*, que mostra como elas continuaram mantendo o vínculo com os estudantes, oferecendo inúmeras atividades formativas e colaborativas.

Este é um novo tempo. A Secretaria tem entendido que é necessário ouvir mais as escolas e que o papel do protagonismo tem de ser dividido com a escola, daí o processo de escuta estar sendo muito forte.

Um programa estadual que vem dando bons resultados, o Mais Estudo, não foi construído pela Secretaria de Educação. Ele nasceu na escola pública, lá no chão da escola. Foi uma experiência exitosa de uma escola em Lauro de Freitas, em que estudantes faziam um trabalho de monitoramento com seus colegas mais vulneráveis, numa ação de protagonismo estudantil. A partir daí, a Secretaria apenas sistematizou o programa. É um exemplo importante de como escutar a escola vale a pena.

Os Núcleos Territoriais de Educação e a gestão escolar

Uma mudança importante, em termos de gestão, foi fazer uma gestão mais colegiada e fortalecer os Núcleos Territoriais de Educação para que eles deixem de focar em demandas de insumos e questões administrativas e funcionem como espaços dinâmicos de reflexão sobre as práticas pedagógicas, que acompanhem os resultados escolares. Enfim, que não sejam delegacia de ensino, cartório de ensino, mas espaços formativos e de monitoramento, de suporte às escolas.

A partir de parcerias importantes com a Fundação Itaú, com a Fundação Getúlio Vargas e outros, temos um norte para avançar na discussão em torno do planejamento estratégico. Isso vai nos fazer refletir sobre nossas práticas e aprimorar nossa atuação.

A luta contra a fome

Durante a pandemia, uma parcela importante dos estudantes, mais de 50%, ficou em situação de muita vulnerabilidade. Os dados mostram que muitos ficaram e estão em situação de insegurança alimentar, o que tem impacto direto na escola, porque eles vão buscar outros meios para ter o que comer todos os dias. Isso é algo dramático.

Nessa perspectiva, o governo do estado lançou, ainda em abril de 2020, o Programa de Vale-Alimentação Estudantil, que foi um instrumento muito importante e permitiu que fossem transferidos recursos para os estudantes adquirirem um básico de insumos para sua alimentação. Também foi fortalecido o Mais Estudo, programa que articula os alunos com alta proficiência para serem monitores de aprendizagem e ajudarem os colegas no processo de aprendizagem.

O Bolsa Permanência foi outra conquista importante porque sua intenção foi a de mostrar que apenas o vale-alimentação não era suficiente; era preciso dar suporte para as famílias mais vulneráveis. O governo estadual fez um recorte das famílias que estão no Cadastro Único e mais de 300 mil delas receberam um valor mensal de R\$ 150 para fazer frente às necessidades básicas das famílias. Foi mais um elemento para manter o vínculo entre o aluno e a escola porque, para receber essa bolsa, o aluno tem de continuar os estudos.

Avaliação diagnóstica

Tanto em 2020 quanto em 2021, foram feitas avaliações diagnósticas, mas não se avançou mais do que isso em função das condições objetivas. O mais importante no processo de implementação do sistema de avaliação é que a avaliação começa a ser um elemento importante do debate educacional. Anteriormente, havia uma postura, por parte dos colegiados, que descartava a avaliação como um instrumento importante para aferir a qualidade, enquanto outro segmento considerava que ela era um procedimento meramente de

ranqueamento, de implementação de uma cultura competitiva dentro da escola. Com o Sistema de Avaliação Baiano de Educação, foram percebendo que, na verdade, o que se busca é saber e refletir sobre como os estudantes estão aprendendo e o que eles estão aprendendo e, a partir daí, fazer intervenções mais focadas, principalmente naqueles com grandes problemas de aprendizagem, grandes déficits. As duas correntes mais reativas em relação à avaliação começaram a aprender que a avaliação é importante ao planejamento, à execução de qualquer política pública e que permite reformular diretrizes e implementar procedimentos para aperfeiçoar as práticas pedagógicas. A grande conquista dessa discussão é que as escolas começaram a perceber a importância da avaliação de modo natural.

Muitas escolas, já em 2019, começaram a discutir os seus indicadores de ensino-aprendizagem a partir do painel de monitoramento. A partir de então, 23 dos 27 Núcleos Territoriais fizeram proposições, inclusive com foco em metas estabelecidas: “Nós queremos, em 2020 e 2021, chegar a tal patamar de ensino e aprendizagem e a tal patamar de regularização de fluxo.” Isso muda a visão dos educadores sobre o processo educacional.

Financiamento da educação na pandemia

Como o orçamento da educação no Brasil é sempre um orçamento muito apertado, qualquer mudança significativa na oferta ou redução de despesas que são comprometidas regularmente, despesas de custeio, pode resultar na reformulação de investimentos. Em 2020, houve uma economia considerável na folha em função dos contratos temporários, já que boa parte deles não foi realizada porque não se teve um calendário normal de aulas. Essa economia com a folha ampliou consideravelmente os recursos a serem investidos em infraestrutura escolar. O estado lançou mão desses recursos para promover investimentos mais significativos: muita reforma, muita aquisição de equipamentos, mobiliário, a implantação de um padrão construtivo educacional.

Em 2021, ainda houve economia com a folha e uma certa melhoria da arrecadação. Com isso, foram possíveis investimentos em política social, alimentação escolar, infraestrutura, equipamentos, laboratórios e, ainda, em formação continuada.

A ausência do governo federal

Durante a pandemia, houve uma ausência do governo federal em programas complementares e ações que tradicionalmente ocorriam, com grandes prejuízos para as prefeituras municipais. Daí o estado da Bahia ter ampliado a assistência financeira e técnica aos municípios. Houve mais dinheiro do governo do estado disponibilizado para as prefeituras, mais aquisição de ônibus escolares, enfim, uma série de ações estaduais.

Na esfera federal, observa-se uma retração e a extinção de muitos programas importantes, inclusive na alfabetização e na educação de jovens e adultos, que, no Brasil, não pode ser encarada como uma política de segunda categoria. Se menos de 70% dos estudantes conclui o ensino médio no Brasil, isso revela que o país tem muitos adultos em situação de incompletude de formação escolar, que precisam concluir as etapas de escolarização. Então, nesse contexto de pandemia e de crise econômica, de crise sanitária, de crise global, a educação de jovens e adultos exige maior investimento na qualificação desses adultos porque quanto maior a qualificação, maior a perspectiva de retorno ao padrão de desenvolvimento econômico que a sociedade precisa. Com analfabetos, não se resolve o problema da economia do Brasil.

O fortalecimento do regime de colaboração

O volume de assistência tanto técnica como financeira aos municípios foi bem superior ao dos anos anteriores. O desejo do governo

do estado é poder influir mais decisivamente nessa assistência, com grande impacto nos municípios.

Um exemplo bem concreto: o ensino fundamental das séries iniciais foi municipalizado, o que proporcionou aos municípios mais recursos para investimento na educação infantil. A cobertura de creche na Bahia é muito alta em relação à média nacional, chegou a ser a melhor do Brasil, o que tem impactos consideráveis principalmente para as populações mais vulneráveis do semiárido e também das regiões metropolitanas mais empobrecidas. A Bahia também quase universalizou o atendimento à pré-escola. No entanto, há muitas obras de creches e pré-escola inacabadas nos municípios, muitos municípios com dificuldade para implementar melhorias, adquirir insumos e materiais para botar essas unidades funcionando.

Diante disso, o estado está desenhando um Plano de Ações Articuladas com o objetivo de prestar assistência financeira para que os municípios possam melhorar seu padrão de oferta de escolarização. Existem muitas outras possibilidades. Entre elas, a concessão de incentivos fiscais aos municípios com bom desempenho educacional.

O Sistema Baiano de Educação

Foi durante a pandemia que se construiu o anteprojeto de lei do Sistema Estadual de Educação da Bahia. Esse anteprojeto de lei é o primeiro no Brasil pós-redemocratização com foco nas novas diretrizes e nos planos nacional, estadual e municipal. Essa minuta será entregue à Assembleia Legislativa, para que ela promova debates sobre o tema e vote o projeto de lei que cria o Sistema Estadual de Educação da Bahia.

Ele é chamado de sistema de educação, e não de ensino, porque a perspectiva é cuidar de todos os aspectos da formação do povo baiano, inclusive no diálogo com todos os setores e segmentos, o setor privado, o setor universitário. Não se quer fazer um sistema de ensino que atenda apenas o que constitucionalmente está previsto: a educação básica. O que se pensa é na escolarização da população

da Bahia. O aprimoramento do capital cultural da população é um fator determinante para o desenvolvimento de inclusão.

Se se quer construir um sistema de ensino sólido, duradouro e de qualidade, é preciso que ele seja feito com o conjunto da sociedade. Dois exemplos bem óbvios: a maior parte das matrículas das séries finais do ensino fundamental está no município. Se o estudante que sai da rede municipal chega na escola estadual de ensino médio com um nível de proficiência elevado, com competências e habilidades desenvolvidas, com certeza o desempenho desse jovem na rede de ensino estadual será alto. Então, o estado não pode fazer de conta que isso não é um problema dele porque é!

Outro exemplo é a formação mínima de professores. Mais de 30% dos professores da Bahia – incluindo todas as redes, municipal, privada e estadual – não têm formação em nível superior, não têm licenciatura, o que repercute na qualidade do ensino. Universalizar a formação de professores dentro do padrão de qualidade exigido pela lei é fundamental para haver um sistema de qualidade. Não há boa educação sem professores com boa formação. Isso é uma realidade.

Existem 12 instituições de ensino superior, entre estaduais e federais, na Bahia, fora as instituições privadas. São elas que oferecem a formação inicial dos professores. Se o estado não dialoga, não debate a questão com essas instituições, não cria programas que possam ser convergentes, cada uma vai fazer o que quer, vai formar professores a partir do currículo que desejar, sem atender, necessariamente, as demandas do sistema público e privado de educação básica. A universidade não é um sujeito extra, independente. Tem a sua autonomia, mas deve ser uma autonomia cidadã, na perspectiva do desenvolvimento. As universidades são financiadas com recursos públicos e têm autonomia para ajudar as comunidades a desenvolver as suas potencialidades. Toda a autonomia universitária é nesse sentido da independência científica, tecnológica, docência, enfim, de investimento. Mas ela nasce e se fortalece no regime republicano com essa interface com o povo. A universidade é do povo, é para o povo e tem de produzir para o povo brasileiro.

Ceará

Eliana Estrela

A educação cearense foi surpreendida, em março de 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19. Ao longo destes dois anos, a educação no estado do Ceará passou por transformações significativas. Uma delas, decorrente da necessidade do distanciamento social, foi o entendimento de que a aprendizagem pode ser desenvolvida independentemente do lugar e do tempo, embora seja a escola, seguramente, o melhor espaço de interação entre os sujeitos e de conjugação entre os diferentes saberes.

Diante da suspensão das atividades presenciais, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) procurou diversas maneiras de apoiar ações pedagógicas, sem interferir na autonomia das escolas. Além do suporte essencial do livro didático, também ofertamos aulas pela televisão; tira-dúvidas em rádios; entrega de atividades impressas em domicílio, organizada pelas unidades escolares; utilização das redes sociais e de diversas plataformas virtuais.

A realização das atividades em formato remoto apresentou um desafio para escolas, gestores e professores, que precisaram adaptar-se ao novo contexto. Para garantir a manutenção do processo de ensino e aprendizagem, distribuimos chips com pacote de internet móvel e tablets para os estudantes do Ensino Médio, além de disponibilizarmos para cada uma das 746 escolas kits de gravação, contendo computador, câmera e tripé, para melhorar a transmissão das aulas virtuais.

O trabalho da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (Coded/CED) também foi essencial para o fortalecimento do ensino remoto, por meio da disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avaced), da oferta de videoaulas,

da transmissão de *lives* e *webinars* e da formação dos professores. Além disso, também implantamos nas escolas os Agentes de Gestão da Inovação Educacional (AGI), profissionais que auxiliam no planejamento e implementação de práticas pedagógicas envolvendo as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e educacionais.

Ceará Educa Mais

Para superar os desafios impostos à educação tanto no período da pandemia quanto no pós-pandemia, lançamos, em 2021, o Programa Ceará Educa Mais. Essa iniciativa reúne 25 estratégias para elevar o desempenho acadêmico e aprimorar as competências socioemocionais dos estudantes, a fim de que consigam realizar-se de forma plena.

Entre as estratégias adotadas com este propósito, estão a Política de Ensino Médio em Tempo Integral – considerando que atualmente 60% das nossas escolas ofertam a jornada prolongada; a articulação do Ensino Médio à Educação Profissional; a integração de novas tecnologias no ensino e na aprendizagem; a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); a ampliação de avaliações externas; o estímulo ao protagonismo estudantil e o desenvolvimento de políticas educacionais orientadas pelo respeito às diferenças e garantias de direitos.

Busca Ativa

Uma ação muito importante, que integra o Ceará Educa Mais, é a Busca Ativa Escolar. Por meio desta estratégia, foram selecionados estudantes para receber uma bolsa mensal por oito meses e auxiliar a trazer de volta para a escola os colegas que haviam se distanciado dos estudos. Isso tem sido fundamental para reverter os quadros de infrequência e de abandono na rede.

Pacto pela Aprendizagem

Cientes dos impactos provocados pela pandemia também no desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental, reforçamos o regime de colaboração com as redes municipais, que é uma marca do nosso estado. Desde o início da pandemia, trabalhamos em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seção Ceará (Undime-CE). Tomamos decisões conjuntas sobre o ensino remoto, respeitando a autonomia de cada município. Além disso, disponibilizamos guias de orientações, livros e materiais impressos para alunos e professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Em 2021, realizamos uma avaliação diagnóstica, por adesão dos municípios, para termos real noção de como estamos em relação aos desafios de aprendizagem. A partir daí, vamos construir juntos o projeto pelo qual apoiaremos pedagógica e financeiramente os municípios. No Ceará, entendemos a educação como uma só rede.

Dessa forma, fortalecendo o nosso compromisso de apoiar os municípios, lançamos, em 2021, o Pacto pela Aprendizagem no Estado do Ceará. Com investimento de R\$ 130 milhões, a ação revisita os objetivos do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic) e define ações estratégicas voltadas para a introdução do ensino híbrido. Entre as iniciativas planejadas, estão a oferta de equipamentos tecnológicos, a disponibilização de plataformas e materiais de apoio, além de assistência financeira suplementar para que os municípios possam impulsionar a aprendizagem dos alunos.

A implementação do Pacto está sendo possível graças ao trabalho articulado entre a Seduc, a Undime-CE, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e o Programa Cientista Chefe. No âmbito do regime de colaboração, estão sendo criados ciclos de recomposição e fortalecimento das aprendizagens dos estudantes.

Apoio às escolas

Durante esses dois anos, a nossa maior preocupação sempre foi manter a oferta da educação, garantindo a saúde e o bem-estar da nossa comunidade escolar, seja de forma remota/híbrida ou presencial. A liderança da Secretaria da Educação foi construída no dia a dia, na escuta, no respeito, olhando para cada escola, ouvindo as pessoas e tentando acertar.

Nosso trabalho foi no sentido de apoiar. Apoiamos as famílias, os estudantes, os gestores, os professores e os demais profissionais das escolas. Buscamos construir a vitória juntos, por meio do diálogo, sempre. Para isso, mantivemos uma mesa de negociação permanente com o sindicato dos profissionais da educação e as entidades estudantis, com os quais estamos em constante conversa.

Para que o retorno ao presencial pudesse acontecer de forma segura, voltamos o nosso olhar para as necessidades de cada escola. Assim, realizamos reformas e adequações nos ambientes escolares; disponibilizamos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); realizamos testes de Covid nos profissionais da educação, além de orientá-los quanto ao uso de máscaras, práticas de higiene e medidas de distanciamento.

No início de 2021, fizemos um ensaio para o retorno às aulas presenciais, que foi fruto da articulação com a mesa de negociação, representantes das associações de professores e das entidades estudantis. Pelo acordo, dissemos que esse retorno era de livre escolha, tanto para o aluno quanto para o professor, desde que se considerassem as condições sanitárias e a estrutura das escolas. Com a segunda onda da Covid-19, tivemos que suspender essa volta e terminamos o semestre de forma remota.

Com a antecipação da vacinação dos professores, iniciamos o segundo semestre de 2021 com o acolhimento das famílias e dos alunos, considerando que havia transcorrido muito tempo sem eles estarem presentes na escola. A partir daí, começamos a transição do remoto para o híbrido, em algumas escolas da rede. As aulas pre-

senciais foram sendo retomadas na medida em que os professores foram contemplados com a segunda dose da vacina.

É importante ressaltar que sentimos uma energia positiva, uma grande vontade dos professores e dos alunos de retornarem às aulas presenciais. Eles querem as salas cheias, querem estar na escola. Então, a escola para nós e para eles, com certeza, é vida, é o lugar de sonhos, de realização.

A reflexão sobre a educação na pandemia

Consideramos fundamental a reflexão sobre as experiências vivenciadas. Daí termos produzido uma coleção intitulada Educação no Ceará em Tempos de Pandemia, distribuída em três volumes. O primeiro volume é intitulado Estratégia de Gestão; o segundo, Experiências Municipais; e o terceiro, Docência com Novas Formas de Ensinar e Aprender que contam a narrativa experienciada pelas escolas estaduais e municipais. Para a concepção dessa obra, contamos com o apoio valoroso do Instituto Unibanco.

A coleção foi construída por estudantes, professores, gestores de escola, técnicos da educação e secretários municipais, ou seja, quem realmente vivenciou este momento. Pensamos em elaborar essa publicação tanto para contar as experiências vivenciadas neste momento tão significativo para todos nós, como também para deixar para as próximas gerações um registro da história.

Os principais aprendizados da Secretaria

Se os desafios continuam latentes, os aprendizados também o são. Em dois anos de pandemia, aprendemos, mais do que nunca, a dar valor à solidariedade, ao respeito e ao diálogo. Neste sentido, também ficou muito clara a importância de trabalharmos as competências socioemocionais, porque precisamos desenvolvê-las cada

vez mais, exercitando a resiliência, a empatia, o cuidado consigo e com o outro.

Em se tratando do processo de ensino e aprendizagem, compreendemos a necessidade de usar, de agora em diante, a tecnologia a nosso favor. Portanto, penso nesse momento da educação como uma oportunidade para inserirmos novas formas de ensinar e aprender. Mesmo ainda construindo soluções, precisamos sempre olhar para frente, com coragem e perseverança, características de quem faz parte do time da educação do Ceará.

Distrito Federal

Hélvia Paranaguá

O estudante é o centro da escola. Em nenhum momento, os professores e os gestores da educação podem perder este foco. O estudante é a razão de existirmos enquanto profissionais, então todo nosso trabalho tem de ser voltado para ele. É para ele que trabalhamos. Isto ficou ainda mais claro com a crise decorrente da Covid-19.

É importante lembrar que o Distrito Federal é diferente dos demais entes federativos. Todos os estados cuidam do ensino médio, enquanto a educação básica, desde a educação infantil até anos finais do ensino fundamental, é responsabilidade dos municípios. O Distrito Federal, por ser estado-município único, é responsável pelos estudantes da creche até o ensino médio. Além da nova UnDF, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes, criada em julho de 2021, que vai ficar sob a responsabilidade da Secretaria de Educação. Daí que a Secretaria de Educação do Distrito Federal tem 23.546 professores, sendo 12.500 em contratos temporários. Mais de 50% da rede, hoje, é formada por docentes com contratos temporários.

O professor que entra por meio de concurso público passa por um exame muito rigoroso, com uma cobrança muito grande em todos os aspectos. Ele tem de conhecer profundamente a teoria e, muitas vezes, não tem a prática como gostaríamos, mas é muito bem formado. O docente do contrato temporário também passa por um concurso, que é voltado mais para a análise curricular e para a experiência do que uma prova para verificar a competência do professor enquanto formação e habilidades.

O professor efetivo passa sempre pela formação na Eape, a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação,

uma escola de formação de excelência que existe há 33 anos e faz um trabalho espetacular nesse sentido. Além de formar, com o programa Eape vai à Escola, leva o formador para dentro da escola para verificar quais os resultados da aprendizagem do docente durante o curso, se o professor que fez o curso está realmente aplicando os ensinamentos de modo a que sua formação se reflita no estudante. Já o contrato temporário, não passa obrigatoriamente pela Eape. Ora, se 50% da rede é formada por contrato temporário, haverá sempre uma deficiência em termos de formação. Daí o papel fundamental da formação continuada. É preciso trazer para dentro da nossa escola de formação todos os profissionais que são contratos temporários. Todos, sem exceção. Para capacitá-los. Para que eles possam levar para a escola aquilo que é necessário para o estudante: a base! O letramento, a alfabetização, fazer com que o estudante aprenda a ler, a ter um raciocínio.

Quando as escolas normais foram fechadas, elas deixaram essa lacuna. Porque o ensino que era feito com o professor normalista das escolas normais se perdeu quando passou para as universidades. Aquela prática, de como alfabetizar o aluno, como fazer o aluno aprender a aritmética, se perdeu. As universidades ficaram muito mais na questão filosófica da educação, sociológica da educação e esqueceram, deixaram para trás essa parte da metodologia de ensino, de como fazer com que o aluno aprenda, como fazer com que o aluno seja alfabetizado. Então, a separação entre a teoria e a prática começa na universidade. É na universidade que está sendo gerado o problema. Até a UnB, a Universidade de Brasília, que é uma universidade de excelência, infelizmente não está fazendo uma boa formação do professor alfabetizador. E se numa universidade no nível da UnB essa falha é perceptível, o que não ocorre com o estudante que estuda numa faculdade que cobra uma mensalidade de R\$ 199,00 e fornece uma educação a distância?

Então, uma questão primordial a se pensar, em educação – e o Consed tem um papel muito importante nessa discussão –, é a da formação, da primeira formação do profissional, que se dá nas

universidades. Porque eles chegam às escolas sem saber ensinar o seu estudante.

A importância da Eape na pandemia

Durante a pandemia, a situação na Secretaria de Educação do Distrito Federal só não foi mais caótica graças à Eape. Com raríssimas exceções, nenhum estado estava preparado, em termos tecnológicos, para aula remota. Nenhum professor, também. Então, de repente, os docentes ouvem: “Você vai precisar fazer uma aula remota, você vai ter de gravar áudios, você vai ter de usar uma plataforma, que é o Google Classroom, para ministrar aula para o seu estudante, você vai ter de fazer uma série de outras questões, tais, tais, tais.” E o professor, que estava acostumado à sala de aula, ao quadro-negro e ao giz, de repente, teve de se adequar. Um decreto dividiu aula presencial de aula remota. Só que o decreto não faz milagre. Ele, simplesmente, diz o que se deve fazer; mas não dá os meios necessários nem diz como fazer.

Então a Eape teve, da noite para o dia, de formar, capacitar todos os professores da Secretaria de Estado de Educação a trabalhar com as tecnologias digitais. Desde gravar uma aula em casa para replicar para os alunos por meio de grupo de WhatsApp a como transmitir diretamente para quem tinha a possibilidade de usar uma ferramenta on-line. Além desses cursos, ao longo do período de 511 dias – que foi exatamente o número de dias de aulas de forma presencial suspensas no Distrito Federal até que as aulas presenciais retornassem, em agosto de 2021 –, foram ofertados cursos estruturantes, desde alfabetização, passando pelo bom planejamento de aula, até como e de que forma o professor vai abordar as metodologias para os seus alunos, desde oficinas pedagógicas até os cursos mais avançados.

Tudo isso foi feito de forma remota, com os professores trabalhando remotamente e estudando remotamente. Foi um período muito difícil não só porque eles não estavam acostumados, mas até

porque as aulas, na escola de formação, eram presenciais, e foi necessário, num clique, mudar todo o conceito de formação para levar o conhecimento aos professores de modo remoto.

A grande fragilidade: a tecnologia digital

No Distrito Federal, infelizmente, não houve um avanço na área de tecnologia como deveria ter ocorrido. Houve realmente um atraso. Portanto, houve falha porque não houve avanço. Não houve um sistema híbrido realmente eficiente, como deveria ter sido: o professor ministrando aula e o aluno, que está em casa assistindo, simultaneamente, de forma *on-line* e em tempo real. O que houve foi aula mediada por tecnologia. Com gravação de vídeos, com acompanhamento de material didático sendo entregue aos pais. Isso atrasou muito a melhoria na qualidade da aprendizagem, da alfabetização do aluno.

Assim que assumi, recebi o áudio de uma colega aposentada, chorando e dizendo: “Alfabetizei centenas de crianças no Distrito Federal, milhares de crianças, porque fui alfabetizadora durante 30 anos, e a minha neta não sabe sequer segurar um lápis. E não tenho como ajudá-la, porque não posso ir à casa dela porque eu tenho comorbidades.” Este é um exemplo de como o prejuízo foi grande.

Fizemos uma avaliação na rede e sabemos que houve um prejuízo considerável. Mas isso não nos desanima. Ao contrário, nos impulsiona, porque a nossa responsabilidade, agora, é muito maior. Com o diagnóstico pronto, temos de fazer as intervenções pedagógicas e todo o trabalho necessário para verificar onde está a deficiência do estudante e suprir essa deficiência usando a nossa escola de formação.

Essa primeira avaliação foi muito parecida com a da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), uma avaliação muito simples de leitura, com textos muito curtos, e de ver imagens e fazer associações com elas. Se avaliarmos um menino de 5º ano, hoje, ele pode ser reprovado na prova da ANA, que é olhar uma foto de um celular

e escrever que objeto é esse. Ele pode colocar celular, correto; ele pode colocar telefone, está correto; ele pode colocar um i-phone, está correto; ele pode colocar Samsung, que também está correto, porque ele entendeu o conceito. Ele associou a figura àquilo que ele tem como conceito. Só que ele não está conseguindo responder! E nós estamos falando de menino de 5º ano!

Os resultados estão dentro da média nacional. Pensávamos que eles seriam piores do que apareceu no diagnóstico. Temos 14 regionais de ensino, que estão muito equilibradas, com pequenas variações. Mas tem duas regionais em que os resultados ficaram muito abaixo das outras e, agora, vamos fazer um trabalho mais aprofundado com elas para ver o que aconteceu para que houvesse uma distorção tão grande em relação às outras.

É importante ressaltar que acreditamos que o ensino híbrido veio para ficar. Ainda que não como a principal ferramenta, mas para suprir outras áreas. Ele pode contribuir muito na educação integral, no ensino no contraturno, é possível desenvolver uma série de atividades usando a aula remota híbrida. Então, não vejo mais a escola, hoje em dia, sem a existência do híbrido.

Gestão, comunicação e engajamento: como manter o aluno dentro do universo da escola?

As aulas presenciais no Distrito Federal voltaram no dia 5 de agosto de 2021, ainda que não na totalidade, por uma questão de biossegurança. Em função do espaçamento permitido, que era 1,5 metro, foi feita uma alternância semanal. A criança frequentava a escola uma semana sim e a outra, não. Mas foi visível o engajamento da comunidade e dos profissionais de educação. Aqueles que realmente se doaram se superaram de todas as formas, fizeram realmente um trabalho de excelência para trazer a comunidade para perto da escola, para acompanhamento dos filhos, assistência, conversa, dar retorno para os pais.

Por outro lado, houve aquelas escolas que tiveram muita dificuldade em manter o vínculo com o estudante. É o caso de algumas escolas do campo, em que os meninos percorrem distâncias enormes de ônibus escolares, de casa até as escolas. Nelas não tem internet. Então, a entrega de material didático na casa do estudante se deu por meio de *motoboy*. Se o pai não podia ir buscar, a escola tinha de levar, e a solução foi utilizar *motoboy*.

Temos as mais diversas situações dentro do Distrito Federal, mas o que é possível afirmar é que 80% das escolas tiveram um bom desempenho em termos de acolhimento da família, de se preocupar em não deixar o aluno para trás, de buscar a criança, para acompanhar de certa forma, com toda a dificuldade, estudante que não tinha um *smartphone* para poder receber um vídeo de celular e que trabalhou principalmente com o material impresso. Mas houve, da parte da escola, um trabalho realmente hercúleo e de busca ativa para que não ficasse nenhuma criança para trás.

Quando os governantes estabelecem as políticas públicas, costumam vinculá-las a governo, e não as tornar uma política de estado – e quando se vincula uma política a governo e muda o governo, aquela política não necessariamente permanece. Isto prejudica o avanço da educação nas mais diversas áreas. Um exemplo: em 2000, foi criado na Secretaria de Educação um programa, que começou a funcionar em 2001, chamado Visitador Escolar. Era um programa de busca ativa dos estudantes que se matriculavam e se tornavam infrequentes. Então, com 15 dias do início do ano letivo, já começava a busca nas residências dos estudantes para levá-los de volta à escola. Os indicadores que tínhamos à época em relação ao abandono, à evasão e à distorção idade/série eram muito bons. Mínimos, no Distrito Federal, em termos de números, quantitativo. Era uma pequena distorção idade/série e um abandono baixo. Mas como não virou uma política de estado, acabou se perdendo.

Desde 2007, não existe programa de busca ativa na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Propusemos a um parlamentar que ele apresentasse à Câmara Distrital um projeto para tornar a busca

ativa uma lei. Porque, enquanto existir estudante, teremos de fazer esse trabalho. Nem toda família tem a consciência de que o lugar do estudante é em sala de aula, é na escola. Algumas tiram o menino para trabalhar, para cuidar do irmão mais novo e até como castigo porque, às vezes, a criança gosta tanto de ir para a escola que, como castigo, a mãe tira. Já vimos essa realidade na nossa busca ativa do início dos anos 2000.

A volta às aulas escalonada

O retorno no Distrito Federal superou nossas expectativas. Os alunos voltaram às aulas presenciais em 5 de agosto de 2021. Os professores retornaram no dia 2. Foram realizados três dias de acolhimento, de momento pedagógico, e, no dia 5, a educação infantil retornou exatamente com 50%, em média. Por quê? Porque houve escolas que conseguiram voltar com 100% de frequência já que são estabelecimentos com menor número de alunos.

A volta foi escalonada. Uma semana de adaptação da educação infantil; na semana seguinte, os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e, na outra semana, dos anos finais do fundamental. Na penúltima semana de agosto, voltaram os do ensino médio. Os alunos do primeiro segmento da EJA entraram simultaneamente com os dos anos iniciais e, na última semana de agosto, os estudantes de ensino especial e de escolas de natureza especial. No Distrito Federal, temos os centros interescolares de línguas e, ainda, a escola de música, que voltaram a funcionar na última semana de agosto.

Os principais aprendizados ao longo do processo

O principal aprendizado da pandemia foi a constatação da necessidade de uma formação melhor dos nossos profissionais. Pensando que 50% da nossa rede, hoje, é formada por profissionais de contrato

temporário, é fundamental avançarmos nesse sentido: melhorar a nossa formação. Óbvio que precisamos avançar na área tecnológica. Se estivéssemos mais avançados, não haveria as dificuldades que enfrentamos. Porque quando você vem com o trabalho no contraturno ou na educação integral lidando com as ferramentas de tecnologia, tendo plataformas eficientes e programas de TV, para trabalhar com o estudante algumas questões que não consegue tratar na aula convencional, isso muda o alcance do trabalho.

Todo investimento que o estado fizer na educação ainda é pouco. Temos de estar muito à frente do que o panorama que está diante dos nossos olhos. O gestor tem de pensar não só no hoje, tem de pensar no futuro. Na educação, é preciso apagar incêndio a todo momento. O problema hoje é a merenda, o problema é o material pedagógico, é o livro do Programa Nacional do Livro Didático, é não deixar carência. E esse envolvimento impede que se tenha um olhar mais para a frente: o que é preciso fazer para ter um professor mais bem qualificado, o que é preciso fazer para que o estudante aprenda com mais qualidade.

A EJA é a prova do fracasso da escola

Se o estudante reprovou é porque era necessário ter sido feito um trabalho com ele no contraturno, que ele tivesse um acompanhamento mais presente da escola para que não passasse pela reprovação. A partir do momento em que aquele estudante é reprovado, inicia a distorção idade/série. Se ele tiver uma segunda reprovação, daqui a três anos, o aluno que deveria terminar o fundamental com 14, 15 anos vai para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Não tenho nenhum contentamento em afirmar que a rede do Distrito Federal tem um grande número de estudantes na EJA, porque a ela é o atestado do nosso fracasso. Quando fracassamos na idade correta, é para a EJA que o nosso estudante vai. Então, a distorção idade/série causada pela evasão escolar, pelo abandono escolar e pela

reprovação vai se refletir no estudante adulto no noturno. Ele vai para a EJA porque já está adulto, já está trabalhando, tem de se manter.

Portanto, nosso foco tem de ser a educação básica e, preferencialmente, nosso olhar tem de se virar para os anos iniciais. É aqui que é preciso formar o estudante. Ele tem de chegar nos anos finais do ensino fundamental lendo de forma plena, compreendendo tudo que lê, escrevendo com segurança e tendo a compreensão do que está aprendendo. Ele tem de chegar no final dos anos iniciais com todas as habilidades e competências de que fala a BNCC. Hoje não vemos o estudante chegando nos anos finais com essas habilidades e competências concluídas. Então a pandemia trouxe essa reflexão para todos: é preciso cuidar do estudante para que ele seja alfabetizado, para que tenha não apenas o acesso, mas o direito à permanência, aprendendo com qualidade e resultado.

A importância do Consed

O Consed tem um papel muito importante para a educação básica brasileira. Ali é onde acontece toda a discussão, toda a construção para avançarmos em termos educacionais no Brasil. Um dia, entrei no grupo do Consed e eu fiz uma pergunta em relação a um determinado assunto. “Como vocês estão fazendo em relação a esse assunto?”, perguntei. Ninguém respondeu, e repliquei. Aí um secretário entrou no meu privado e falou: “No meu estado, estamos fazendo assim, assim.” Ali era o momento para que outras pessoas colocassem as suas experiências porque, em cima das experiências exitosas, é que se pode melhorar. Precisamos saber o que está sendo aplicado, as práticas de sucesso de cada estado, de cada município do Brasil, quem está fazendo um trabalho realmente importante e, em cima disso, haver uma troca de experiências. Neste momento, estamos com o novo ensino médio pipocando na mão. E agora, como é que eu vou fazer?

É aí que você percebe que falta uma sintonia maior entre o Ministério da Educação e o Consed. O Consed sempre foi um ambiente que

nunca levou em consideração questões políticas, e acho que tem de permanecer assim: apolítico. Não importa quem esteja na presidência da República, não importa quem seja o ministro da Educação. Temos de lutar por uma educação pública de qualidade. Este é o nosso papel. É isto que espero do Consed: o papel de mediação entre as políticas públicas do MEC e as experiências dos estados, para que fiquemos mais densos, mais consistentes em relação aos resultados esperados para a educação pública brasileira.

Espírito Santo

Vitor de Angelo

Resultado dos avanços da política educacional e de ações implantadas em 2019, o estado do Espírito Santo se encontrava razoavelmente bem estruturado para oferecer o ensino remoto a toda sua rede pública de educação desde o início da pandemia da Covid-19. A mudança na educação capixaba ocorreu em 2019, quando diversas ações voltadas à implantação das tecnologias digitais na educação começaram a ser desenvolvidas. Naquele ano, também, os processos de formação e de seleção dos diretores das unidades escolares foram profundamente alterados. Ao mesmo tempo, a Secretaria Estadual de Educação (Sedu) criou e implantou a plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Sedu) – um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, a administração e o desenvolvimento de vários tipos de formação, como cursos à distância e projetos de pesquisa, por exemplo –, reformulou o Centro de Formação de Profissionais da Educação (Cefope) e potencializou a Sedu Digital, setor da secretaria que busca incorporar a cultura digital e os recursos e instrumentos digitais ao processo educacional.

Quando 2020 chegou, com a Covid-19 impondo o distanciamento social e levando ao fechamento das escolas, comprovou-se que as políticas adotadas no ano anterior tinham sido acertadas, visto que o Espírito Santo já fazia, com um ano de experiência, aquilo que a pandemia tornou o único caminho. Evidentemente, havia um acúmulo de reflexão, planejamento e execução, e o estado adequou este conhecimento às exigências impostas pela nova realidade. Desse modo, muitos planos que, em outros estados, podem ter sido descontinuados, foram rapidamente adaptados no Espírito Santo, que não teve grandes dificuldades na continuação dos seus projetos em função da pandemia.

Ações não pedagógicas, como investimentos em rede física, tampouco foram interrompidas. Ao contrário, as intervenções foram aceleradas, de maneira a não causar prejuízo ou atraso na volta às escolas por causa das obras. O retorno às aulas presenciais ocorreu dentro do planejado, sem influenciar nem prejudicar o calendário escolar. Naturalmente, algumas ações foram desenvolvidas numa cadência mais lenta, em função de a equipe da Sedu e sua produtividade terem diminuído acentuadamente. Diminuiu porque servidores testaram positivo para a Covid-19, porque outros passaram a trabalhar em *home office* sem ter a cultura do trabalho em casa e, principalmente, porque as pessoas não estavam em casa em um *home office* previamente estruturado para isso, mas, sim, protegendo-se da Covid. Estavam, muitas vezes, com a mãe, o pai, o cônjuge e os filhos – todos trabalhando e estudando na mesma casa, remotamente. Muitos não tinham computador, câmera, microfone nem internet, às vezes. Então, houve uma perda, que atrasou a execução de algumas ações, mas as políticas foram mantidas integralmente.

Um exemplo da manutenção das políticas foi a implantação do ensino em tempo integral. Entre 2019 e 2021, o Espírito Santo passou de 32 para 93 escolas com ensino em tempo integral, e, em 2022, mais 40 novas escolas passaram a trabalhar nesse regime. Com isso, o estado iniciou o ano letivo de 2022 com quatro vezes mais escolas de tempo integral do que no início do atual governo – em um momento quando é ainda mais necessário ter uma jornada escolar ampliada para trabalhar melhor as perdas de aprendizagens dos alunos. Nesse contexto, a implementação do novo ensino médio será facilitada, porque o aumento da jornada do tempo integral está para muito além daquela do novo ensino médio. E, basicamente, 1/3 da rede estadual já funciona em tempo integral em 2022. Estes dois fatos, a implantação do tempo integral e a do novo ensino médio, mostram que a pandemia teve um grande impacto no andamento do trabalho da Sedu, mas não a ponto de imobilizá-lo ou fazer com que ações fossem deixadas de lado.

A responsabilidade do poder em momento de crise

Costuma-se dizer – numa visão já superada pela historiografia – que história é aquilo que ocorreu há pelo menos 50 anos. Nessa perspectiva tradicional, história necessita de afastamento, ou seja, só com o afastamento é que se poderia dar o caráter de histórico a um fato ou a um processo. No entanto, na pandemia, tinha-se a exata noção de que estávamos vivendo um momento histórico sem que fosse preciso afastar-se dele um dia que fosse para ter essa clareza.

Nesse contexto, o processo histórico foi vivido pelo governo e por aqueles que, a exemplo dos secretários de educação, estão no exercício de cargos de decisão, de forma singular. Como agente político investido de poder, o estado e seus representantes tinham a capacidade de tomar decisões de amplo alcance em um momento de muita incerteza, não apenas em relação ao futuro, mas à vida de modo geral. Enfim, era uma conjuntura em que muitos cidadãos queriam simplesmente poder desistir de tomar decisões, protelá-las, como se fosse possível suspender o tempo e esperar. Apesar da pandemia, do risco à vida e da incerteza, desde sempre a decisão do governo do Espírito Santo foi de não deixar a educação parar. Entre a interrupção das aulas e o início do programa EscoLAR, não passaram mais do que 15 dias – o tempo do recesso do meio do ano, que foi antecipado.

A liderança decorre de uma série de fatores, e é uma mescla de valores, perspectivas, até destemor. A colaboração, a troca entre os secretários do governo ajudou bastante para a continuidade de ação e para o empenho em cumprir o planejamento. É bem provável que, se tivéssemos ficado parados, ninguém teria feito nada. Mas nos mexemos e buscamos manter as atividades, mesmo que de modo remoto. Não tivemos treinamento para enfrentar a pandemia, mas o senso de responsabilidade precisa estar presente em qualquer líder, em qualquer organização, em qualquer área. Quando se chega em cargos altos, sobram poucas pessoas acima de você. E as que, nesta hierarquia, estão abaixo, normalmente esperam que você tenha uma resposta, apresente uma solução, não que pergunte o que fazer.

A liderança tem que estar presente, ser uma referência, inabalável na sua serenidade e na certeza de que processo é um passo atrás do outro, de que é preciso cautela. É como andar no escuro: ninguém corre no escuro, anda-se cada vez mais lentamente, com o braço aberto, para ter equilíbrio, ou tateando. Durante a pandemia, nunca houve uma liderança em termos nacionais. No máximo, a atuação da Undime e do Consed, com o apoio de várias instituições. Mas nunca houve uma articulação nacional. Coube aos estados fazer coisas que teriam sido muito mais bem resolvidas se tivessem sido articuladas em termos de país. Um exemplo foram as videoaulas. Para termos acesso a elas, foi necessário contactar o estado do Amazonas, que muito gentilmente cedeu seu material para vários estados, incluindo o Espírito Santo. O mesmo ocorreu em relação aos entendimentos com as operadoras de telefonia para obter o chip pago para todos os alunos poderem acessar o aplicativo do programa EscoLAR. Teria sido muito melhor que houvesse uma liderança nacional na negociação com as operadoras, para que pactuássemos um preço aceitável pelo pacote de dados. Mas não foi o que aconteceu.

O desafio de manter o contato entre aluno e escola

Quando criamos o programa EscoLAR, imaginamos dois cenários. De um lado, o melhor dos cenários: aquele em que o aluno e o professor tinham computador e internet, todo mundo estava conectado. De outro lado, um cenário mais desafiador, em que ninguém tinha internet e nem computador ou celular, mesmo o professor e a escola. O desafio era encontrar soluções para conectar tudo isso, para nivelar todo mundo em circunstâncias diferentes. O que chamamos de nivelamento, neste caso? Todo mundo tinha que ter contato com a escola. Era colocar todos no mesmo nível, ao mesmo no que diz respeito à sua relação com a escola. A escola tinha que chegar a todo mundo.

Mas a política de chegar a todo mundo não era feita dentro da escola, que estava fechada. Foi preciso nivelar a todos nos seus res-

pectivos ambientes. Com o isolamento social, a situação se inverteu totalmente. A iniciativa de manter o contato não estava mais com o aluno que foi para a escola, onde essas condições são oferecidas. O estudante estava em casa, na sua característica, e muitas vezes sem qualquer controle sobre ela: ele era pobre, morava na periferia, morava no interior, não tinha acesso à internet, não tinha equipamento e não havia o que fazer em relação a toda esta situação no curtíssimo prazo. Cabia ao governo resolver a questão, mas não havia, efetivamente, como solucionar tudo isso em 15 dias.

A implementação do programa EscoLAR foi a execução de uma atividade remota de natureza emergencial e ainda incipiente, fazendo o que era possível para valorizar o vínculo com o aluno. Apenas em agosto de 2021 foi possível entregar computadores e notebooks aos professores e a 60 mil alunos do ensino médio; contudo, se o governo tivesse esperado por isso para desenvolver as atividades educacionais, teriam sido perdidos um ano e cinco meses. Fosse com mediação de tecnologia ou sem mediação, o importante era fazer o contato, que é um processo de envolvimento, de engajamento, de convencimento, de adaptação.

Quando foi criado o painel de monitoramento do programa EscoLAR, constatamos que ele estava chegando a 60% dos alunos. Com os aperfeiçoamentos, chegamos a 92% pouco tempo depois. Foi um processo de monitoramento, análise dos dados, identificação das dificuldades, combate e superação dos gargalos, sempre aprimorando aquilo que era feito de forma remota com mediação de tecnologia e sem esta mediação.

Nesse trajeto, aconteceram situações absurdas, como tentar enviar as atividades remotas pelo transporte escolar e não encontrar base legal para isso, porque o transporte escolar era para transportar pessoas, e as APNP – Atividades Pedagógicas Não Presenciais – configurariam um transporte de carga. Isso é a administração pública em sua maior expressão: a burocracia, que nem mesmo em um contexto de pandemia nos trouxe alguma agilidade na tomada de decisões importantes. É você quem deveria adaptar-se a ela, e numa situação

em que havia um arcabouço legal que excepcionalizava uma série de procedimentos.

Inovação e tecnologia

Em abril de 2020, decidi que queria fazer *lives* temáticas, conduzir algumas *lives*. Falaram: “Quer fazer? Faça.” Era tão desconhecido que ninguém disse sim nem não. Selecionei alguns temas, alguns especialistas e fiz. Como era novo, parecia excessiva exposição: coletivas ao vivo, *lives* para falar de projetos, anúncios, vídeos transmitidos por *streaming*. Importante lembrar que eu conduzia a *live* na minha rede social, como iniciativa do secretário, não da Secretaria. Portanto, não era um projeto institucional, mas pessoal: eu falando no meu Instagram para as pessoas que estavam em casa nos acompanhando. E foi um sucesso! Em março de 2020, debater temas por meio de webinar – o que se tornou absolutamente corriqueiro – era raro. Dali em diante, fizemos vários: sobre ensino por investigação e por projeto; webinar de formação com especialistas da universidade e do Terceiro Setor. As formações de professores e de servidores foram redirecionadas para as temáticas que importavam naquele momento. Uma das formações foi de produção de videoaulas; outra, sobre questões socioemocionais, um projeto do Consed com a *Vivescer*, iniciativa do Instituto Península para aprimorar a formação de professores.

Vejo muitos ganhos em termos de tecnologias que incorporamos, para além dos equipamentos. Os instrumentos, as plataformas e o conteúdo das formações para servidores e gestores foram ganhos decorrentes da crise sanitária.

A comunicação e o regime de colaboração

Durante a pandemia, a comunicação foi um grande desafio a ser enfrentado e do qual não se podia fugir. Ao contrário, ela era funda-

mental para chegarmos aos alunos, à população, à sociedade. Desde 2020, todas as sextas-feiras, com raras exceções, o governador fazia um pronunciamento em que anunciava as decisões nas diversas áreas. Muitas vezes, havia problemas na maneira como a notícia chegava ao grande público, a mídia não interpretava direito as informações e divulgava com equívocos – e cabia ao governo esclarecer. O timing da comunicação era difícil. Por mais que eu fizesse lives, era difícil. Certa vez, dei uma entrevista ao Jornal Nacional que causou uma celeuma. Não consegui entender a revolta porque a informação tinha sido anunciada na nossa rede três semanas antes. É um pressuposto equivocado dizer que estamos sempre comunicando de maneira confusa.

Com a Undime, passou-se a mesma coisa, porque muitas decisões anunciadas pelo governador tinham rebatimento no município. São 78 secretários municipais de educação no Espírito Santo, e cada um lia uma reportagem numa determinada mídia, que era compartilhada no grupo de WhatsApp da Undime e causava ruído na comunicação. Aí era preciso fazer reunião com a Undime para explicar que não era bem como foi publicado. Fizemos isso várias vezes, além das coisas que – digo isso muito respeitosamente – nos separavam. Porque houve muita colaboração, mas houve momentos em que o governo estadual tomou decisões não aceitas ou seguidas pelos municípios. Nenhum município voltou às aulas em 2020, enquanto a rede estadual voltou. Isso gerou, no mínimo, uma cobrança das famílias das redes municipais em relação ao que os gestores municipais estavam fazendo.

Ao mesmo tempo, promovemos algumas formações, como do currículo do ensino infantil e fundamental, aquelas voltadas para habilidades, como videoaula ou questões socioemocionais. Os desalinhamentos eram mais pontuais do que estruturais, e as divergências eram práticas, e não de valores. Portanto, durante a pandemia, houve pontos de distanciamento, mas houve muita colaboração. Criamos um grupo de trabalho para pensar o retorno juntos, para desenhar juntos o protocolo de biossegurança. Readequamos os componentes curriculares juntos, e não só porque há sobreposição de matrícula –

10% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental e 20% das dos anos finais do fundamental estão na rede estadual –, mas para que, numa eventual mudança de rede, o aluno tivesse segurança de que haveria uma continuidade nos estudos. Assim, a decisão sobre o contínuo 2020-2021 foi feita conjuntamente, bem como também a decisão de não reter nenhum aluno nesse período.

Os impactos do financiamento na gestão

O financiamento da educação básica é, essencialmente, o Fundeb. Por causa da retração da atividade econômica, houve uma diminuição dos recursos advindos do fundo, mas que não chegou a ser tão sentida no Espírito Santo porque a atividade não retraiu tanto quanto se imaginava. Em compensação, as transferências voluntárias da União foram pouquíssimas. Nada do que aconteceu no estado foi por mérito do MEC.

Temos, no Espírito Santo, uma situação muito privilegiada do ponto de vista fiscal, porque o estado é nota A no Tesouro Nacional. Nota A significa organização econômica, o que foi essencial nesse momento. Ou seja, o estado tinha condições de pensar políticas públicas de educação. Tivemos, também, a felicidade de, na entrada de 2019, ter alguns acordos que trouxeram muitos recursos para o Espírito Santo, a partir do que o governador fez dois fundos: um fundo soberano, para uso na posteridade, e um fundo de investimentos em infraestrutura. Graças a isso, a rede estadual está fazendo o maior programa de investimento na sua rede física e lançamos um programa, inédito no país, de fomento ao tempo integral nos municípios, pelo qual o Espírito Santo vai financiar R\$ 810 milhões de reais só para os municípios implantarem o ensino em tempo integral.

O novo Fundeb vai representar mais recursos para os estados e para os municípios. A proibição de utilização de recursos do fundo para aportes previdenciários de servidores da educação representou cerca de 450 milhões de reais a mais para a educação, daqui para a

frente. Temos muito recurso aqui, e o problema, o nosso bom problema, é como gastar o recurso. Conseguimos investir na compra de equipamentos para professores e para alunos, inclusive em pacote de dados para esses equipamentos. E acho que temos feito um trabalho de investimento com qualidade, mas sem rasgar dinheiro, porque dinheiro público é precioso, e o da educação, ainda mais.

Os principais aprendizados da pandemia

Durante bastante tempo falou-se que o principal ganho decorrente da pandemia tinha sido a incorporação de tecnologia. Incorporação de tecnologia não é comprar computador, é adotar prática pedagógica, é ter uma cultura digital. Efetivamente, não fizemos isso, já que esta agregação requer tempo. Mas a epidemia impulsionou vários processos: de gestão, de sala de aula, pedagógicos, administrativos, de governo.

Quando chegamos ao governo, em 2019, estabeleceu-se que, em meados de 2020, todos os processos do estado deveriam ser digitais. Nada deveria ser em papel. Depois, esse prazo foi adiantado para fevereiro de 2020. Ou seja, quando a pandemia começou, todos os processos já eram digitais, o que facilitou enormemente o andamento do governo durante essa crise. Não havia processo indo para lá e para cá, tudo era digital, lido e assinado digitalmente.

Na educação, a incorporação de tecnologia em larga escala já constava dos documentos do novo ensino médio. A cultura digital é uma das questões transversais que obrigatoriamente seriam trabalhadas. Mas práticas de gestão escolar ou da Sedu não eram previstas, e só foram adotadas por terem sido impulsionadas pelo novo cenário.

As principais perdas vindas da pandemia

Evidentemente, a principal perda decorrente da Covid-19 foram as milhares de mortes por todo o país. Agora, tenho refletido muito

sobre o pós-pandemia. Nós já sabemos, agora, o tamanho do desastre. Mesmo fazendo tudo o que fizemos, a perda de aprendizagem no Espírito Santo é de anos, na escala do Saeb. Nós poderemos voltar, em português, ao resultado de 2014; e em matemática, a um resultado anterior à série histórica, porque desde 2005 o Saeb não capta um resultado tão baixo como aquele que é previsto em estudos para esse componente, no ensino médio, no Espírito Santo. Aliás, é a rede que, nessa mesma previsão, mais pode perder no ensino médio, por ser a que mais agrega em aprendizagem. Sendo o Espírito Santo o estado brasileiro com melhor resultado no ensino médio, naturalmente é também o mais prejudicado pelo fechamento das escolas.

Temos 8% de evasão. Se arredondarmos para 10% da rede, teremos 24 mil pessoas. Onde estão esses estudantes? Esses alunos foram matriculados de 2020 para 2021 de maneira automática, em certo sentido, porque, se eles não foram reprovados, foram matriculados no ano seguinte. Quando fizemos uma busca ativa em 2021, encontramos 18 mil estudantes que não estavam indo à escola. Dos 18 mil, 17 mil foram contactados com sucesso, e 32% deles disseram ao programa de busca ativa que a razão de não retornarem às aulas era a baixa expectativa em relação à escola.

Ao contrário do que se acredita, só 4,5% disseram que o motivo da evasão era necessidade de trabalhar. Num país que tem 14 milhões de desempregados, não dá para cair na fala de que todos os nossos alunos do ensino médio estão trabalhando porque estão trabalhando onde, se nem quem tem diploma está conseguindo trabalho?! Ainda mais o nosso aluno, sem experiência, sem diploma de ensino médio. Portanto, estamos falando de bico, de trabalho precarizado. Algo que vai afastá-lo da escola, que abriu a porta dos fundos do mundo do trabalho e de onde, dificilmente, ele conseguirá sair, a não ser com estudo – e estudo de qualidade.

A perda que teremos com a evasão e com a aprendizagem é muito grande. E a avaliação diagnóstica que fizemos mostrou que pioramos, de 2020 para 2021, em todos os componentes curriculares, de todos os anos, de todas as séries, de toda a educação básica. Não

teve nenhum ano que se salvou. Nem para ficar igual. Todos caíram. Então, como avaliação da pandemia, fazendo uma avaliação mais prognóstica, o cenário exige um grande senso de responsabilidade.

A urgência da recuperação

A pandemia não vai passar quando acabar, e é na educação que ela vai mostrar a sua cara. Quando cruzarmos a linha de chegada, vamos começar uma outra maratona. E a palavra mais forte é urgência! Não podemos pensar em trabalhar para amanhã. É para ontem. Nós recuamos para 2014! Nós recuamos em matemática para antes de 2015! Se recuamos sete anos em português, se fizermos tudo do mesmo jeito, no mesmo ritmo de antes da pandemia, não vamos gastar sete anos para percorrer sete anos; vamos gastar 10, 12 anos, porque o meu ponto de partida não será 2014, mas o pós-pandemia. Então é preciso andar mais rápido do que no passado, porque o passivo nos exige urgência em andar mais rápido. Tenho de andar sete anos em quatro, em três.

E como é que se anda mais rápido? Pegando atalhos. E, para isso, precisamos fazer duas reflexões: o que foi impulsionado, na pandemia, o que nos elevou de patamar em termos de qualidade? Esse é o atalho. Outra coisa é o que vamos fazer a partir de 2022, a sistemática do monitoramento. É a clareza da agenda. É o horizonte comum. É alinhar cada vez mais a rede, o que exige muita formação, muito planejamento, muita liderança, muito exemplo e muita sola de sapato.

Goiás

Fátima Gavioli

Para o estado de Goiás, 2019 foi um ano de organização financeira e orçamentária. Na Secretaria da Educação, principalmente, nós tínhamos uma lista de dívidas, com pagamentos dos servidores, transporte escolar, merenda escolar, alugueis, entre outros, em atraso, alguns há meses.

Então, foi um ano em que a gente cuidou para conhecer mesmo, mapear nossas fraquezas, nossas fragilidades, e alinhar o que nós precisávamos fazer com as questões orçamentárias e financeiras enfrentadas pelo governo estadual, já que a situação de Goiás não era tão diferente de situações difíceis como, por exemplo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Os recursos da Educação são preciosos, então, nossas decisões se pautaram em dois eixos. De um lado, resgatamos todos os compromissos quitando todas as dívidas que pudessem prejudicar a oferta da Educação pública estadual como do transporte e merenda escolar. Por outro, o governo de Goiás firmava, de forma absolutamente planejada e preparada, esses mesmos compromissos só que, agora, pagos a partir desta gestão, religiosamente em dia.

Reestruturamos tudo, refizemos contas, realinhamos e diminuimos despesas, sobretudo, fizemos a rede estadual funcionar, naquele ano, com a mais séria otimização da utilização dos recursos públicos destinados à Educação.

Ainda em 2019 conseguimos trabalhar um reordenamento da rede, destacando, aqui, que passamos a etapa do 1º ao 5º para as prefeituras, alinhando o atendimento concomitante estado/municípios em, pelo menos, uns 20%, do 6º ao 9º, ficando em torno de 80% do Ensino Fundamental II com a rede estadual, com a Secretaria da

Educação, e, naturalmente, pudemos fazer alguma melhoria para o Ensino Médio, que é nosso.

Ao mesmo tempo e, também, com um impacto importante na gestão dos recursos, enfrentamos e conseguimos resolver um grande problema que era atender a Educação Integral do 1º ao 5º ano na rede estadual. Nós tínhamos muitas escolas de Educação Integral, mas, de atendimento da primeira fase do Fundamental que é de responsabilidade das redes municipais.

Em 2020, nós estávamos nos preparando para a implantação de projetos que eram muito importantes para as políticas públicas do estado e que estavam muito ligados ao plano de governo de Goiás.

Ou seja, nós tínhamos, por exemplo, que expandir a escola de tempo integral, nós tínhamos que trabalhar com a valorização da carreira, a formação de professores, a criação de um centro de formação de professores, e aí, neste momento, fomos todos surpreendidos pela Covid-19, que chegou em Goiás no mês de março, com a imediata suspensão das aulas presenciais.

E, nesse momento, ao suspender as aulas, passamos por um período de oito dias, na rede estadual, pensando como é que iríamos ofertar as aulas a partir dali. Foi devastador. Contamos, de imediato, com o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO), que, inclusive, foi o primeiro conselho no país a baixar resolução falando sobre o modelo remoto de Educação, que seriam aulas transmitidas através do uso das tecnologias, aparelhos de celular, computadores, apostilas etc.

Começamos com estas aulas remotas e aí, sim, eu posso dizer, aquilo testou toda a nossa capacidade técnica, obrigando o estado a redimensionar o orçamento porque não se desenhava uma situação que iria se resolver em 60 dias, e, realmente, passamos todo o ano de 2020 de forma remota.

O ano de 2020, além de tudo, foi um ano de muita dor, porque nós tivemos muitos, muitos óbitos na rede estadual, de professores, servidores, gestores, estudantes, familiares. Muito triste e isso me-
xia demais com o psicoemocional de todos. Além do isolamento

social e as escolas todas do estado fechadas ao mesmo tempo. Quão dolorido é isso tudo!

O compromisso do governo, desde 2019, já era transformar as nossas escolas na alavanca para a melhoria da qualidade da vida das pessoas e para o desenvolvimento de Goiás. Esse condão foi primordial para os desafios das aulas não presenciais. Usamos todas as estratégias e ferramentas para fazer chegar aos nossos alunos os conteúdos ao mesmo tempo em que reestruturamos e reequipamos as escolas, implementamos novos programas, projetos e ações e continuamos aqueles já iniciados, essenciais para a Educação transformadora pretendida pelo governo de Goiás.

Videoaulas, Portal de Conteúdos, aulas televisionadas, material didático e complementar, por canais remotos e entrega física. Nossos professores, estudantes, gestores, coordenadores regionais, nossos servidores de toda a rede estadual, juntamente com as equipes da Secretaria, nós todos, tivemos que nos unir em prol desse modelo, até então, tão novo para todo mundo. Criamos vínculos que nos fortaleceram grandemente.

Fomos dando continuidade, reestruturando, acudindo tudo o que foi possível. Destaco aqui, como emblemático, o reforço na alimentação, sem a merenda escolar nas aulas remotas, que permitiu que assistíssemos às famílias com o Auxílio Alimentação, o Kit Alimentação e o Cartão Alimentação, três importantes ações que fizeram chegar aos estudantes e suas famílias, uma ajuda destinada a contribuir com uma melhor comida na mesa e a fortalecer os laços da escola com as famílias.

E, graças a Deus, passamos por 2020, demos continuidade ao processo de ensino e aprendizagem e terminamos o ano cumprindo os dias que eram necessários para o fechamento do ano letivo.

No combate à evasão e abandono escolar, instituímos ações de Busca Ativa e de estímulo ao estudo, como o envio de SMS aos estudantes nesse período das aulas não presenciais. Tivemos busca ativa de verdade, os professores se envolveram, foram nas casas das crianças, dos seus alunos.

O governo de Goiás, por meio da Secretaria da Educação, continuou pagando o transporte escolar, normalmente, para as prefeituras, que, juntamente conosco, utilizavam, então, os serviços de transporte não para buscar o aluno, mas para levar e buscar material didático e complementar, além de fazer a entrega de kits, por exemplo, de alimentação.

Também demos continuidade a programas como o Reformar e Equipar, que reestruturaram a rede estadual em seus espaços físicos e na modernização de equipamentos. Toda a infraestrutura das escolas estaduais passa, desde 2019, inclusive durante o regime de aulas não presenciais, por obras de construção, reforma e ampliação, que vêm transformando a estrutura das unidades escolares em ambientes mais propícios à aprendizagem e mais apropriados ao bem-estar das pessoas.

Hoje, praticamente, 82% da rede estadual de ensino está reformada, os banheiros foram reformados, as cozinhas foram reformadas e, durante a pandemia, nós fomos construindo refeitórios e quadras, e aproveitando para trocar telhados, que é uma coisa difícil de se fazer quando se está tendo aula normalmente.

A tecnologia e a manutenção do vínculo com os estudantes

Goiás foi o primeiro estado brasileiro a suspender as aulas e, em menos de oito dias, a atuar com o modelo de ensino remoto.

Rondônia e o Amazonas trabalham há vários anos com aula a distância, com mediação tecnológica. Como sou de Rondônia, trouxe toda a experiência que tive no Norte, de mediação tecnológica – que são as aulas trabalhadas num estúdio e mediadas por uma pessoa formada na ponta –, para implantar essa metodologia em Goiás. Por coincidência, nesse momento, o CEE-GO tinha aprovado o projeto GoiásTec, que é a aula mediada por tecnologia. Com os estúdios do GoiásTec, que conta com 100 antenas instaladas, levamos o Ensino

Médio a mais de 4 mil estudantes, em 86 municípios, além de ele ter sido muito importante para as aulas não presenciais.

Tínhamos o portal NetEscola, que foi criado pela própria equipe da Secretaria, onde as aulas eram disponibilizadas, as apostilas, tudo era disponibilizado para os estudantes e mesmo para os professores. Hoje esse portal é disponível também aos municípios.

Fizemos uma parceria com a TV Brasil Central (TBC), que é uma TV estatal, e com o programa Seduc em Ação fizemos chegar aos estudantes em todo o estado videoaulas transmitidas pela TV e rádios Brasil Central (RBC) AM e FM.

Durante a pandemia, também fizemos uma considerável aquisição de equipamentos de videoconferência para a nossa rede de escolas. Descentralizamos recursos para cada escola adquirir materiais e equipamentos para videoconferência. Na rede estadual de Goiás, professor dava aula exatamente como o professor da rede privada: ele trabalhando em sala; o aluno que não tem conectividade já tinha voltado e aqueles que têm conectividade em casa, assistindo aula em tempo real.

Liderança, comunicação e engajamento

Nunca tivemos de aprender tão rápido e tanto sobre a questão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Usar essas tecnologias a nosso favor durante a pandemia, em 2020, foi um dos maiores desafios que já vivi como educadora.

Uma coisa simples, mas que foi importante: durante dois meses, todos os dias, fiz lives com a rede. A audiência era enorme. Entrávamos no ar e as pessoas já estavam esperando. Elas queriam uma palavra de conforto, queriam contato comigo, ainda que fosse por meios remotos. Acho que essa comunicação – que, naquele momento, só podia ser dessa forma – foi muito importante para a ligação com a rede, deu uma sensação de proximidade, o que, certamente, facilitou seu engajamento nos projetos que estávamos desenvolvendo e implantando.

A volta às aulas presenciais em 2021

Em 2021, nós tínhamos um projeto de voltar de forma híbrida, então seria uma parte presencial e uma parte remota. A gente sabia que em algumas localidades a bandeira ainda estava vermelha, mas tínhamos muitas regiões em verde no estado de Goiás no início de 2021.

Então, em 2021, já tínhamos uma certa expertise em trabalhar de forma híbrida, mas, também, não foi possível. Assim que nós iniciamos as aulas, fomos tomados por uma nova onda e houve um fechamento, novamente, de tudo, inclusive das escolas.

No mês de agosto, nós chamamos as escolas onde as zonas de controle do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública para Enfrentamento ao Coronavírus do Estado de Goiás (COE/GO) apresentavam um mapa em verde, e isso representou 30% da rede. Então, em agosto de 2021, 30% da rede voltou para a aula presencial. Foi um momento muito complicado, porque nós tínhamos professores e pais muito temerosos, com toda razão, então a confiança foi muito importante porque, à medida que eles iam voltando e as coisas iam voltando à normalidade, outras escolas iam observando o desenrolar destas aulas presenciais e se preparando para voltar presencialmente também, se não naquele ano de 2021, no início de 2022.

Uma ação muito importante na retomada das aulas no segundo semestre de 2021, depois da segunda grande onda de Covid-19, foi a distribuição dos equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC) para toda a rede pública estadual de ensino. Todas as unidades escolares e de administração da Educação estadual receberam álcool em gel, sabonetes, dispensers, tapetes, termômetros, máscaras.

Também investimos muito na parte socioemocional. A Secretaria da Educação instituiu uma gerência totalmente voltada para a retomada e para as questões socioemocionais.

As aulas na rede estadual de Goiás

Em 2022, nós voltamos todos, nós fizemos um chamamento, a situação estava controlada no início do ano, então, no dia 19 de janeiro de 2022, nós voltamos com as aulas presenciais.

Claro que eu não posso dizer que o primeiro mês foi fácil, os primeiros trinta dias foram muito desgastantes, nós ficamos o tempo todo fazendo lives para responder às perguntas que vinham no chat, são muitas escolas: 1.008 do estado, nos 246 municípios.

Logo nós tivemos uma nova onda de contaminação que foi a ômicron, mas que não paralisou mais as escolas tendo em vista que mais de 99% dos nossos professores estavam vacinados. Começamos a vacinação das crianças a partir dali e aí, rapidamente, atingimos mais de 70% também das crianças e adolescentes vacinados. Acredito muito nessa retomada, sei que temos aí perdas consideráveis, de conteúdos que não foram possíveis de serem trabalhados, mas fomos fazendo o que era possível para que, na retomada das aulas, nossas escolas pudessem se dedicar, com muito afnco, à aprendizagem, à formação para a cidadania, à formação para a vida.

Os principais aprendizados ao longo da pandemia

Não se pode dizer que, hoje, a escola é uma escola diferente, mas, sim, que ela é outra escola. Porque não estamos falando de tijolos. Houve, sim, uma melhoria na rede física durante a pandemia, mas estamos falando de mudança de paradigmas, de comportamento, de pensamento. O aluno voltou diferente e o professor voltou diferente. Um diretor relatou que, antes da pandemia, quando terminava uma aula, eram gastos 30 minutos para se varrer uma sala de aula, arrumar as cadeiras, enfim, prepará-la para a aula seguinte. Agora, os alunos voltaram muito mais conscientes sobre limpeza, higienização. Foi despertado um lado positivo, que é a forma como, agora, as pessoas estão se preocupando com elas e com o outro. “Não, eu não posso

fazer isso, porque não é só a minha vida que está em risco, é a vida do outro, também, que eu irei colocar em risco.”

O regime de colaboração

Durante a pandemia, enviar o material para o estudante que estava sem conectividade só foi possível graças às parcerias e ao regime de colaboração. Se tivesse sido suspenso o pagamento do transporte escolar, as apostilas jamais teriam chegado ao seu destino. Manter a rede municipal dentro das nossas lives e das nossas formações também foi uma forma de manter essa chama. E agora, na retomada, a única coisa que a Secretaria Estadual de Educação não consegue fazer pelos municípios, por questões legais, é enviar material adquirido em licitação pelo estado para a rede municipal. Mas as redes municipal e estadual jamais estiveram tão próximas.

Lançado, em dezembro de 2021, o Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada (AlfaMais Goiás), já tem a adesão de quase a totalidade dos 246 municípios goianos e deve reduzir os índices de alfabetização incompleta e garantir a alfabetização do aluno até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Temos parcerias muito fortes na escola de tempo integral com os Institutos Sonho Grande, Integracion, Instituto Natura, e temos no Ensino Médio como um todo o programa Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco. Com o Instituto Unibanco a parceria de Goiás está completando 10 anos e, nesta década, as transformações foram consideráveis, porque o Instituto Unibanco trabalha com o Circuito de Gestão, com avaliação, com monitoramento, com tutoria. A rede pública estadual só tem a ganhar com a muito bem-vinda parceria com o terceiro setor aqui no estado de Goiás.

Live, a grande descoberta e conquista na comunicação

Acredito que um dos grandes ganhos da pandemia foi a conquista, o domínio dos encontros live. Essa ferramenta, essa metodologia, esse instrumento de comunicação, foi extremamente fortalecido durante a pandemia. Até hoje, se surge alguma necessidade, entro numa live para toda a rede e passo as informações necessárias naquele momento.

A verdade é que, quando surgiu a pandemia, ninguém sabia o que fazer. Mas havia uma coisa que todos sabíamos: que não podíamos abandonar os estudantes. Era mais ou menos como a pessoa que está no mar em uma alta tempestade e sabe que, se fizer cara de medo, todos os demais a bordo vão começar a achar que vão morrer, que o barco vai tombar, que vai haver uma tragédia. Eu tinha medo? Tinha. Estava assustada? Estava. Mas eu sabia que, atrás de mim, havia uma multidão de pessoas prestando atenção na minha aflição e no meu comportamento. Era preciso dar o exemplo. Acho que foi um sentimento que moveu todos os secretários de Educação no país.

Maranhão

Felipe Camarão

A pandemia prejudicou diversos programas e projetos que estavam sendo desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão a partir de 2019. Um dos focos do estado era o programa Mais Ideb, que englobava diversas ações voltadas à melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estadual apurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O programa estava apresentando grandes resultados e, a cada anúncio do Ideb pelo Inep, as notas maranhenses estavam crescendo. Com a suspensão das aulas presenciais, e apesar de todos os esforços feitos pelo governo, o Ideb do Maranhão estagnou, e até mesmo retrocedeu um pouco.

Outro programa que sofreu as consequências da Covid-19 foi o novo ensino médio. Ele estava sendo implementado em 44 escolas-piloto desde 2019 e, durante a pandemia, permaneceu em vigor, mas com migração para o ensino *on-line*. Apesar disso, sem dúvida nenhuma, foi muito prejudicado porque, como se tratava de uma implantação-piloto, era necessário sentir, no chão da escola, se o formato no novo ensino médio estava sendo eficiente, algumas novas disciplinas, a reação dos estudantes – e nada disso foi possível. Assim, apenas a partir de fevereiro de 2022 foi possível trabalhar de forma mais incisiva a implementação do novo ensino médio, com monitoramento e em todas as escolas da rede, atingindo 100 mil alunos. O lamentável é que a educação estava vivendo uma evolução muito boa, interessante, em relação aos resultados, à aprendizagem, e a pandemia freou isso.

Entre as diversas ações estruturantes adotadas pelo Maranhão no campo da educação está a criação, em 2019, do Sistema de Avaliação do

Maranhão (Seama). Ele consiste, basicamente, da aplicação de provas, muito similares às do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para avaliar o aprendizado dos estudantes da rede de educação do estado. Em 2020, a prova foi aplicada duas vezes *on-line* para toda a rede, quase 100 mil alunos. Em 2021, o Seama foi aplicado novamente em julho/agosto. Naturalmente, a avaliação diagnóstica é um dos pilares desse programa. Os resultados do Seama mostraram que houve uma perda considerável de aprendizagem entre os estudantes. Na educação, o principal prejuízo foi a interrupção na evolução da aprendizagem.

O combate à evasão durante a pandemia

Foram diversos os programas e ações educacionais lançados para enfrentar o surto da Covid-19. Entre eles, a distribuição universal de chips de celular para os estudantes, a criação da TV Educação e ações de combate à evasão escolar, em parceria com parceiros, como o Instituto Sonho Grande, que apoiaram bastante a Seduc durante a pandemia.

Com o Instituto Sonho Grande, a Secretaria elaborou um programa interessante de combate à evasão. Entre outras ações, estava o envio de mensagens aos pais e aos alunos, com o objetivo de mobilizá-los e sensibilizá-los para o retorno às aulas. Sabemos que essa mobilização é extremamente difícil, porque uma das consequências da Covid foi o desemprego, a falta de renda das famílias, o que obrigou muitos estudantes a deixarem a escola, principalmente no Nordeste, para buscar um emprego, buscar ajudar os pais.

O que percebemos, no Maranhão, foi um retorno dos alunos para a zona rural. Porque muitos estudantes haviam deixado a zona rural e se instalado nas cidades em busca de uma educação melhor, da educação de tempo integral e da educação de tempo integral técnica. Com pandemia, eles tiveram de voltar a morar no campo, porque o custo de morar na cidade é maior do que na casa dos pais. Com os pais sem renda, e muitos até com prejuízo, e os alunos em casa sem poder frequentar a escola, a solução foi retornar à zona rural.

Isto foi visível no estado. Então, além da perda da aprendizagem, a desmotivação e a evasão escolar foram outras duras consequências dessa crise sanitária mundial.

A difícil manutenção do vínculo com os estudantes

Na realidade, durante e por causa da pandemia, nós perdemos os vínculos com as famílias, com os pais, com os alunos. E é preciso destacar e louvar todo o empenho, o esforço e o profissionalismo dos professores e gestores da rede de educação porque eles se desdobraram ao fazer a busca ativa, dar ligações para as famílias e os estudantes, visitar as casas dos alunos. Mas a pandemia criou essa lacuna entre a família e a escola. Essa quebra do vínculo entre escola e família foi muito forte.

O Maranhão foi um dos primeiros estados a elaborar e assinar o decreto de suspensão das aulas, na segunda quinzena de março de 2020. Uma semana depois, já havíamos implantado as aulas *on-line*, com apoio da TV Assembleia para a divulgação. Gravamos as aulas na TV Assembleia e na Escola de Cinema do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema), e rapidamente, em uma semana, migramos das aulas presenciais para as aulas *on-line*. Ao mesmo tempo, lançamos um pacote de cursos profissionalizantes voltados exclusivamente aos professores da rede estadual, no sentido de formá-los a fazer e trabalhar com aulas *on-line*, porque muitos não sabiam nem manusear uma câmera, um celular para fazer um vídeo. Foram muitas formações com professores e com os gestores, porque, de repente, tudo migrou do presencial para o *on-line*.

Formação continuada de docentes e gestores

No âmbito da educação profissional, criamos cursos de educação a distância, além de cursos voltados para a sociedade como um todo,

mas com um foco muito especial nas famílias dos estudantes, com o objetivo de ajudá-las no campo da geração de renda, para que os pais pudessem ter alguma renda e, conseqüentemente, os alunos não abandonassem a escola para trabalhar. No caso, o foco foi, principalmente, no combate à evasão escolar e na formação dos professores.

Importante ressaltar que grande parte das formações dos professores e gestores voltou-se, principalmente, para as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), o que ajudou de maneira considerável. Por meio do monitoramento quinzenal que fizemos em parceria com os gestores, ficou evidenciado que, a cada final de curso, a participação dos professores aumentava. Porque eles estavam mais aptos, estavam mais preparados para as aulas *on-line*.

Gestão escolar e comunicação

Dois ações foram importantes, do ponto de vista da gestão escolar, durante o período da pandemia. A primeira é que transformamos a merenda escolar em cestas básicas, e os gestores organizaram sua distribuição para as famílias dos alunos. Esta medida foi de grande importância para manter o vínculo entre a escola, o aluno e seus familiares, não apenas porque eles iam retirar as cestas básicas, mas porque viam com clareza o empenho da escola em agir, no sentido de cuidar dos estudantes.

O segundo ponto está relacionado à atuação da Secretaria de Educação junto aos gestores. A Seduc elaborou informes com perguntas para monitorar a educação durante a pandemia, que os gestores deviam responder e devolver o mais brevemente possível. Graças a esse sistema, conseguiu-se obter, primeiro semanalmente, e depois quinzenalmente, informações a respeito de evasão, frequência dos estudantes, participação dos professores. Dessa maneira, foi possível acompanhar a frequência dos estudantes – e perceber, de forma muito nítida, que a frequência aumentava à medida que as ações da educação no combate à evasão aconteciam. Quando foram entregues

os *chips* para celulares aos alunos, a frequência aumentou; quando foi iniciado o processo de busca ativa, a frequência aumentou.

Tudo foi realizado em parceria com os gestores. As equipes da Seduc criaram o questionário, que era encaminhado aos gestores, que respondiam no sentido do monitoramento da educação on-line. Houve uma concentração de esforços e de atenção especificamente nas escolas de tempo integral. Acompanhou-se bem de perto o funcionamento, a participação e a frequência dos professores e dos alunos na parte diversificada do modelo pedagógico das escolas integrais, que são eletivas, com clubes juvenis, robótica e outras atividades.

Inovação e tecnologia

Sem dúvida nenhuma, o principal aprendizado trazido pela crise sanitária foi o emprego das tecnologias digitais na educação. A necessidade cada vez mais forte e urgente de introduzir a inovação nas escolas, de formações dos professores sobre as novas plataformas tecnológicas e da interação entre tecnologias e educação tornou o uso das ferramentas digitais praticamente obrigatório. E isso tem um enorme potencial para fortalecer a aprendizagem dos estudantes.

Desse modo, além de disponibilizarmos *chips* para os estudantes e também para as escolas da rede, criamos um plano de inovação para as escolas de tempo integral, num investimento de R\$ 17 milhões. Esse plano de inovação abrange a aquisição de kits de robótica, *datashow* para as salas de aula, novos computadores, *tablets* para alunos premiados em olimpíadas e a instalação de salas *maker* – ou seja, salas personalizadas que visam oferecer aos estudantes oportunidade para “colocarem a mão na massa”, incentivando-os a trabalhar a criatividade por meio da aplicação de atividades e projetos interdisciplinares com uso de tecnologia, objetos recicláveis e outros materiais. Com esse plano, pretendemos exatamente fortalecer a inovação dentro das escolas.

Mato Grosso

Alan Porto

Quando assumimos o governo, em 2019, Mato Grosso vivia um cenário fiscal muito ruim. Um exemplo: em 2017 e 2018 as escolas estaduais não estavam recebendo em dia os recursos do transporte escolar, alimentação escolar, PDDE. Os salários dos professores e o 13º salário estavam atrasados. Enfim, um cenário ruim. Para complicar a situação na área, no primeiro ano do governo houve uma greve de 75 dias dos estudantes e profissionais de educação devido ao plano de carreira e do reajuste salarial. O estado, com as finanças complicadas, descumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante da grave situação financeira, a primeira decisão do governador Mauro Mendes foi fazer um pacote de ajuste fiscal, encaminhado com cinco leis para a Assembleia Legislativa. A aprovação dessas leis mudou a história das finanças de Mato Grosso. De estado deficitário em R\$ 3,5 bilhões em 2019, passou a superavitário em R\$ 4 bilhões em 2021.

A partir do momento em que as contas do estado entraram nos trilhos, a Secretaria de Estado de Educação avançou na questão dos repasses, colocando todas as contas e dívidas em dia. Hoje, Mato Grosso paga o segundo melhor salário do país para os professores.

Porém, os índices de qualidade da educação não são bons. Mato Grosso é o 22º no Ensino Médio e o 14º no Ensino Fundamental. Para mudar esse cenário, o estado começou a melhorar a infraestrutura física e tecnológica das unidades escolares e investiu forte em planejamento na área pedagógica. Todo o planejamento estratégico, com o desdobramento das ações, foi desenvolvido em 2019 e ia começar a ser executado quando veio a pandemia da Covid-19. No início de 2020, estávamos começando a reposição das aulas perdidas

por causa da greve de 2019 e, em março, as aulas foram suspensas em Mato Grosso e, acredito, em todo o Brasil. A pandemia paralisou o calendário escolar.

A partir daí, sentamos novamente com a equipe e rediscutimos o planejamento estratégico. Quando falamos de planejamento estratégico na área pedagógica, estamos nos referindo a um sistema de avaliação, formação continuada, avaliação diagnóstica, definição da formação em serviço e definição da intervenção pedagógica. Começamos a analisar o currículo e a pensar em como adaptá-lo para descobrir a melhor forma de rodar as ações dentro da gestão escolar e fazer as coisas acontecerem. É importante lembrar que 45% dos alunos de Mato Grosso e 11 escolas do estado, escolas indígenas, não têm acesso à internet. Isso foi um complicador a mais.

Foi uma corrida contra o tempo e fizemos aquilo que o Brasil inteiro começou a fazer. A equipe passou a produzir material, imprimir apostila e divulgar o conteúdo a quem tinha acesso à internet. Foi criada uma plataforma chamada Aprendizagem Conectada. Inicialmente, focou na formação continuada dos professores. Como era preciso repor as aulas do calendário de 2020, foi feito um contínuo curricular 2020-2021. Em 2021, a carga horária teve mais 230 horas. Foram 1.030 horas no currículo para repor as aulas e equilibrar as 800 horas do calendário de 2020.

Junto a tudo isso, o setor necessitava de outros investimentos. As escolas não estavam funcionando presencialmente e apresentavam problemas de infraestrutura. O estado, então, descentralizou recursos tanto para pequenas reformas e adaptações das escolas quanto para investimento em conectividade, internet de alta velocidade e estrutura de rede.

Financiamento da educação

Em 2021, o cenário financeiro e orçamentário mudou significativamente. O estado passou a arrecadar mais. Com isso, os investimentos

em educação aumentaram consideravelmente. Atualmente, Mato Grosso tem 700 escolas e 360.339 alunos matriculados. O governo do estado aumentou em 47% os recursos do Dinheiro Direto na Escola, o PDE, que é aquele recurso para despesas de custeio pedagógico.

Utilizamos todas as metodologias, desde TV a plataformas educacionais. Apostamos no que havia de mais avançado. Para garantir a segurança alimentar dos estudantes, distribuímos mais de 700 mil kits de alimentação para as famílias. Mas, infelizmente, 45% dos nossos estudantes não tinham acesso à internet. Imprimimos apostilas e as enviamos para as escolas, onde os pais iam retirá-las. Diante da dificuldade de inclusão digital dos nossos professores, liberamos R\$ 6.020 direto para a conta bancária de cada um dos 19 mil professores que estavam em sala de aula. Desse valor, R\$ 3.500 foram destinados para compra de um notebook e R\$ 2.520 para custear R\$ 70 reais por mês de acesso à internet durante três anos.

Em 2021 começamos a pensar em como recuperar a aprendizagem dos estudantes em uma situação de aulas remotas. Fizemos a inclusão digital dos professores com formação continuada para utilizar as tecnologias e plataformas educacionais. Além disso, assinamos parceria com a Microsoft e com o Google. Buscamos todos os meios para fazer a formação dos professores.

Tecnologia e inovação

Apesar de todos os esforços do governo estadual, verificamos que o acesso não aconteceu de forma satisfatória. Percebemos que apenas 35% dos estudantes, em média, acessavam a plataforma. Então, passamos a usar outros meios e até apostilas impressas. Utilizamos a TV Assembleia, rádios e podcast. Enfim, todos os instrumentos para levar informações até os estudantes.

Além de dotar as escolas com internet, estamos adquirindo monitores para que todas as salas de aula tenham telas de 65 polegadas. Pelo planejamento estadual, as aulas em 2022 serão com o uso das

tecnologias que já estão à disposição dos nossos professores e, em um curto espaço de tempo, também estarão disponíveis para os estudantes.

Com todo esse investimento dentro das escolas, professores passaram a dar aulas com tecnologia embarcada dentro das unidades escolares. Sabemos que essa mudança não acontece da noite para o dia e que leva algum tempo para se mudar a prática pedagógica, sair da visão e postura tradicionais e aplicar uma nova metodologia. Portanto, nossos professores estão sendo preparados exatamente na direção da mudança. A formação continuada teve esse diferencial. Foi uma formação que abrangeu os componentes curriculares e as tecnologias digitais.

Avaliação diagnóstica

É importante frisar que fizemos uma avaliação diagnóstica, em conjunto com a Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade de Juiz de Fora (Caed), para identificar qual era a defasagem de aprendizagem dos nossos estudantes. Avaliamos mais de 138 mil estudantes do Ensino Fundamental e 136 mil do Ensino Médio, além da Educação Indígena, que teve a participação de mais de mil alunos.

A avaliação diagnóstica mostrou quais eram as principais defasagens. Com base nos resultados, focamos a formação continuada dos professores em três linhas: língua portuguesa, matemática, pedagogia e tecnologias educacionais. Fizemos adaptação curricular e os professores prepararam material específico para laboratórios de aprendizagem e a recuperação da aprendizagem dos estudantes.

Promovemos uma intervenção pedagógica dentro das unidades escolares e implementamos o laboratório de aprendizagem, que é a aula de reforço. O reforço dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio aconteceram com base nos resultados da avaliação diagnóstica e foram realizados de forma remota. Quando

retornamos às atividades híbridas, com 50% da capacidade, demos seqüência ao reforço e à distribuição dos materiais dos ensinamentos fundamental e médio.

Para o Ensino Médio criamos o Pré-Enem Digital, com aulas presenciais por polos e aulas nas plataformas do YouTube e do Facebook voltadas ao aluno apto ao Enem. Selecionamos os melhores professores da rede, criamos um estúdio dentro da Secretaria de Educação e passamos a desenvolver as aulas à distância e os aulões presenciais nos polos. Por meio do programa Avalia MT, analisamos a fluência em leitura, avaliação formativa e avaliação somativa. De acordo com os resultados, criaremos a demanda de formação continuada dos professores que, na verdade, vai se transformar em formação continuada.

Com base na avaliação realizada em novembro de 2021, desenhamos um plano de ação para cada unidade escolar, em que cada uma delas tem sua meta de aprendizagem. Este plano está previsto para ser executado em 2022. Bimestralmente, avaliaremos todas as redes e, com os resultados em mãos, reuniremos com gestores de escolas e as 15 Diretorias Regionais de Educação (DREs), verificaremos se avançamos ou não nas metas e faremos intervenções pedagógicas onde for necessário para correção de rumos.

Manutenção do vínculo estudante-escola

Verificamos que o ensino híbrido, da forma como foi executado, não foi a melhor saída para os nossos estudantes já que identificamos uma evasão muito grande, em torno de 25% no ensino médio. Diante dessa evasão, trabalhamos com muito apuro a busca ativa. Convoqueamos o Tribunal de Contas do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e todos os 141 prefeitos. Contatamos o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e aderimos à sua plataforma de busca ativa.

Em um primeiro momento houve adesão dos municípios, mas como não houve inserção das informações na plataforma o traba-

lho não foi produtivo. Depois de novas reuniões e da criação de uma comissão multidisciplinar com gestores de várias secretarias, a adesão aumentou e, desde 2021, cada município tem um gestor do programa Busca Ativa para inserir as informações e melhorar nossos procedimentos.

Em outubro de 2021 retomamos 100% das atividades presenciais e verificamos que tudo o que a ciência e os especialistas falaram em relação ao ambiente escolar é verdadeiro: a escola é um ambiente seguro! Não houve qualquer aumento da curva de contaminação. No final do ano estávamos com 93% dos estudantes frequentando a escola no estado de Mato Grosso. Número importante, já que estávamos com apenas 50% no ensino híbrido.

Na minha opinião, nem o ensino remoto nem o híbrido foram eficazes e o regime de alternância não se revelou interessante. Famílias e estudantes não sentiram segurança nesse regime. No entanto, quando decidimos retomar 100% das atividades presenciais, a adesão foi imensa. Lembrando, ainda, que trabalhamos com Material Didático Estruturado, além do material didático complementar: o aspecto socioemocional, a consciência fonológica nos primeiros anos, educação financeira no 9º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio.

Ensino médio

Vamos implementar o novo ensino médio em 2022. Uma das principais mudanças é em relação à carga horária, que passa de 800 horas para 1.000 horas. Lembrando que, no 1º ano, vamos ter 600 horas dos componentes curriculares comuns e 400 horas para os itinerários formativos e que os alunos já estarão com seus projetos de vida. Ou seja, teremos as eletivas e o quinto itinerário, que inicia a qualificação profissional.

Toda a parte de implementação de BNCC, toda a discussão com a sociedade e aprovação junto ao Conselho Estadual de Educação

está direcionada. Estamos, agora, na formação dos itinerários. Já começamos a fazer o processo de atribuição dos nossos professores dentro dos componentes curriculares. Portanto, estamos preparando a rede para implementar o novo ensino médio.

Alfabetização de crianças, jovens e adultos

Atualmente, Mato Grosso está trabalhando no maior programa de alfabetização da história do estado. O Alfabetiza MT tem como objetivo alfabetizar crianças até o 2º ano, quando elas completam sete anos. É um programa em regime de colaboração com os municípios e já temos a adesão de 139 dos 141 municípios do estado. Não queremos mudar nenhuma política de alfabetização municipal. Muito pelo contrário, estamos apoiando as iniciativas e temos obtido resultados excelentes.

Também estamos olhando para os jovens e adultos. Cerca de 6% da população do estado é analfabeta. Algo em torno de 200 mil pessoas. Para elas, criamos o programa Mais MT Muxirum. Muxirum vem da língua tupi-guarani e significa mutirão, ou, todos juntos. Alfabetizamos, no segundo semestre de 2021, mais de 50 mil pessoas em 60 municípios. Somente naquele semestre investimos no programa mais de R\$ 16 milhões e contratamos mais de 3 mil professores alfabetizadores.

O maior desafio do programa é fazer a busca ativa desse público. Então, flexibilizamos os locais de aula que passaram a acontecer não só na escola, mas também na igreja, no centro comunitário, nas casas e nos espaços em que os municípios destinaram para a alfabetização. O curso tem duração de seis meses e o programa vai durar cinco anos. Queremos sair de 6% de analfabetismo para 3%, que é o índice determinado pela Unesco quando se começa a erradicar o analfabetismo em uma determinada região.

Gestão escolar

O plano de ação que fizemos para cada unidade de ensino executar a partir de 2022 foi elaborado pensando em uma gestão escolar voltada para resultados. A partir das avaliações bimestrais que serão feitas nas unidades escolares, faremos reuniões periódicas e corrigiremos as rotas para melhorar a aprendizagem dos alunos e a qualidade da educação em todo o estado.

Até chegarmos a este plano de ação, no campo da gestão escolar, tivemos reuniões quinzenais com diretores, assessores pedagógicos e gestores das escolas. Semanalmente fazíamos webinar, encontros de formação e dávamos orientações que publicávamos na rede. Logo depois da suspensão das atividades presenciais, como ninguém sabia o que ia acontecer, criamos uma equipe para produção de material de orientação para os pais, orientação para alunos e até mesmo para tratar o aspecto socioemocional. Nos preocupamos em orientar e a criar rotinas de estudo dentro de casa, também em ajudar a criança a se concentrar nos estudos. Tudo isso de forma online.

No segundo semestre de 2020 fizemos encontros mistos, regionalizados, evidentemente respeitando todas as normas de segurança. Estabelecemos a rotina de encontros quinzenais para avaliar os resultados, definir as formações regionalizadas. Criamos uma trilha de formação híbrida.

Além disso, lançamos o programa Mais Mato Grosso, com investimento de R\$ 930 milhões. Estamos construindo 35 novas escolas, reformando mais de 50, edificando mais de 50 quadras poliesportivas. Vale lembrar que temos a Escola Arena, que funciona dentro da Arena Pantanal, que sediou os jogos da Copa do Mundo. É uma escola vocacionada para o esporte, para atletas de alto rendimento, que funciona em tempo integral. É importante dizer também que, em função de termos um clima muito quente, até o final de 2022 vamos climatizar todas as escolas do estado. Em 2021, foram climatizadas mais de 120 escolas.

Formação de professores

Tivemos o apoio do Instituto Singularidades para fazer a formação dos nossos profissionais. Mais de 19 mil professores participaram de uma formação de 110 horas. Na verdade, foi uma trilha de sete cursos. Tivemos três etapas de formação continuada online em língua portuguesa, matemática, alfabetização e tecnologia educacional. A primeira e a terceira etapas tiveram carga horária de 20 horas e, a segunda etapa, 26 horas. Como os docentes afirmavam ter dificuldade em operar as plataformas, colocamos o item tecnologia educacional na formação para eles aprenderem a trabalhar uma aula virtual, a direcionar, a fazer um roteiro pedagógico para prender a atenção do aluno.

É bom lembrar que, antes da pandemia, tínhamos um planejamento estratégico a seguir para recuperar a posição, porque estávamos com um índice no Ideb muito ruim. Íamos trabalhar uma política pedagógica voltada para resultados, mas tivemos que interromper. Ao olharmos novamente para o nosso planejamento estratégico, pensamos que sua concepção tinha que ser totalmente modificada porque, na ocasião, tínhamos aula remota.

Também realizamos uma formação específica para diretor de escola e para secretário escolar. Foram estabelecidos encontros quinzenais com os gestores e realizadas lives, reuniões a distância para orientá-los em relação aos resultados, ao processo de liderança, saber como eles estavam se organizando com os professores, como os coordenadores estavam atuando. Além disso, foram emitidas várias orientações sobre adaptação dos currículos.

Em 2022, voltamos àquele planejamento estratégico, mas, agora, com tudo sistematizado, com avaliação, com formação, material estruturado, escolas mais atraentes e equipadas com internet de alta velocidade, além do professor com o seu equipamento tecnológico de trabalho. Também adquirimos 200 mil Chromebooks para entregar aos estudantes. Então, 2022 vai ser o ano de dar aquela virada e percorrer a trilha que escolhemos para dotar Mato Grosso de educação de qualidade, bem melhor do que a atual.

Pensando nessa transição, realizamos ações formativas conjuntas com os componentes curriculares e as tecnologias digitais. A tecnologia não vai substituir o professor em sala de aula. É o professor que vai ter a tecnologia ao seu lado para oferecer aula diferenciada.

Plano Estadual de Educação

Aprovamos o Plano Estadual de Educação em 2021. Como ele foi feito antes do Plano Nacional, estava com problema na vigência. Daí a necessidade de termos que aprová-lo novamente. Lembrando que todo o nosso planejamento estratégico, todo o plano da educação, chamado de Educação 2040, está ligado ao Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de Educação. Isso porque não é possível pensar na educação do estado de Mato Grosso sem pensar na educação de cada município separadamente. Por isso, vamos fortalecer cada vez mais o regime de colaboração. Estamos avançando na municipalização do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e, dentro do regime de colaboração, vamos apoiar tecnicamente e financeiramente os municípios em suas políticas de investimento nas escolas.

Aliado a isso, estamos com um projeto de lei que prevê o repasse de, no mínimo, 10% do ICMS para os municípios, de acordo com o Índice de Qualidade da Educação Municipal. Municípios que tiverem os melhores desempenhos na educação recebem uma fatia maior de ICMS, recurso que pode ser investido na educação ou em outras áreas como saúde ou infraestrutura.

Os principais aprendizados

Desde a década de 1980 fala-se da Tecnologia de Comunicação e Informação (TCI) em sala de aula, mas a resistência por parte dos professores era muito grande. Com a pandemia, a tecnologia digital foi rapidamente incorporada como uma ferramenta de trabalho que

ajudou grandemente a educação. Avançamos velozmente nesse campo. Avançamos também na infraestrutura física e tecnológica das nossas escolas. Hoje, é preciso que os alunos tenham computador, que o professor tenha um *notebook*, que o professor faça um planejamento, chegue à sala de aula e plugue em um monitor grande de TV para dar uma aula diferenciada. O que era um adicional, hoje é obrigatório.

A diversidade no estado de Mato Grosso é muito grande. Temos 71 escolas indígenas, 43 etnias, escolas quilombolas, escolas do campo – tudo isso representa quase 30% das nossas atividades. Ainda temos muitas salas de aulas multisseriadas. Com essa tecnologia, teremos condições de ofertar uma aula melhor para o estudante. Teremos condições de produzir aulas e de ter uma biblioteca de conteúdos diferenciados.

Pontos negativos da pandemia

A pior consequência da pandemia na educação foi a perda de aprendizagem dos nossos estudantes. Hoje, estamos pensando a educação do estado nos próximos 20 anos e fazendo um planejamento estratégico para esse período. Como queremos a educação em Mato Grosso? Como vai ser o pós-pandemia? Como vai ser o funcionamento das escolas? Será que o tempo integral, de 9 horas, é a melhor forma? Será que o tempo parcial não é a melhor opção? Como vou aproveitar o quinto itinerário do ensino médio para qualificar melhor o nosso jovem? Será que isso vai ser uma ferramenta de busca ativa?

Estamos pensando em várias iniciativas, várias ações. Queremos ter não só o melhor salário de professor do Brasil, mas estar entre as três melhores redes educacionais do país. Para se chegar a isso, nesse período, fizemos muito *benchmarking* com outros estados. Nossa gestão é voltada para a aprendizagem e para resultados. É uma gestão inovadora e baseada em evidências. Vamos pegar as boas práticas e nos inspirar nelas, adaptá-las à nossa realidade e começar a implementá-las. Para tanto, estamos com os melhores parceiros: a Fundação Lemann,

Instituto Natura, conversando com o Instituto Unibanco – que tem uma metodologia de gestão escolar – e com a FGV. Sabemos que essas metodologias foram testadas e dão bons resultados. É um desafio muito grande. Estamos avançando no bom caminho!

Mato Grosso do Sul

Cecilia Motta

Até 23 de março de 2020, quando se soube da necessidade da suspensão das aulas presenciais, a Secretaria vinha desenvolvendo normalmente seus programas. Foi necessário parar e analisar cada um deles, os impactos da implementação de cada um para adaptá-los à nova realidade. Não houve programas interrompidos, mas praticamente todos foram diretamente impactados e precisaram de adaptações para serem executados mesmo com a pandemia.

Nossa prioridade foi a implementação da reforma do ensino médio, até porque existem dispositivos legais que determinam sua realização. Era preciso aprovar o currículo do ensino médio e dar continuidade à escrita e à aprovação do documento.

Também houve uma gama de formações que ocorreram, mas, em todas elas, houve uma mudança na forma da oferta, que passou a ser remota. Outra ação importante foi a eleição de diretores, fortemente impactada no momento da posse, que precisou ser adiada. De maneira geral, todos os programas foram executados, mas foram impactados.

Por outro lado, a pandemia gerou a demanda de novos programas para conduzir a rede nesse período. Foram programas da área financeira para aquisição de equipamentos de biossegurança, ações para desenvolver protocolos de biossegurança, normais legais e orientações pedagógicas para as escolas.

As ações da Secretaria para garantir o direito à educação

Uma das ações iniciais foi o lançamento de documento com uma série de orientações que visavam quatro grandes eixos: biossegurança,

cognitivo, socioemocional e normativo. As orientações relacionadas à biossegurança tinham uma relação direta com a volta às aulas presenciais. Os eixos cognitivo, socioemocional e normativo foram essenciais para conduzir a rede no período de distanciamento. O normativo, obviamente, dependia do Conselho Estadual de Educação, que emitiu parecer favorável e direcionou as possibilidades de atuação. Os outros, o cognitivo e o socioemocional, orientavam sobre como a escola deveria trabalhar.

Tivemos uma premissa, desde o início: a escola não poderia, em hipótese alguma, não estar alertada. Quando decidimos suspender as aulas presenciais, identificamos a necessidade de a escola estar plenamente orientada a cada passo adotado porque estávamos vivendo um momento sem referência. Em hipótese alguma elas poderiam estar sem orientação adequada da Secretaria. Daí termos elaborado uma série de orientações visando o pedagógico – como trabalhar pedagogicamente o desenvolvimento da aprendizagem nas escolas, com orientações para as atividades – e o socioemocional, voltado a como manter o vínculo da escola com a família, já que a evasão, a perda do contato com o estudante era nossa maior preocupação.

Busca ativa com resultados excelentes

Em parceria com o Conselho Tutelar, o Ministério Público e outras instituições, lançamos um programa de busca ativa bem robusto que foi bastante importante. Detectamos que, no primeiro semestre de 2020, somente 2% dos estudantes não estavam mantendo contato com as escolas. Embora seja um percentual excelente, mesmo assim intensificamos a busca ativa, e chegamos ao final de 2020 com apenas 1% dos estudantes sem contato com a escola. Nossa orientação às escolas foi a de que não poderíamos aceitar nem um aluno a menos, nem uma família a menos, nenhum aluno poderia perder o contato. E os próprios diretores foram às casas dos estudantes nesse trabalho de busca.

O Mato Grosso do Sul, obviamente, tem algumas peculiaridades. É um estado que tem metade do território no Pantanal, com uma comunidade rural grande, comunidades indígenas. Contamos com o apoio de caciques, acionamos os produtores rurais que tinham fazenda para ajudar, acionamos o transporte existente nessas áreas para levar e buscar atividades na casa dos alunos, enfim, fizemos todo o possível para manter o vínculo. Acreditamos que fomos muito exitosos considerando que, em uma rede de 210 mil estudantes, apenas 1% deles não mantiveram contato com a escola.

Em 2021, a questão do contato aluno-escola foi mais fácil de ser conduzida. Fizemos questão de ter uma primeira semana presencial nas escolas em março – e por quê? Porque os alunos não poderiam começar o ano letivo sem conhecer o rosto da professora. Tivemos duas semanas presenciais, com grupos alternados, mas todo aluno foi à escola, conheceu a escola, o professor, o diretor. A aceitação dessa ação foi muito positiva, tanto por parte da comunidade escolar quanto por parte das escolas. Foram duas semanas de muita emoção, ligando famílias e escolas presencialmente. Depois voltamos para o remoto e permanecemos assim até o final do semestre. Temos certeza que essa ação, por menor que tenha parecido, reverberou ao longo do semestre inteiro.

Inovação e tecnologia

A tecnologia, a inovação, é algo que já batia na porta da educação há um bom tempo, mas a educação, tradicionalmente, ignorava. Por sinal, faz parte da cultura da educação ser sempre um dos últimos segmentos a aceitar inovações. Costumo dizer, a pandemia praticamente nos obrigou a usar ferramentas que já existiam, porque, na verdade, não foram desenvolvidas novas ferramentas para esse período. As ferramentas utilizadas durante todo esse período já existiam antes da Covid-19. E a tecnologia se mostrou essencial para esse momento. Arrisco para dizer que desabrochamos para o uso

da tecnologia como uma ferramenta de fato importante, e não só como um acessório.

Apesar de o Mato Grosso do Sul ser um estado com grande população rural, ribeirinha, indígena, todos, hoje, têm internet. Você vai numa aldeia, a aldeia tem internet. Você vai numa população ribeirinha, ela tem internet. Temos uma escola no estado que fica a dois dias de barco para chegar, mas é uma escola que tem internet. Então, conseguimos atingir muita gente com as ferramentas digitais.

Formação docente

Um dos maiores obstáculos que enfrentamos foi a necessidade de os professores serem atualizados em relação às tecnologias digitais. As formações sempre foram muito centradas na metodologia pedagógica para o desenvolvimento da aprendizagem. Elas pouco se preocupavam com as ferramentas para isso, com as tecnologias. Em função disso, tivemos de realizar um trabalho formativo muito intenso. Foram capacitados 32 mil professores das redes estadual e municipal, em regime de colaboração, numa parceria com o Sebrae. Isso abriu um novo horizonte para os professores.

Além da formação sobre o uso de ferramentas, tivemos várias outras, inclusive relacionadas à questão socioemocional, sobre como trabalhar a pandemia na cabeça dos estudantes e até dos nossos servidores, que também foram fortemente impactados.

A grande diferença entre a formação anterior e durante a pandemia foi que a parte da formação que era presencial foi substituída por uma formação remota, a distância. No Mato Grosso do Sul, o processo formativo sempre envolve os municípios. Não desenvolvemos formação sem a participação dos municípios. E aí talvez esteja o prejuízo mais evidente causado pela pandemia, porque várias prefeituras simplesmente suprimiram o trabalho de formação.

Gestão escolar

Pouco mais da metade dos nossos diretores encerraram o mandato em abril de 2020, bem no início da pandemia. Durante esse período, portanto, mais da metade dos diretores eram diretores novos, que nunca administraram uma escola na vida. A necessidade de a Secretaria garantir a orientação desse grupo era evidente. Para isso, foram estabelecidos fluxos de reuniões, linhas de contato com os diretores via WhatsApp, reuniões *on-line*, plantões de tira-dúvidas, uma série de Comunicações Internas.

Um cuidado que tivemos relacionou-se ao encaminhamento das orientações, ao fluxo de informação para a escola, para não a sobrecarregar com orientações demais em um dia só. Porque as secretarias de educação são muito grandes, há estruturas independentes: tem o pedagógico; tem o financeiro; tem o RH; tem o jurídico – e cada um deles mandando informação para a escola. A escola é uma só. Não bastava apenas orientar bem a escola. Era preciso organizar essa orientação de forma que o diretor fosse capaz de administrar as informações, assimilar aquilo, executar a orientação, para poder trabalhar as próximas que viriam.

Também foi preciso pensar o fluxo da Secretaria. Cada vez que íamos mandar uma orientação para a escola, tínhamos de ler o documento várias vezes para ver se a redação estava de fato correta, se estava clara, porque não eram mais orientações corriqueiras. Eram orientações para determinadas ações que as escolas nunca haviam executado, como produzir uma atividade impressa para colocar num caminhão que vai entregar numa fazenda. Isso nunca tinha sido feito.

Quando se orienta uma rede diversa, é preciso tomar cuidado, independentemente de pandemia, porque as escolas são mundos completamente diferentes. Você fala com uma escola do centro de Campo Grande, a capital com quase um milhão de habitantes, e dali a pouco fala com uma escola que fica a dois dias de barco, numa ilha do Pantanal, com uma realidade completamente diferente. Então, não tem lógica nenhuma regar de tal forma que termina engessando a

especificidade de tal ou qual escola. A orientação deve ser ampla e dar liberdade para a escola exercer a autonomia que tem.

A escola é uma unidade autônoma. Não é independente, mas é autônoma na tomada de decisões dentro dos parâmetros estabelecidos. E vale lembrar que o professor também o é. O professor também é um condutor do currículo. Então, nosso papel foi induzir a escola a acreditar que era capaz de trabalhar, a desenvolver sua autonomia. Nosso papel sempre foi o de um órgão que promove a autonomia, curricular, inclusive. A escola tem de cumprir o que está no currículo do estado, mas tem autonomia para desenvolver, inclusive, as atividades ofertadas aos alunos. Este também foi um fator importante para o bom êxito da política educacional no estado, porque a escola se sentiu parte do processo de desenvolvimento da educação durante a pandemia.

A implementação da BNCC na pandemia

Foi muito positivo ter a BNCC na pandemia porque ela traz competências e habilidades, o que facilita o desenvolvimento das atividades, e é diferente de quando se trabalha com conteúdo, porque a habilidade dá algo mais amplo.

Iniciamos 2020 com os novos currículos da educação infantil e do ensino fundamental aprovados e desenvolvidos. Era o primeiro ano de implantação do currículo na rede. Quando veio a pandemia, o currículo estava posto, toda a orientação pedagógica emanada pela Secretaria foi pautada nesse novo currículo de referência da rede estadual, que é inspirado na BNCC.

Já em relação ao ensino médio, a situação foi bem mais complexa, porque estávamos no processo de finalização do novo currículo. Houve um atraso, mas muito por conta da falta de uma normativa do Conselho Nacional de Educação sobre a educação profissional. Ao longo de 2020, construímos o currículo do ensino médio, que foi aprovado em janeiro de 2021, que se tornou o ano de sua implementação.

O novo ensino médio

O novo currículo foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em janeiro de 2021 e, no final do ano, concluímos um documento com 96 unidades curriculares dos itinerários formativos. Queremos publicar em breve esse catálogo com as 96 unidades curriculares para a construção dos itinerários nas áreas do conhecimento e, também, o itinerário de formação profissional. A maioria das escolas de ensino médio começou o ano letivo de 2021 com dois itinerários formativos integrados, criados pela própria Secretaria, e que estão sendo muito bem executados. Mas vale lembrar que, no futuro, o ideal é que as escolas criem os próprios itinerários.

Oferecemos esses itinerários formativos de forma completamente remota, no primeiro semestre, e, no segundo, estão sendo ofertados presencialmente nas escolas, de modo que a implementação do novo ensino médio está ocorrendo normalmente na rede estadual.

Aulas remotas e presenciais

A educação no Mato Grosso do Sul funcionou de modo totalmente remoto de 23 de março de 2020 até o final do primeiro semestre de 2021. O retorno, no segundo semestre letivo de 2021, foi de forma escalonada, com os alunos indo à escola uma semana sim e a outra, não. Foi assim até o término de setembro.

Com base no alto índice de vacinação no Mato Grosso do Sul e no baixíssimo número de estudantes e de professores atingidos pela Covid-19, voltamos totalmente presencial na primeira semana de outubro, com exigência do uso de máscara, do uso do álcool em gel, de aferição de temperatura. Só tem direito a atendimento remoto o aluno que apresentar atestado médico de comorbidade que o impeça de frequentar a escola.

Principais aprendizados da Secretaria para garantir o direito à educação

Os aprendizados foram muitos e o principal foi o de que a educação não volta mais a ser o que era. Foi necessário repensar fluxos de informação para as escolas, repensar a relação entre a Secretaria e a escola, como orientar a escola, como respeitar sua autonomia, mas ao mesmo tempo, dar parâmetros de orientações necessárias para que possa exercer essa autonomia com qualidade. Também refletimos sobre o uso das regionais, o quanto elas são importantes para a Secretaria, e sobre como explorar mais todas as ferramentas digitais disponíveis.

A presença das tecnologias de informação e comunicação na educação é algo que veio para ficar e enriquecer o processo ensino-aprendizagem. A Secretaria está construindo um estúdio para produção de mídia digital para o YouTube, porque verificamos que é lá que a gurizada está, e nós temos de ir onde nossos alunos estão.

A importância da escuta

Criamos na Secretaria um grupo de discussão com 30 estudantes da rede estadual que, semanalmente, se encontram com nossa equipe. Por quê? Porque precisamos ouvir deles se tudo aquilo que pensamos faz sentido. Esse grupo se reúne desde agosto de 2021, e é formado por jovens do ensino médio das escolas da região, da periferia de Campo Grande, do centro, que vêm até a Secretaria e têm acesso a tudo o que estamos pensando de política pública.

Percebemos que precisamos ouvi-los, saber o que eles pensam. Não se pode mais pensar política pública para um público que não é ouvido. Então, hoje, para nós, é muito importante ouvi-los, produzir material pensando neles. Achávamos que a televisão era o melhor canal para chegar até os alunos. Produzimos conteúdo para TV e ninguém assistiu. Ao mesmo tempo, os estudantes falavam: “Por que vocês não colocam no YouTube? A gente acessa o YouTube. A gente não assiste

televisão. Tem TV na minha casa, mas, nesse horário, pega o YouTube.” Aprendemos muito com eles, e fomos para o YouTube. Foi um show ver o quanto eles sabem usar e quanto sabem produzir pelos meios digitais.

Aprendemos muito sobre como estabelecer contato com os jovens, e estamos levando isso para as escolas. Nossos professores fizeram coisas maravilhosas, em termos de produção de *podcast*, de vídeos para o YouTube. Descobrimos artistas entre os nossos professores! Acho que isso aconteceu no Brasil inteiro.

Ao criar um estúdio, pensamos em usar os professores para produzir vídeos, valorizar o trabalho deles, que despertaram para isso. Acredito que o Mato Grosso do Sul só teve êxito em manter o contato com os alunos porque fomos aonde eles estavam. Não tentamos trazê-los para onde estávamos. Com a tecnologia, fomos buscá-los onde eles ficavam de forma remota e conseguimos manter a ligação.

Família e escola

É surpreendente como ações tomadas no passado podem ter consequência considerável somente anos depois de terem sido executadas. Temos, desde 2015, uma ação que se chama Família na Escola. Identificamos, já naquela época, que um dos grandes problemas que as escolas tinham era dificuldade de contato com a família. Durante a pandemia, mantivemos a ação família-escola *on-line*. No momento de retomada, a presença da família no processo é ainda mais importante, porque se a família não abraçar o próprio papel na recomposição da aprendizagem das crianças, a escola sozinha não vai conseguir fazê-lo.

Percebemos que o trabalho que fazemos desde 2015 está dando frutos atualmente, já que a relação que se estabeleceu com a família melhorou muito, inclusive em relação à cobrança, à orientação, à coparticipação no processo de aprendizagem. Programas que promovam a integração família-escola e tragam a família para o processo de aprendizagem serão ainda mais importantes no processo de recuperação das perdas decorrentes da pandemia.

Minas Gerais

Julia Sant'anna

Quando chegamos ao governo, em 2019, o salário dos servidores do estado de Minas Gerais era parcelado; o 13º dos trabalhadores da Educação estava atrasado; o estado havia retido os repasses de recursos do Fundeb aos municípios – o que impactava diretamente no transporte dos estudantes de áreas rurais, inclusive os da rede estadual; os recursos estaduais para a merenda escolar não eram repassados e por isso as escolas ofereciam uma alimentação mais escassa, apenas com o recurso federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A prioridade naquele momento foi restabelecer os repasses da alimentação, retomar os pagamentos e estabelecer um acordo com os municípios para regularizar o transporte escolar. Ao mesmo tempo estabelecendo um acompanhamento muito cuidadoso da parte pedagógica.

Então, veio a pandemia da Covid-19, que alterou nossos planos e nos apresentou novos e grandes desafios. Mas continuamos a seguir nosso planejamento de fazer um acompanhamento muito fino da situação individual de cada aluno.

Em 2019 realizamos um processo profundo de monitoramento dos indicadores nas escolas, tanto de proficiência quanto de custo, e entregamos, em 11 meses, o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da história de Minas Gerais no Ensino Médio, fruto do trabalho executado nesse período. Promovemos a busca ativa e trouxemos de volta às escolas quase 15 mil alunos, com um acompanhamento individualizado de frequência e notas. A verificação era feita por meio de um algoritmo central e o monitoramento próximo de cada um dos diretores escolares. Esse processo ocorreu também depois do início da pandemia.

Minas, antes da Covid-19, tinha maturidade em dois pontos extremamente importantes. Primeiro, um bom processo de avaliação de alunos, já que foi um dos primeiros estados a desenvolver a educação à distância. O Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem uma tradição bem antiga nesse campo. Seu histórico de avaliação padronizada possibilita a existência de harmonia de conteúdos em todas as escolas das redes públicas.

O segundo ponto é que o estado já tinha publicado um instrumento com a divisão de competências e habilidades a serem adquiridas pelos alunos por mês, o que permitiu a elaboração de um plano de estudos que, depois, se tornou o nosso Plano de Estudo Tutorado (PET). O PET é o material centralizado de conteúdo cuja execução pode garantir o cumprimento de carga horária dos alunos.

Garantia do direito à educação

Uma pergunta que ouvimos com frequência é: “Por que o estado não usa livro didático?” O livro didático é, sim, usado por Minas Gerais, mas precisávamos de uma espinha dorsal de orientação do conteúdo a ser dado em cada semana – e conseguimos. O PET, no primeiro ano, era distribuído em volumes mensais e conseguimos desmembrá-lo e detalhá-lo semana por semana.

De março a maio de 2020, vivemos o processo de construção do Plano de Estudo Tutorado, desde o material central até o de cada ano de escolaridade e de cada componente curricular. Ao mesmo tempo, preparamos nossa rede estadual de televisão pública para fazer a transmissão diária de conteúdo para os estudantes. Diferentemente de algumas redes que já tinham material televisivo, não tínhamos nada. Tudo foi produzido a partir daquele momento e com a transmissão de cinco horas diárias para todo o estado.

Inicialmente, então, fizemos a preparação do PET e dos mecanismos de sua disponibilização e articulamos a produção dos progra-

mas de TV e de um aplicativo de uso no celular, cuja navegação era patrocinada, sem custos de dados móveis de internet para alunos e professores da rede.

Como precisávamos ter um bom material, regulamentado, com estrutura e com a carga horária, fizemos um trabalho conjunto com o Conselho Estadual de Educação para chegarmos a esse resultado. Num primeiro momento, vimos algumas fragilidades no material, que chegou a ter 2 mil páginas. Deixamos o canal aberto para a melhoria de alguns pontos e, a cada mês, divulgamos um novo suplemento para cada ano de escolaridade com as modificações e correções necessárias. Continuamos promovendo, periodicamente, ajustes nessas apostilas, o que fez com que, a cada ciclo, elas fiquem mais precisas e contenham exatamente o que o aluno está assistindo na televisão.

Com a divulgação das aulas pela TV, nós nos tornamos o terceiro canal com maior audiência do estado, a Rede Minas, porque todos os estudantes do estado começaram a assistir. E temos notícia, inclusive, de que a Rede Minas é assistida em outros estados.

Costumamos dizer que Minas Gerais é um pequeno Brasil e expressa a profunda desigualdade que existe no país. Temos, no sul do estado, escolas com famílias em situação financeira e inclusão tecnológica bastante avançadas; no norte de Minas, encontramos situações muito frágeis, de diretores relatando, inclusive, que não tinham ideia de quão distante e quão complexo era o acesso de seu aluno até a escola. Tudo aquilo que fazemos, todas as nossas ações educacionais exigem que pensemos nas diversas realidades existentes no estado. Afinal, nossa rede é muito grande e complexa. São mais de 3.400 escolas espalhadas por 47 superintendências regionais de ensino, 1,7 milhão de alunos e 200 mil professores.

Tínhamos, portanto, o material totalmente preparado para o aluno que tem um bom atendimento informatizado, uma boa inclusão digital, mas isso não era suficiente nem garantia o atendimento de todos os estudantes mineiros. Traçamos, então, outras estratégias para que realmente todos recebessem o Plano de Estudo Tutorado. Chega-

mos a usar cavalos para levar o material e a envolver até lideranças religiosas locais para que ele fosse entregue na missa ou no culto. Não são poucos os casos de diretores que foram às feiras agrícolas de fim de semana, onde os estudantes conseguem chegar quando vão comercializar os produtos elaborados por suas famílias. Tivemos ajuda da Polícia Militar na distribuição e o apoio de leiteiros, que faziam algumas rotas específicas para a venda de leite.

O mais interessante é que, a partir do acesso ao aplicativo, conseguimos saber qual estudante teve acesso ao PET impresso, qual estudante baixou o PET digital. É como se fosse um proxy da inclusão digital. Assim, quando os estudantes começassem a realizar as avaliações diagnósticas e trimestrais, poderíamos fazer o cruzamento desses dados e saber se foi o aluno que recebeu o PET impresso que está com mais dificuldade ou não. E, se for o caso, iremos oferecer a ele uma vaga no nosso programa de reforço escolar. Ou seja, todas as ações estão amarradas para alcançarmos esse aluno e ajudá-lo a ter sucesso em sua caminhada em busca do aprendizado.

Avaliação diagnóstica

Minas Gerais foi um dos primeiros estados brasileiros a fazer, em 2020, a avaliação centralizada e padronizada de todos os componentes curriculares. Nós já dispúnhamos da relação entre os resultados da avaliação e o que era ofertado no PET e nas aulas da televisão. Ou seja, se o estudante errava a questão X, criava-se, num aplicativo, um plano de estudos individual para ele ver a teleaula relacionada àquele assunto e fazer a revisão do PET. Isso foi muito interessante porque logo após o exame já se dava essa devolutiva para o aluno, possibilitando que ele pudesse organizar o seu planejamento de estudo. E isso continua a ser feito. Assim, de um lado, a Secretaria de Educação está vendo quem precisa e promovendo o acesso desse aluno necessitado ao reforço escolar e, de outro lado, o próprio estudante consegue planejar a sua revisão a partir do resultado das avaliações.

O reforço escolar é uma atividade que oferecemos no contraturno, com outro professor. Por meio do conhecimento que temos, a partir do acompanhamento, indicamos nominalmente ao diretor da escola os estudantes que devem entrar na turma do reforço, conseguindo quebrar aquele ciclo – que conhecemos bem – de quem vai fazer o reforço é o aluno que não precisa, é aquele que está sempre buscando melhorar. Junto com a volta das aulas presenciais, retomamos também as atividades presenciais do reforço.

Participação premiada: o prêmio Escola Transformação

O engajamento na avaliação tem sido extremamente positivo. Na primeira avaliação diagnóstica de 2021, realizada em março, contamos com 75% de participação dos estudantes da rede. Em junho e setembro, fizemos outras duas avaliações, que são trimestrais e comparativas, não diagnósticas. Com base nessas avaliações e com o objetivo de aumentar o engajamento de alunos e de professores, criamos um prêmio chamado Escola Transformação. Por ele, estamos dando recursos para as escolas promoverem melhorias, montarem rádio, realizarem passeios no momento do retorno, enfim, aperfeiçoamentos relacionados diretamente à área pedagógica, medindo o grau de engajamento dos alunos, tanto no aplicativo quanto nas avaliações diagnósticas, e a participação dos professores nas atividades da sala de aula virtual, o Google Sala de Aula. Com essa iniciativa, premiamos as escolas que se destacaram nos resultados de desempenho nas avaliações aplicadas na rede e no fluxo escolar nos três níveis do ensino regular: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

A sensação que temos na SEE/MG é a de que vamos movimentar muito as escolas, os estudantes e os professores dessa maneira. Além, naturalmente, de ajudar bastante os diretores, porque eles receberam recursos financeiros para as unidades de ensino. Em 2021, foram 600 escolas premiadas nas três edições do Escola Transformação ao

longo do ano, com a distribuição de R\$ 105 milhões. Cada escola pode ganhar até R\$ 300 mil reais em cada edição, dependendo das etapas de ensino premiadas.

Volta às aulas

Voltamos em junho de 2021 em formato híbrido, não obrigando a atividade presencial. Enfrentamos uma situação bastante sensível, que foi o fato de centenas de municípios não autorizarem a abertura das escolas. Independentemente de se ela é estadual, municipal ou particular, é o prefeito que dá autorização para o funcionamento de escolas no município. Mas como Minas Gerais tem cidades muito pequenas e é um estado muito pulverizado em relação à sua população, tivemos situações complexas de atividades por conta de restrições de municípios que não conseguiram se planejar.

É importante ressaltar que, durante todo o processo de atividade remota, o governo estadual disponibilizou recursos para as escolas se prepararem para a retomada das aulas. Cada um dos diretores de escola da rede estadual assinou um termo de responsabilidade afirmando que tudo o que a SEE recomendou que fosse observado e consertado na infraestrutura das instalações daquela unidade estava de acordo. A Secretaria não só decretou o que tinha de ser feito como determinou que o diretor fizesse uma *checklist*, a assinasse e fosse acompanhado por um inspetor escolar para verificar se estava tudo certo. Ou seja, no processo mais intenso da pandemia, com restrições às aulas presenciais, houve um processo de adequação das escolas. Mais de 1.300 escolas foram reformadas e estão com a infraestrutura melhorada, com recursos do nosso programa Mãos à Obra na Escola, que somam mais de R\$ 374 milhões. Em termos de infraestrutura, é visivelmente positiva a transformação das escolas de todo o estado.

A melhoria na infraestrutura das escolas é algo que deve ser destacado como um dos raros benefícios desse período, e muito

provavelmente está acontecendo também nos outros estados, Brasil afora. A pandemia permitiu aos diretores terem um outro olhar sobre circulação, banheiro, limpeza, e, considero que, nesse sentido, houve um grande avanço em todo o país. Dispusemos de mais de R\$ 98 milhões para que os diretores utilizassem na melhoria e na reforma de tudo aquilo que precisasse de adaptação. Foi muito trabalhoso, mas foi possível e bastante interessante contar com a assinatura nesse cheque que diz: “A escola só abre se o diretor tiver assinado ‘estou pronto!’”

Busca ativa

Uma ação extremamente exitosa foi nossa campanha de busca ativa. Em 2019, trouxemos 15 mil alunos de volta para a escola. Em 2020, trouxemos 30 mil e, em 2021, 45 mil. Um crescimento anual de 15 mil é bastante considerável. Nossa tecnologia de busca objetiva, a partir de lançamentos de frequência, verifica quem está quase saindo da rede e entrega essa informação ao diretor para ele tentar trazer o aluno de volta ao sistema. A busca ativa foi algo que aprendemos e que viemos aprimorando desde então, com sucesso.

Regime de colaboração

Gosto de destacar, em relação ao nosso período de atividade remota, que conseguimos realizar dois sonhos, que acredito serem os sonhos de todo secretário da Educação. A construção dos nossos Planos de Estudos Tutorados contou com o acompanhamento das universidades. Tínhamos uma equipe de professores universitários de todos os componentes curriculares compondo dupla com o nosso professor de sala de aula de educação básica. Então, realizou-se o sonho de integração do ensino superior com a educação básica, produzindo um material realmente interessante e de uma qualidade bastante boa.

O segundo sonho é relacionado ao regime de colaboração. Construímos os PETs para todos os anos de escolaridade, e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) foi responsável por compor o material dos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, a partir do apoio da Undime, conseguimos fazer o material, sua diagramação e a preparação para a TV com o orçamento do governo do estado e os municípios puderam utilizar o plano e as transmissões da Rede Minas porque eles foram construídos com essa parceria.

É bom lembrar que temos, ainda, cerca de 300 mil estudantes dos anos iniciais do fundamental na rede estadual de Minas. Somos o segundo estado com maior quantitativo de alunos do fundamental anos iniciais. Acho que São Paulo tem um pouquinho mais. Mas os municípios também têm muitos alunos. Certamente o secretário municipal de educação tem o orçamento muito restrito para a produção de materiais e o regime de colaboração foi fundamental para que os municípios mineiros pudessem dispor dos programas de televisão e do material escrito, especialmente porque era um material construído pelos professores das redes municipais via Undime. Por meio do PET, conseguimos a integração do ensino superior e a educação básica e o fortalecimento do regime de colaboração junto aos municípios.

Inovação e tecnologia

Termos um aplicativo que contém a avaliação da aprendizagem, todo o material didático e a navegação patrocinada foi superimportante. Para a composição desse material, recebemos inicialmente o apoio de parcerias externas, como a Fundação Lemann e o Instituto Unibanco. Depois, conseguimos desenvolver um código, em que contamos com a colaboração do que vinha sendo construído pelo Espírito Santo.

Mas não basta ter o aplicativo, é preciso cobrar o acesso. Fizemos uma campanha para que os estudantes usassem o aplicativo. Conseguimos saber exatamente qual aluno recebeu todo o material porque não só abrimos e permitimos o acesso, mas sabemos quem

está usando. Uma subsecretaria da SEE faz o acompanhamento da utilização do aplicativo. Se está havendo um baixo nível de acesso na escola X, vamos investigar o porquê, procuramos entender o motivo disso para aperfeiçoar o processo.

Liderança, comunicação e engajamento

A transmissão do nosso programa de TV é de segunda a sexta-feira, às 7h30. Ele pode ser visto pelos canais da Rede Minas ou pelo YouTube, que transmite ao vivo. Cada dia da semana é dedicado a uma área de conhecimento – linguagem, ciência da natureza, matemática e ciências humanas – e na sexta-feira o assunto é o Enem.

As aulas são de acordo com a idade dos alunos. Quanto mais cedo, mais velho é o aluno. Às 7h30 é a aula do 3º ano. Em seguida, a dos alunos do 2º ano. E, perto do meio-dia, a transmissão é ao vivo com os professores que gravaram as aulas no estúdio respondendo perguntas que os alunos estão fazendo de casa. A participação é aberta para todo mundo. E houve ocasião – por exemplo, quando saiu o resultado do Ideb – em que fui anunciar e parabenizar a rede ao vivo, assim como o governador também já participou. É importante deixar a temperatura sempre alta para mostrar à população e ao estudante que o acompanhamento da educação é prioridade na gestão e que está todo mundo junto mesmo, apesar de cada um estar na sua casa.

Os principais aprendizados

Nosso maior ganho ocorreu no processo de comunicação. Todos aprendemos a fazer comunicação remota, e aí se nota que, no período da retomada, estávamos muito mais bem preparados para falar a cada uma das famílias. Quando anunciamos que as escolas iam voltar a funcionar, já tínhamos um serviço que orientava a população a agir de acordo com a variação da intensidade da pandemia

na região. Como Minas é muito grande, cada parte do estado estava com uma bandeira específica, que chamamos de “onda”, ou seja, estava numa onda vermelha, amarela ou verde, em termos da crise sanitária. Então, a comunicação recomendava que o estudante ou o responsável acessasse o site num determinado dia para ver se o município ia retomar as aulas presenciais, saber quais eram as escolas e o ano de escolaridade que iam voltar. Foi uma operação logística muito impressionante.

Foi necessário nos renovarmos tanto na parte da logística quanto na parte da edição dos conteúdos essenciais – o que é muito difícil para o professor, fazer as escolhas, definir quais são os conteúdos essenciais. Porque a própria BNCC, que foi fruto de debate por muito tempo, é uma escolha do que era essencial e do que era prioritário. Mas, dada a redução do número de aulas e o contexto da pandemia, outra escolha teve de ser feita. E currículo é isso, é deixar de fora algumas coisas em detrimento de outras.

Temos o pragmatismo, por um lado, mas, por outro, é preciso ter empatia para conseguir entender o que está acontecendo com o outro e comunicar bem a sua mensagem. E é necessário decidir rápido, mas expor a notícia muito bem e ir testando se você está sendo compreendido. Usamos com muita frequência os canais de contato direto com a sociedade e fomos reformulando a partir desse processo.

Em 2020, tínhamos definido 100% do conteúdo do Plano de Estudo Tutorado, mas houve uma solicitação para que a carga horária fosse composta por 60% do nosso material e 40% do professor. Adaptamos isso para vigorar em 2021, sem problema. Então, o processo de escuta e de adaptação, para que a rede compreenda que ela também está participando do processo, é muito importante.

Apesar da democratização da fala e da comunicação, entendemos que é fundamental garantir a liderança do gestor da escola. Porque, muitas vezes, era o diretor quem ia à residência do estudante entregar o material ou era o professor que fazia esse acompanhamento a partir da sua residência.

Pará

Elieth Braga

Quando a pandemia do SARS-CoV-2 atingiu o estado do Pará, prejudicou todo o planejamento da Secretaria de Estado de Educação para o ano letivo 2020, o projeto prioritário da pasta para aquele período mal começava a ser deslançado. Era o projeto Alfa-letra Marajó, que ia executar um grandioso processo de alfabetização nas áreas em que estão localizados os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e os menores indicadores em educação do estado. Como outros planos, ele foi sumariamente suspenso. Afinal, o projeto dependia, basicamente, da visita e do acompanhamento pessoal dos professores e técnicos que iriam trabalhar em uma região do estado de árduo acesso e uma enorme dificuldade de comunicação. E uma das exigências na prevenção da Covid-19 era o isolamento social – incompatível, portanto, com a prática do projeto de alfabetização.

Se, por um lado, o Alfa-letra Marajó foi prejudicado, por outro, ele deu lugar a programas e ações que surgiram em decorrência da pandemia, quando os diretores, técnicos e professores da Seduc se viram obrigados a trabalhar novos horizontes e novas perspectivas. E esses horizontes foram pautados em quê? No fortalecimento de alguns processos, como o de formação de professores, a partir da atuação do CEFOR, o Centro de Formação da Secretaria de Educação, que se tornou o grande braço da Seduc na preparação dos docentes paraenses – e não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também trabalhando as relações humanas, os processos psicológicos, atuando em parceria com alguns institutos nacionais para que fosse ofertada a esses profissionais também uma retaguarda psicológica.

O estado do Pará, com 1.248.042 km² é o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial, equivale a 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia, portanto, um estado com dimensões continentais. Nesse sentido, uma ação estratégica importante desenvolvida no cenário pandêmico foi o projeto Todos em Casa pela Educação, que buscou ampliar os horizontes da educação, atendendo os alunos onde não havia internet, com materiais impressos e por meio de videoaulas transmitidas pela TV Cultura, chegando a 105 dos 144 municípios paraenses.

Tecnologia e inovação

O portal da Seduc, que concentrava os programas educacionais divulgados digitalmente, se tornou um grande sucesso. Em apenas um mês, um dos primeiros projetos criados para minimizar os efeitos da pandemia, o Para Casa, teve 265.408 acessos. A iniciativa era parte do Todos em Casa pela Educação, que reunia atividades *on-line* para alunos, disponíveis no site da Seduc. As atividades eram dirigidas aos alunos do fundamental, do ensino médio e preparatório para o Enem e complementavam, na prática, o conteúdo das videoaulas transmitidas pela TV Cultura. O aluno assistia às aulas e, depois, ia para o site fazer as atividades, seguindo uma rotina que contribuiu para manter os estudos no momento de isolamento social. Foram criados mais de 5.000 itens inéditos por professores do CEFOR, Centro de Formação e Coordenação de Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEINF), além das ações com produção de itens no âmbito local de cada unidade regional de educação.

Por meio de uma plataforma desenvolvida numa parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do estado, todo o conteúdo do Enem Digital foi disponibilizado aos alunos da rede estadual e aos que acessavam o Enem Pará, portal com mais de mil videoaulas, além de textos, simulados e exercícios. Seu objetivo era auxiliar os

alunos concluintes do ensino médio da rede pública durante o isolamento e permitir que eles tivessem uma preparação equivalente à dos alunos da rede privada, que utilizavam os recursos tecnológicos e o ensino a distância.

Levando em consideração a questão do acesso à conectividade, o governo do Pará também distribuiu chips gratuitos aos concluintes do ensino médio e, ao fazer isso, permitiu que tivessem acesso ao Enem Pará, que contém o Enem Digital, um cursinho preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio 100% on-line. Ao assistir as aulas do Enem Pará, o estudante passou a poder acessar o professor via celular. Este foi um investimento do estado extremamente positivo porque deu oportunidade a que o estudante tivesse um link com seu professor e um link com o portal da Seduc, que ofereceu muito serviços, como cadernos de atividades. Foram ações casadas. O professor foi capacitado, foi disponibilizada uma rotina de atividades para os alunos e oferecido plantão pedagógico – quando possível, porque parte do tempo as escolas ficaram 100% fechadas. Nesse período, os professores contribuíram de maneira considerável, usando vários recursos e buscando, de muitas formas, manter contato com seus alunos.

O Enem Pará é um caso de sucesso. Todo o seu conteúdo digital foi disponibilizado às prefeituras para que muito mais pessoas fossem atingidas. E foi importante o fato de o próprio corpo técnico da Seduc produzir o material divulgado, porque foram aulas que respeitaram a regionalidade amazônica e que nasceram dos professores da rede – tanto o material gravado quanto o impresso. Todas as rotinas de atividades, de exercícios, foram criadas pelos professores para que os estudantes tivessem, fosse na televisão, fosse no caderno de atividades, fosse na internet, contato com os estudos, com a aprendizagem, com o saber. Enfim, foram criadas várias maneiras de alcançar e estimular o aluno num estado grande como o Pará, com 891 escolas espalhadas por 144 municípios e seus distritos e localidades.

Volta às aulas

Retomamos as aulas presenciais, mas, inicialmente, sem haver obrigatoriedade de comparecimento, já que ainda havia casos de Covid no estado. Afinal, a escola não pode criar óbice se o pai ou o filho não sentirem segurança na volta à escola. Para aumentar a segurança na permanência na unidade escolar, fizemos grandes investimentos, como a construção de novos banheiros, novas cozinhas e até refeitórios. Antes da volta às aulas, entregamos à população 79 escolas da rede estadual totalmente reconstruídas. Essa política de reconstrução é bastante necessária porque o estado tem uma rede extremamente sucateada. As escolas que não ofereciam condições de segurança aos estudantes não foram reabertas, porque nosso objetivo é disponibilizar o melhor espaço possível para os alunos. Até maio de 2022 o governo do Pará, por meio da Secretaria de Educação, já alcançou a marca histórica de 100 escolas reconstruídas.

Busca ativa

Tivemos uma parceria maravilhosa com a Unicef no projeto Busca Ativa, que foi essencial nesse momento. O Busca Ativa foi abraçado por diretores, professores e pelos próprios alunos, tendo se tornado um *case* de sucesso, uma referência. Houve casos maravilhosos de trabalho de aluno indo resgatar o outro para que o colega comparecesse à escola pelo menos uma vez, para que não abandonasse de vez os estudos, para que recebesse o material impresso e tivesse a devolutiva desse material.

Foi um momento criativo, de muita sensibilização daqueles que compunham a rede de educação. Obviamente, houve um grande protagonismo dos professores e diretores. Em locais em que não chegava o sinal da televisão, os professores, muitas vezes abdicando do seu tempo, se desdobravam para que, por meio de grupos de WhatsApp, alcançassem seus alunos e os convencessem a não aban-

donar as atividades escolares. Foi um momento de superação, em que as dificuldades fizeram aflorar ainda mais no docente a crença no poder transformador da educação.

Avaliação diagnóstica

Realizamos uma avaliação diagnóstica no final de junho de 2021 e seus resultados mostraram a necessidade de investir maciçamente no estudante para que ele possa voltar ao processo de aprendizagem sem sofrer ainda mais prejuízos por causa da interrupção das aulas presenciais. Haja vista que, mesmo tendo uma rotina de atividades, nada substitui a presença do professor em sala de aula. O vínculo, a rotina diária, ir à escola, ouvir o professor, isso tudo tem um outro viés. Daí trabalharmos, aqui no Pará, na perspectiva do resgate, de ter uma rede pública eficiente e com professores qualificados.

Nosso eixo de formação de professor é muito forte, até porque precisamos que ele tenha as melhores ferramentas para alcançar o aluno que está desmotivado, que perdeu o interesse pelos estudos por ter ficado tanto tempo longe da escola. O professor é um elemento central e, no processo pandêmico, fez um esforço enorme para que o vínculo aluno-escola fosse mantido.

Cabe à Seduc, agora, fazer o esforço de oferecer uma escola atraente para que o aluno sinta a necessidade e o desejo de frequentar a sala de aula. Nesse sentido, estamos trabalhando em alguns projetos, como o Web Escola. O mundo é digital e é preciso conquistar o adolescente de uma forma positiva. A escola precisa falar a linguagem do jovem, ser criativa, integrar não só o aluno, mas também sua família, porque ela garante uma escola de melhor qualidade. O aluno que é acompanhado pela família é um aluno que apresenta melhor resultado nos estudos.

Acredito que a pandemia foi para todos os secretários estaduais de educação um momento de muita aprendizagem, porque passamos por dias difíceis. Ver uma rede totalmente fechada é muito triste,

porque a escola é um lugar de alegria, de vida, de transmissão de conhecimento. Quando se entra numa escola, percebe-se uma energia diferente, positiva.

Manutenção do vínculo do aluno com a escola

Temos, atualmente, um projeto chamado Todos Juntos pela Educação, que é a versão pós-pandemia do projeto Todos em Casa pela Educação. O nome é Todos em Casa pela Educação porque ele faz o link com o estar em casa. O que esse em *casa* trouxe para nós? Que o aluno estava em casa, mas recebia o material didático impresso. A partir do momento em que melhoraram os indicadores sanitários, o aluno passou a ter de ir à escola pelo menos uma vez por semana para buscar material didático. Ele preenchia o material em casa e retornava à unidade escolar para devolvê-lo ao professor, que o corrigia.

Essa sistemática criou e fortaleceu vínculos porque a rede educacional passou a trabalhar na perspectiva de saber como está o aluno, de continuar com uma rotina de atividades em que ele possa sempre se lembrar da escola. Uma atitude extremamente positiva foi a participação de muitos docentes e alunos nos grupos de WhatsApp. O professor criava o grupo para fortalecer o vínculo com o aluno, porque o elo do aluno não é com a escola, é com os colegas, com os amigos. E essa estratégia deu muito certo.

Levar atividades para o aluno desenvolver durante a suspensão das aulas teve a intenção de possibilitar seu acesso às ferramentas, ao portal da Seduc, ao Enem Digital, que usasse o caderno de atividades que estava à disposição na rede, além de assistir às aulas e manter o vínculo educacional. Quando imaginamos o Todos em Casa pela Educação, pensamos exatamente em envolver todos, pai, mãe, irmão, no processo de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, estamos envolvidos com a Web Escola, um projeto que trabalha para que todas as escolas estaduais tenham acesso à internet. O Pará tem uma dificuldade de conectividade gigantesca

e algumas localidades do interior distam mil, 2 mil quilômetros da capital.

Base Nacional Comum Curricular

Fizemos todos os processos de escutas necessárias à construção do novo documento curricular, que está em análise pelo Conselho Estadual de Educação. Estamos bem adiantados nesse processo e é preciso reconhecer que esse é um momento muito rico para que possam ser identificadas e respeitadas as desigualdades regionais, para que se possa uniformizar a educação, mas dentro da realidade de cada local. Digo isso porque, no estado, temos quilombolas, temos indígenas, temos diversas localidades distantes, cada qual com sua cultura e suas características, que precisam ser valorizadas e respeitadas. É fundamental respeitar essa diversidade e acredito que o nosso documento curricular preza esse princípio.

Formação de professores

O fortalecimento do professor da rede estadual e das redes municipais de ensino por meio da sua formação, do aprimoramento de sua qualificação profissional é um dos pontos altos da nossa gestão. Temos trabalhado maciçamente nisso, inclusive fazendo formações em diversas regionais da Seduc, que têm, em suas unidades, estruturas montadas para fins de monitoramento e de capacitação. Em menos de um ano, alcançamos mais de 15 mil profissionais com nossas formações, que foram abertas não só para os professores da Seduc, mas também para os da rede privada e das redes municipais.

Na formação do professor que atua no ensino fundamental, é preciso estabelecer uma metodologia diferenciada, principalmente para que aquele que leciona nas séries iniciais saiba como avançar na alfabetização do aluno, que não pode continuar a chegar ao 5º ano

sem saber ler e escrever. Embora o ensino fundamental, especialmente os anos iniciais, seja responsabilidade precípua dos municípios – e, em grande parte do Brasil, o ensino fundamental já tenha sido municipalizado –, no Pará ainda trabalhamos com um número razoável de turmas dessas séries.

Fizemos formação, também, para os docentes dos anos finais do fundamental, com foco especial em formas diferenciadas do processo ensino-aprendizagem, de modo a que possamos atuar com competência no mundo digital.

Em relação ao novo ensino médio, estamos visitando as regionais com a equipe que elaborou o novo documento curricular para que a formação dos docentes se dê com base no que vai acontecer a partir de sua implantação. Precisamos fazer com que o professor compreenda tudo aquilo que vai mudar, tudo aquilo que está preconizado na legislação.

O Centro de Formação é o grande braço da Secretaria de Educação, porque o eixo de formação é nosso maior desafio, especialmente em função das dimensões territoriais do Pará. Temos um número considerável de professores trabalhando no processo de formação e inauguramos, no dia do Professor em 15 de outubro de 2021, um novo CEFOR, dotado das melhores condições técnicas possíveis para avançar ainda mais. Também desenvolvemos o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVACEFOR), que foi idealizado com a perspectiva da formação. Já são mais de 48.000 profissionais da educação cadastrados no ambiente. Nele realizamos formação continuada, lançamos revistas eletrônicas e até uma revista chamada *Entre Saberes*, uma espécie de fórum de ações exitosas em todas as áreas da educação, em que se divulgam boas práticas desenvolvidas na rede.

Não temos dúvida de que o trabalho de formação vai dar um resultado diferenciado lá na frente porque, quando você se dedica à formação contínua e continuada do professor, isso tende a voltar para a rede em forma de melhores resultados educacionais.

Regime de colaboração

Nosso cartão de visitas é o regime de colaboração, porque ele nunca aconteceu de forma tão extensa como agora. Mas só ocorreu um avanço muito grande no regime de colaboração porque houve a compreensão do que ele significa para que a educação no estado possa avançar como um todo. O estado abriu mão de investir na própria rede para auxiliar os municípios, o que nunca havia sido feito.

Nosso principal projeto em regime de colaboração é o Creches por todo o Pará, porque precisamos avançar nesta modalidade para que o estado possa, daqui a alguns anos, ter minimizado os efeitos da distorção idade/série. Na medida em que os governos continuarem com essa política, talvez possamos melhorar nossos indicadores nessa área, em que o Pará é um dos estados com os piores índices.

Num investimento de R\$ 400 milhões de reais, o estado pretende construir e entregar pelo menos uma unidade de educação infantil a cada município paraense, gerando a abertura de mais de 20 mil vagas na educação infantil no prazo de dois anos. São 149 unidades na primeira leva do projeto. Depois de cadastradas no Ministério da Educação, essas unidades escolares poderão receber os recursos do Fundeb para sua manutenção. Paralelamente, estamos atuando em parceria com a Unicef para fazer as formações das equipes nos municípios que aderiram ao projeto.

Gestão escolar

Estamos investindo naquilo que é a atividade fim do estado, no que é a atividade principal da Secretaria de Educação. Estamos informatizando nossas escolas, reorganizando suas estruturas físicas e já inauguramos 103 unidades dentro desse processo. Também estamos empenhados em investir na educação escolar indígena, com um processo de formação de professores diferenciado e perspectiva de realização de concurso público específico para professores indígenas,

para atuarem na educação básica. Vislumbramos investimentos em projetos arquitetônicos de escolas indígenas, respeitando a identidade cultural de cada povo, visto que essa é uma das demandas prioritárias do governo do estado, que precisa de um olhar diferenciado.

Correção de fluxo

Dentro dos objetivos do movimento “Todos Juntos pela Educação”, temos o Programa Trilhas no Pará, que trabalha com correção de fluxo no período em que o aluno está em sala de aula. É um trabalho interessante, em parceria com a Unicef, que tem como estratégia o Trajetórias de Sucesso Escolar, que visa contribuir com as escolas públicas na construção de boas práticas para que estudantes que estão em atraso escolar consigam superar desafios e alcançar o sucesso.

Já na implantação do novo ensino médio, vencemos todas as etapas necessárias para a construção do novo currículo.

O protagonismo das escolas

As iniciativas das escolas e dos professores foram fundamentais em todo o processo educativo durante o período da pandemia da SARS-CoV-2. Por exemplo, se fôssemos licitar para fazer as videoaulas, se fôssemos fazer licitações para gerar os cadernos de atividades, perderíamos um tempo imenso, extremamente precioso para mantermos o vínculo com os estudantes naquele momento de isolamento social. Mas as equipes se sentaram, planejaram, executaram e monitoraram as ações. Porque o monitoramento, a conexão com a ponta para verificar como está o andamento dos projetos, pode ser importante, mas, para que dê certo, é fundamental o protagonismo de quem está nessa ponta, que são os professores e gestores.

Quando falamos do protagonismo do professor é por toda a atuação que ele teve, de usar seu tempo de descanso, seu próprio

telefone, seu próprio *notebook* para se dedicar a todas as tarefas e ações necessárias à continuidade da educação.

Contas institucionais

Através da parceria com a Google, foram disponibilizadas a todos os professores e alunos das escolas estaduais, contas institucionais da “Google for Education”, o que possibilitou a organização de salas de aulas virtuais através do Google Sala de Aula e aulas *on-line* através dos Google Meet, bem como a disponibilização de atividades e material didático através do Google Drive, entre outras vantagens. A média de acesso da plataforma Google SEDUC cresceu de 2.500 mensais em 2019 para uma média de 25.000 acessos diários em 2020 e se mantém até hoje.

Houve também oferta maciça de cursos de formação de professores para a utilização das ferramentas Google. As formações ocorreram de forma remota, através dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), em parceria com o CEFOR, COEM e CEINF.

Além dos cursos de formação, foram produzidos diversos webnários sobre assuntos relevantes para o contexto digital, com temas como: segurança na internet, netiqueta etc., muito relevantes para o momento.

Ensino Maker e Robótica

Um ponto a destacar na educação paraense é a questão do Ensino Maker e Robótica, em que o estado está investindo a alguns anos através dos NTEs. Desde 2018 o Pará participa da TechCamp Brasil, evento Maker que ocorre em São Paulo, por iniciativa da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, e também desenvolve a versão regional do evento denominada TechCamp Pará, para fomentar o *steam* entre professores e alunos do estado, assim como a robótica nas escolas

estaduais, o resultado do trabalho desenvolvido é a participação de estudantes paraenses em eventos de robótica/Maker no âmbito Nacional, inclusive, neste ano de 2022, a equipe de robótica do Pará é a única equipe de escola pública da região Norte classificada para a etapa nacional do torneio de robótica do SESI. A Seduc também investe em equipamentos e neste ano irá disponibilizar 1.730 kits de robótica para as escolas estaduais, no projeto “Robótica das Escolas Estaduais”.

Paraíba

Claudio Furtado

A Paraíba vivia um momento de expansão da universalização da rede de escolas em tempo integral quando, em março de 2020, foi decretado estado de pandemia no estado, o que levou à interrupção de várias atividades presenciais, como as aulas escolares. Nesse momento, a grande questão enfrentada pela Secretaria de Educação estadual foi decidir o destino não apenas do processo de universalização do tempo integral como o de diversos programas que estavam em pleno desenvolvimento. Foi o caso, por exemplo, do Paraibatec, programa estabelecido em regime de colaboração com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a finalidade de promover a interação entre as escolas da rede estadual de educação básica, a comunidade e os arranjos produtivos locais, estimulando a volta de jovens e adultos ao sistema escolar, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino profissional. Foi o caso, também, do programa Arte em Cena, festival de arte e cultura na escola que tem como objetivo incentivar o acesso a diversas manifestações no campo da arte, além de sua prática no cotidiano das unidades escolares da rede estadual de ensino, visando produções nas artes visuais, dança, literatura, música, produção audiovisual e teatro.

Outra grande questão foi descobrir como manter engajados os estudantes e estreitar sua ligação com a escola numa situação em que o isolamento social era obrigatório. Considerando que mais de 50% das matrículas do ensino médio da rede estadual de ensino paraibana são no ensino integral e que a intenção do governo é dotar todas as cidades do estado com ao menos uma escola de ensino integral, o desafio era bastante complexo.

As armas para chegar aos alunos na pandemia

Diante desse quadro, durante 30 dias, a Secretaria de Educação se debruçou sobre a situação para planejar o futuro imediato. Depois de estudar os dados de acesso à internet pelos estudantes, de pesquisar quais as ferramentas e plataformas que poderiam ser utilizadas, de esmiuçar os relatórios do Cetic.Br – o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que tem como missão monitorar a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no país, ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil – e de verificar que 75% por cento da população paraibana têm acesso à internet e os demais 25%, não, a equipe responsável pelo planejamento considerou que teria de chegar a todos os alunos da rede, independentemente de sua possibilidade ou não de acesso à tecnologia digital.

A partir daí, foi montado o programa Paraíba Educa, ancorado em alguns pilares. Sabia-se que, ao criar essa plataforma, ela teria o Google Sala de Aula, objetos digitais de aprendizado e cursos de formação também para o professor. Além disso, foram articuladas parcerias para o uso da televisão, com a criação do canal Paraíba Educa, que, no início da pandemia, atingia a grande região de João Pessoa, Campina Grande e Patos, chegando a 150 mil dos 250 mil estudantes da rede. Atualmente, a TV cobre 95% do território do estado, graças a parcerias com os canais legislativos.

Uma programação de sete dias por semana, de todas as modalidades de ensino, foi realizada, com aulas gravadas em casa pelos próprios professores. Depois de feita a curadoria das aulas, era montada a programação, que ia ao ar pela TV Paraíba Educa.

Para os egressos e os alunos do terceiro ano do ensino médio, foi produzido o curso Se Liga no Enem, que ia ao ar sempre no final de semana. O Se Liga no Enem passou a ser divulgado, além da TV, via YouTube e no Google Sala de Aula, que, naquele momento, atingia um número maior de estudantes. Desse modo, a Secretaria de Educação descobriu mais um meio de chegar ao aluno: o rádio. Daí começar

a produção, também, de podcasts via rádio estatal AM, que chega em todo o estado. Por fim, foi providenciada a confecção de material impresso para os estudantes das escolas localizadas naqueles lugares em que não havia acesso a nenhuma das ferramentas digitais.

Em parceria com a Secretaria de Educação do Espírito Santo, que forneceu seu aplicativo, a Secretaria de Educação paraibana nele fez reformulações para franquiar dados aos estudantes da rede estadual. Com isso, o aluno que não tivesse recursos para comprar uma franquia de internet, poderia obter conectividade via a franquia de dados, que evoluiu para a aquisição direta de chips.

A partir daí, a Seduc começou a monitorar semanalmente o engajamento, para saber como andava, em cada um desses pilares, a execução e o engajamento de aluno e professor. O engajamento alcançado foi considerável: 83% da rede, em termos de alunos.

Formação de professores

Um ponto fundamental em todo o processo de educação durante a pandemia foi a formação em massa de 13 mil dos 17 mil professores da rede para utilização de ferramentas digitais. Os professores foram capacitados para produzir aulas, tendo como preocupação básica olhar pedagogicamente o seu conteúdo. Todas as aulas disponibilizadas tanto aos docentes quanto aos estudantes foram feitas pelos próprios professores da rede.

Como estímulo, a secretaria decidiu disponibilizar o programa Arte em Cena de forma virtual. Em 2020, o Arte em Cena prestou uma homenagem a Sivuca, e o festival exibiu diversas apresentações musicais dos estudantes via internet.

Aos poucos, foi sendo agregado valor ao trabalho e estimulada a participação do professor em sua própria formação. A grande força do modelo é que tudo foi construído pela rede, que, depois de treinada, passou a dar respostas, a incorporar as boas práticas. Atualmente, a TV é mantida pelos professores da rede, o que é um retorno im-

portante e também uma valorização do trabalho, do empenho, do comprometimento dos docentes.

O regime de colaboração

A Paraíba é um estado pequeno, mas tem 223 municípios. E municípios bem pequenos, de mil, dois mil habitantes, com uma dependência muito grande das arrecadações federais. Durante a pandemia, alguns deles tiveram problema para colocar de pé algumas das ferramentas digitais. Com base no regime de colaboração, foi desenvolvido um programa chamado Integra Educação PB, ao qual aderiram 222 dos 223 municípios do estado. Além de formação e da questão de letramento na idade correta, a Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia pensou em uma série de questões para a melhoria das redes municipais, a fim de que os alunos dessas redes cheguem na rede estadual num ponto ideal, para poderem ser corrigidas as distorções que eles trazem em sua formação. Junto com a Undime e com o Conselho Estadual de Educação, a Paraíba se empenhou em dar apoio a esses municípios, oferecendo suas ferramentas para os municípios que quisessem utilizá-las, treinando professores municipais e utilizando, ainda, o regime de colaboração para disponibilizar aulas via TV para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, que estão a cargo dos municípios.

Estratégias para manutenção do vínculo das escolas com os estudantes: TV, rádio, ambiente *on-line*...

A Secretaria montou uma cesta de alimentos para cada um dos 253 mil alunos matriculados, e o momento da distribuição das cestas era uma oportunidade de termos um *feedback* das famílias. Ao criar a TV e ao utilizar as plataformas montamos estratégias de comunicação também com as famílias. Foi constatada uma evasão maior na edu-

cação de jovens e adultos, o que é compreensível porque, com esse público, o foco é diferente do foco do estudante do ensino médio. Mas, na rede do ensino médio da Paraíba, houve uma evasão menor em 2020 do que em 2019, o que mostra que todas as estratégias desenvolvidas para manter o vínculo entre as escolas e os alunos deram certo.

Uma notícia muito importante saiu do censo escolar. Quando ele foi divulgado, verificou-se que os estudantes permaneceram na rede, que o vínculo foi mantido. Mas essa informação já tinha surgido quando foram colhidos os dados do programa de busca ativa, numa parceria entre a Unicef, a secretaria e os municípios.

Ações de inovação e tecnologia desenvolvidas

Antes de março de 2020, o horizonte dos educadores e gestores paraibanos era distante: acreditava-se que a implantação da educação mediada por tecnologia se daria em cinco, dez anos. A pandemia trouxe essa implantação para o agora. E isso também se refletiu na transição que está sendo planejada para o pós-pandemia. Ou seja, o governo vai fazer uma aquisição em massa de *notebooks* para professores, uma aquisição em massa de *Chromebooks* para serem utilizados pelos estudantes dentro da sala de aula, de modo a que haja um equipamento para cada aluno em cada sala de aula. Além disso, uma parte dos *Chromebooks* será disponibilizada para empréstimo, como se fosse uma biblioteca: o aluno leva para casa, estuda e devolve o equipamento com o conteúdo. Isto está sendo implementado já pensando na migração de ensino híbrido para um ensino de sala invertida, em que se vai utilizar a tecnologia no dia a dia.

Um problema sério é o da inclusão social, que leva à inclusão digital. Uma faixa dos estudantes paraibanos nunca viu um equipamento na vida. E, se ele não tem acesso às ferramentas digitais, não tem como ter acesso à educação. Portanto, a inclusão digital é uma questão social. Até recentemente, a preocupação da secretaria era

ter a escola conectada. Atualmente, ela pensa em escola conectada e em aluno conectado. Ou seja, a escola precisa ter uma boa internet? Precisa. Temos de perseguir isso. Mas tem também de perseguir que o aluno possa ter acesso em seu próprio lar.

Formação de professores

A preocupação primordial ao pensar na capacitação dos professores era a de oferecer uma formação mínima para que eles pudessem usar as ferramentas digitais – e a formação tinha de ser feita remotamente. Além de criar todas as salas virtuais, a Seduc começou a cadastrar os professores e a fazer cursos de treinamento, primeiro para o professor e, depois, para o gestor, atendendo às orientações dos conselhos nacional e estadual de educação de reforçar as práticas pedagógicas das disciplinas.

Por exemplo, na TV, as aulas tinham de ter a duração de dez minutos, por causa da atenção do aluno. Ou seja, pedagogicamente, o indicado é não ter conteúdo que ultrapasse dez minutos. Então foi necessário formar os professores para que eles entendessem e olhassem, do ponto de vista pedagógico, como teriam de trabalhar na nova modalidade do ensino mediado pela tecnologia.

A partir daí, foram realizadas formações também dos professores das redes municipais, com apoio da Undime, para capacitá-los a trabalhar tanto com o ensino totalmente remoto quanto com o ensino híbrido, preparando-os para essa transição de um regime para outro.

Principais aprendizados para garantir o direito à aprendizagem

O principal aprendizado com a pandemia foi descobrir a importância fundamental do planejamento. Foi preciso dar uma resposta muito rápida no início da pandemia e, depois, reinventar cada vez mais as

respostas às diferentes ações. Ou seja, aprender a pensar no investimento a ser feito em infraestrutura, em como formar as redes para o futuro. Se a Seduc pensar do ponto de vista do crescimento de rede e considerar os dados do censo da população brasileira, vai constatar que a tendência é de diminuição do número de estudantes. Para manter a vinculação de 25% dos gastos para a educação, é necessário planejar o que trazer para dentro da rede, melhorando a questão do aprendizado, valorizando o professor, colocando inovação, trazendo as necessidades do mundo de hoje para a área da educação.

O planejamento precisa ser muito bem definido porque, caso contrário, a educação pode começar a ter problemas com gastos, porque vai chegar o momento em que a maioria das redes vai estar bem equipada, não será preciso construir tantas escolas etc. Ou seja, do ponto de vista administrativo e gerencial, o planejamento tem de prever a incorporação da tecnologia, a formação e o reconhecimento da profissão de professor para manter a educação num patamar superior.

Ensino baseado na resolução de problemas

Uma característica da educação na Paraíba é o ensino baseado na resolução de problemas. A rede tem programas impulsionadores voltados para a inovação e baseados no projeto de vida do aluno. Há alunos que querem entrar na universidade, outros que querem empreender. Portanto, é preciso oferecer programas para que o estudante, desde cedo, possa trazer a inovação, a criação de empresas para dentro da sala de aula. A Paraíba desenvolve diversos programas voltados para essa área.

Um deles é o Ouse Criar, em que o aluno, desde o primeiro ano, pode formar ou integrar equipes que têm o desafio de analisar os problemas sociais locais à luz de eixos temáticos propostos pelo programa e propor soluções.

Um outro programa, chamado Celso Furtado, em homenagem ao economista paraibano, visa o empoderamento da comunidade escolar

por meio dos problemas existentes no entorno da escola e, junto com entes externos ou da própria escola, sugerir soluções para eles. Além de fazer com que os jovens, principalmente os de cidades pequenas, possam conhecer os seus problemas e pensar em saídas, um dos objetivos do programa é fixar os alunos em seus locais de origem.

Nessa linha, ainda, tem o Primeira Chance, de estágios remunerados, para os alunos que estão saindo das escolas técnicas ou do ensino médio. A Secretaria paga a bolsa, a empresa que recebe o aluno paga o seguro por seis meses, e uma boa taxa dos alunos tem garantido o emprego a partir desse estágio. O *feedback* das empresas tem sido muito positivo. Na área de comércio varejista, por exemplo, que atende a supermercados, uma rede chegou a oferecer a contrapartida de pagar a bolsa do estágio remunerado, com o argumento de que a Secretaria de Educação está formando profissionais com o perfil desejado pela empresa e que não são encontrados no mercado de trabalho.

Paraná

Renato Feder

Nosso trabalho nunca parou. O Paraná teve atuação imediata frente à pandemia do Coronavírus. Em menos de dez dias, 100% da grade curricular do ensino público estava disponível de forma gratuita na TV aberta. Com aulas para todos os níveis e abarcando todos os componentes curriculares – matemática, português, química, física, biologia, filosofia e história –, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (Seed-PR) manteve-se empenhada na integração estudantil, levando o conhecimento por meio da tecnologia.

Mesmo antes dessa mudança no cenário mundial, a secretaria já se empenhava em três projetos fundamentais, iniciativas que formam um tripé, composto da seguinte forma: Prova Paraná, Frequência Escolar e Tutoria. A partir da pandemia, muda a forma de ação. A conexão via computadores e celulares torna-se indispensável, e nossa atuação permitiu que todos os estudantes tivessem acesso aos conteúdos diários, pois recebiam, em seus celulares, um pacote de dados pago pelo governo estadual para acessar as aulas e lições.

As aulas online foram produzidas de duas maneiras. Inicialmente, eram gravadas na própria Secretaria e transmitidas pela televisão. Assim, o estudante podia acompanhar as aulas usando o aplicativo Aula Paraná. Com o tempo, porém, percebemos que as aulas na TV ou no aplicativo não eram interativas. Portanto, não engajavam os estudantes. Pedimos, então, que os professores passassem a dar aulas pelo Meet. A experiência foi bem melhor, o engajamento aumentou significativamente quando o próprio professor passou a dar aulas para a sua turma.

É importante ressaltar que nossos docentes tinham total autonomia para a elaboração de suas aulas. O papel da Secretaria era apoiá-los

no processo. Disponibilizamos o Power Point, que era usado nas aulas gravadas, para que os professores o utilizassem em suas aulas. O conjunto de slides auxiliava o profissional durante sua explicação, promovendo a interação com os alunos da turma.

Prova Paraná

O primeiro apoio do nosso tripé chama-se Prova Paraná. É um projeto que enriqueceu muito a educação no estado. A Prova Paraná não é uma avaliação externa, no sentido de medir o resultado da rede. O exame tem o objetivo de ajudar o professor, fazendo uma avaliação diagnóstica a partir das respostas dos estudantes. O gabarito, avaliado pela Secretaria, mostra ao professor tudo o que a turma dele aprendeu e também o que não aprendeu.

Além disso, o professor recebe um *feedback* individual por aluno, o que permite concentrar os esforços naqueles que estão com mais dificuldades. Atualmente, o programa Prova Paraná abrange todas as disciplinas de todas as séries. Em sua primeira versão, a prova cobria apenas português e matemática.

Frequência Escolar

O segundo projeto visa o aumento da Frequência Escolar, um indicador extremamente importante no contexto educacional. Fala-se muito sobre tamanho de turma, professores, titulação, entorno social da escola, quantidade de equipamentos, disponibilidade ou não de internet, e esses são indicadores consideráveis, claro. Mas a frequência escolar ainda é o mais importante.

No Paraná, o registro presencial passou a ser feito pelo celular durante a pandemia. Compilados todos os dias, os dados da chamada eram devolvidos para a escola com a observação: “Escola, ontem, você teve 90% de frequência. Você estava com 93% e caiu para 90%.

E o seu problema está no 8º ano B, e os alunos que mais faltaram são esses.” Permitindo à escola acompanhar a frequência de seus estudantes, esse relatório apresentou resultados maravilhosos. Saltou-se, por exemplo, de 86% de frequência para 91,5% de frequência diária com esse programa, que ficou conhecido como Presente na Escola.

Tutoria

O terceiro projeto do tripé foi o Tutoria, feito com os diretores das escolas e equipes pedagógicas. Concentramos nossos esforços no diretor, aumentando seu papel pedagógico, dizendo a ele: “Diretor, não invista seu tempo em merenda, consertar a escola, ver a parte física, a papelada, a burocracia, nada disso. Invista seu tempo na aula, na observação de aula, na parte pedagógica, no apoio ao professor.” Percebemos que os diretores de escolas do Paraná passavam pouco tempo apoiando seus professores. O Tutoria é formado por profissionais excelentes dos núcleos regionais de educação, que vão toda semana às escolas falar com os diretores e apoiá-los em suas questões, buscando um comportamento com viés mais pedagógico.

As mudanças provocadas pela Covid-19

Com a pandemia, os projetos que compõem nosso tripé tiveram de ser adaptados. A Prova Paraná foi substituída pela Lição de Casa. Todos os dias, a Secretaria disponibilizava dez lições para cada estudante, sempre sobre a aula do dia. Se tivesse aula de português, por exemplo, eram duas lições de português. Aula de história, duas lições de casa de história. Assim, todos os dias, havia cinco aulas e dez lições de casa. O professor, por sua vez, podia editar essas lições, podia acrescentar, podia aumentar ou podia diminuir. Ele tinha essa autonomia por meio do Google Classroom. Entretanto, a própria Secretaria postava tudo automaticamente.

O projeto da Frequência Escolar foi trocado pela presença na aula virtual. Com o Meet, a frequência escolar era aferida pela presença do aluno no aplicativo. Tivemos grande empenho para obtermos a maior frequência escolar possível do aluno no Meet.

Finalmente, o Tutoria, programa de apoio ao diretor, continuou e foi desdobrado. Nasceu um quarto pilar, de Formação e Capacitação de professores. Esse programa funcionou muitíssimo bem e formou todos os docentes nas tecnologias digitais. Essa formação, por sua vez, é feita por professores da rede para professores da rede. Selecionamos docentes com conhecimento e com capacidade de engajamento e liderança, que ganharam uma bolsa e passaram a ajudar, dar aulas e participar de encontros com outros docentes da rede, treinando seus conhecimentos quanto às tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas à educação.

A estratégia para a manutenção do vínculo dos estudantes com a escola

Existem três tipos de estudante: aquele que é superengajado e está sempre envolvido com a escola; o aluno que tem muita dificuldade e que, em casos realmente extremos, por melhor que a escola faça, não vai participar da aula, seja porque tem uma condição muito precária em casa ou porque já não está imerso no contexto da escola; e aquela maioria, sobre quem o diretor da escola consegue atuar, motivando e engajando.

Naturalmente, durante a suspensão das aulas presenciais, enfrentamos dificuldade de engajamento. Para manter o vínculo do estudante com a escola, utilizamos o BI (*Business Intelligence* ou Inteligência Empresarial), uma ferramenta de gestão para acompanhar a evolução do estudo dos alunos, bem como seu rendimento e frequência nas aulas. O sistema permitiu a visualização de quantos Meets (aulas ao vivo) foram realizados, quantos alunos estavam participando, quantas atividades cada estudante fez e quantas delas ele acertou. Dessa forma,

foi possível fazer tanto diagnósticos mais abrangentes do ensino virtual — de Núcleos Regionais da Educação ou de cidades — quanto aqueles bastante específicos, de cada aluno ou turma de uma escola.

Portanto, o BI apresentou ao diretor da escola, de maneira muito simples, o nível de participação dos estudantes nas aulas: de quais aulas os alunos não participam, quais alunos participaram pouco ou só de algumas das aulas. Com a ferramenta, foi possível identificar todas as aulas que foram e que não foram dadas — professor a professor, sala a sala, escola a escola. Ao acompanharmos isso, conseguimos avaliar eficácia e planejar as melhorias. O objetivo é angariar o maior número de informações para que a escola tenha ciência de tudo o que acontece com seus alunos, podendo apoiar os pais e os estudantes.

Essas ações ajudaram a aumentar o engajamento dos estudantes no Paraná: aproximadamente 80% dos alunos assistiam, pelo menos, a uma aula no Google Meet, numa semana aleatória, fato que representa um alto engajamento. Portanto, ter esse BI de acompanhamento foi essencial para manter o vínculo.

Outro fator importante para a manutenção do vínculo foi o fato de produzirmos aulas muito participativas. Entregamos para os professores materiais que focavam no estímulo à participação dos estudantes, o que gera engajamento. Não queríamos aulas apenas expositivas, então orientamos os professores, em momentos de formação, a reorganizar suas aulas. Uma aula ideal não é aquela em que o docente fala por 50 minutos, mas aquela em que a participação é estimulada. Boa parte das aulas deve ser destinada à interação e essa estratégia foi muito bem-sucedida na rede estadual de ensino do Paraná.

As ferramentas que aprimoraram a gestão escolar

Nossos diretores de escolas estaduais realizam um excelente trabalho. Eles querem ver a participação dos estudantes. Então, é preciso ajudá-los a executar esse trabalho. Por exemplo, uma aula foi dada. Mas como um diretor, sem o BI, pode saber quais alunos participaram e

quais alunos não participaram? Ele precisa ter acesso à informação fácil para atuar com base na realidade de sua escola. Se, por acaso, ele quiser saber quais alunos estiveram presentes numa aula de matemática no dia X, esta informação se encontra no BI. Se desejar saber qual turma da escola é menos engajada nos estudos, o BI também informa. Portanto, essa ferramenta ajuda muito o diretor a atuar para melhorar o desempenho escolar de seus alunos.

As novidades na Secretaria de Educação do Paraná

Em primeiro lugar, temos uma ferramenta maravilhosa, que é a redação com inteligência artificial. Os alunos vão até o laboratório de informática ou utilizam seu próprio celular para fazer sua redação no aplicativo chamado Redação Paraná. A inteligência artificial corrige a ortografia, a gramática, a sintaxe, e deixa para o professor corrigir apenas a parte lógica de argumentação. No aplicativo, temos todo suporte aos estudantes: explicações diversas sobre quantidade de parágrafos, uso de pontuação, vídeos... E os alunos estão fazendo muita redação: estamos com dois milhões de redações na plataforma. E isso é um ganho pedagógico gigante. Antes do Redação Paraná, não sabíamos qual era o montante de produções de nossos alunos. E sabemos que cada redação dá muito trabalho para ser corrigida por completo. Assim, a eficácia do nosso aplicativo se comprova.

Além disso, nós temos as aulas de Programação de Computador. Em 2021, foram 70 mil alunos programando e, em 2022, já são 200 mil fazendo isso. O aluno aprende Java, HTML, Shape, aprende a fazer jogos digitais, sites e aplicativos. No ensino médio, a partir de 2022, Programação de Computador vai ser matéria obrigatória. Em 2023, pensamos em fazer o mesmo no ensino fundamental. Por enquanto, a disciplina é extracurricular para os estudantes do fundamental.

Implantamos, no segundo semestre de 2021, inglês por aplicativo, e a experiência tem sido positiva. O aluno fala, o aplicativo codifica o que ele falou, corrige e interage com o estudante. Assim: “Aluno,

how old are you? What's your name? How many people live in your house?" São perguntas simples que o estudante vai respondendo e o aplicativo avalia erros e acertos.

Mais um ponto importante é o fato de oferecermos, na rede estadual, a Educação Financeira. Em 2021, introduzimos a disciplina como obrigatória no Ensino Médio e, em 2022, vamos aumentar o número de aulas semanais de uma para duas. A reação da comunidade escolar está sendo tão positiva que resolvemos oferecê-la também no Ensino Fundamental, em 2022.

A educação do Paraná não parou na pandemia. Nosso compromisso com os estudantes nos manteve animados a seguir adiante, apesar de todas as dificuldades. Os estudantes da rede pública não podiam ser punidos pelo vírus. E nós estamos fazendo de tudo para que eles possam ter um excelente futuro neste mundo pós-pandêmico.

Pernambuco

Marcelo Barros

A pandemia chegou de maneira abrupta pegando a todos de surpresa. Pernambuco está organizado em 16 gerências regionais de educação e a SEE-PE tem 1.052 escolas distribuídas por essas 16 gerências. Uma das atividades presenciais, por exemplo, a Caravana da Educação, era uma visita às Gerências Regionais de Educação e às escolas para pactuação de metas e ações, já que o estado desenvolve um trabalho intenso de gestão de resultados e de planejamento estratégico. Uma das ações dentro da política pública de gestão por resultados na área de educação era, justamente, o acordo em torno de metas para o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco Saepe, que é uma avaliação externa do estado, de aplicação anual. A Caravana da Educação foi uma das primeiras ações a serem suspensas, o que teve um impacto razoável no ano de 2020, já que não foi aplicado o Saepe. Esse estreitamento do contato com as escolas foi descontinuado por conta da pandemia.

Em Pernambuco, a educação profissional (modalidade presencial e à distância) está na pasta da Secretaria da Educação e Esportes e, em função disso, temos a expertise na oferta de curso técnico em educação a distância. Mas nada parecido com o que precisou ser enfrentado, que era se debruçar sobre todas as etapas da educação básica – principalmente os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio – e colocar tudo num universo virtual. O mesmo ocorreu em relação à política pública de educação integral, que tem como eixo estruturante a ampliação da jornada na escola tanto dos estudantes quanto dos professores. Esse foi outro ponto que exigiu uma atenção particular para se descobrir como tornar uma escola de tempo integral em regime virtual.

Portanto, a SARS-CoV-2 impactou todas as políticas públicas educacionais que rodavam de maneira presencial e que precisaram, rapidamente, ser adaptadas ao mundo virtual para não serem descontinuadas.

Apesar de todos os avanços, de toda a tecnologia, da modernidade, havia muita resistência à educação a distância. Trazer o ensino remoto para a educação básica é algo tão disruptivo que, ainda hoje, tem gente que não assimilou. Porque a verdade é que a pandemia trouxe uma quebra total de paradigma. O que talvez estivesse previsto para acontecer em 15, 20 anos, teve de ser posto de pé em 30 dias, para não se perder o contato com os estudantes. E um ponto fundamental era formar os professores porque não existe nenhuma cadeira ensinando a trabalhar ou atuar de maneira remota, em educação a distância.

Os principais desafios para a manutenção de vínculo com os alunos

O primeiro desafio foi a adaptação da rede, de um modo geral. Todo o universo educacional pernambucano rodava tendo a presencialidade como eixo central. Então foi preciso reorganizar para poder mudar a forma de oferta. O negócio da Secretaria era educação pública de qualidade social de maneira presencial, e precisou-se levar isso para o mundo virtual. Então, foram tomadas providências no sentido de organização e de estrutura da rede, mas uma parte importante estava ligada aos profissionais que fazem parte dessa estrutura e dessa rede. Não se pode falar de dificuldades de conexão sem tocar no ponto tecnologia e sem tocar no ponto conectividade. A falta de políticas públicas de inclusão digital se fez mais evidente nesse momento e foi um ponto de atenção para que conseguíssemos estabelecer a conexão.

Outra dificuldade foram as características regionais. Pernambuco é um estado muito plural, muito diverso. Tem escola indígena, quilombola, escolas integrais, escolas em tempo parcial, educação de jovens e adultos, educação do campo. Foi preciso conectar todos esses

públicos para, depois, engajá-lo. Mas como se engaja os estudantes para que permaneçam conectados com a escola?

Apenas dias depois da decretação do estado de pandemia, a Secretaria já estava com estúdio com estrutura montada da educação a distância completamente adaptada para produzir conteúdos para as escolas e atender essa demanda. O Educa PE é uma iniciativa multi-plataforma. A educação estava na TV aberta, no canal do YouTube e, ainda, num ambiente virtual de aprendizagem. Mas, antes de todas essas opções serem disponibilizadas, foi criado um link no site da Secretaria de Educação, uma aba com conteúdos e materiais que podiam ser acessados pelos professores, pelos estudantes e pelas famílias. Não era videoaula, ainda. Eram artigos, vídeos prontos, um portfólio de materiais. No entanto, as pessoas estavam morrendo, havia muitas incertezas, e a questão emocional veio muito forte, afetando o trabalho. Costumo dizer que a gente ligou o modo resiliência e foi em frente.

Gestão escolar

Pernambuco tem uma rede muito organizada: o órgão central, 16 gerências regionais, escolas jurisdicionadas a essas gerências regionais. Desse modo, há muita facilidade para se comunicar, disseminar as orientações e as diretrizes. Temos rotinas e fluxos muito bem estabelecidos, e isso foi o diferencial. Na ponta, nosso time de gestores que é muito qualificado, muito protagonista, que passa por processo seletivo e programa de formação.

Antes mesmo de a Secretaria, enquanto órgão central, começar a definir diretrizes gerais, as escolas iniciaram de maneira autônoma, quando viram o tamanho do problema. As aulas foram suspensas numa quarta-feira. Na segunda-feira seguinte, já tinha escolas com grupos de WhatsApp montados por turma, já tinha escola entendendo que seu estudante não tinha celular, nem internet, e preparando atividades impressas para um mototáxi entregar em sua casa. Ter uma rede organizada, com gestores ou equipes escolares com um perfil diferenciado, fez muita diferença. E, num primeiro momento, eles

demonstraram muito protagonismo. Mas a resposta do órgão central também foi rápida. A preocupação era estabelecermos diretrizes gerais e como rodar o ensino remoto, trazer conteúdo, aportar, levar subsídios para que as escolas se sentissem amparadas e apoiadas por nós.

Engajamento dos profissionais da educação, gestores e professores

Ao longo dos últimos anos, Pernambuco investiu muito no fortalecimento da gestão escolar e num trabalho muito bem estruturado de formação continuada dos professores. Temos fluxos muito bem desenhados e definidos, o que fez com que a passagem do ensino presencial para o ensino remoto fosse uma coisa mais fácil, porque temos a descentralização no nosso DNA.

A partir das gerências regionais, as diretrizes e fluxos se capilarizam para toda a rede. E começamos a mobilizar gestão, professores, estudantes, rodando virtualmente as 16 gerências regionais, fazendo formação continuada, como utilizar, como planejar aulas inserindo conteúdos. Iniciamos a produção de artefatos pedagógicos, ainda na base da videoaula que, depois da aula ao vivo transmitida pela internet, vai para o YouTube e sobe para o ambiente de aprendizagem. Fizemos fascículos, podcasts e artefatos pedagógicos complementares ao material da aula para as escolas terem insumos para trabalhar com os estudantes. Assim, oportunizamos aos professores montar trilhas de aprendizagem utilizando os materiais produzidos pelos professores conteudistas do Educa PE.

Rapidamente, implantamos o aplicativo Conecta Aí, que é um programa do governo do estado de dados patrocinados para que os estudantes tenham acesso ilimitado à internet. Colocamos o Educa PE dentro do Conecta Aí e permitimos que as escolas que montaram seus próprios ambientes virtuais de aprendizagem pudessem trazê-los para dentro do Conecta Aí. Com isso, fechamos o círculo: tínhamos a conexão, tínhamos a produção do conteúdo e tínhamos professores preparados para usar esse material.

Inovação e tecnologia

A Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa é de educação a distância. Lá era produzido conteúdo para os cursos técnicos a distância já que existem, no estado, mais de cem polos de educação a distância e mais de 30 cursos nas escolas técnicas estaduais, alguns presenciais, outros em educação a distância.

A rede estadual trabalhava com a perspectiva de adotar tecnologias digitais, mas no formato presencial. Com a pandemia, como já tínhamos a expertise da educação a distância, aproveitamos esse conhecimento para montar e estruturar a iniciativa Educa PE, que é uma iniciativa pedagógica altamente inovadora. A Educa PE é multi-plataforma: criamos um mapa, um ambiente virtual de aprendizagem, temos uma parceria com a Google for Education, que disponibiliza licenças e liberações para que todos os alunos e professores tenham e-mail institucional, tenham armazenamento nas nuvens liberado, para que possam montar suas salas de aula do Google Classroom. Essa frente de trabalho já estava montada.

Dentro do Educa PE, a gente incluiu TV aberta, TV Pernambuco, TV Universitária, TV Assembleia. Fizemos parcerias com TVs que pudessem colocar o nosso conteúdo no ar ao vivo, todos os dias, para montarmos virtualmente o ambiente que tínhamos na escola: uma aula de português, outra de matemática, e assim por diante.

Financiamento da educação

Quando a SARS-CoV-2 chegou em Pernambuco, vínhamos de um período de severas restrições orçamentárias. Estávamos vivendo à conta pela receita, muito apertada do ponto de vista orçamentário. Do ponto de vista de financiamento, houve aporte do governo federal para ações do PDDE, PDDE Covid, o que ajudou as escolas inclusive a se reorganizarem. E houve, também, repasses de suprimento institucional do estado para dar apoio às escolas nesse período, no que

diz respeito a essa organização para atendimento aos estudantes. Na verdade, as coisas começaram a melhorar em 2021, a partir do novo Fundeb.

A volta às aulas

As aulas presenciais do ensino médio voltaram em outubro de 2020, adotando o ensino híbrido porque, de acordo com os protocolos de biossegurança, era preciso garantir o distanciamento de 1,5 metro entre os estudantes. O planejamento era o de fazer uma volta escalonada: primeiro, o ensino médio, em seguida anos finais do fundamental, anos iniciais, e assim progressivamente, até a educação infantil. Mas isso não aconteceu em 2020. De fato, só foi possível voltar com o ensino médio, no esquema de rodízio, de maneira escalonada.

O motivo para o adiamento foi a necessidade de instalar pias nas escolas, adaptar salas, abrir janelas em determinados lugares. O estado repassou recursos para as escolas para essas adaptações e, antes da volta do ensino presencial, a SEE-PE montou um comitê com o sindicato dos professores para visitar as escolas e confirmar que elas estavam preparadas para receber os alunos. Ainda assim, houve greve, briga judicial, resistência ao retorno.

Muito importante foi termos criado uma instrução normativa organizando um biênio letivo – que acredito ter sido um diferencial de Pernambuco. Em 2020, publicamos uma instrução normativa criando o biênio 2020-2021, ou seja, os alunos, dentro da perspectiva do ciclo, não seriam reprovados, mas promovidos automaticamente para dar continuidade aos estudos no ciclo de 2021. Assim, em 2021, quando as aulas presenciais foram retomadas, quem era aluno do 9º ano foi para o 1º ano do ensino médio; quem era do 1º ano foi para o 2º.

No entanto, como os municípios não voltaram em 2020, foi preciso fazer uma articulação relacionada ao transporte dos estudantes do 9º ano do fundamental dos municípios que vinham para o 1º ano do ensino médio estadual. A partir de abril de 2021, contudo, as aulas

voltaram para toda a educação, inclusive liberando os municípios para que eles retomassem as aulas presenciais de forma escalonada, mas respeitando a autonomia dos gestores municipais.

As grandes batalhas de 2021

Em 2021, escolhemos duas batalhas importantíssimas e nos dedicamos a elas: busca ativa e recuperação das aprendizagens. Estes foram os dois pilares norteadores do trabalho da Secretaria, das gerências e das escolas desde que 2021 começou.

Em relação à busca ativa, as gerências regionais realizaram atividades autônomas para trazerem os estudantes de volta às escolas. No âmbito da SEE-PE criamos o programa Monitoria Busca Ativa, que prevê o pagamento de bolsa para monitores contratados irem buscar o estudante em casa e estimular o retorno. Criamos também a Monitoria Fortalecimento da Aprendizagem, pagando uma bolsa para os estudantes monitores apoiarem outros estudantes, no estudo de língua portuguesa e de matemática, dando suporte aos colegas e ajudando na recomposição das aprendizagens.

Principais aprendizados da Secretaria na reorganização do trabalho

Aprendemos que é possível repensar rotinas, práticas e vivências em prol da aprendizagem, do ensino. A força, abruptamente, fomos obrigados a pensar fora da caixa. Este foi o maior aprendizado para a Secretaria, de um modo geral: que rotinas, processos, fluxos, programas e iniciativas podem ser repensados para atender demandas diferentes, peculiaridades de momentos. Flexibilidade, adaptabilidade, abertura para o novo, o uso da tecnologia de maneira intencional dentro da educação, com foco no estudante, mas também na formação continuada. Antes da pandemia, as formações eram no presencial.

Então, sempre se colocava a questão da distância, seja para deslocamento do formador, seja para a viagem do formando. Hoje, marca-se virtualmente uma reunião e a formadora entra e faz a formação com efetividade. Porque uma coisa importante a ser destacada é que o objetivo não pode ser fazer e executar, nem adaptar para dar conta de uma tarefa. Tudo tem de ter como foco a qualidade.

Portanto, o grande aprendizado foi a quebra de paradigma, que, inclusive, trouxe aperfeiçoamento para algumas atividades, como a formação continuada e a estruturação dos processos educativos no chão da escola.

Base Nacional Comum Curricular

Em meio à avalanche de acontecimentos dos anos 2020-2021, uma grande vitória foi termos conseguido atualizar o currículo de Pernambuco à luz da BNCC. Processo liderado pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação. Todas as etapas da educação básica, todo o Currículo de Pernambuco está atualizado. No contexto do Novo Ensino Médio foi realizado um intenso trabalho para organização dos itinerários formativos. No fim de 2020, entregamos o trabalho para o Conselho Estadual de Educação, que o homologou. Desse modo, é possível dizer que 2022 é a virada de chave do novo ensino médio.

No período da pandemia, criamos um documento de priorização curricular. Ainda não era o currículo novo. A equipe liderada pela Profa. Ana Selva se debruçou sobre os parâmetros curriculares do estado e criou um documento de reorganização curricular, para termos um currículo que respondesse ao desafio do ensino remoto e que trouxesse essa priorização para trabalharmos num período tão difícil. Conseguimos reorganizar e atualizar o currículo para o período da pandemia e, agora, temos um currículo novo para o que iremos viver a partir de 2022.

Piauí

Ellen Gera

O Piauí teve um grande diferencial na pandemia, que foi sua experiência na educação mediada pela tecnologia. Desde 2012, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) tem uma diretoria de educação com mediação tecnológica. Na época, a plataforma tinha dois estúdios de transmissão de aulas e 300 salas equipadas com antenas para receber o seu sinal. Em 2015, houve um processo de expansão considerável, com um pulo de 300 para 900 salas e de dois para seis estúdios de transmissão. Isso permitiu que o estado usasse a mediação tecnológica no Ensino Médio, na Educação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na preparação para o Enem, por meio do programa de reforço Pré-Enem Seduc. As grandes revisões de conteúdo para o exame do Enem eram realizadas em auditórios que recebiam de cinco a seis mil pessoas nos finais de semana.

Em 2016, foi implementado o programa Universidade Aberta do Piauí, a UAPI, muito similar ao sistema Universidade Aberta do Brasil, porém usando a plataforma de mediação tecnológica estadual. Com isso, mais de 120 municípios passaram a ter acesso ao ensino superior. Com a expansão desse programa, em 2021, o governo do estado lançou um edital pelo qual todos os municípios piauienses terão ensino superior presencial usando a plataforma da mediação tecnológica e o sistema UAPI.

A vivência com a mediação tecnológica tornou-se a principal plataforma da educação durante a pandemia. Assim, em março de 2020, dois dias depois do fechamento das escolas por conta da pandemia, bastou o estado mudar a chave de transmissão da plataforma – que era voltada para as salas de aulas pelo sistema via satélite – e abri-

-la para a internet para que os alunos pudessem assistir às aulas. O desafio era outro: como levar a internet até os estudantes.

Em 2019, o Piauí estava vivendo um momento de grande avanço em termos de resultados educacionais. Dois grandes programas de formação de professores estavam em desenvolvimento, ambos presenciais. Um era o Mais Aprendizagem e o outro, o Chão da Escola, que era um ambiente formativo, de discussão, de debate no próprio ambiente escolar. Com a pandemia, tudo isso foi ao chão. Toda a preparação pedagógica precisou ser revista e a Seduc teve de se organizar para elaborar as diretrizes de ação num ambiente de aulas não presenciais. Dez dias após a paralisação das aulas, o Conselho Estadual de Educação apresentou uma normativa importante regulamentando a questão, o que facilitou enormemente a intervenção da Secretaria junto às redes municipais.

Na Seduc, a consciência de que a pandemia não seria apenas uma gripezinha, mas um problema sanitário de longo prazo, fez com que os principais objetivos passassem a manter o vínculo do estudante com a escola e não deixar a educação parar.

Manutenção do vínculo estudante-escola

Sabíamos que não dava para ter alta expectativa de aprendizagem dos estudantes durante a pandemia e que tudo o que havia sido preparado não tinha como ser aplicado. Mas não podíamos perder o aluno nem o deixar chegar ao segundo semestre com o sentimento de que o ano tinha acabado. Nossa luta foi realmente manter o vínculo. Só que, além de manter esse vínculo, era preciso considerar os profissionais e professores, que também estavam sofrendo por causa da Covid-19. Ninguém passou ileso pelo novo Coronavírus. Perdemos amigos, parentes, as pessoas adoeceram. Foi um período muito complicado.

Resumindo: em 16 de março de 2020, as atividades presenciais foram suspensas e no dia 13 de abril voltamos às aulas, mas em ambiente remoto. Em abril, o engajamento das escolas foi muito baixo.

Começamos a explicar que aula remota não é educação a distância, e logo mudamos toda a nossa programação de formação para o ambiente remoto. Fizemos muita formação em 2020. Foi um dos pilares que mais estruturamos. Também demos autonomia para cada escola desenhar seu plano de ataque à pandemia de Covid-19. A escola enviava o plano, nós o validávamos e ela adotava o modelo de aulas remotas. Em maio, todas as escolas estaduais estavam usando o ambiente remoto.

No segundo semestre de 2020, começamos a construir, com a Vigilância Sanitária e o Comitê de Operações Especiais, um protocolo para a educação, dirigido às redes municipais e estaduais. Montamos um comitê que se reunia semanalmente para avaliar o cenário e tomar as decisões de curto, médio e longo prazos. Isso nos ajudou bastante a sempre manter o foco e sempre ter respostas para os problemas que apareciam. Tivemos de rever a política da alimentação escolar, a política de distribuição de material para os estudantes, a política de formação e políticas como o Pré-Enem, que fazia grandes revisões com a presença de milhares de estudantes. E assim fomos fazendo, em cada frente de trabalho. Na Educação Profissional, a parte prática foi ficando para depois, mas a parte teórica foi mantida. Adaptamos cada modalidade, cada etapa da rede para que o sistema continuasse funcionando.

Na segunda quinzena de setembro, tivemos a primeira flexibilização que permitiu o retorno dos estudantes que estivessem concluindo o Ensino Médio ou os cursos de ensino superior na área de saúde, ao ambiente presencial. Ficamos outubro, novembro e dezembro tendo aulas não presenciais e aulas presenciais para aquele alunado em fim de curso.

Quando estávamos olhando para 2021, pensando em adotar o modelo híbrido para todas as séries, o Comitê Científico e a Vigilância Sanitária alertaram que estava chegando uma nova onda de Covid-19, mais forte do que a primeira. Recuamos do modelo híbrido e começamos o ano totalmente remoto. Aí vivemos o agravamento da pandemia. Sabemos como foram duros os meses de março, abril, maio e junho de 2021.

Diante disso tudo, desenvolvemos outras ações. Distribuimos chips de dados para os estudantes terem acesso à internet e compramos tablets para os que não conseguiam acessar a rede. O aluno retirava na escola o tablet com as videoaulas e o material virtual e o devolvia para ser atualizado, uma ação complementar para reforçar o processo de ensino e aprendizagem.

Sem esquecer que aprovamos um programa de descentralização de recursos para as escolas, o que permitiu que todas fizessem reformas para resolver problemas como conserto de banheiro, instalação de pias, comprar EPIs, dispensadores de álcool, máscaras, enfim, todo o material necessário ao cumprimento do protocolo de biossegurança em relação à doença.

Regime de colaboração

Como os municípios não têm plataforma de mediação tecnológica, passamos a produzir aulas do Ensino Fundamental para disponibilizar às redes municipais. Refizemos, ainda, a proposta de formação de professores do Mais Aprendizagem e a oferecemos para as prefeituras. Das 224 prefeituras do Piauí, 162 têm parceria com o estado nesse programa de formação, assim como um município da Bahia e os estados de Sergipe e do Ceará, que estão fazendo uso de nossas aulas.

Atualmente, temos grupos de estudos para o Enem com estudantes de todo o Brasil porque abrimos a plataforma do nosso preparatório para o exame, que tem sido acessada em todas as regiões brasileiras. São milhões de acessos na nossa base do Canal Educação, nas plataformas e redes sociais. Foram mais de 18 mil aulas de Ensino Médio, Educação Profissional, Ensino Superior, EJA e preparação para o Enem produzidas durante a pandemia. Enfim, todo um esforço para manter o sistema funcionando e o vínculo com o estudante.

Para além de um programa de colaboração com os municípios para promover a alfabetização na idade certa, estamos desenvolvendo o maior programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos do

Brasil, em termos proporcionais, chamado de PROAJA, desenvolvido em parceria com o município cearense de Sobral e com o apoio de institutos importantes, como Bem Comum, Natura, Fundação Lemann e FGV. Temos uma população adulta com baixa escolaridade, principalmente acima dos 30, 40 e 50 anos, com muita gente analfabeta.

Avaliação

Em setembro de 2021, foi realizada a maior avaliação diagnóstica do Piauí, envolvendo as redes estadual e municipal. Só Teresina não fez, porque tem um sistema próprio de avaliação. Depois de tabulados os dados, teremos um mapa muito bom do avanço do aprendizado dos nossos estudantes em tempo de pandemia. A partir daí virão os ajustes das propostas pedagógicas, as intervenções necessárias para reforçar a aprendizagem. Para além de receber a nota, o professor recebe orientação sobre quais conteúdos e habilidades precisam ser trabalhados. É uma orientação, na verdade, para uso pedagógico do resultado de aprendizagem

Inovação, tecnologia e formação de professores

O PRO Piauí, um programa de investimentos nascido em 2020 como um programa de retomada das atividades presenciais, tem um foco especial na educação, financiando a modernização e ampliação das nossas escolas, com obras de infraestrutura e de conectividade de internet via wi-fi em todos os ambientes, como quadra de esportes, pátio, salas de aula. Toda a rede estadual ficará conectada, assim como o interior de todas as escolas.

Os cursos de formação que oferecemos a distância foram tanto na área de metodologias quanto na área do conteúdo escolar propriamente dito. O programa envolveu a formação dos professores da

rede estadual e, em regime de colaboração, também dos professores das redes municipais.

Gestão escolar

Logo no início da crise sanitária, demos autonomia para que cada escola traçasse seu plano de combate à Covid-19. Além disso, aumentamos sua autonomia financeira, por meio de uma política de descentralização de recursos, o que exige maior profissionalismo no uso e na prestação de contas do dinheiro. Para completar, colocamos um profissional qualificado na área de administração e contabilidade à disposição das escolas. Atualmente, todas contam com apoio contábil e administrativo profissional para que o gestor escolar não se atrapalhe, já que não é um especialista em contas públicas.

Nessa área, desde 2016 temos uma parceria com o Instituto Unibanco em torno de um circuito de gestão. O método, que inicialmente estava voltado apenas para o Ensino Médio, agora olha de forma mais ampla para a rede, abrangendo também as escolas de Ensino Fundamental. A metodologia estimula a formação de duplas gestoras nas escolas e a adoção de pactuação de metas, planejamento, execução, avaliação de processos e correção de rotas.

Queremos implantar a gestão orientada a resultados e estamos fortalecendo a gestão democrática, com formações no conselho escolar e no conselho de classe, e reestruturação da política de grêmios estudantis.

Desenvolvemos, ainda, um projeto bem interessante, o Banco de Gestores, para acabar com as indicações políticas à direção de escolas. Agora temos um banco de gestores no qual os interessados em serem gestores, diretores ou coordenadores de escola se inscrevem, passam por uma formação, apresentam um projeto, fazem uma prova e, depois de classificados, ficam no banco à espera de vagas.

Comunicação, liderança e engajamento

Durante a pandemia, o governador Wellington Dias conseguiu juntar no Comitê de Operações Emergenciais muitos profissionais, representantes de várias áreas: área de controle, tribunais, universidades, pesquisa científica, área da vigilância, executivos, área política, como a Assembleia Legislativa, vereadores e prefeitos. Acredito que a existência do Comitê e a política adotada pelo governador de ouvir atentamente todos os setores foram fundamentais para que o Piauí chegasse ao segundo semestre de 2021 com bons indicadores da crise sanitária. Vivemos momentos de estresse, evidentemente, mas não tivemos colapso do nosso sistema de saúde, conseguindo atender nossa população. Isso foi fruto de muito diálogo e de planejamento. A integração entre todas as áreas ajudou o estado a enfrentar a crise.

A Educação fez o seu sacrifício. Foi a área que primeiro parou, por motivos óbvios – ela tem um contingente populacional muito grande: 3,2 milhões de pessoas, sendo 900 mil na educação básica. Se colocarmos em termos de serviços, 1/3 da população piauiense toca diretamente na Educação Básica, seja pública ou privada. A Educação ficou em casa enquanto assistia bares, restaurantes, comércio e várias áreas voltando. Feito o sacrifício, é preciso garantir a volta às aulas presenciais para todos os estudantes.

Novo Ensino Médio

Todas as nossas ações pedagógicas estão organizadas em um grande programa chamado Juntos para Avançar. O conjunto de ações vai da busca ativa até propostas pedagógicas, de conteúdo, de práticas de sala de aula, passando por orientações sobre como cumprir os protocolos e caravanas pedagógicas em todas as regionais. É bastante abrangente para podermos, realmente, seguir com a máxima de avançar todos juntos e não deixar ninguém para trás.

É importante lembrar que, no meio do contexto da pandemia, o Piauí homologou o seu currículo do Ensino Médio sob a luz da BNCC e que, em 2022, vamos começar sua implementação. Ao longo de 2021, terminamos as últimas definições da arquitetura de implementação e começamos o trabalho de formação dos professores. Em 2022, os estudantes já vão experimentar algumas mudanças do Ensino Médio na rede estadual.

Quando o Brasil entrou no século XXI, a rede educacional do Piauí não tinha Educação Básica em todos os municípios. Em boa parte deles, não havia Ensino Médio. Ao mesmo tempo, cerca de 35% da população acima de 15 ainda era analfabeta. Ao assumir o governo, em 2003, o governador Wellington Dias decidiu levar o Ensino Médio a todos os municípios piauienses. Para isso, foi preciso deslanchar um processo de municipalização da matrícula do Ensino Fundamental, tirando-o da esfera estadual e passando para os municípios, e reorganizar a rede. Isto permitiu que o estado focasse no Ensino Médio e começasse a expandir a Educação Profissional, além do Ensino Superior. Junto com o governo federal, foi implantada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que formou milhares de jovens universitários.

Municipalização do Ensino Fundamental

Entre 2003 e 2010, a rede pública de educação foi reorganizada, estabelecendo – e separando – o que era atribuição do município e o que era responsabilidade do estado. A maioria das escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi municipalizada, assim como um grande número de escolas dos anos finais do Fundamental. Portanto, a partir de 2010, a rede apresentava uma oferta educacional mais organizada entre estado e municípios.

Iniciamos em 2019 o último passo para terminar a municipalização do Ensino Fundamental, com a transferência para os municípios das escolas dessa etapa que ainda estavam na rede estadual. Na ver-

dade, o Piauí deve ser um dos cinco estados brasileiros com a maior taxa de municipalização do Ensino Fundamental. Praticamente não temos alunos de Fundamental 1, que são os anos iniciais, e é pequena, embora razoável, a quantidade de alunos do Fundamental 2 na rede estadual. Já em 2022, deixamos de ofertar o 6º ano em algumas das nossas escolas de Fundamental e, gradativamente, queremos que o município receba esses estudantes. Vamos nos dedicar ao Ensino Médio em tempo integral, trabalhando com Educação Profissional e permitindo que a população que ainda não terminou o ciclo da educação básica volte à escola por meio da EJA.

Em 2012, a zona urbana do Piauí tinha uma taxa de escolaridade em torno de 9,6 anos. Em 2019, essa taxa chegou a 11,8 anos de escolaridade na zona urbana. Na zona rural, em 2012, a taxa era de 6,7 e, em 2019, de 9,7 anos de escolaridade. Ou seja, quem nasce hoje na zona urbana no Piauí tem praticamente o padrão mundial de tempo de escolaridade, que é em torno de 12 anos.

Educação de jovens, adultos e idosos

Para além de um programa de colaboração com os municípios para promover a alfabetização na idade certa, estamos desenvolvendo o maior programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos do Brasil, em termos proporcionais, chamado de PROAJA, desenvolvido em parceria com o município cearense de Sobral e com o apoio de institutos importantes, como Bem Comum, Natura, Fundação Lemann e FGV.

Temos uma população adulta com baixa escolaridade, principalmente acima dos 30, 40 e 50 anos, com muita gente analfabeta. No extrato dos jovens de 18 a 24 anos que terminaram o Ensino Médio, o estado está com o nível de escolaridade de 11,8 anos na zona urbana, e de 9,7 anos na zona rural. Nossa taxa de escolaridade é baixa porque a população de 35, de 40, de 50 anos não tem escolaridade. Atualmente, metade da população piauiense acima dos 60

é analfabeta. Diante dessa realidade, o governo do estado decidiu investir na Educação de Jovens e Adultos, dessas gerações que foram tão profundamente prejudicadas.

O Piauí tem, hoje, o maior programa de alfabetização do Brasil em termos temporais, e de recurso, em termos proporcionais. É o maior programa que já foi feito na história, pelo curto tempo em que vai ser implementado. Metade da população que pretendemos atingir tem mais de 50 anos. Um gestor qualquer poderia dizer o seguinte: “Quem tem mais de 50, quem tem mais de 60, vamos deixar que a idade resolva. Vamos pegar esse recurso e botar na infraestrutura.” Mas a decisão foi outra: foi a de dar oportunidade para essa população se alfabetizar. Mais do que isso. Como tem muita gente de 35, 40, 50 anos que trabalha, ou seja, pessoas que têm competências, têm habilidades, possuem saberes, o estado está implementando o *Certific*, um programa de certificação, de reconhecimento de saberes profissionais.

Então, além de alfabetizar, o estado vai atrelar a escolaridade – que a pessoa pode ampliar por meio da EJA – a um exame dos saberes que ela possui no campo profissional para que o estado possa chancelar aquele profissional e dizer: “Você é um excelente mestre de obras e o estado do Piauí certifica que você tem as competências, as habilidades, os saberes de um mestre de obras”, “Você sabe trabalhar com eletricidade, você sabe trabalhar com mecânica e sua escolaridade é adequada ao que essas profissões exigem”. Porque uma premissa básica que está posta no estado é a convicção de que não há desenvolvimento no Piauí sem o desenvolvimento da Educação.

É por isso, também, que precisamos de uma educação de jovens, adultos e idosos forte. Institucionalizamos na Secretaria de Educação uma superintendência para EJA e temos EJA na rede. A ideia é que a população curse o programa de alfabetização ou entre na EJA para concluir o Ensino Fundamental e lá encontre não apenas o atrativo da educação profissional, mas um caminho para continuar avançando na escolaridade e ter a educação profissional associada a essa escolarização. Tudo isso tem a ver com cidadania, com preparação para o mundo do trabalho, com geração de confiança, com valorização profissional.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Piauí foi o estado do Nordeste com o maior percentual de taxa líquida de matrícula do Ensino Superior na faixa etária de 18 a 29 anos nos últimos tempos. Praticamente todos os estados regrediram no ingresso universitário nessa faixa etária e fomos o único estado nordestino que avançou. Salvo engano, somos o nono estado do Brasil com maior percentual de taxa líquida no ingresso universitário entre 18 e 29 anos. Quando olhamos esses dados, vemos os resultados das políticas públicas que vêm sendo implementadas pela gestão do governador Wellington Dias.

Em 2003, tínhamos um estado com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, de 0,3, comparável ao de Serra Leoa. Numa escala de 0 a 1, tínhamos 0,3. Quando o governador assumiu, disse que ia governar para que, em 20 anos, o Piauí atingisse um alto índice de desenvolvimento humano. Em 2010, tivemos 0,646, faltando pouco para chegarmos ao 0,7, que é nível alto. Aí não foi mais realizado o Censo do IBGE, cujos dados são a base para o cálculo do IDH. Esperamos que, na próxima medição do censo, o Piauí tenha alcançado um índice alto, como foi projetado há 20 anos.

Perdas da pandemia

O que perdemos com um ano e meio de escolas fechadas? Durante todo o período da pandemia, o que se teve no Brasil foi a ausência do Ministério da Educação como articulador de uma estratégia nacional para conter os reflexos do isolamento social e fechamento das escolas. Sem ter uma coordenação nacional organizada em defesa da educação, orquestrada de forma coesa, os estados, por meio do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed); e os municípios, por meio da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), trabalharam em conjunto para ter uma resposta educacional à Covid-19.

Sem o MEC assumir o papel de protagonista e articulador nacional para enfrentar os prejuízos da pandemia, acabou gerando um ambiente de extrema desconfiança. Ninguém confiava que era possível voltar para a escola. Esse clima de desconfiança foi contaminando os profissionais e as famílias, gerando uma grande dificuldade de trazer os alunos de volta para a escola, mesmo com todos os professores já vacinados. A partir de agosto de 2021, adotamos o modelo híbrido, que atingiu 80% das escolas.

Principais aprendizados

Uma das principais lições foi a importância das formações. Com a Covid-19, nós nos adaptamos, fizemos sistemas, aplicativos, usamos o que tínhamos em termos de tecnologia digital. Basicamente, cada estado e município usou, em dosagens diferentes, mais ou menos as mesmas estratégias. Mas é preciso realizar boas formações para que os profissionais que estão nas frentes de trabalho do setor público estejam preparados para se adaptar, para que não enfrentemos tempos como esse com as mesmas respostas que tivemos.

É bom ressaltar que muitas escolas se adaptaram rapidamente à situação. Em 2020, se a Seduc não tivesse permitido que elas adotassem o modelo de aulas remotas, não presenciais, muitas iriam fazê-lo por conta própria. Houve escolas que deram uma resposta imediata, revelando um grande senso de responsabilidade. Antes de a Secretaria oferecer, já estavam imprimindo e distribuindo material didático, e tinham criado regras sobre quem poderia pegá-lo. Então, precisamos adotar modelos que permitam uma adaptação mais rápida e que a criatividade seja oferecida para toda a rede. É necessário estimular essas atitudes, essas habilidades, essas competências dos nossos profissionais para que todos estejam prontos para adaptações e respostas rápidas em prol do serviço que prestam à sociedade.

Rio de Janeiro

Alexandre Valle

A pandemia causou prejuízos incalculáveis para a educação no mundo inteiro, o que nos levou a antecipar ações que, provavelmente, só conseguiríamos implantar num prazo mínimo de 15 anos. Foi preciso correr contra o tempo antecipando ferramentas tecnológicas para oferecer um aprendizado de qualidade aos alunos da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Ao final, entendemos que diante das medidas que tomamos, conseguimos avançar 30 anos.

Todo mundo precisou se reinventar para ministrar ensino remoto, com aulas híbridas etc., as famílias, os alunos e toda a comunidade escolar.

A manutenção do vínculo dos estudantes com as escolas

Com o firme propósito de manter o vínculo entre o aluno e a escola, a Seeduc disponibilizou um aplicativo de ensino remoto, o Applique-se, que tira dúvidas dos alunos. Além disso, foi implantado o programa RegresSeeduc para os alunos que, em 2020, tiveram que ser promovidos para não serem prejudicados. Ou seja, os alunos tiveram aulas de reforço escolar online da rede estadual de ensino. Eles tiveram acesso, via Google Sala de Aula e pelo aplicativo de navegação gratuita Applique-se, aos conteúdos de sete disciplinas: língua portuguesa, matemática, biologia, química, física, história e geografia. Dentro da plataforma do Google Sala de Aula, os alunos tiveram monitorias em tempo real com os professores de cada componente curricular, material didático em formato pdf, além de exercícios e simulados de provas do Enem.

Inovação e tecnologia

Durante o período em que trabalhamos no sistema híbrido, formamos um grupo de trabalho na Superintendência Pedagógica, com professores da superintendência, de diferentes unidades escolares da região central do estado do Rio de Janeiro. Buscamos aqueles docentes que já tinham experiência com gravações e que eram considerados referência em suas áreas, para preparar as videoaulas e gravá-las nos nossos estúdios. E, além das videoaulas, também os podcasts.

Portanto, nosso material é inédito, não está em nenhum livro. Os professores produziram, apresentaram, aprenderam a se apresentar diante das câmeras num estúdio montado na Seeduc. Na verdade, foram montados três estúdios, onde foram gravadas aulas de todas as disciplinas para os estudantes da rede. Temos mais de 6.500 conteúdos pedagógicos, entre videoaulas, podcasts e orientações de estudos, e que se encontram disponíveis no Applique-se, que é uma plataforma digital da rede estadual que permite ao usuário navegar dentro do aplicativo sem o consumo de pacote de dados, graças à navegação patrocinada cedida pela Seeduc.

Comunicação e engajamento

O engajamento dos professores ocorreu, principalmente, porque as formações e as videoaulas foram feitas pelos colegas. Percebemos que o engajamento cresceu bastante depois que os professores passaram a se sentir representados quando viram que seus colegas estavam se preparando para as atividades, repassando as videoaulas. Isso fez com que muitos que não aceitavam o Applique-se, e que tinham uma preferência notória pelo Google Sala de Aulas, voltassem a fazer o acompanhamento pelo aplicativo.

A formação de professores durante a pandemia

Para que os professores tivessem recursos para melhorar seus computadores, pagar a internet ou ter ajuda na conta de luz, a Seeduc disponibilizou um auxílio tecnológico no valor de R\$ 4.500,00. No período, os professores se empenharam em fazer cursos para melhorar suas atividades na internet. Sem contar que promovemos uma formação especial para os professores ligados às 124 escolas que irão trabalhar com a área de empreendedorismo e que vão atuar no novo ensino médio.

Ao mesmo tempo, as universidades públicas estão oferecendo novos cursos de formação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Itinerários Formativos. A procura tem sido grande. Os professores da rede estão totalmente comprometidos e, graças a eles, conseguimos que o ensino chegasse até nossos alunos.

O papel da gestão escolar

Nossa meta, desde que assumimos a Seeduc, é nos aproximarmos, cada vez mais, das escolas. Nesse viés, temos realizado reuniões com os diretores gerais e pedagógicos das unidades escolares de cada regional para falar sobre possíveis dificuldades e pedir ajuda em relação à melhoria da aprendizagem dos nossos alunos. Temos procurado ficar muito perto desses gestores porque dependemos deles para haver uma interação com os alunos.

No momento, estamos empenhados em reduzir a evasão escolar. Entendendo as dificuldades e orientando um trabalho em conjunto com os gestores, buscamos a adesão de todos para obtermos sucesso das nossas ações e darmos celeridade aos projetos em curso.

Para tanto, estamos promovendo cursos de capacitação em gestão para os diretores e adjuntos de todas as nossas 1.233 escolas. Esses cursos são de extrema importância porque muitos diretores foram

alçados à diretoria sem passar por qualquer capacitação. Ou seja, tornaram-se diretores, mas passaram a ser não apenas diretores, mas gestores, e não só de ensino, mas de recursos e de programas.

Os principais aprendizados na reorganização do trabalho da Secretaria

O maior aprendizado é ter os nossos alunos como protagonistas deste momento. É saber das suas dificuldades. Estamos cientes de que muitos dos nossos professores têm dificuldade de acessar as plataformas e lidar com o celular. Enfrentamos, até hoje, na Seeduc a resistência de grupos de docentes com relação ao uso das novas tecnologias digitais na educação; professores que se recusam a usar a internet ou o celular para ministrar aulas.

Ao longo desse período, fomos aprendendo a conviver com dificuldades gerais, ultrapassando obstáculos a cada dia, sem esquecer que nosso maior objetivo é a aprendizagem do aluno. Trabalhamos na motivação dos professores para viver esse novo momento na sala de aula e na troca com os alunos, do ensino/aprendizagem. Da nossa parte, estamos aprendendo a conviver com esse novo panorama.

Os avanços, apesar da pandemia

Apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, avançamos. Lançamos o projeto de “reinaugurar” 50 Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), que já estão sendo considerados referência na educação do estado do Rio de Janeiro. Estamos atualizando sua estrutura física, dotando-os da mais alta tecnologia, para que o aluno se sinta motivado a frequentar a escola. O conceito é entregar para cuidar, se orgulhar e dizer para todos que aquela escola “é dele”.

Estamos transformando a educação no Rio de Janeiro com muita tecnologia. O ano de 2022 vai ser lembrado — para sempre — como o ano que transformou a vida de milhares de estudantes. Vamos construir o pilar: família, professor e aluno.

Rio Grande do Norte

Getúlio Marques

Os anos de 2020 e 2021 foram muito comprometidos. Não chegaram a ser perdidos, mas foram anos em que houve um prejuízo muito grande para a educação. Só o fato de não haver aula presencial – que é o principal ponto para que o aprendizado siga com mais fluidez, com a presença do professor, do aluno, o ambiente na sala de aula, os alunos trocando experiência, a sociabilidade – foi uma perda grande. A crise sanitária fez com que todos tivessem de buscar um novo desenho. Professores fizeram das suas casas a escola, os meninos fizeram das suas casas as salas de aula. A maior perda foi a relação professor-aluno, aluno-escola. A partir de todas as mudanças decorrentes da pandemia, nasceram os males com os quais teremos de lidar e que tentaremos compensar: as questões psicológicas, os problemas de ansiedade entre os alunos e, também, entre os professores e profissionais da educação. Porque todos perderam, de uma maneira ou outra.

Ao mesmo tempo em que houve grandes perdas, houve ganhos. Talvez o principal tenha sido o avanço, de cerca de dez anos, na implantação de tecnologias educacionais. Elas já existiam e vinham sendo notadas, há anos, pelos educadores. Mas havia uma grande resistência a elas por parte dos professores, temerosos de serem substituídos pelas novas tecnologias. No entanto, apesar desse medo, os professores se adaptaram a elas e deram uma contribuição enorme nesse período.

Muito se falou de um *novo normal*, mas a verdade é que não há um *novo normal*. Ele já está aí há muitos anos, para quem pode e tem condições de utilizar as ferramentas digitais. Usar um computador, dar uma aula ou trabalhar *on-line*, como se tornou comum há pouco tempo, são coisas que já se fazia há 30 anos.

Ações para garantir o direito à educação

As aulas foram suspensas em 27 de março de 2020 e, no início da pandemia, havia aquela expectativa de que seria possível um retorno dentro de 14 dias, dentro de 28 dias, enfim, múltiplos de 14, que era o tempo que se acreditava ser o período de incubação do vírus. Enquanto isso, dispendemos muita energia em organizar as aulas e, ao mesmo tempo, tentar organizar o retorno às atividades presenciais.

Num primeiro momento nos concentramos em construir, com diversos parceiros – a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, o Conselho Estadual de Educação, os conselhos municipais, representantes de alunos, professores e das escolas privadas, por exemplo –, um comitê que, entre outros, elaborou o Documento Potiguar, com os termos pedagógicos, normativos e de segurança sanitária.

Entre julho e agosto de 2020, diante daquele vai e vem quanto à volta às atividades presenciais, decidimos que não retornaríamos mais e que a volta, quando ocorresse, teria de ser de maneira gradual. Decidimos, ainda, chamar esses dois anos, que viraram três, de contínuos: o ciclo contínuo 2020-2021-2022.

Nosso censo escolar de 2020 não teve reprovados, nem desistentes, nem evasão. O aluno que não teve aulas, principalmente aquele menos abastado, não ia chegar em novembro, dezembro para assistir aula, fazer uma prova e ser reprovado. Muitos se evadiram. Decidimos que todos iriam para o ano 2021 e reiniciamos 2021 em fevereiro, ainda com aulas não presenciais.

Desde 2012, temos um sistema chamado SIGEduc, o Sistema Integrado de Gestão da Educação, que é muito eficiente. O professor abre salas e conversa com os alunos assim como as pessoas conversam pelo Teams ou Zoom. Eles também colocam conteúdos nesse sistema, o que possibilita que, no final do ano, tenhamos o controle do que acontece com o aluno e com o professor.

Mesmo tendo o SIGEduc, reforçamos esse desenho com parceiros como o Google Classroom, o Clickideia, os colégios particulares que

tinham aulas gravadas, as TVs públicas, a TV Universitária e, para completar, quando percebemos que todas elas não dariam conta de chegar a todos os estudantes pelo tempo que precisávamos, contratamos um canal aberto da TV Bandeirantes para transmitir 11 horas de aula por dia, sendo quatro horas pela manhã, quatro à tarde e três à noite. Também usamos o rádio. Por exemplo, temos um programa, o EJA em Ação, que vai ao ar todas as noites para os alunos de educação de jovens e adultos, com experiências, com debates, e que os alunos adoram.

Desse modo, usamos, no Rio Grande do Norte, plataformas diferentes, cada uma adequada a uma situação específica dos estudantes. Para manter o vínculo com o aluno, utilizamos, inclusive, aquele ônibus amarelinho que chega lá na comunidade rural, onde a professora desce do veículo para entregar o material ao aluno e orientá-lo.

Ensino médio

Tínhamos algumas dificuldades com o ensino médio, mas também algumas soluções internas. Parte do ensino médio funcionava em escolas de tempo integral e outra parte estava com o novo ensino médio implantado, embora a BNCC ainda não estivesse aprovada. Mas já estávamos trabalhando com um horário a mais, até para ir aprendendo como o novo ensino médio deveria funcionar.

Além disso, contamos com a cooperação de grandes parceiros, como a equipe do programa Jovem do Futuro, do Unibanco e as ferramentas do SigMais, que era o nosso sistema de avaliação. Então juntamos as duas coisas e, antes da pandemia, de acordo com o resultado de 2019, superamos inclusive a meta que havíamos traçado. Nossa meta era de ponto dois e crescemos ponto três. Mas estávamos tão atrás que, no ranking, só conseguimos subir uma posição: de 26^º passamos a 25^º. Em compensação, nesse período, crescemos mais do que 14 estados brasileiros na média de aprendizagem. O crescimento em matemática foi de 7 pontos e língua portuguesa foi de 11 pon-

tos. E, na pandemia, demos uma atenção maior ao ensino médio, principalmente para os alunos que iam fazer o 3º ano, porque eles iam passar por uma avaliação.

Inovação e tecnologia

A Secretaria usa as ferramentas tecnológicas desde 2017. Nos primeiros anos após sua implantação, tivemos 80 acessos, depois, 200 e, em 2019, pouco mais de 2 mil. No ano da pandemia, os acessos passaram de 2 mil para mais de 123 mil. Ao mesmo tempo, na medida que os professores foram conhecendo as ferramentas digitais, passaram a usá-las com mais frequência. De modo que todo trabalho que fizemos daqui para a frente será para dar esse suporte para os professores utilizarem a tecnologia de informação e comunicação não como substituição das aulas presenciais, mas como suporte e apoio a essas aulas.

Ao mesmo tempo, estamos iniciando a execução de um programa que irá colocar internet banda larga em todas as escolas da rede estadual. No final de 2021, 40 escolas da rede não tinham nenhuma forma de acesso à internet porque estão localizadas em municípios que não têm banda larga. Agora temos um programa planejado que vai levar internet a todos os municípios, inclusive os de área rural. Na área urbana, estamos chegando às escolas com banda larga, com toda a tecnologia de fibra ótica e, na área rural, via rádio. Uma coisa importante: na negociação com a empresa provedora, a Secretaria conseguiu garantir que os estudantes das áreas rurais que morem a até 15 quilômetros de distância das suas escolas receberão um *modem* e poderão acessar a internet da escola. Para cada escola em que a Seduc implante o acesso à internet, a provedora vai fornecer 200 *modens* para os alunos terem acesso. Isso vai ser uma grande revolução. Além disso, estamos comprando uma quantidade razoável de *Chromebooks* para uso dos estudantes.

Pelo Projeto Governo Cidadão, em parceria com o Banco Mundial, estamos montando centros de mídias na capital e nas 16 diretorias

regionais da Secretaria. Em todas as salas de aula vai ter uma TV de 50 polegadas, com câmara, microfone e um computador, de modo a que o professor possa dizer aos alunos: “Entrem na sala agora.” Se ele estiver na sala com 20 alunos e cinco tiverem faltado, o professor vai poder dar a aula síncrona e os cinco faltosos poderão assistir a mesma aula se ligarem naquele ponto. Todas as aulas da TV estarão interligadas ao Centro de Mídias e quem quiser assistir qualquer aula poderá acessá-la e acompanhar a aula.

Regime de colaboração

Outro grande avanço que ocorreu no estado foi o estreitamento do regime de colaboração com os municípios. No início do governo, um dos primeiros contatos feitos pela Secretaria de Educação estadual foi com a Undime. Hoje, nossa parceria é muito forte. Por exemplo, temos um programa chamado Petern, que é o Programa de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte. Ou seja, além do programa de transporte escolar do governo federal, temos o transporte escolar do Rio Grande do Norte. Quanto é que o governo federal repassa para cada município no Programa Nacional de Transporte Escolar do FNDE? Oitenta centavos de real. Quando chegamos ao governo, o repasse estadual era de R\$ 3, bem acima do valor repassado por Brasília. De lá para cá, demos três aumentos e, agora, estamos em R\$ 3,70, acima da inflação.

A Undime tem sido uma grande parceira inclusive nas questões pedagógicas. Tradicionalmente, no Rio Grande do Norte, no início do ano letivo, as escolas promovem uma semana pedagógica. Até 2019, cada escola, cada município fazia a sua de um jeito. Atualmente, a semana pedagógica é realizada no mesmo dia em todo o estado. Algumas atividades são feitas em regime de colaboração, como a palestra magna, na qual repassamos a orientação, o norte que vamos seguir durante o ano letivo. Em 2021, especificamente, foi mais fácil dar essa orientação porque quase tudo foi virtual. Tivemos uma au-

diência de mais de 5 mil pessoas na semana pedagógica, a cada hora, totalizando 30 mil visualizações. Tudo isso se situa no processo da parceria do regime de colaboração. Também estamos trabalhando juntos em relação ao novo Fundeb, construindo a regra para dividir os 2,5 pontos percentuais, do total de 23% em 2026, destinados às redes públicas que cumprirem condicionalidades de melhoria de gestão e aumentarem seus indicadores de atendimento e de melhoria de aprendizagem, de acordo com o Saeb. Vamos transformar o que é qualidade não com base em meritocracia, mas em necessidade. Esse é o nosso desafio.

Financiamento da educação

No processo de pandemia, tivemos um problema muito ruim que foi a queda da arrecadação. Com essa queda, recebemos menos recursos, inclusive do Fundeb, o que acarretou problemas para a execução de alguns programas e compromissos. No Rio Grande do Norte, aplicamos o piso salarial para todos, do menor ao maior salário, inclusive para os aposentados. Ou seja, o piso é a base para todos os vencimentos. Embora isso onere bastante o orçamento, o governo estadual vai manter essa política porque tem como um de seus princípios a valorização do profissional da educação. Mesmo tendo recebido mais de 70% acima da inflação, nossos professores ainda são os profissionais que ganham menos do que a média dos que têm nível superior.

O governo federal nada fez para ajudar na discussão das dificuldades dos estados e municípios em cumprir o piso salarial. Assim como nada fez para custear as necessidades para a volta às aulas depois da pandemia. Para esse retorno, era necessário que todas as escolas estivessem prontas para cumprir o protocolo de segurança sanitária que está no Documento Potiguar. Colocamos mais lavatórios em todas as escolas, colocamos na parte de fora das escolas tapetes, dispensers de álcool, sinalização nas salas, enfim, tudo aquilo que era necessário com os poucos recursos que o estado tinha. E o governo

federal só enviou uma parcela do PDDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola, para fazermos trabalhos nas nossas 615 escolas. E os recursos ainda não chegaram da maneira correta: chegou uma parte em novembro de 2020 e a outra parte, só em março de 2021, o que atrapalhou bastante nosso planejamento.

Para 2021, fizemos um orçamento muito tímido por conta dos problemas do ano anterior, mas houve uma resposta boa por parte da arrecadação. Então, tivemos um bom problema, que foi a destinação dos R\$ 180 milhões que recebemos a mais do que estava previsto.

Novo ensino médio e ensino técnico profissional

Aproveitamos o momento em que tínhamos um bom montante de recursos para fazer um programa inovador, o Programa Nova Escola Potiguar, que vai envolver investimentos no valor de R\$ 400 milhões. O programa contempla a criação de 12 Institutos Estaduais do Rio Grande do Norte, com a mesma concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs. Ou seja, as prefeituras dão os terrenos e o estado constrói os institutos. As escolas terão conceitos arquitetônicos leves e sustentabilidade ambiental, com reuso de água e energia solar.

Haverá também adequações nos atuais 11 Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), que serão transformados em Institutos Estaduais do Rio Grande do Norte, e a construção de dez novas escolas estaduais. Além disso, vamos reformar 160 unidades estaduais de ensino e promover adequações em outras cem escolas.

Ao mesmo tempo, vamos continuar a implantação do novo ensino médio. Todas as escolas de ensino médio terão o itinerário cinco e mais um itinerário. O itinerário cinco vai estar sempre sintonizado com uma base de formação integral. Será um ensino técnico acrescido do conhecimento de todas as disciplinas das áreas específicas e vai formar um aluno que, se quiser, terá todas as condições de entrar numa universidade.

Temos 133 municípios que não têm nenhuma escola além da de ensino médio. Se fossemos implantar o ensino integral nesses municípios, teríamos de dobrar o que existe hoje. O que devemos fazer é implantar um sistema pelo qual se tenha, dentro da escola, todas as modalidades de ensino, com uma direção geral e coordenadores para as diferentes áreas. Uma escola integral que faça desde a formação em técnico eletrônico, por exemplo, até a formação humana, artística, enfim, uma formação plural. É essa a escola que queremos e o que está sendo feito dentro desse programa.

Alfabetização

Dentro do Nova Escola Potiguar, está prevista a superação do analfabetismo no estado, que tem 400 mil analfabetos. Queremos sobrepujar esse problema. Um desafio a enfrentar é que a alfabetização realmente tem de ser presencial. É difícil alfabetizar de outra forma. Então iniciamos nosso programa de alfabetização em setembro de 2021 e pretendemos erradicar o analfabetismo em todo o estado num prazo máximo de oito anos.

Formação de professores

A formação de professores é um dos eixos do projeto Nova Escola Potiguar. O projeto tem cinco eixos: o eixo do instituto estadual; o eixo das novas escolas; o eixo da recuperação e modernização, de reforma de 160 escolas; o eixo da alfabetização; e o eixo da formação. E ainda temos o projeto Geração Conectada, de dotar as escolas de internet banda larga.

Volta às aulas

Tínhamos preparado a volta às atividades presenciais para o dia 1º de fevereiro de 2021, o que se tornou impossível diante do recrudescimento da pandemia. Em função disso, a volta começou a acontecer no final de julho, mas de forma gradual, híbrida e facultativa para os pais. Inicialmente, retornaram apenas os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, que iam se formar e fazer o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Duas semanas depois, voltaram também os estudantes do 6º e do 7º ano do fundamental e do 2º ano do ensino médio. Por fim, retornaram os matriculados na 1ª série do ensino médio e no 8º e no 9º ano do fundamental.

Inicialmente, voltaram só 30% dos alunos por causa do tamanho das salas de aula, para cumprir o protocolo de distanciamento. Porque essa foi a nossa medida: o cumprimento dos protocolos sanitários. Onde foi necessário, fez-se rodízio dos alunos, de acordo com a realidade de cada escola. Em outubro de 2021, observando os quadros da pandemia, foi possível retornarmos com 100% dos estudantes em sala de aula.

Os principais aprendizados ao longo da pandemia

O primeiro grande aprendizado foi a quebra da resistência às tecnologias educacionais que existia entre os professores – e que ainda existe. Apesar disso, cerca de 90% dos professores estavam dando aulas não presenciais e se superando, porque a maioria não tinha nenhuma formação nessa área. Sem formação específica em tecnologia da comunicação e informação, eles foram aprender sozinhos, usando seus próprios equipamentos, sua própria energia, sua própria internet, sua própria casa para fazer aulas virtuais, gravadas ou on-line. E deram conta do desafio!

É indispensável parabenizar os professores, que mostraram claramente seu envolvimento e seu comprometimento com a aprendiza-

gem de seus alunos. Se não fossem eles, as perdas educacionais seriam infinitamente maiores do que foram. Porque o estado brasileiro não deu a atenção devida à educação, como deram outros países.

Tivemos, portanto, dois grandes aprendizados. O primeiro foi a demonstração dos professores que, mesmo sem apoio, fizeram sua parte, enfrentando todas as dificuldades. O segundo foi a possibilidade de, finalmente, se dominar as tecnologias educacionais, que são um forte instrumento para a melhoria da aprendizagem. Não como substituição ao professor, mas como complemento a ele, como complemento às atividades em sala de aula.

Rio Grande do Sul

Raquel Teixeira

Quando as escolas tiveram de fechar por causa da SARS-CoV-2, entre março e junho de 2020, o Rio Grande do Sul preparou a plataforma Google Classroom para retomar o ensino remoto em junho. As escolas ficaram fechadas praticamente o ano todo. Assumi a Secretaria de Educação em 2021 e retomamos as aulas presenciais no dia 3 de maio. Nesse período, a pandemia afetou profundamente a rotina de todo mundo, das escolas, dos professores, da Secretaria da Educação. Os professores tiveram de se reinventar para poder usar a tecnologia, o ensino remoto; os alunos também tiveram de se reinventar para tentar ter aula sozinhos, quase sempre por meio de um celular.

Com a pandemia, ficaram muito escancaradas as desigualdades no Brasil. Sabemos que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e essa desigualdade foi bastante explicitada na questão da tecnologia, do acesso à internet, da falta de equipamentos. O impacto mais profundo foi no ajuste das escolas ao ensino remoto, que, na medida que vai sendo substituído pelo ensino híbrido, continua com o mesmo desafio tecnológico. Então esse é um desafio que veio para ficar. A educação será híbrida daqui para a frente, não tanto por necessidade de isolamento social, mas pela descoberta que os professores fizeram de que a tecnologia pode ser um instrumento muito importante de apoio.

A SARS-Cov-2 teve vários impactos muito negativos, desastrosos. Perdemos vidas, renda, futuro, sonho, aprendizagem. Mas um efeito positivo foi que o professor perdeu o medo da tecnologia. Antes, o docente tinha muito medo por dois motivos principais: primeiro, achava que ela ia substituí-lo, acabar com seu emprego. Ficou comprovado que não. Pelo contrário, se tem uma coisa que ficou provada

foi que o professor presencial é insubstituível, a escola presencial é insubstituível. E ele, de repente, descobriu que a tecnologia pode ajudá-lo a apoiar o aluno a aprender mais.

O segundo medo é que o professor tinha um certo constrangimento, uma certa vergonha em ver que o aluno entendia muito mais de tecnologia do que ele. Isso também acabou, porque isso é entendido como natural. E a pandemia possibilitou um movimento muito importante que é a aprendizagem conjunta, professor e aluno aprendendo juntos num contexto novo. Então esses foram os impactos mais fortes da pandemia.

Avaliação

A primeira medida que tomei para saber como estava o vínculo entre o estudante e a escola foi encomendar uma avaliação diagnóstica ao Centro de Apoio à Educação a Distância (Caed) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tínhamos três objetivos principais com essa avaliação diagnóstica. Primeiro, mobilizar a rede. Saber exatamente onde e como esses alunos estavam. Nesse sentido, a avaliação foi um sucesso, porque conseguimos mobilizar 72% dos estudantes do ensino fundamental, um índice muito alto. Foi a maior avaliação já feita no Rio Grande do Sul, com a participação de 524 mil alunos.

Em segundo lugar, queríamos detectar as habilidades perdidas, esquecidas, não aprendidas, para que pudéssemos aplicar uma ação pedagógica direcionada, focada, intencional, para aquelas aprendizagens essenciais, estruturantes, que não eram ainda do domínio do estudante. Também nesse sentido tivemos um excelente resultado. Hoje, para cada sala de aula da 2ª série do fundamental até o 3º ano do ensino médio, temos mapeados os alunos que tiveram muito baixo desempenho, baixo desempenho, médio desempenho, alto desempenho. E, a partir do percentual de acerto que tiveram e, principalmente, da identificação das habilidades não aprendidas,

sabemos que tipo de habilidade da BNCC trouxe mais dificuldade e qual foi mais fácil para os alunos.

O terceiro objetivo da avaliação diagnóstica era ter material para uma devolutiva, porque a avaliação só tem sentido se direcionar um retorno para os professores e os alunos. E devolutiva de uma avaliação não é apenas publicar os resultados, mas fazer uma ação intencional, consequente, de intervenção. A partir do resultado, e dentro dos referenciais curriculares gaúchos e da BNCC, criamos um material pedagógico específico, chamado Aprende Mais, e um programa de recuperação e aceleração da aprendizagem em toda a rede.

Isso significou, primeiro, mudança até na matriz curricular, porque se detectou que os alunos precisavam de uma recuperação e aceleração de língua portuguesa e matemática com muito foco e robustez. Aumentamos em duas horas semanais as aulas de língua portuguesa e, em três horas semanais, as de matemática. Isso representou a necessidade de contratação de 4 mil novos professores e, a partir dessa admissão, foi feita formação para aplicar o programa de recuperação e aceleração.

Nem todo mundo tem completa tranquilidade em relação à avaliação. Muitos acreditam que ela vai ranquear, vai punir, o que não é a realidade. A avaliação é o melhor instrumento que existe para um professor conhecer o aluno, porque permite que detecte em que pontos o estudante está frágil no processo de aprendizagem. É importante esclarecer, também, que a devolução não é só a publicação dos resultados, mas ajudar os docentes a entender os dados e transformar esse conhecimento em intervenção pedagógica na sala de aula. Disparamos de um belo sistema de avaliação, uma produção enorme de números, de evidências, de gráficos, mas nem todo professor tem a cultura de saber transformar os dados em ação pedagógica. Em função disso, capacitamos os professores de língua portuguesa e de matemática com um curso de 90 horas de duração.

A participação dos estudantes do ensino fundamental na avaliação teve uma média de 72%, mas a do ensino médio foi baixa, 54 ou 55%. Nossa preocupação era saber se esse índice representava

alguma circunstância do dia ou se já era um sinal de evasão e abandono – o que se materializou, de forma muito clara, nas inscrições para o Enem. Em 2014, foram cerca de 473 mil alunos inscritos no Enem, enquanto em 2021, apenas 138 mil alunos. O sentimento de baixa autoestima, de fracasso, mesmo, e de potencial possibilidade de fracasso é nossa grande preocupação atualmente. Como vamos fazer o olho do aluno brilhar de novo e fazê-lo recuperar a confiança na própria capacidade?

Avaliação amostral

No segundo semestre de 2021, fizemos uma avaliação amostral. Qual é a diferença entre uma e outra? A avaliação diagnóstica, que reuniu 524 mil estudantes e nos apontou a manutenção ou ruptura do vínculo do aluno com a escola, teve uma aplicação bastante livre. O aluno podia fazer a prova digital ou presencial, em casa, na escola. O objetivo era pedagógico. Já a avaliação amostral mensurou as perdas de aprendizagem em números da escala do Saeb. É uma prova diferente e de aplicação bem rigorosa.

Mapeamos uma amostra bastante representativa do universo estudantil e a aplicamos em 500 escolas, distribuídas por todas as regiões do estado, nos pequenos municípios do interior e nas cidades de médio e de grande porte, porque a amostra precisa ter representatividade geográfica, socioeconômica, racial, de gênero. A aplicação da avaliação tem o mesmo rigor da prova do Ideb: as provas chegam num caminhão de segurança, são abertas na hora, feitas pelos alunos, recolhidas, trancadas novamente para serem encaminhadas a Juiz de Fora, onde são processadas.

O universo dessa amostra foi de 15 mil alunos do 5º ano, 15 mil alunos do 9º ano e 15 mil alunos do 3º ano do ensino médio, e a prova é obrigatoriamente presencial. Então, no final da avaliação amostral, o Caed vai analisar, processar e depois dar o retorno para vermos quais os caminhos devem ser trilhados.

Além da avaliação das perdas de aprendizagem do passado, que vai nos indicar os caminhos a seguir, estamos fazendo uma projeção de futuro. Pela primeira vez, será aplicado um questionário em que o aluno falará das condições em que viveu o ensino remoto. Que condições encontrou, o que aconteceu, houve alguma coisa interessante? De repente, podemos até detectar experiências de sucesso que podem ser replicadas.

Inovação e tecnologia

O Rio Grande do Sul tem tradição na área de tecnologia. Por exemplo, temos uma equipe de inovação e robótica com sucata que é premiada. Há pouco tempo, a Fundação Lego e a Fundação Lemann lançaram o programa chamado Rede de Escolas Criativas, em que foram selecionadas nove redes municipais e apenas uma estadual, que é a gaúcha. Com apoio do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e do BNDES, temos desde 2019 a rede Educação Gaúcha Conectada, que trabalha com a noção de território, ou seja, os núcleos tecnológicos estadual e municipal atuam juntos. Dentro desse programa, entregamos, no segundo semestre de 2021, uma série de ferramentas para 32 escolas estaduais e 31 municipais instalarem salas *makers*.

Temos discutido com os institutos federais de educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul e de Farroupilha e com a Universidade de Santa Maria a oferta de um curso de especialização em linguagem computacional para os professores de todas as áreas, até porque cultura digital é um dos projetos estratégicos do meu mandato até dezembro de 2022.

Afinal, 93% das aulas no Brasil durante a pandemia foram pelo WhatsApp. Não é preciso entender de educação para saber que educação no WhatsApp não se sustenta. Foi a emergência do momento. Temos de criar uma infraestrutura tecnológica, daí estarmos criando um centro de mídias nos moldes do Centro de Mídias de

São Paulo, que vai se chamar Centro Gaúcho de Educação Mediada por Tecnologia. E estamos criando, também, um Museu da Escola do Amanhã, em parceria com o Museu do Amanhã do Rio de Janeiro, que é uma projeção do que vai ser essa escola do amanhã, num ambiente interativo.

Volta às aulas

As aulas presenciais retornaram em agosto de 2021, na medida da capacidade de cada escola de manter o distanciamento de um metro entre os alunos. Das 2.377 escolas, pouco mais de cem ficaram fechadas inicialmente. Nessas, adotou-se o ensino híbrido síncrono, com a turma toda ao mesmo tempo. Para isso, todos os professores ganharam um *Chromebook* e as aulas acontecem no seguinte modelo: o professor dá a aula aos estudantes presentes mantendo seu *Chromebook* ligado sobre a mesa, com os alunos que estão em casa assistindo pela internet a mesma aula, na mesma hora, junto com os colegas presentes.

Principais aprendizados

Ao fazer o alinhamento estratégico, definindo nossas ações desde o segundo semestre de 2021 até dezembro de 2022, entrevistamos diretores de escola, coordenadores regionais, secretários de estado do governo, para saber como enxergavam a Secretaria de Educação. Esse diagnóstico mostrou que havia uma certa falta de conexão entre a Seduc, as coordenadorias regionais de educação e as escolas. A partir daí, nosso grande trabalho primário foi criar essa conexão, inicialmente com coisas simples, como a obrigatoriedade de reunião semanal com todos os diretores, todos os coordenadores regionais e, na medida do possível, os diretores de escola, até para anunciar e esclarecer medidas.

Acho que a comunicação foi a primeira dificuldade, o primeiro desafio: descobrir como fazer com que as ideias e os conceitos fossem recebidos e discutidos na ponta, para apoiar o aluno. Cada escola tem seu Facebook, cada escola tem seu YouTube, então exploramos também essa parte tecnológica.

A falta de equipamentos para os estudantes ainda é um desafio. Todos os professores ganharam um *Chromebook* e fizemos licitação para mais 100 mil *Chromebooks*, que serão distribuídos aos alunos. Vamos começar a distribuir aos alunos que fazem parte do cadastro de CadÚnico, que têm mais necessidade econômica.

Estamos em um momento de mudança. A escola não é mais o que era. Aquela escola criada há 200 anos, durante o Iluminismo, aquele modelo não vale mais para o Brasil. Embora a mudança seja a coisa mais permanente na história da humanidade, a característica mais marcante do ser humano parece ser a resistência à mudança. Então é preciso conciliar a necessidade de mudança com uma certa resistência.

A nova escola

Com os pioneiros da Escola Nova, nos anos 1930, no Brasil, já havia um embate entre o que chamamos de ensino tradicional, cujo foco é no professor e no ensino, e o ensino com as metodologias ativas, em que o foco é na aprendizagem e no aluno. Quando o foco deixa de ser no professor e no ensino e passa a ser no aluno e na aprendizagem, muda tudo. É outra perspectiva. Já naquela época, há quase cem anos, falava-se em metodologias ativas, em personalização do ensino. Foi quando primeiro se discutiu que cada aluno tem um ritmo diferente de aprendizagem, que eles não aprendem igual e que não tem sentido ter 30, 40 alunos numa turma, dar a mesma aula e achar que todos vão aprender do mesmo jeito. O professor tem de conhecer cada aluno, onde ele mora, o ambiente socioeconômico, o momento cognitivo que ele vive.

Ao longo do século XX, houve um embate entre essas duas abordagens, prevalecendo majoritariamente o foco do ensino, do professor, até porque era mais cômodo. Conheço professores que fizeram um plano de aula uma vez na vida e o usaram durante 20 anos, porque, quando a relação professor-aluno era muito assimétrica, havia uma hierarquia. O professor era a fonte de conhecimento, dava uma aula, o estudante ouvia a aula passivamente e aprendia ou não. O próprio professor falava: “Eu ensinei. O aluno não aprendeu porque não quis.” E sabemos que não é bem assim porque, se o aluno não aprendeu, é porque o professor não ensinou. Hoje, definitivamente, esse modelo acabou.

A nova escola que sai da pandemia é aquela em que o foco é no aluno, na aprendizagem, no ritmo diferente, na forma diferente. A partir do momento em que muda o conceito do que é educação e se entende que educação não é mais acúmulo de conhecimento, mas a capacidade de gerar perguntas, de avançar, de gerar inovação, de trabalhar coletivamente, muda tudo no papel do professor. O professor não é mais aquele que dá aula, mas o garantidor da aprendizagem do aluno.

Num momento de mudança profunda do perfil do docente, o que se espera de uma escola de formação de professores é que ela saiba que tipo de profissional deve ajudar a gerar: aquele que aprende junto com o aluno, que aprende com os pais, que cria uma comunidade de aprendizagem na escola, em que um ajuda o outro, até porque o trabalho colaborativo desperta curiosidade, criatividade, cooperação. É nesse sentido a criação da escola de formação de professores, a ser chamada de Centro de Desenvolvimento Profissional, que vai funcionar no prédio do Museu da Escola do Amanhã.

Base Nacional Curricular Comum

Quando a BNCC define as dez competências gerais, ela articula o cognitivo com o socioemocional em favor de uma educação integral. Uma educação integral não necessariamente em tempo integral, porque é possível ter uma educação integral em tempo parcial. A

educação integral da BNCC é aquela que se preocupa com todos os aspectos do ser humano, com a plenitude do ser humano nos aspectos intelectual, cultural, social, emocional, psicológico e espiritual.

A BNCC trouxe essa mudança, que foi um avanço, porque havia, no Brasil, essa dicotomia, essa separação. Quantas vezes ouvimos que a escola ensina matemática enquanto a família ensina a ter disciplina, a ser educado? E não é assim. O processo de educação é intrínseco, cognitivo e socioemocional.

Outro desafio enorme colocado pela BNCC é articular teoria e prática, considerando que a educação brasileira sempre foi muito teórica. Estudamos física, matemática, biologia completamente na decoreba, sem as experiências laboratoriais. A reforma do ensino médio preconiza que, quando você trabalha por área de conhecimento, e não apenas por disciplinas, o que acontece e que mecanismo de metodologia ativa ajuda o aluno a aprender? Por exemplo, quando se vai estudar energia, da área de conhecimento física-química-biologia, o professor de física fala de energia sob o aspecto da física, o professor de biologia fala sobre energia sob o aspecto da biologia, o professor de química, sob a visão da química; em seguida, os três propõem um trabalho em conjunto – o que chamamos de aprendizagem com base em projetos – e o aluno vai trabalhar. Ele, então, aprende energia sob o aspecto da aplicação prática, da vivência, e é quando ocorre o que chamamos de aprendizagem efetiva. Aprendizagem efetiva é aquela que é para a vida, que vale ao longo da vida. É aquela que o aluno aprende para a vida, e não para a prova. A prova, a avaliação é importante porque é símbolo do conhecimento que o aluno tem, mas nosso objetivo é preparar o aluno para a vida, que é complexa. Não adianta decoreba de algumas áreas, de alguns fatores, de alguns pontos, porque o que será exigido do aluno na vida será saber congregar, utilizar, aprender, desaprender, reaprender e criar, internalizar os conceitos que precisa para sua trajetória.

É aí que entra, profundamente, a questão das competências socioemocionais: o desenvolvimento da curiosidade, da criatividade, da colaboração, da resiliência, da empatia, tudo que é tão importante

no mundo e que, muitas vezes, é até mais importante para o sucesso do aluno na vida do que o conhecimento específico. Então vejo uma escola de formação de professores, neste momento, como sendo absolutamente essencial para discutir e avançar em todos esses novos conceitos, que agora definem o quadro legal, normativo no Brasil, que é a BNCC, a Base Nacional Comum Curricular.

Todo mundo fala em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, mas como é que se vive a interdisciplinaridade na prática, no dia a dia da escola? É muito difícil. Dei o exemplo da energia, mas a interdisciplinaridade não é óbvia, não é algo que todo mundo, de repente, aprende e sabe.

Formação de professores

Em agosto de 2021, começamos uma primeira devolutiva, já como resultado da avaliação: uma capacitação de 30 horas dada pelo Caed aos gestores escolares. Ofertamos também a formação para os professores de língua portuguesa e de matemática com material produzido com foco nas demandas reveladas pela avaliação diagnóstica. Desse modo, esperamos estar construindo, consolidando, formando uma nova cultura na escola, que é a cultura da avaliação como instrumento de conhecimento do aluno.

Entre outras coisas, portanto, a avaliação diagnóstica resultou na produção de material com base nos seus resultados, assim como a formação roteirizada do material do currículo gaúcho, das carências de aprendizagem detectadas pela avaliação diagnóstica, para ir de modo focal com atividades diferentes dentro da própria sala de aula. Como temos alunos com diferentes graus de desempenho, trabalhamos com metodologias ativas e metodologias específicas para níveis diferentes de estudantes dentro de uma sala de aula. É quase uma turma multisseriada.

Isso implica mudanças inclusive no tipo de carreira do professor. Precisamos de um docente com 40 horas de dedicação exclusiva na

escola, para ele poder estudar com os colegas, aprender junto, ter tempo para atendimento aos estudantes e suas famílias, principalmente no ensino médio, orientar a escolha dos itinerários, o projeto de vida. Daí a importância de uma escola de desenvolvimento profissional. E por que desenvolvimento profissional? Porque estamos falando de formação continuada. Só que o termo “formação continuada” já se consolidou como o seguinte caminho: a pessoa vai para a faculdade, faz a formação inicial, vai dar aula, faz uma formação continuada – geralmente traduzida por cursos, capacitação, especialização, um mestrado ou doutorado. Mas essa formação continuada muitas vezes acontece “em caixinhas”, sem ligação com o que o professor faz em sala de aula, ou sem vinculação entre si. O desenvolvimento profissional que estamos trabalhando é o projeto de vida do professor, do mesmo jeito que temos o projeto de vida do aluno. É um projeto de desenvolvimento profissional que se realiza ao longo da carreira. Do primeiro ao último dia, ele vai ter esses momentos de aprendizagem.

O desenvolvimento profissional que discutimos – e que espero que essa escola consolide – se realiza em diferentes momentos da carreira do docente e em diferentes formatos. Às vezes, participando de uma comunidade de aprendizagem, de uma roda de conversa, fazendo uma capacitação, cursando um mestrado, mas seguindo uma linha de formação que é vinculada aos resultados de aprendizagem do aluno em sala de aula. Não é um cursinho aqui e outro ali, para contar ponto, melhorar o salário. Tem de ter uma intencionalidade, uma coerência. Este é um conceito novo de formação continuada e que vai estimular a ideia do professor pesquisador da sala de aula, cuja grande pesquisa é o dia a dia da escola.

Vamos aproveitar que mapeamos as dificuldades do aluno para pesquisar por que ele tem essa dificuldade. Porque essa, também, é outra mudança. Quantos professores de matemática já não deram nota baixa ou até reprovaram aluno porque ele deu o problema, o aluno até acertou a resposta, mas seguiu um raciocínio completamente diferente daquele que tinha sido ensinado? O docente vira um professor pesquisador quando aproveita os erros do estudante

para entender e aumentar o saber educativo que a sala de aula, que é um verdadeiro laboratório, propicia. Então o professor pesquisador tem de aprender a pesquisar. Por que o aluno acha que $1/3$ é maior do que $1/2$? É porque o três é maior que dois? O que é que está acontecendo na cabeça dele quando comete esse tipo de equívoco? É preciso despertar o professor para a riqueza que ele tem na sala de aula para fazer pesquisas que enriqueçam seu desenvolvimento profissional e ajudem a todos. É assim que aumentamos o chamado saber educacional.

Aconteceu o mesmo na medicina. A medicina aumentou muito o saber clínico a partir do momento em que começou a usar consultórios, residência médica, doentes e pacientes para entender melhor as doenças. Por que entendemos muito mais de Covid hoje do que em março de 2020? Pela experiência do hospital. Aprendemos com os casos clínicos, como devemos aprender com os casos da sala de aula.

Educação com base em evidências

Uma linha de trabalho que defendo, e que a Escola de Formação e de Desenvolvimento Profissional vai discutir, é saber usar a evidência. Temos um conjunto de dados da avaliação diagnóstica, mas o professor não necessariamente sabe transformar aquilo em ação pedagógica. Assim que a avaliação amostral estiver pronta e tivermos seus resultados, vamos trabalhar intencionalmente esses dados para descobrir como convertê-los em ação.

O ano de 2021 é o último do Ideb nos moldes em que o índice foi concebido. Em função da BNCC e das mudanças ocorridas, tudo indica que vamos caminhar para uma avaliação nos moldes do Pisa. Temos discutido no Consed e no Conselho Nacional de Educação qual será o novo formato da avaliação com o ensino médio reformado. Como vamos avaliar a formação geral básica? Como avaliar os itinerários formativos? Há um consenso no sentido de que a formação geral básica do ensino médio tem de ser avaliada nos moldes do Pisa.

Queremos preparar a rede do Rio Grande do Sul para essa mudança na forma de avaliação e começamos, em 2021, com a parceria da Cesgranrio e da OCDE, a preparar 400 escolas para participar do Pisa. Faz parte do que chamamos de modernizar, de usar a evidência como melhoria da aprendizagem.

Tenho a convicção de que vamos sair da pandemia – como historicamente sempre aconteceu nas grandes crises – em um mundo novo, em uma escola nova. Em 2005, tive a honra e o privilégio de participar do aniversário da Universidade de Bolonha, que está com mais de 930 anos. O que mais me marcou foi o que ouvi do reitor naquela cerimônia. Ele falou: “A universidade é uma das três instituições mais antigas do mundo. Só o exército e a igreja são mais antigos do que a universidade. Mas, ao longo dessa história, poucas universidades, como a nossa, completam 800 anos, 900 anos, muitas outras que nasceram, já não existem hoje. E o que é que faz uma universidade permanecer? É a capacidade de antecipar o futuro e se preparar para ele.”

Isso se aplica não só à universidade, mas a qualquer instituição de ensino, inclusive de educação básica. Então, o que estamos vivendo neste momento é o desafio de anteciparmos o futuro e nos prepararmos para ele.

Rondônia

Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu

Em Rondônia, nenhum projeto da educação foi interrompido pela pandemia. A única mudança foi que o ensino presencial saiu de cena e entrou o ensino remoto. O ensino remoto deu trabalho, e começamos a trabalhar com material impresso na zona rural. Produzimos muito material. Chegamos a mandar duas, três carretas de caixas de papel para o interior e contratar as empresinhas de impressão gráfica no interior para atender às escolas. O sistema de transporte de alunos foi reduzido de tamanho, mas muitos municípios carregaram material impresso do estado e os kits merenda no transporte escolar, porque precisávamos chegar até o estudante.

Em 2019, resolvi romper com o sistema que existia em Rondônia. O Instituto de Educação emprestava um estúdio para a Secretaria Estadual de Educação, nas tardes de segunda a sexta-feira, para oferta de educação básica no campo. Entendi que aquilo não ajudava porque era inadequado, o estúdio não era profissionalizado, era preciso fazer algo maior e mais estruturado. Ainda em 2019, com a quebra de contrato com o IFE, contratei quatro grandes estúdios para nossa mediação tecnológica. Criei a Escola da Mediação Tecnológica, aparelhei os quatro estúdios com professores, preparei um prédio para abrigá-los. Quando a pandemia surgiu, já tínhamos a solução encaminhada. Gravamos aulas, soltamos no YouTube e mandamos via *offline* para alguns estudantes. Os pais pegavam a aula e as escolas as multiplicavam para os pais, via *pen-drive*, *tablet*, computador. Aquele que tinha acesso à internet assistia à aula no próprio computador, em tempo real. Agora estamos com um planejamento organizado e, em 2022, teremos sete estúdios da mediação tecnológica.

A tecnologia para garantir o direito à educação

A pandemia, de certa forma, obrigou o mundo inteiro a se reinventar. De imediato, descobrimos que não tínhamos internet em muitos lugares em que achávamos que tínhamos, que o sinal era muito fraco, e começamos uma briga com as empresas de telefonia para a oferta de um bom serviço. Em abril de 2020, o Ministério Público de Rondônia criou um Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação, o Gaepe, que foi de vital importância nessa briga. A partir da criação do Gaepe, os órgãos de controle passaram a se reunir e a acertar uma grande ação em prol da educação. Eles nos orientaram, deram dicas, mostraram a visão do órgão de controle, do promotor público de contas, do desembargador que julga as questões da educação, do juiz da Fazenda Pública, do defensor público, da Casa Civil do governo estadual, do Ministério Público estadual e federal. Conhecendo bem a situação, em vez de atacar a Secretaria de Educação, eles nos apoiaram e, de certa forma, nos guiaram, o que nos ajudou substancialmente.

O Ministério Público contratou o Instituto Articule, de São Paulo, para nortear as ações. Já imaginou um promotor público em cima de um caminhão do Corpo de Bombeiros com um megafone e chamando a sociedade para ir à escola, ou indo na televisão pedir para os alunos estudarem? Tive promotores dentro da Escola de Mediação Tecnológica mandando mensagem para o estado inteiro, dizendo: “Nós precisamos estar juntos. Você é importante, aluno!” Foi uma busca ativa e entramos nela de cabeça. Resultado: houve escolas em que recuperamos 100% dos estudantes. Tudo isso foi um trabalho conjunto de um estado – eu sempre gosto de usar um termo – estrebuchando para não perder para ele mesmo. Porque se cada um fosse trabalhar para o seu lado, íamos perder muito. Então, a gente avançou, crescemos muito juntos.

Em nenhum momento os órgãos de controle decidiram a respeito da ocasião correta para o retorno às aulas presenciais. Pelo contrário, disseram: “Vocês avaliam o momento e o governador determina a

hora de voltar.” Fiscalizaram, sim, as aquisições e se as escolas estavam preparadas ou não para receber os alunos na volta às aulas. Mas respeitaram o papel de cada um.

Manutenção do vínculo da escola com os estudantes

A manutenção do vínculo tem três aspectos. O primeiro, o rito oficial de todos os órgãos de controle estarem nos ajudando. O segundo foi o de sermos abraçados no estado inteiro para divulgar as ações da busca ativa. Em todo o interior do estado, onde eu chegava tinha abertura nos canais de televisão – exceto pelo canal da Globo, em Porto Velho. Esse foi o reforço da mídia. A terceira via foi que colocamos o sistema de orientação educacional das escolas para levantar quem estava e quem não estava indo às aulas. Nesse momento, investimos recurso em petróleo, para fazer com que o orientador educacional, a escola, a coordenadoria regional cedesse um carro para chegar aos alunos. Em muitos lugares, o diretor pegou o próprio carro e foi às escolas. Nossos diretores e nossos coordenadores regionais abraçaram a causa, o que foi muito importante no processo de busca ativa. E continuam correndo atrás, indo à casa do aluno, mandando recado, chamando o pai, ligando, procurando o menino que é vizinho. Eu diria que usamos uma estratégia de loja. Porque a loja, quando vende algo fiado para alguém, pega o telefone do vizinho, da vizinha, do amigo, o e-mail e tal. Então usamos essa estratégia, também, de pegar os telefones com os coleguinhas, de mandar recado, de ir atrás. Mas o apoio da televisão, dos órgãos de controle, do Corpo de Bombeiros, foi fundamental para manter o vínculo.

Gestão escolar e formação dos profissionais de educação

O Gaepe conscientizou todo mundo que a coordenação da gestão escolar no estado deveria ser da Secretaria Estadual de Educação.

A partir daí, chamei a gerência de formação para discutir regime de colaboração, arranjo de desenvolvimento da educação, conversamos bastante com a Undime e com vários secretários municipais de educação. Participei pessoalmente de umas cinco ou seis formações com diretores estaduais e municipais. E o regime de colaboração não foi só em termos de formação profissional. Álcool em gel, álcool líquido, máscara, enfim, material para o retorno das aulas, foi a Seduc que comprou com recurso do estado para entregar aos municípios. Estamos com reformas, por meio de convênios, com aproximadamente 40 dos 52 municípios de Rondônia. E estamos trabalhando para Rondônia. Esquece a bandeira política do prefeito A ou B, porque, nessa hora, o cidadão pertence ao município e ao estado.

Além disso, recebemos do governo de Rondônia, gratuitamente, a Cisco, uma plataforma que recebia mil pessoas acessando ao mesmo tempo. Utilizamos essa plataforma para realizar formações envolvendo grupos de mil pessoas, que passavam três horas por dia assistindo às aulas, se alternando de acordo com o tema. Tivemos problema com o sindicato de professores, que tentou dizer que não havia formação. Mas convidei os promotores públicos para entrarem nas formações, e eles comprovaram que elas estavam acontecendo, derrubando os argumentos do sindicato.

Houve formação, inclusive, para acolhimento de professores e alunos na volta às aulas presenciais. Temos uma gerência que só mexe com formação e que atendeu todo mundo, gestores, professores, coordenadores, num trabalho feito em todas as áreas de interesse da Secretaria.

Regime de colaboração

A pandemia intensificou o regime de colaboração entre o estado e os municípios. Primeiro, aconteceu uma mudança. Muitos prefeitos que não iriam disputar as eleições porque estavam no segundo mandato abandonaram a causa. Então os municípios ficaram um pouco à deriva

e o estado precisava ajudar. E ajudar também os novos prefeitos que tinham acabado de tomar posse e ainda estavam batendo a cabeça, para dirimir suas dúvidas, ajudá-los a corrigir as distorções. Houve gestores municipais da educação que receberam o município com o caixa estourado, sem ônibus escolar, sem nada. Então a Seduc remanejou mais de cem ônibus entre novos e usados da Secretaria para levar alunos da rede estadual e das redes municipais. O gestor não pode ver redes, ele tem de pensar em sistema. É o sistema de educação do estado de Rondônia que está funcionando.

O regime de colaboração foi tão fortalecido durante a pandemia que estamos adquirindo 20 furgõezinhos para carregamento de merenda escolar porque o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está com altas cobranças, determinando que a merenda escolar não pode ser transportada de forma precária. Então compramos, não para dar para os municípios grandes, porque eles têm recursos para comprar, mas para todos os municípios menores. O prefeito toma conta do caminhãozinho e atende às escolas das duas redes que estão no município. Isso é regime de colaboração.

Nos unimos à Universidade Federal de Rondônia (Unir) continuando em busca de soluções e, em 2021, a TV Brasil foi disponibilizada, no segundo semestre de 2021, o canal de televisão da TV Unir. A partir de 2022, teremos muito espaço tecnológico. São vitórias trazidas pelo processo de estratégias que descobrimos durante a pandemia, considerando que as redes de televisão têm obrigações contratuais federais, mas não atendem a elas. Ninguém vai botar seu canal de TV para trabalhar quatro horas de aula para estudante. E, também, as redes não têm raio de abrangência total do estado. Por isso fomos instalando via TV Brasil.

A Unir tem sete campi no estado. Se colocarmos estações nos sete campi, vamos atingir praticamente todo o estado. Isso não foi usado na pandemia, mas é um legado dela, que o serviço público vai deixar implantado para corrigir distorções que possam acontecer no futuro. Se tiver uma outra pandemia, nós teremos um canal de televisão como suporte.

Outro exemplo de regime de colaboração: nós tínhamos no estado 119 escolas com sala de atendimento educacional especializado (AEE). Agora compramos 60 salas de AEE, com a aparelhagem necessária, para entregar aos pequenos municípios, que também fazem atendimento educacional especializado. Se tiver um único estudante que precise desse cuidado especial, ele vai ser atendido.

Avaliação

O Conselho Estadual de Educação CEE/RO, que também participa do Gaepe, nos orientou a acompanhar a participação do estudante, a devolução dos exercícios e tudo mais, mas a não tabular para efeito de retenção as fraquezas que porventura fossem apresentadas. Crescemos muito, quebramos a ideia de professores que sentem prazer em reprovar e isso nos ajudou muito. Hoje nós temos, com certeza, uma população de professores que está com o coração bem mais aquebrantado, porque a pandemia mexeu com o professor. Porque o professor viu que a vida dele era do tamanho da vida do aluno, da do pai do aluno, e que ele estava sendo mantido em casa para proteção da sua vida.

Volta às aulas presenciais

Rondônia voltou com as aulas presenciais no dia 9 de agosto, com 25% dos alunos. E as aulas remotas continuaram. Um mês depois, já estávamos com cerca de 70% dos estudantes instalados. Esperamos 20 dias para ver se havia contaminação na escola. Felizmente, não houve nenhum caso de Covid nas instituições de ensino. Obviamente, diante disso, aumentamos substancialmente o número de estudantes no presencial. Aos poucos, as pessoas foram começando a ganhar confiança. Mas ainda tem cerca de 30% dos pais que são bastante temerosos e alguns chegam ao extremo da síndrome de pânico.

Na pandemia, muitas pessoas, inclusive do Ministério Público, compararam as ações das escolas particulares e das escolas públicas. Quando vi isso acontecer, tivemos que apresentar as justificativas demonstrando as diferenças, e argumentei: “Se andarmos o estado de Rondônia todo veremos que as escolas privadas não têm 50 professores ou funcionários com mais de 30 anos dentro da escola. Eles demitem, em rito sumário, quando sentem que o servidor já não está mais tão produtivo. No serviço público, as pessoas continuam a trabalhar e são valorizadas enquanto seres humanos. Temos de ter cuidado com elas.” Aí os órgãos de controle avançaram no entendimento da situação, o Ministério Público viu que a clientela era outra, que não havia como estabelecer essa comparação, essa simetria. Hoje, não se discute mais isso. Todos os envolvidos no Gaepe avançaram na compreensão do que é o sistema.

Estamos promovendo uma grande contratação, de quase 2 mil professores. Fazemos alternância entre os professores. Ou seja, quando um professor está no momento presencial, ele dá aula aos alunos que estão presentes na escola; ao mesmo tempo, outro professor está no momento remoto, atendendo os estudantes que estão no ensino remoto. Quando os professores que estavam no ensino presencial vão para o remoto, os do remoto vêm ao presencial. Com o mesmo estudante assistindo aula na escola e outra aula em casa. Quando ele vem todo dia para a escola, é ensino presencial. Quando ele só assiste em casa, é remoto. No início da volta às aulas, estava sendo assim, com turmas alternadas. Mas, atualmente, estão todos dentro da sala de aula.

Temos escolas em Rondônia que têm turmas de cem estudantes. E, quebrando todos os paradigmas que existem, que bom é turminha pequeninha e tal, o estudante adolescente de 3º ano do ensino médio gosta de engaleras. É bom que eles estejam engaleras. Mas isso gerava preocupação: será que o professor vai vencer a zoada? Ora, não tem de ter medo dessa coisa. O professor vai até a caixa de som, põe o microfone auricular e manda ver. Muitas salas já estão com 70, 80 alunos, cada. Temos muitas escolas em Rondônia com esse perfil.

Os principais aprendizados para garantir o direito à educação

Educação virou um tema com espaço em TV, o que não existia antes, o espaço que a educação tinha era apenas para o olhar pejorativo da mídia. Penso que os principais ganhos com a pandemia foram a aproximação com a mídia e a aproximação com os órgãos de controle. No dia em que tudo voltar ao normal, não sei se os órgãos de controle vão continuar parceiros como estão hoje.

A mídia tem seus próprios interesses. A Seduc e os municípios aproximaram-se bastante da mídia televisionada e radiofônica e penso que esse foi um ganho.

Outro legado foram os investimentos em tecnologia e em formação dos professores. Hoje, os professores, massivamente, montam suas aulas em slides, fazem a própria apresentação, movimentam o slide. E a Escola da Mediação continua ensinando muitos a trabalhar processos de inovações. Esse é o legado tecnológico. Só para dar uma ideia, revitalizamos quase 320 laboratórios de informática das escolas, que estavam meio sucateados. Agora, todos estão com máquinas novas, mais de cem já foram implantadas.

Mais um ganho foi o uso de plataforma, que estreitou o regime de colaboração. Em 2022, os alunos do 4º e do 5º ano das redes municipais que virão fazer o 6º ano na rede estadual vão receber um material de plataforma para usar nas suas casas. A plataforma fortalece o trabalho do docente porque já vem tudo trabalhado, escrito, filminho, vídeo, e o professor só se beneficia com isso. Daqui para a frente, a tecnologia, o ensino híbrido, nunca mais vão nos abandonar. Sempre ampliaremos cargas horárias a partir do ensino híbrido, o que é muito bom para nós.

A tecnologia é a coisa que mais cresceu e vejo isso como uma coisa muito boa. Sabe quando a tecnologia devia ter entrado na educação brasileira? No começo da década de 1980. Se não existisse a pandemia, tão cedo isso não ia acontecer, porque se estava sempre protelando essa decisão, empurrando com a barriga, investindo de forma errada. Agora todo mundo está correndo atrás do prejuízo.

Em Rondônia, agora, estamos adquirindo telas interativas, lousas digitais e outros equipamentos para o professor produzir material de qualidade. Já estamos buscando viabilizar isto porque, daqui para a frente, esse modelo de educação, com essa ferramenta poderosa que é a tecnologia da informação e da comunicação, nunca mais vai se afastar de nós. A não ser que haja algum secretário troglodita que ainda ache que o presencial puro, com língua e giz, possa resolver a educação brasileira.

A verdade é que, aqui no estado, atendemos com mediação tecnológica 7 mil estudantes na zona rural, em lugares onde o professor só pode chegar de helicóptero. E lá estão o aluninho com o *tablet* dele na mão, o professor com o *notebook* dele e a TV de 75, 80 polegadas, todos ligados na internet – e tudo funcionando bem.

Os principais desafios

Conseguimos aparelhar praticamente todas as escolas. Construimos 250 salas de aulas e estamos construindo também 30 auditórios grandes, para as aulas do 3º ano, que não podiam ser dadas porque não havia auditório nos municípios pequenos. Porque em auditório, se os alunos começarem a conversar muito alto, o professor levanta o volume do microfone e continua confortável, falando baixinho.

Ainda há localidade em que não tem internet, assim como ainda há estudante sem *tablet*, e nesse campo temos muitas barreiras, que estamos vencendo aos poucos. Mas temos consciência de que não conseguimos atingir 90% dos problemas que estavam diante de nós. Ainda há muito o que fazer, ainda tenho de tirar muitos contêineres do mato.

Roraima

Leila Perussolo

Com o advento da pandemia, que se alastrou rapidamente pelo mundo todo e pelo Brasil, os desafios das redes estaduais e municipais de educação não foram pequenos. Tínhamos planejado a execução, dentro da programação da educação básica, de um programa que consideramos importantíssimo para o desenvolvimento educacional: a implantação do novo ensino médio. Mas, em 2020, tivemos de interromper as nossas atividades dentro da normalidade e nos reinventarmos rapidamente. Saímos de um modelo que considerávamos a prática docente educativa – professor-aluno na sala de aula – para um novo modelo em que essa relação não se dava mais pessoalmente, mas por meio da internet.

O cenário das atividades de aprendizagem mudou completamente. Todo o planejamento precisou ser redimensionado para outra frente de trabalho, a aula remota, e nos debruçamos sobre a nova situação para refletir, entender o contexto de atividades remotas e pensar em como garantir que os nossos professores fossem preparados rapidamente para trabalhar com as ferramentas digitais.

O impacto da pandemia provocada pelo coronavírus foi imenso. Vai haver impacto nos índices educacionais assim como houve impacto no processo de aprendizado dos alunos, nas políticas de formação de professores e na organização da gestão das nossas escolas.

Manutenção do vínculo entre a escola e o aluno

No estado de Roraima interrompemos as aulas no dia 16 de março de 2020. Todos os alunos em casa, professor em casa, falta da tecnologia

assistiva, ausência de suporte de ferramentas digitais. E o que foi feito nesse período? Primeiro, um recesso de 15 dias. Antecipamos o recesso de julho para o mês de abril, e foi o tempo necessário para que a Secretaria de Educação estadual, juntamente com toda a rede, entrasse numa grande discussão sobre a forma de estudar e as possibilidades de manter o vínculo remoto com os alunos.

Em Roraima, pelas características de Região Norte, temos muita dificuldade de conectividade. A nossa rede é, ainda, muito frágil e há muitas escolas em áreas indígenas que não têm acesso à internet. Na verdade, os nossos quase 18 mil alunos das comunidades indígenas estão, desde março de 2020, somente com atendimento remoto por meio de apostila. Nós levamos e buscamos as apostilas e as entregamos aos professores. Ou seja, não houve vínculo direto nas comunidades indígenas entre professor e aluno mediado pelas tecnologias educacionais.

No interior, a situação é a mesma. Nos nossos municípios, temos vilas que não têm internet. E até na capital, mesmo com a internet, há um número significativo de alunos que utilizam o material didático impresso porque, em suas casas, só tem um celular ou apenas um computador.

Essa situação aumentou a demanda dos pais em relação aos seus planos de internet, o que impactou financeiramente a vida das famílias. Daí elas terem optado para que o vínculo do aluno com a escola fosse feito com material impresso. O que, conseqüentemente, impactou no poder público, aumentando os recursos dispendidos com a aquisição de uma quantidade maior de papel e com os custos de distribuição. Enfim, um conjunto de elementos que vão se juntando e tomando um vulto imprevisível.

Outro elemento foi a nova forma de atendimento, para a qual o governo não estava preparado. Essa forma tem repercussão na família e também no poder público, que possuía um orçamento para o total de máquinas instaladas nas escolas e precisou ampliar bastante o número desses equipamentos para dar conta de imprimir todo o material. E, ainda, ampliar a quantidade de aquisição de materiais para dar suporte às escolas com papel, com *tonner*.

Novo ensino médio

Há um esforço muito grande de todos os estados, das secretarias estaduais de educação para, dentro da sua condição de trabalho e da sua equipe técnica, dar continuidade aos estudos e à elaboração dos currículos do novo ensino médio. Em Roraima, avançamos ao conseguir que as equipes das secretarias de educação entendessem a lógica e a concepção do novo ensino médio, que estão mais compreendidas pela sociedade. Há uma demanda e um interesse muito grandes dos nossos alunos de entenderem isso na prática. Ou seja, de saber como é sair de um modelo disciplinar para um modelo por área do conhecimento.

Como é que o aluno com 15, 16, 17 anos, em plena fase de descobertas, consegue se inserir dentro da escola com uma atuação mais atuante e não passiva, apenas de receber? É uma questão a ser pensada porque o estudante do ensino médio passa, agora, a fazer parte de um mundo em que ele vai ter a possibilidade de escolher seu itinerário formativo.

Essa mudança é fundamental e obriga a escola a trabalhar com o aluno uma outra forma de relação, de orientação; de advertir o aluno sobre sua responsabilidade na tomada de decisão a respeito daquilo que ele está fazendo, de chamar o aluno para olhar o futuro, descobrir qual é o caminho, qual é a trajetória que ele vai seguir. Ou seja, a escola deve ajudar o aluno a buscar, dentro da área do conhecimento, aquilo que tem em seu projeto de vida, o seu protagonismo, mas alertando-o para a responsabilidade e o comprometimento decorrentes das suas decisões, das suas escolhas.

Quando a gente fala no novo ensino médio, parece tudo muito fácil. Mas quando pensamos em tudo o que isso implica, na reorganização das escolas, na reorganização do currículo e do planejamento escolar, no comportamento dos professores, na nossa forma de nos relacionar dentro da escola com o aluno e também com os conteúdos curriculares, com os objetivos da aprendizagem, vemos que estamos lidando com uma mudança de ideário pedagógico. E quando falamos

de mudança de ideário pedagógico não estamos nos referindo à teoria, mas a aliar o que estamos pensando, o que propomos, o que está escrito e normatizado pelas leis, pelas resoluções dos conselhos e transformar tudo isso em uma vivência, com coragem de avaliar, coragem de monitorar e coragem de ter clareza dos avanços que vão sendo feitos e das dificuldades que vão sendo enfrentadas nesse novo desenho do ensino médio.

Evasão

Um desafio que temos pela frente em relação ao ensino médio refere-se à evasão. Quando se compara a taxa de saída do 9º ano e a taxa de matrícula no ensino médio, verifica-se que a entrada no médio é muito menor do que a de concluintes do fundamental. Esse é um dos motivos pelos quais tanto se fala da premente necessidade de tornar o ensino médio atrativo. Precisamos apresentar o novo ensino médio aos alunos do 9º ano para que eles comecem a pensar e até ter vivências com os colegas que estão no médio. Dessa maneira, acredito que poderemos romper um primeiro desafio, que é diminuir a defasagem entre a quantidade de alunos que saem do ensino fundamental e a matrícula na etapa posterior.

Outro ponto é quando ele já está matriculado no ensino médio. O curso tem de ser atrativo, dinâmico e fazer com que o estudante se sinta pertencendo à escola, àquele projeto de curso, sentir que é ouvido, respeitado. Muito importante, ainda, é ele compreender o que é ser protagonista do seu processo de aprendizado e ter responsabilidade pelas escolhas que faz. Um terceiro ponto a ser considerado é a equidade de matrícula, a equidade de permanência e o sucesso escolar.

Estamos falando de três pontos que fazem parte do Plano Nacional de Educação, que são o acesso, a permanência na escola e o sucesso. Quando se fala de acesso, as pessoas acham que acesso é na alfabetização, na educação infantil, mas não. Acesso é o direito de matrícula na escola em qualquer ano ou etapa escolar e permanência é todo o

trabalho didático, que precisa ser remodelado, redesenhado. O que envolve a própria reorganização da escola, em termos de infraestrutura. Porque quando se fala em aumentar a carga horária diária, está se falando que o aluno vai ficar mais tempo na escola e, para isso acontecer, as condições da escola têm de ser outras: é preciso, por exemplo, ter um banheiro onde ele possa tomar banho, porque o calor na Região Norte é imenso. Questões como essas impactam também na organização do acesso, permanência e sucesso escolar, que são palavras-chaves do Plano Nacional e que estão colocadas também no Plano Estadual e nos planos municipais de educação.

Plano Estadual de Educação

Roraima elaborou seu Plano Estadual de Educação em 2015, que se tornou a Lei nº 1.008/2015. No entanto, o monitoramento do plano não está sendo feito a cada dois anos. No final de 2018, foi instituída uma comissão para monitorar o plano no período 2019-2020, mas essa foi outra ação impactada pela pandemia e que não teve execução.

Atualmente, a Seed tem uma equipe que está trabalhando para verificar o alcance dos índices educacionais do estado, o que foi impactado pela pandemia, a elevação da taxa de matrícula, os índices do Ideb, a política de formação e analisar se será possível criar estratégias para reverter os maus resultados. Porém, temos um grande problema decorrente da falta de monitoramento do plano a cada dois anos, que é a ausência total de parâmetros anteriores. Temos um plano, temos as previsões que foram feitas, os indicadores – que estão abaixo das previsões – de taxa de matrícula, de Ideb, da própria política de formação, da política de ensino superior, mas não temos os dados de antes. Só sabemos que temos um déficit que vai impactar no Plano Nacional de Educação porque quando o estado ou o município não consegue cumprir o que estava proposto no seu plano, isso impacta no não cumprimento, também, do Plano Nacional.

Regime de colaboração

Temos um trabalho de parceria muito fortalecido em nível nacional por meio do Consed e da Undime, que têm pactuado a agenda da aprendizagem de forma compartilhada, têm buscado trazer para o cenário brasileiro um trabalho de discussão coletiva, de pactuações, em que estado e município possam se responsabilizar pela educação brasileira sem tirar a autonomia e a responsabilidade de cada ente federativo. Em termos nacionais, por conseguinte, avançamos muito no conjunto da organização.

Em Roraima não tem sido diferente. Desde 2019 temos a possibilidade de fortalecer o regime de colaboração estado-município. A BNCC ajudou nessa aproximação. Um dos avanços foi colocar na mesma mesa de discussão, de cenários, de pactuação, o entendimento de que a educação é única e que a bandeira do estado e dos municípios precisa ser a bandeira da educação.

O documento curricular do ensino fundamental e educação infantil de Roraima foi construído e pactuado com a Undime, e temos um documento curricular único. Em Roraima, somos 15 municípios e apenas a capital, Boa Vista, não entrou nessa pactuação. Mas o estado e 14 municípios construíram o documento curricular único, o que nos coloca numa mesa de diálogo, numa mesa de reflexão, numa mesa de compartilhar, de trazer as nossas evidências, sejam elas positivas ou negativas, os nossos problemas, para que estado e municípios dialoguem. Isso é um avanço.

Em Roraima, o ensino médio é responsabilidade do estado. No entanto, o documento curricular do ensino médio foi discutido com os redatores do documento curricular da educação infantil e do ensino fundamental, para que pudéssemos dar sequência ao que chamamos de progressão. Houve, desse modo, uma discussão da qual participaram as pessoas envolvidas na construção do documento curricular do ensino fundamental. Isso fez com que o do ensino médio fosse construído de uma forma que possibilitasse essa transição, da saída do ensino fundamental para a entrada no ensino médio,

dentro dos objetivos de aprendizagem das áreas do conhecimento e dos itinerários formativos.

Ao longo da elaboração desse documento, membros do Conselho Estadual de Educação estiveram presentes nos debates e participaram da audiência pública que discutiu o assunto. Também ouvimos especialistas com análises críticas, que apresentaram muitas ponderações e, a partir delas, fizemos ajustes, porque consideramos importante o que foi colocado. A Seed se colocou numa postura de abertura e flexibilidade para essa construção porque entendemos que não queremos apenas ter um documento com palavras e objetivos bonitos. Queremos que ele se torne uma vivência, uma prática, um exercício diário, que traga mudança de comportamento, de atitude e de todo o ideário pedagógico, porque, realmente, é uma mudança de ideário pedagógico.

Formação dos professores

Um dos grandes impactos da pandemia foi o processo de condução das formações de professores. Pactuadas com a Undime e via Conselho Nacional de Educação, realizamos em 2019 diversas formações que contribuíram para fortalecer o currículo da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Com a pandemia, o cenário mudou radicalmente. Em questão de 40 dias, houve uma crescente aceleração da pandemia, com muitos óbitos, o que começou a impactar a vida das pessoas, levando a um isolamento social ao qual não estávamos acostumados.

Na frente voltada às formações que eu liderava no Consed, foi colocada para o colegiado a necessidade de redirecionarmos nossa atuação, suspendendo as formações para a BNCC e dando prioridade ao que o momento estava exigindo, que era trabalhar as competências socioemocionais para que professores e gestores soubessem lidar com as dificuldades do momento e com o acolhimento dos alunos na volta à escola. Trabalhamos todo o ano de 2020 com as

competências socioemocionais que fazem parte das competências docentes que estão no documento da formação docente e com as competências socioemocionais que fazem parte das competências da educação básica.

Em 2020, também investimos fortemente na formação para a utilização das ferramentas digitais na educação, porque os nossos professores não dominavam essa tecnologia. Realizamos vários cursos para habilitá-los a usar o Zoom e o Meet, gravar uma aula e para que eles pudessem, efetivamente, contar com a tecnologia como mediadora do processo de ensino remoto.

Entrando em 2022, que é o ano norteador, o ano parâmetro para a implantação do novo ensino médio, retomamos uma caminhada que nos dá condições de discutir com mais segurança o ensino médio. Se quiséssemos fazer isso antes, o professor podia argumentar que era um absurdo querermos discutir o ensino médio se ele não conseguia sequer dar aula remota para seus alunos porque não sabia lidar com as ferramentas digitais.

Há estados que já conseguiram avançar em várias estratégias de formação na perspectiva de implementação do novo ensino médio, e outros não. Mas nenhum estado ficou parado, nenhuma rede estadual ficou sem fazer algo. Uns estão ainda trabalhando o documento curricular, fazendo um esforço para concluí-lo; outros estão promovendo audiências públicas ou encaminharam seus documentos para os respectivos conselhos; há, ainda, aqueles que já estão trabalhando nos itinerários formativos, nas suas várias possibilidades, na análise de conjuntura local, nos arranjos produtivos, nas parcerias, nos diálogos com os institutos, com as universidades, com o Sistema S, com o Sebrae, para considerar a gama de possibilidades que podem ofertar nos itinerários formativos e no quinto itinerário, que é a educação profissional.

Volta às aulas

Começamos a volta às aulas em 20 de setembro de 2021 com o ensino médio e o 3º segmento da educação de jovens e adultos. Esse foi o público selecionado, em razão da cobertura vacinal do público e dos professores. Ensino híbrido: certos dias, o aluno tem aulas na escola e certos dias, em casa, com atividades orientadas. As turmas foram divididas para se manter o distanciamento mínimo de um metro entre uma carteira e outra. O ensino híbrido trouxe um impacto também para o professor, porque ele atende alunos em aula presencial e em aula com atividades remotas. A rede passou a ter aluno presencial, aluno híbrido e aluno com 100% da carga horária remota.

Planejamos detalhadamente o retorno gradual do ensino fundamental. Começamos, inicialmente, com as turmas do 9º ano e temos uma preocupação especial com as turmas do 6º e do 9º ano, que são submetidas ao Saeb, o sistema nacional de avaliação da educação básica. Na semana que antecede a volta às escolas, fizemos uma programação de preparação, de organização do cronograma de horário de aula de professores, de acolhimento e reunião com os pais. Permitimos que os pais se sentissem à vontade para levar ou não os filhos para a escola. Porém, foi importante mostrar às famílias que as escolas estavam preparadas, com todos os insumos necessários para um retorno seguro, dentro das exigências dos protocolos sanitários.

Nas comunidades indígenas, com uma população de 18 mil alunos matriculados do 1º ano do fundamental até o ensino médio e a educação de jovens e adultos, não foi possível voltar logo com os estudantes do ensino médio porque a vacinação das crianças de 12 a 17 anos das comunidades indígenas demorou a ser realizada.

Busca ativa

Em 2020, tivemos de fazer busca ativa, porque muitos alunos se mudaram. Quando a pandemia ficou muito forte no município de

Boa Vista, muitos pais se instalaram com a família em outro município. Nessa mudança, eles foram em outras escolas, falaram que o filho estava matriculado em Boa Vista, mas morava agora naquele município e queria receber o material didático daquela cidade. Isso foi autorizado pela Seed. Com o tempo, não conseguimos localizar muitas famílias e passamos a nos dedicar à busca ativa, fazendo chamamentos na rádio e indo em residências para descobrir onde estava o aluno que saiu de uma escola e não apareceu matriculado em nenhuma outra.

A/o rádio na pandemia

Quando percebemos que nossos alunos estavam mudando de cidade, indo para o interior, que tínhamos de entregar material didático, criamos um programa chamado Ondas do Saber, via rádio. Na primeira discussão com um grupo de professores sobre esse projeto, alguém disse que usar rádio era o mesmo que retroceder. Evidentemente, não era retroceder, mas utilizar um meio de comunicação que permitiria que nós alcançássemos os 18 mil alunos que estão em comunidades indígenas e que não têm internet. E nós temos uma emissora de rádio, que é a única que chega em qualquer cantinho do estado de Roraima.

Começamos a gravar os programas chamando os docentes, que foram se engajando. Fomos aprimorando a forma do *podcast*, a forma de falar, e esse movimento se tornou significativo porque terminamos conquistando o professor da capital, do interior, das comunidades indígenas. E, aos poucos, os professores fizeram suas gravações como se estivessem na sala de aula, falando com o aluno. Um deles sempre dizia: “Sou o professor tal, quero aqui mandar meu abraço, estou com saudade de você, Pedro, Maria...” Ele falava os nomes de forma geral, se dirigia a todos os Pedros, todas as Marias. E o Pedro, o João, a Maria, mesmo não sendo alunos desse professor, sentiam que havia uma ligação entre ele e o professor, o que foi criando um vínculo.

Com o tempo aprimoramos as edições. No início, fazíamos as gravações e soltávamos as aulas sem sequência. Depois de uns quatro meses de aula, avaliamos o trabalho e concluimos que o melhor seria fazer o programa com uma sequência didática, com aulas demarcadas. A partir dessa decisão, os professores se envolveram ainda mais, ficaram mais participativos.

Temos relatos de famílias em que todos paravam para ouvir a aula porque, como o aluno ia ouvir, quem estava na casa também ouvia. Com pandemia ou sem pandemia, já instituímos que o Ondas do Saber é um programa que terá continuidade. Os próprios professores que, no início, foram resistentes passaram a gravar aulas e agora acham o programa importante porque consegue chegar na ponta, consegue alcançar todos os nossos alunos.

Os principais aprendizados

Um grande aprendizado é algo que mobiliza todos os outros. Acredito que a pandemia trouxe para a educação o engajamento e o comprometimento, considerando que saúde e educação foram as áreas mais impactadas com a crise sanitária. A educação trabalha com um conhecimento a longo prazo e mostrou sua força, sua garra durante esse período.

Outro aprendizado foi a capacidade que os professores têm de superar desafios. Dormir com aula, acordar sem aula. Dormir preparando aula para estar na escola no outro dia; e dizer que não tem aula, mas que você precisa, em 15 dias, dar aula para seu aluno que está em casa. Essa capacidade de aprender, de reconstruir, saiu fortalecida na educação brasileira.

Também ficou evidenciada a confiança que o professor tem no estudante. Ele acredita no seu aluno de uma maneira bem forte. Apesar das imensas dificuldades enfrentadas pelos jovens, o professor não perdeu a crença na capacidade do seu aluno de vencer desafios.

As famílias foram outro ponto de aprendizado. Os pais assumiram de forma muito firme um papel que não era deles. Mas eles estavam ali e iam à escola buscar material, iam à escola pedir ajuda aos diretores e professores para que lhe explicassem um conteúdo para que o transmitissem ao filho, muitas coisas nesse sentido aconteceram. Então, de repente, vimos na pandemia o pai muito presente na escola, pai assistindo aula com o filho porque queria dar o exemplo, queria auxiliar o filho. Isso aconteceu muito: o cenário da casa se transformando em escola e a casa do professor se tornando a sala de aula.

Esse engajamento, esse envolvimento, a capacidade de reaprender, de a família ser mais participativa, fez com que a educação se mantivesse presente o tempo todo na sociedade, resguardando principalmente o princípio da vida.

A pandemia também deu oportunidade para que se manifestasse a nossa capacidade de criar. Antecipamos algo que estava batendo à nossa porta, que é o domínio das tecnologias, das ferramentas digitais, mas que sofria muita resistência. Porém, quando o professor não se viu mais diante do quadro-negro e sem a possibilidade de usar o giz, ele teve de aprender a se apropriar das ferramentas digitais por saber que elas é que possibilitariam que ele mantivesse o contato, o diálogo com seu aluno, que tanto precisava naquele momento.

Santa Catarina

Luiz Fernando Vampiro

Iniciamos as aulas em Santa Catarina, no sistema híbrido, em 18 de fevereiro de 2021. Naquele momento de grave crise pandêmica, em que tínhamos pacientes na fila de espera da UTI, continuamos com as aulas sem suspender as atividades presenciais. E chegamos ao final de 2021 com 100% de presença nas salas de aula em que há espaçamento de um metro entre as carteiras. Mais importante, temos a união de todas as redes de educação. Isto foi possível porque criamos o PlanCon-Edu, um documento elaborado a partir de 2020 e aperfeiçoado ao longo de 2021, com a participação de 14 entidades lideradas pelas secretarias estaduais da Educação e da Saúde, que discutiram todos os termos de regramento em relação à contingência e às ações que cada unidade escolar deveria tomar acerca de uma suspeita de Covid-19. Foi um regramento com dezenas de páginas, incluindo desde a creche até o ensino superior, referente aos 295 municípios catarinenses.

O que isso significa? Que quando há uma suspeita de Covid-19 em uma escola pequena em Abelardo Luz, ou em uma escola maior em Joinville ou Florianópolis, seja ela privada ou pública, estadual ou municipal, o procedimento da Vigilância Sanitária e dos gestores é o mesmo. Essa medida fez com que houvesse uma união da educação catarinense, o que nos permitiu avançar muito.

Começamos as aulas, portanto, em 18 de fevereiro e, a partir de 5 de março, ficamos realmente preocupados porque começou a haver suspeitas de Covid-19 nas escolas e iniciaram os afastamentos. Só que não havia uma ferramenta para mensurar como o coronavírus estava se comportando nos ambientes escolares. Por isso criamos um painel de *Business Intelligence* (BI) sobre a Covid-19, um dos primeiros

painéis sobre o assunto em implantação no Brasil. Todos os dias, os gestores escolares tinham até 17 horas para fazer o monitoramento de todas as 1.064 escolas da rede, informando o número de pessoas com suspeita de Covid e a quantidade de alunos e/ou professores faltosos, considerados suspeitos. Com o tempo, os dados foram refinados e, ao final do primeiro semestre, havia um percentual muito baixo de contaminados. Este número sempre esteve abaixo de 1% entre os professores e nunca chegou acima de 0,2% em relação aos alunos.

Também antecipamos a vacinação em Santa Catarina, não apenas dos grupos prioritários, mas dos professores e trabalhadores da educação. Só aqueles com comorbidades com atestado é que ficaram em casa. Inclusive os profissionais com comorbidade já vacinados voltaram às unidades escolares. Santa Catarina foi precursora em relação ao sistema presencial de aulas no Brasil.

Tecnologia e inovação

Logo no início da suspensão das atividades presenciais, a Secretaria identificou como ferramenta de acesso e de interação entre professores e alunos o Google Sala de Aula. Até então, não era uma ferramenta disseminada na rede. Em 15 dias, a equipe se apropriou do Google Sala de Aula, organizou o processo educacional e começou uma formação a distância com todos os 40 mil servidores da rede. Em um mês, houve mais de um milhão de visualizações dos cursos síncronos e assíncronos produzidos para que os professores pudessem se apropriar da ferramenta, para trabalhá-la do ponto de vista pedagógico a fim de que o processo educacional acontecesse. Em 15 dias, a Secretaria criou um sistema de ensino, incorporou uma tecnologia e, ao longo de 2020, qualificou o trabalho do professor e o processo de avaliação.

O saldo da pandemia para o processo educacional foi o início da incorporação por docentes e estudantes da competência 5 estabelecida na BNCC, que é a apropriação e o uso de tecnologias digitais para que professores e alunos possam ampliar o seu repertório educacional.

Todo o trabalho educativo em 2020 foi em sistema remoto. Em 2021, tínhamos o desafio de implementar as ações educacionais presenciais. Organizamos, apresentamos e iniciamos nosso planejamento sustentado na premissa da atividade presencial. As famílias tinham a opção pelo sistema remoto. Para não afetar as atividades presenciais, contratamos novos professores para atuar especificamente no sistema remoto, ao mesmo tempo que, durante o primeiro semestre de 2021, havia a possibilidade de os alunos irem todos os dias presencialmente à escola, quando a estrutura física permitia.

Em torno de 70% da nossa rede trabalhou numa modelagem híbrida: uma semana, o aluno ficava em casa; a semana seguinte, na escola. E cerca de 30% dos nossos estudantes ficaram totalmente no ensino remoto, mediados pelas escolas-polo. Nas duas formas, a tecnologia foi necessária para mediar o processo de aprendizado. Ela trouxe uma revolução, ao mesmo tempo que trouxe novas necessidades, como acelerar o processo de levar a cultura digital para o pedagógico e de incrementar os equipamentos tecnológicos das escolas.

Investimento em tecnologia

Muitos investimentos foram feitos pelo governo estadual para que a internet pudesse estar na escola, mas também pudesse estar disponível aos alunos e professores a fim de que pudessem acessar o Google Sala de Aula e outras ferramentas digitais em seus dispositivos móveis.

Além disso, adquirimos notebooks para os professores efetivos da rede e equipamos as escolas com computadores, tablets e lousas digitais, de forma que as novas tecnologias estivessem presentes nas unidades de ensino. Para que, no futuro, possamos ter uma escola com atividades escolares presenciais, mas também mediadas por tecnologia; para aproximarmos cada vez mais o trabalho educacional das novas necessidades do mundo contemporâneo; para acelerar o processo de pesquisa, de investigação pelos estudantes, e para que a fonte de informação para os alunos seja ampliada.

Liderança, comunicação e engajamento dos profissionais da educação

Antes da pandemia, a comunicação com a rede era muito ancorada no envio de e-mails e no encaminhamento de alguma ação informativa presencial. Mas, a partir de 19 de março de 2020, foi necessário ter uma comunicação direta com a rede. Isso inclui 36 regionais e 1.064 escolas, a partir de uma comunicação mediada por tecnologia, com reuniões virtuais com coordenadores regionais, equipes técnicas e gestores escolares.

A pandemia contribuiu para a reorganização do processo de comunicação com as escolas, em tempo real e mobilizando toda a equipe. Desta maneira, foi possível fazer muitas formações envolvendo os professores e as equipes gestoras. A secretaria organizou, ainda em 2020, um seminário internacional de educação, envolvendo toda a rede, para tratar exatamente da educação durante e pós-pandemia e dos legados da educação deste período. Em outro momento, não conseguiríamos mobilizar a participação presencial de toda a rede num evento dessa envergadura. Assim ocorreu com todas as ações relacionadas à implementação do PlanCon-Edu, das estratégias para o retorno presencial e para o atendimento do ensino remoto. Ou seja, tudo isso só foi possível num curto espaço de tempo porque a educação incorporou as tecnologias de informação e comunicação ao processo de gestão.

Outra ação importante foi patrocinar internet para o aluno. A partir do momento que ele acessa o Google Sala de Aula e nossas plataformas educacionais, pode ficar 24 horas na internet sem gastar o próprio plano de telefonia. Quem paga este consumo é o estado de Santa Catarina.

Regime de colaboração

Formamos um comitê de retorno às aulas, sob a liderança da Secretaria de Estado da Educação, com a assessoria técnica da Secretaria de Estado

da Saúde e o envolvimento de vários órgãos, como Ministério Público, Tribunal de Contas, Undime, Federação Catarinense de Municípios (Fecam), sindicatos e Defesa Civil. Como todos estavam participando juntos do processo, depois das discussões dos comitês temáticos, quando uma decisão era tomada, todos estavam cientes que teria de ser respeitada. Se tivéssemos permanecido isolados no processo, talvez o sucesso da educação em Santa Catarina não fosse tão grande.

Ainda houve um momento, durante a pandemia, em que estávamos com cerca de 270 escolas fechadas em virtude de decretos municipais. Articulamos, com o Ministério Público, uma conversa a partir da qual os promotores fizeram notificações aos prefeitos. Em menos de dez dias, conseguimos reabrir todas as unidades escolares que estavam fechadas por decretos municipais. Se não existisse o comitê de retorno às aulas, se o Ministério Público não estivesse dentro do comitê e acompanhasse toda a discussão, talvez ainda tivéssemos permanecido até o segundo semestre de 2021 com as escolas sem funcionar.

O novo ensino médio e a construção dos itinerários formativos

O processo de implantação do novo ensino médio foi iniciado em 2020, com uma pilotagem em 120 escolas em Santa Catarina, já trazendo para a matriz curricular a oferta do projeto de vida e dos componentes curriculares eletivos. Ao longo daquele ano, por meio de encontros *on-line*, trabalhamos com mais de 250 professores, com consultores de universidades, além de toda a equipe pró-BNCC, e entregamos ao Conselho Estadual de Educação o currículo base do ensino médio para o território catarinense. Nele estão integrados os documentos que tratam da formação geral básica e do portfólio das trilhas de aprofundamento e dos componentes curriculares eletivos.

Em 2021, também por meio de atividades *on-line*, organizamos a formação da nossa equipe técnica, da nossa equipe gestora e de

docentes para implementarmos a partir de 2022 o Novo Ensino Médio nas 711 escolas de ensino médio de Santa Catarina. O Plano de Implementação do Novo Ensino Médio foi entregue ao MEC em setembro de 2021, sendo que Santa Catarina foi o primeiro estado a fazer essa entrega. Por isso fomos bastante procurados por outros estados para compartilhar nossa experiência e socializar nosso processo de construção.

É importante salientar que esse documento foi elaborado com a participação de 483 professores da rede. Eles foram responsáveis pela estruturação do documento, levantando as especificidades de cada região. Temos, em Santa Catarina, um oeste muito agrícola, o Vale do Itajaí com muita tecnologia, o litoral com muito turismo, e os componentes eletivos curriculares respeitaram essa tradição para encaminhar a certificação primária profissional do jovem a um ambiente de trabalho que a sua região pudesse absorver. O documento, portanto, está efetivamente conectado com o mundo do trabalho de cada localidade catarinense.

Principais aprendizados da pandemia

A importância e a necessidade do diálogo, como o proposto com as 14 instituições que participaram ativamente da construção do PlanCon-Edu, cada um sob uma ótica, mas trabalhando de modo colaborativo para superação da crise sanitária, é evidente. O diálogo foi um legado da pandemia e tem fortalecido as ações do Sistema Estadual do Ensino em Santa Catarina.

Outro grande aprendizado foi a incorporação efetiva da tecnologia como recurso para a gestão e o tratamento pedagógico dos conteúdos. A pandemia vai passar, mas esse aprendizado vai ficar. É claro que precisamos qualificar, cada vez mais, esse processo, mas, sem dúvida, é outro benefício.

Outra percepção aguçada nesse período, em que a BNCC traz a educação ancorada na perspectiva da educação integral, é a de que a

escola não pode olhar apenas para conteúdos curriculares, para o desenvolvimento cognitivo, mas precisa olhar o sujeito de forma integral e desenvolver as habilidades socioemocionais. Só quem desenvolveu muita resiliência, o aprendizado do trabalho coletivo, o cooperativo e quem esteve focado na resolução de problemas conseguiu atravessar a pandemia e implementar um novo modelo educacional.

Tratar do desenvolvimento integral do sujeito durante a pandemia, olhar o professor e o estudante integralmente, foi uma postura fortalecida por quê? Porque todos tivemos de lidar com perdas, com luto, e as escolas precisavam trazer isso para a sala de aula e ter isso como conteúdo escolar para poder apoiar professores e estudantes. Essa era uma tendência educacional que se fortaleceu neste período.

Outro aprendizado foi o fortalecimento de um trabalho em rede, uma vez que as escolas não estavam isoladas, cada uma procurando apenas sua alternativa local. Elas estavam amparadas por uma liderança, por um encaminhamento para a rede, com diretrizes claras e suporte para toda a rede.

2022

Para 2022, teremos 711 escolas com o novo ensino médio implantado. O governo catarinense está fazendo um investimento bilionário na qualificação dos ambientes para receber espaços makers e laboratórios, além da qualificação dos profissionais da educação. Só que o novo ensino médio irá competir com o mercado de trabalho, pela especificidade do estado de Santa Catarina. Por exemplo, um estudante de Chapecó – onde o agronegócio é muito forte – pode, no contraturno, trabalhar em vez de estudar. Enquanto isso, o novo ensino médio aumenta a carga horária da presença do aluno na unidade escolar. Ou seja, em termos de horário, vamos competir com o estágio ou o emprego informal.

Em função disso, o governo estadual criou a bolsa estudante – não só para cessar o abandono e a evasão escolar, mas também para

preparar esse novo momento de maior tempo do aluno na escola. Nossa bolsa estudante é a maior do Brasil: são R\$ 568 por mês, por aluno, durante 11 meses, totalizando R\$ 6.250. Naturalmente, há condições para que o aluno possa aderir à bolsa, como assiduidade de, no mínimo, 75%. Mas quando este aluno se formar, estará com uma certificação primária, inclusive técnica, para seguir adiante em relação ao ensino superior, ou ainda entrar no mercado de trabalho ganhando mais, em virtude de ter uma qualificação técnica.

Cuidados sanitários na rede escolar

Em 2022, pelo nosso planejamento estratégico, as aulas serão 100% presenciais, com a flexibilização do distanciamento social em sala de aula. Na verdade, em Santa Catarina, já avançamos tanto que, nas unidades escolares, não existe mais aferição de temperatura. Para isso, iremos criar ações de reforço à ventilação das salas de aula e demais ambientes escolares. E iremos manter o painel de BI com o monitoramento dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19 nas escolas, contando com o apoio dos gestores escolares. Sabemos que a escola não é imune à Covid-19, mas com essas medidas queremos mantê-la como um ambiente seguro para o estudo dos alunos e trabalho dos professores.

São Paulo

Rossieli Soares

O 13 de março de 2020 foi o dia em que o coronavírus se tornou próprio do estado, ou seja, passou a ter transmissão local no estado de São Paulo. Com isso, as aulas foram suspensas. Numa reunião com o governador João Doria, com o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, com o então prefeito Bruno Covas e com os secretários estadual e municipal de Saúde, decidiu-se a suspensão gradual das atividades escolares. Era uma sexta-feira, e as famílias não tinham como se organizar até a segunda-feira para saber com quem deixar as crianças. A decisão, em vista disso, não foi de interromper bruscamente, mas avisar que, a partir de segunda-feira, quem pudesse ficar com o filho em casa, que ficasse; mas quem precisasse que a escola estivesse aberta, enquanto se organizava para ver com quem deixar a criança, podia contar com isso. Porque as pessoas não sabiam se podiam deixar com o avô, com a avó... Então, muitos jovens e crianças ainda frequentaram a escola na semana seguinte, enquanto a família se organizava.

No dia seguinte, durante todo o sábado, fizemos uma série de reuniões e decidimos várias coisas para, na segunda-feira de manhã, passar as determinações a todos os profissionais da educação. Numa primeira onda, pedimos que os professores organizassem materiais didáticos para que os alunos pudessem continuar as atividades em casa. A primeira determinação, portanto, foi a de que ninguém ficaria parado e os alunos, durante essa semana, precisavam levar atividades para os dias seguintes. As primeiras atividades foram, todas, organizadas pelos professores durante esta primeira semana de paralisação gradual. Assim, eles tiveram tempo de organizar, de conversar com as famílias presencialmente para passar as primeiras orientações,

explicar o que estava acontecendo e como seria a comunicação entre a escola, a família e os estudantes.

Ainda naquele sábado, 14 de março, tiramos do papel o Centro de Mídias de São Paulo e colocamos Dados Patrocinados, que acabou virando parâmetro para o Brasil. Resolvemos fazer materiais próprios para a pandemia e comprar livros e materiais, como o material orientador impresso. Foi importante fazer tudo isso logo no primeiro dia porque, em duas semanas, realizamos o primeiro teste de funcionamento do Centro de Mídias, lançado oficialmente em 3 de abril de 2020. Antecipamos todos os recessos, mas com o Centro de Mídias funcionando, com aulas de reforço e preparatório para o Enem, porque aproveitamos esse período para testar e preparar certas ações. Imprimimos todos os materiais, compramos os livros e os entregamos nas escolas para elas começarem a distribuição ainda em abril.

No dia 8 de abril, lançamos o programa de alimentação Merenda em Casa e pagamos a primeira parcela. Então, em menos de um mês, já tínhamos dado uma série de respostas em várias dimensões, entre elas alimentação, material pedagógico, sistema estruturado e tudo mais. Em fins de abril, promovemos uma semana preparatória para os professores, de formação para utilizar sistema, aprender a como fazer educação a distância. Desse modo, em pouco mais de 30 dias, conseguimos estruturar as principais respostas, que foram sendo aprimoradas ao longo do tempo.

A visão de que o processo seria longo

São Paulo teve a visão de que a pandemia não seria um processo de curta duração. Na reunião do dia 13 de março, já estimamos que o problema seria longo, duraria um bom tempo, e trabalhamos com a perspectiva de um retorno apenas a partir do segundo semestre. Era uma especulação, mas levamos esse cenário a sério e estruturamos todas as respostas considerando esse horizonte. Avançamos muito mais rápido do que a maioria dos estados, montamos uma estrutura

muito aceleradamente, assim como o processo de retorno às aulas presenciais também foi muito veloz.

Os projetos mais prejudicados e os prioritários

Procuramos interromper o menor número possível de projetos. Os projetos e programas mudaram um pouco de trajetória, alguns, talvez de velocidade. O mais interrompido foi o que era mais importante naquele momento: o de uma nova carreira dos profissionais da educação no estado de São Paulo, que iríamos apresentar exatamente em março para a Assembleia Legislativa.

Logo em seguida, veio a Lei Complementar nº 173, de 20 de março de 2020, a lei federal que impede qualquer tipo de reajuste, alteração ou criação de carreira no serviço público. Com isso, a questão da nova carreira dos professores ficou sobrestada.

Inovação e tecnologia

A Secretaria de Educação tinha uma cultura de transmissão via YouTube para reunir diretores de escolas, mas não era uma coisa estruturada, com interatividade. Então, o Centro de Mídias de São Paulo saiu do papel do zero. Fizemos um chamamento público, encontramos parceiros privados, foram feitas diversas doações, o que foi muito importante porque deu velocidade à sua implementação.

Ao criar o Centro de Mídias, na verdade estávamos estabelecendo uma estratégia para manter o vínculo com o estudante. Em abril de 2020, São Paulo já estava com um canal de televisão no ar, porque o aluno que não tivesse acesso à internet poderia acompanhar as aulas por TV já que, segundo os dados, 98% dos lares de São Paulo têm um aparelho de televisão.

Em 2018, como ministro da Educação, criei no MEC o Centro Nacional de Mídias, que foi um teste para produção e divulgação de

aulas por aplicativo, por celular, com internet patrocinada para os estudantes. Em novembro de 2018, fizemos um teste com participação de 20 estados que foi bem interessante. Quando veio a pandemia, eu já tinha uma experiência importante nessa área e, graças a isso, conseguimos implementar muito rapidamente a educação a distância, usando celular e aplicativo.

Como também sabíamos que havia estudantes que não poderiam se conectar pela TV nem pelo aplicativo, mobilizamos os professores para que fizessem contato constante com os alunos via WhatsApp, via ligação telefônica, desde cedo fazendo busca ativa, indo à casa deles.

Manutenção do vínculo escola-estudante

Além da TV, do aplicativo e do patrocínio de dados pela Secretaria de Educação, tivemos outras iniciativas para manter o vínculo entre a escola e o estudante. Para a entrega dos materiais didáticos adquiridos ou elaborados pela Secretaria de Educação, mobilizamos a Polícia Militar e tivemos muita ajuda da sociedade. Tinha *motoboy* que se prontificava a doar algumas horas para a educação entregando material. Foi uma mobilização muito grande e muito bonita.

Quando lançamos o programa Merenda em Casa, houve uma correria no país porque praticamente todos os estados vieram nos perguntar como estávamos fazendo, que recurso estávamos usando para isso. Porque havia muita dúvida se teríamos dinheiro ou não para honrar os compromissos, já que houve uma queda de arrecadação muito brusca no Brasil no início da pandemia. O Merenda em Casa foi importante também para manter o vínculo especialmente com os alunos que mais precisavam.

Todas essas estratégias foram um trabalho de permanência, de manutenção da relação entre a escola e o aluno. Uma coisa que consideramos importante para a manutenção desse vínculo foi a decisão de o estado de São Paulo não fazer aprovação automática no final de 2020. O aluno e as famílias foram devidamente informados que, se

o estudante não entregasse as atividades, seria reprovado no final do ano. É óbvio que demos oportunidade, já em janeiro de 2021, para que todos passassem de ano, com recuperação presencial na escola para quem não tivesse entregado as atividades. Pagamos professores para trabalharem em janeiro, fazendo recuperação para 150 mil estudantes.

O novo modelo do ensino médio

Talvez uma das decisões mais importantes tomadas pelo estado de São Paulo tenha sido a de não interromper nem parar nenhum dos processos que tínhamos pela frente. Isto ocorreu porque entendemos que, se ficassemos parados, iríamos perder um ano ou dois anos de gestão, o que seria desastroso. Quando começamos a desconfiar que a pandemia ia invadir o ano de 2021, ficou ainda mais importante continuarmos com todos os processos porque, como 2022 é um ano eleitoral, não se fazem grandes mudanças num ano eleitoral.

Nessa perspectiva, prosseguimos com a implementação do novo ensino médio. Grande parte da discussão sobre o novo modelo de ensino médio já tinha sido feita, mas faltava a fase das audiências públicas, que aconteceu, mas de forma diferente da prevista inicialmente. O que estava planejado para ser presencial se tornou digital, o que terminou alcançando mais pessoas. E o Conselho Estadual de Educação aprovou o novo currículo para o ensino médio promovendo debates e discussões, inclusive potencializando essas discussões com as novas ferramentas digitais.

Aprovado o novo currículo, e de olho na importância do novo ensino médio, já implementamos o quinto itinerário, que está sendo oferecido em mais de 400 escolas.

O combate à evasão escolar

Em dado momento da pandemia, sentimos a necessidade de fornecer uma bolsa ao estudante como forma de combater a evasão escolar. Criamos a Bolsa do Povo Estudante, que é um programa geral, voltado especialmente ao estudante do ensino médio que precisa trabalhar. A partir de setembro de 2021, a Secretaria passou a pagar R\$ 1 mil por ano para o aluno que voltasse a estudar presencialmente. É mais um incentivo ao retorno e à permanência na escola.

Essa bolsa tem um potencial de atração muito grande aos jovens, porque eles estão muito participativos no processo de construção do novo ensino médio. Mas há jovens que têm uma realidade de vida muito difícil e, como complemento para a manutenção do vínculo, a Bolsa do Povo Estudante tem sido importante.

Avaliação

Estruturamos um processo de avaliação, tanto presencial quanto digital, para fazer o acompanhamento dos estudantes. Hoje temos uma avaliação processual muito estruturada dentro da Secretaria, feita em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, pela qual, a cada 15 a 20 dias, o aluno faz os exames e acompanhamos o seu nível em cada uma das habilidades do currículo. Obviamente, adaptamos o currículo para o tempo de pandemia, focando nas habilidades mais essenciais, e também adaptamos as avaliações. Mas é importante destacar que o único estado que fez uma avaliação presencial no primeiro semestre de 2021 foi São Paulo, utilizando uma amostra bastante grande para conhecer o impacto da pandemia na aprendizagem.

A avaliação revelou resultados muito preocupantes em termos de perda de aprendizagem. Por exemplo, mostrou que os alunos de matemática do 5º ano do ensino fundamental estão com 46 pontos a menos do que estavam em 2019. Ou seja, retroagimos décadas em

relação aos resultados. Como a avaliação foi feita no início do ano, tínhamos um ano pela frente para recuperar as perdas. Obviamente, um crescimento de 46 pontos em um ano jamais aconteceu. Mas se pegarmos os resultados do Saeb e do Saresp, que é a avaliação de São Paulo, iremos constatar um crescimento de seis, oito pontos por média, por edição, o que foi considerável.

Como o governo federal não funciona, parou, trocou presidente do Inep e fez não sei o que, e, nitidamente, apresentou um atraso muito grande nessa discussão. Decidimos fazer as novas avaliações – que estamos chamando de avaliações do futuro – no estado de São Paulo. E estamos discutindo a entrada das universidades paulistas neste processo.

Por outro lado, o próprio Saresp passou a ter outra metodologia a partir de 2021, com a inclusão das competências socioemocionais no processo de avaliação. Também estamos fazendo avaliação da língua inglesa já que, a partir de 2022, passamos a oferecer inglês do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, atingindo mais de 650 mil alunos

A volta às aulas presenciais

A volta às atividades presenciais ocorreu em 8 de setembro e, no mês seguinte, começamos com as aulas curriculares do ensino médio. Até o final de 2021, cerca de 3 mil escolas estavam com atividades presenciais.

Em janeiro de 2022, houve a recuperação, total e exclusivamente presencial, para os alunos que não entregaram nenhuma atividade durante o ano anterior. Muitos deles não entregaram porque não se adaptaram à educação a distância. Foram 150 mil estudantes atendidos presencialmente no mês de janeiro, durante as férias. E tivemos um decreto de essencialidade pelo qual a escola, no estado de São Paulo, não fecha, independentemente do nível da pandemia.

Mesmo no momento mais difícil, em março de 2021, as escolas não fecharam, ainda que diminuísse o fluxo de alunos e ficassem

só aqueles que mais precisavam, que não tinham o que comer em casa, que não tinham equipamento para estudar. A partir de um determinado momento, passamos a não ter mais limite de percentual de presença. Passamos a trabalhar apenas com a exigência de distanciamento de um metro entre os alunos. A partir daí, cada escola faz o seu planejamento. É uma forma de rodízio importante e com um nível de presença muito maior.

Vacinação dos professores

O estado de São Paulo foi um dos que mais brigou por isso e foi o primeiro a vacinar professores, no Brasil, no dia 10 de abril de 2021. É importante registrar isso porque essa ação teve um impacto muito grande para a volta às atividades presenciais. O governo federal ainda não tinha começado a vacinação e decidimos bancar essa briga aqui, vacinando os profissionais de 47 anos ou mais em 10 de abril. Em maio, os professores com comorbidades começaram a ser vacinados e, em junho, todos os demais já tinham recebido a primeira dose, o que é um indicador bastante relevante.

Os principais aprendizados

O professor entendeu como utilizar a tecnologia na educação, perdeu o medo de que a tecnologia o substituísse. Esse foi o grande aprendizado. Todos entenderam que a tecnologia não pode estar fora do processo educacional, mas também que o professor é insubstituível. Então, em qualquer hipótese, na educação presencial, na educação básica, ele é insubstituível. Mas também é possível usar a tecnologia para dar algo a mais para o estudante.

Avançamos 100% em termos de salas com o kit do Centro de Mídias, com televisão, computador e tudo mais. Todos os professores podem utilizar o Centro de Mídias dentro da sala de aula como um

suporte, seja para transmitir, seja para receber transmissão e conteúdo. Fizemos investimento de R\$ 1,5 bilhão em compra de equipamentos, além dos notebooks que adquirimos

Avançamos mais na compreensão de todo o processo de educação mediada pela tecnologia. Percebemos que, quando havia um professor que entendia um pouco mais de tecnologia e ajudava os demais, a participação aumentava, tanto a de professores quanto a de alunos. Isso nos fez criar, durante a pandemia, uma nova função na escola, o professor de apoio à tecnologia, conhecido como Protec. Contratamos quase 7 mil professores para ficarem exclusivamente dando suporte aos estudantes e aos colegas em tudo o que está relacionado à tecnologia. Porque o professor tinha de ficar auxiliando o aluno que não estava conseguindo fazer login, ou não sabia lidar com as ferramentas ou com programas do computador. Terminava que o estudante acabava se perdendo e o professor, também. Ao ter essa outra figura, que também é um professor, proporcionamos auxílio tanto ao estudante quanto ao docente. Para se ter uma ideia, saltamos de 1 milhão e 900 mil alunos conectados na plataforma do Centro de Mídias para 3 milhões e 50 mil alunos conectados somente com a utilização dessa figura.

Esse foi outro aprendizado – e o que eu quero dizer com isso? Que quanto mais uso tecnologia, mais preciso de pessoas. A organização do tempo de formação dos professores é toda baseada, hoje, no Centro de Mídias.

Outro aprendizado foi a criação do programa Além da Escola, de educação em tempo integral, com o aluno indo para a escola presencialmente e parte do tempo fazendo atividades por meio do mundo digital. Estamos avançando com esse conceito e com o conceito de *dual teaching*, de dois professores para uma turma, de tutoria digital, de acompanhamento e monitoria dos estudantes. Isso vai permitir fazer a inclusão de milhares, milhões de alunos na educação integral no estado de São Paulo.

O reconhecimento do valor do professor

Alguns estados se destacaram na luta pelo retorno às aulas, e São Paulo certamente está entre eles. Porque um grande, enorme aprendizado ocorreu com a sociedade e com as famílias, que aprenderam a valorizar mais a educação e o papel do professor.

A discussão sobre a volta às aulas presenciais é fundamental porque, se não considerarmos a educação como algo efetivamente essencial, não vamos conseguir manter a sociedade olhando para a educação com o olhar correto, com o olhar necessário à valorização do professor.

Sergipe

Josué Modesto

Assim como ocorreu em todo o Brasil, a pandemia da Covid-19 atingiu negativamente diversos projetos que o governo de Sergipe estava desenvolvendo na área da educação. Mas o mais prejudicado foi a estratégia de melhoria do desempenho educacional. Mesmo se comparado a outros estados do Nordeste, Sergipe não apresenta uma boa trajetória de desempenho educacional. Desde o início da série de avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), iniciada em 2013, o estado teve um comportamento errático, bastante inferior às expectativas de desempenho projetadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep.

A partir de 2015, Sergipe apresentou uma pequena reação, que se repetiu em 2017. Entre os anos de 2017 e 2019, houve uma boa recuperação, mas ainda bem abaixo do esperado. A expectativa era de que, em 2021, haveria um bom desempenho, mas a pandemia provocou um problema gravíssimo para a educação: como houve um ano e meio de afastamento das atividades presenciais, não é possível esperar bons resultados quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é o último Ideb desta série e vai ser produzido a partir do Saeb de 2021. Mas este é um desafio para todo o país. Aliás, de certa forma, para todo o mundo.

Diante desse quadro, a expectativa passou a ser de retrocesso, porque a adaptação de alunos e professores ao ensino remoto, ao ensino virtual, é difícil, principalmente em larga escala. Poucas escolas tiveram a possibilidade de se adaptarem rapidamente e os estudantes têm dificuldade de absorção, de acesso, de apoio. Acredito que a principal frustração é o estado não ter conseguido avançar

na implementação de um conjunto de medidas focadas na ideia de melhoria da qualidade do ensino na rede estadual e nas redes municipais, em regime de colaboração.

Inicialmente, pensava-se que a Covid-19 seria controlada rapidamente, a exemplo do que se sabia na época: o caso da China, que, em três meses, conteve a pandemia. Ninguém havia traçado um horizonte tão duradouro de interrupção de atividades. Com a intenção de garantir alguns direitos da educação dos estudantes e planejar um calendário factível, inicialmente foram antecipadas as férias dos professores. Para minimizar prejuízos, os recessos foram antecipados e as atividades não presenciais complementares foram definidas como não obrigatórias, visando a obter a adesão dos professores das escolas. No entanto, a Secretaria de Educação teve de enfrentar um momento extremamente tenso, porque havia uma resistência dos professores e sindicatos, que argumentavam que o ensino remoto era inerentemente promotor da inequidade da educação – argumento abandonado totalmente quando, no segundo semestre de 2021, ao se decidir pela volta às aulas presenciais, esses mesmos professores e sindicatos passaram a defender o ensino remoto até a vacinação de todos os alunos.

Na época, início de 2020, Sergipe estava em situação muito incipiente em termos de meios digitais, educação remota, educação a distância. Foram assinados convênios com os estados do Amazonas e do Piauí e o material didático começou a ser disponibilizado pela televisão, o site da Secretaria de Educação foi organizado, assim como o acesso à internet. Embora esta iniciativa tenha gerado uma grande oposição por parte dos professores, a resistência diminuiu após a regulamentação do ensino não presencial pelo Conselho Nacional de Educação, quando o Conselho Estadual de Educação do Sergipe também regulamentou as atividades remotas como atividade obrigatória, contando como carga horária e em termos de flexibilização de dias letivos. Só então foi possível começar o processo de implementação do ensino remoto, também com muita resistência.

Os desafios trazidos pela pandemia

A experiência sergipana mostra que foi muito difícil manter os vínculos da escola com os alunos durante a pandemia – e esse foi um dos grandes desafios enfrentados no estado. Algumas escolas tiveram algum sucesso, o que dependeu principalmente da capacidade de reação das equipes do corpo docente, mas, também, das características das comunidades. Porém as dificuldades a serem enfrentadas foram muitas.

Primeiramente, em função da não aceitação de atividades remotas pelos sindicatos, com o argumento de que os alunos não teriam acesso ao site da Secretaria de Educação – que disponibilizaria conteúdos –, nem aos programas de TV, porque a TV Educativa não atingia, necessariamente, todo o estado. Mesmo depois de o estado contratar um canal desdobrado de TV comercial, que tem maior abrangência, utilizar programas de rádio e passar a distribuir material impresso, a resistência foi grande. Em praticamente todas as comarcas do estado foram movidas ações judiciais contra o governo, com a argumentação de que a Secretaria estava disseminando o vírus SARS-CoV-2 a partir da distribuição de material impresso, não obstante os procedimentos para distribuição terem sido aprovados pela Vigilância Sanitária.

Se há dificuldade em fazer conexão digital com os estudantes, se é igualmente difícil fazer conexão por meio da distribuição de material, o contato entre a escola e os alunos vai sendo perdido. É preciso ressaltar que, com o tempo, boa parte das escolas manteve a conexão, apesar da oposição, utilizando tanto os meios digitais disponíveis quanto o material impresso.

Por outro lado, o agravamento das condições econômicas impediu várias famílias de encaminharem seus filhos para a escola. Muitas crianças foram à procura de atividades para complementar a renda da família. Enfim, o desemprego, a desestruturação da economia, especialmente da economia informal, de serviços, do comércio informal ou formal contribuiu para que os vínculos com a escola fossem perdidos. Avaliações diagnósticas realizadas no estado demonstraram que a perda educacional foi imensa.

Há décadas o Brasil tenta conectar as escolas à internet com boa velocidade etc. Além das escolas, é preciso conectar comunidades, cidades e bairros. Mas a melhoria da infraestrutura de telecomunicações e de acesso à internet não aconteceu e, surpreendentemente, o Ministério da Educação não fez nenhum movimento no sentido de acelerar os programas que tratavam de garantir a conexão das escolas com a rede mundial de computadores. A ação de coordenação que o MEC deveria exercer não existiu – o que foi uma grande lacuna. Teria sido muito importante, em todos os sentidos, que o país tivesse aproveitado a pandemia para melhorar a infraestrutura de internet.

Financiamento da educação

Em 2020, havia um risco de colapso no financiamento da educação, na medida em que era esperada uma queda acentuada na arrecadação nos estados, que é a base do Fundeb. Na época, nos círculos vinculados à educação, havia cenários de queda de 30% na arrecadação do ICMS. Além disso, o mecanismo emergencial de auxílio aos estados e aos municípios era de aporte direto, sem passar pela vinculação, o que deixou a educação desprotegida. Ao mesmo tempo que havia dúvidas quanto ao pagamento dos salários dos professores, dos profissionais, também se imaginava que haveria expansão de despesa em educação conectada e maior dispêndio para a alimentação escolar, por exemplo. O que se verificou, na prática, foi que a economia passou a viver uma retomada e a arrecadação começou a se recuperar. O não funcionamento presencial das escolas levou à redução de custos em transporte escolar, manutenção escolar, energia elétrica, contas de custeio, água, luz, vigia, material de consumo, de expediente. Ao contrário do que parecia inicialmente, o problema de financiamento não foi muito grave para as escolas e as secretarias. Mas foi grave porque ficaram sem solução os problemas e os investimentos que estavam além das secretarias e do sistema educacional.

O governo federal continuou repassando o recurso da alimentação escolar, com ou sem aula. Alguns estados foram mais ousados, usaram a alimentação escolar como programa efetivo de assistência social, para prover e continuar mantendo a alimentação para os alunos. Já outros tiveram dificuldades, não criaram o cartão eletrônico para transferir o recurso diretamente às famílias e ficaram na forma convencional de distribuição de gêneros na escola. A diminuição de despesa pelo fechamento das escolas não foi acompanhada, na mesma proporção, pela expansão do gasto em educação conectada, em investimentos, em manutenção e reforma das escolas. Desse modo, em 2021, alguns estados e municípios terão dificuldade de chegar aos 25% obrigatórios de despesa com a educação, por causa da não retomada plena das atividades educacionais presenciais.

Gestão escolar

Em Sergipe, foi uma decisão política do governador anunciar, em seu programa de governo, que a educação seria tratada como política de estado. Até então, a prática, vinda de tempos imemoriais, era que os cargos da Secretaria de Educação, das diretorias regionais e das escolas seriam preenchidos a partir de indicação política. Era um requinte de loteamento político. As forças políticas espalhadas geograficamente indicavam quem seria o diretor da escola, quem seria o coordenador etc. Esse método criava um gravíssimo problema: os professores não reconheciam a direção escolar como legítima, porque quem ascendia ao cargo por indicação política não era o colega mais habilitado, mais qualificado ou mais engajado, o mais comprometido com a escola, mas aquele que tinha um padrinho. Como não existiam critérios objetivos e tudo era determinado por conveniência e arranjos, havia um problema de descrédito na educação – o que pode ser um componente importante para explicar o baixo desempenho de Sergipe nas avaliações do Saeb. Na medida em que a escola não tinha um propósito, a Secretaria não tinha um

propósito muito claro nem muito objetivo em relação à melhoria dos indicadores da educação, à gestão por resultados. Era mais um servir a projetos políticos partidários.

Ao assumir, o governador autorizou a implementação do que estava no seu programa de governo: elaborar a seleção para os cargos de diretores regionais da educação, sendo os diretores regionais convidados a apresentar um diagnóstico da educação local e uma proposta de melhoria escolar. Em seguida, os diretores de escola foram selecionados pelos mesmos critérios: processo seletivo e apresentação de programa. Portanto, o modelo de seleção para nomeação dos diretores foi avaliação de currículo e de proposta; e designação, pelo governador, do melhor classificado. E, a partir da nomeação, implementou-se um processo de formação continuada para os diretores.

Liderança, comunicação e engajamento

É possível afirmar que os diretores de escola são os verdadeiros líderes da comunidade escolar porque é lá, no chão da escola, onde tudo acontece. A Secretaria e as diretorias regionais traçam políticas, projetos, tentam mobilizar recursos, equacionar os problemas, mas a educação acontece na escola. Quem lidera é o diretor, a diretora da escola. E há uma vastíssima literatura revelando que a diferença crucial entre escolas no mesmo bairro, na mesma cidade, com infraestrutura semelhante, corpo docente com as mesmas características, tendo uma escola um excelente resultado e a outra, um resultado sofrível, a diferença está no diretor, na equipe diretiva.

Ao adotar um critério de seleção baseado em projeto, em currículo, em competência para nomear os diretores escolares, o governo de Sergipe mudou de patamar. A partir daí, para a comunidade, especialmente para os professores e os técnicos, os diretores regionais e os diretores de escola passaram a ser reconhecidos pela capacidade e por terem apresentado projetos que foram selecionados como os

melhores. Estão comprometidos com apresentar resultado, em melhorar os índices de aprendizado dos estudantes.

Até então, a pauta quase única da questão educacional no Sergipe não era a qualidade da educação, mas o piso salarial docente. A questão educacional se resumia, aparentemente, aos baixos salários dos professores e, portanto, só podia ser resolvida com o aumento de salário dos professores. Apesar de os seus professores não estarem entre os que têm menores salários no país – nem no setor público, nas redes estaduais e municipais, nem nas escolas privadas –, o estado ainda não está cumprindo a meta do Plano Nacional de Educação, de equalizar o vencimento dos professores ao dos demais profissionais de nível superior. Ainda está longe dessa meta, mas não longe demais.

O estado chegou a um patamar em que não apenas o nível salarial, mas principalmente uma gestão não muito boa da disponibilidade de recursos humanos, especialmente dos docentes, elevava muito os custos e comprometia a própria manutenção e capacidade de investimento na rede. E isso estava comprometido, definitivamente: tanto a manutenção das escolas, das atividades mais comezinhas, como pagar a conta da energia elétrica, pagar o transporte escolar e os provedores de internet. Todo e qualquer investimento na educação, em Sergipe, dependia de aporte do governo federal. É impossível ter uma educação de qualidade, mesmo pagando salários razoáveis ou que atendam às expectativas, sem capacidade de manutenção das escolas e de investimentos para a qualificação.

Diante desse quadro, como comunicar à sociedade que é preciso valorizar o professor, porém é igualmente necessário preservar recursos da educação para custear adequadamente a escola e guardar uma certa capacidade de investimento para aprimorá-la? A solução encontrada foi a austeridade. Por exemplo, não mais alugar prédios luxuosos para atividades administrativas e, ostensivamente, passar mais recursos diretamente para execução pelas escolas. Faz parte da estratégia de comunicação da Secretaria de Educação dizer que os recursos devem ser direcionados de forma privilegiada às atividades, à manutenção das escolas, à extensão de programas que a Secretaria

há muito tempo não executava, como permitir que as escolas comprem kit de material escolar para distribuir aos estudantes, melhorar a alimentação escolar e ter recursos próprios na conta bancária do conselho escolar para fazer as manutenções que considera mais urgentes e os investimentos mais necessários: comprar o computador que precisa, a impressora que precisa, o *datashow* que precisa.

O regime de colaboração na pandemia

A educação sergipana tem história e tem trajetória, que devem ser respeitadas. Mas o estado vinha se omitindo na questão de entender a obrigatoriedade do regime de colaboração. A colaboração não é uma discricionariedade do estado: eu vou colaborar ou não vou colaborar com os municípios? Não. Tem de ter colaboração porque senão o sistema não funciona. Como todos os estados, Sergipe tem municípios com uma capacidade de arrecadação maior, com redes já mais estruturadas, mais estabilizadas, e tem municípios bem pobres, pequenos, sem arrecadação ou praticamente nenhuma atividade de arrecadação própria, e que gerenciam redes de escolas precárias. Então é crucial que o estado tenha clareza de que não pode se responsabilizar apenas pelas escolas estaduais. Ele tem de olhar para a realidade e tentar formular políticas mais abrangentes, que envolvam os municípios. Mesmo porque o município tem o monopólio da educação infantil, tem presença muito forte no ensino fundamental. Em Sergipe, o estado ainda está presente no ensino fundamental, que, teoricamente, cabe aos municípios. Cerca de 20% das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental estão em escolas estaduais; nos anos finais do fundamental, esse percentual é de quase 50%. Então, a percepção é de que a colaboração é obrigatória.

Sergipe está se inspirando muito no Ceará em diversas áreas da educação, como na alfabetização na idade certa com regime de colaboração. O estado teve indicadores gritantes na Avaliação Nacional da Alfabetização de 2016. Enquanto a média nacional de alunos alfabe-

tizados adequadamente estava em torno de 50%, em Sergipe a média era de 20%. Isso é terrível, porque sabemos o que significa. Significa trajetórias educacionais comprometidas por essa baixa alfabetização na idade certa, significa defasagem das séries, significa aluno que nem chega ao ensino médio. Até 17 anos, os alunos estão na escola, em boa parte, mas ainda não chegaram ao ensino médio. E quando chegam ao ensino médio, eles desistem por causa de defasagem da série e baixas expectativas.

Nada pode ser mais prioritário do que alfabetizar na idade certa. E isso só pode ser feito pelos municípios, que têm 80% das matrículas. Então o Sergipe se inspirou largamente na experiência cearense e lançou um programa de alfabetização, em regime de colaboração, chamado Alfabetizar pra valer. Foi assinado um convênio com o governo do Ceará e com a Associação Bem Comum para aplicar, reproduzir e se inspirar no material didático-pedagógico elaborado por eles. O programa Alfabetizar pra valer estava começando a deslanchar quando veio a pandemia, que o prejudicou enormemente. Diante dessa dificuldade, porém, a Secretaria de Educação conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse um projeto de lei determinando que, enquanto durarem os efeitos da pandemia, a alfabetização se fará até o 3º ano fundamental, para garantir esse direito de aprendizagem dos alunos.

Outra mudança importante foi na legislação do ICMS, e antecipando um pouco o que foi incorporado na Emenda Constitucional nº 108/2020, que regulamentou o novo Fundeb: o estado adotou o ICMS Social, para premiar os municípios que tiverem melhor desempenho educacional com uma cota maior no rateio do imposto. Este desempenho será aferido pelo novo sistema estadual de avaliação da educação básica, outra inovação. A partir do ICMS Social, o estado passou a ter uma maior capacidade de indução de políticas educacionais, o que levou ao estreitamento das suas relações com os municípios.

Os principais aprendizados para garantia do direito à aprendizagem

Em Sergipe, a questão da tecnologia era entendida pelos docentes, em larguíssima escala, como uma ameaça, um pouco por desconhecimento, um pouco por temor de que o professor fosse substituído pela tecnologia. E um temor com total desconhecimento da tecnologia e das possibilidades que ela oferecia. Um exemplo desse desconhecimento ocorreu na própria Secretaria de Educação um pouco antes da pandemia. Na ocasião, a sede da Secretaria em Aracaju estava se regozijando de ter, finalmente, instalado os equipamentos nas nove secretarias regionais para fazer as reuniões administrativas por videoconferência. Os equipamentos foram comprados, instalados nas regionais, aqueles aparelhos de TV de tela grande, sincronizados em um programa específico, enfim, um investimento considerável para possibilitar as videoconferências. O que foi considerado um grande avanço em 2019, hoje está na rotina de todo professor e de toda a administração: a reunião, o Zoom, o Teams... Todo mundo está fazendo. E falando com os alunos, e dando aula, e tentando dar aula, e tentando mandar mensagem etc. Então, os professores começaram a conhecer um material digital que já estava disponível há muito tempo, e viram que a tecnologia digital é uma ferramenta que só pode ajudar no processo de ensino-aprendizagem.

Em junho de 2021, Sergipe lançou o programa Educação mais conectada, que dá um auxílio no valor de R\$ 5 mil aos professores da rede pública para aquisição de *tablet*, computador, celular ou o que eles acharem conveniente, dentro de certos parâmetros fixados pela Secretaria de Educação. Além disso, o programa paga R\$ 70 mensais para ajudar a custear a internet aos docentes. Dessa maneira, as tecnologias de informação e comunicação puderam chegar ao professor na cidadezinha mais remota que se possa imaginar. Isso gerou um entusiasmo quanto à tecnologia e hoje, finalmente, os professores percebem que essa tecnologia pode ser uma aliada, que tem acervos

bons, que tem um bom material para eles indicarem aos estudantes e até mesmo aprender com eles.

Ainda há a enfrentar o desafio de garantir o acesso dos alunos aos equipamentos. Qual seria o volume de recursos necessários para garantir esse acesso? Talvez não seja factível fornecer um computador ou um *tablet* para cada estudante, até porque nem todos têm conexão em casa, mas as escolas passaram e estão passando por um processo de rápida incorporação de tecnologia e de equipamentos. Computadores velhíssimos, de dez anos, laboratórios de informática que estavam empoeirados, todos foram ou estão sendo renovados. Muitas escolas abriram seus laboratórios de informática para os estudantes que não têm acesso. Acho que não se corre mais o risco de ter esses laboratórios de informática fechados, empoeirando, porque eles foram incluídos no dia a dia, como uma necessidade vital para todas as escolas. A incorporação das TICs ao cotidiano escolar e das pessoas, em geral, foi o grande ganho para a comunidade de educadores e de estudantes no Brasil, a partir da pandemia. Hoje existe no país – e talvez até no planeta – uma nova percepção da tecnologia e dos meios digitais e de como eles podem ser usados para nos auxiliar em nossas vidas.

Tocantins

Adriana Aguiar

O período de 2020 para 2021 foi bastante atípico e imprevisível para qualquer pessoa. Os impactos da pandemia foram totalmente inesperados para os gestores, para as autoridades sanitárias e para cada um dos cidadãos do planeta. Na educação, não poderia ser diferente, porque a educação, junto com algumas outras áreas, como a saúde, é uma das pastas mais sensíveis e que impacta na vida das pessoas. No Tocantins, estado com uma rede de 496 escolas e aproximadamente 160 mil alunos, é um dos principais serviços que chegam diariamente ao conjunto de cidadãos dos seus 139 municípios, num universo de mais de 121 mil servidores.

Até março de 2020, a educação pública brasileira tinha uma forma de organização e, a partir dessa data, todas as redes do país tiveram de se adequar a um novo formato para continuar chegando aos alunos – e Tocantins não se comportou de forma diferente dos demais estados. Com a suspensão das aulas, o atendimento educacional precisou de um reordenamento. Embora não houvesse atendimento presencial, foram feitas gestões em relação à segurança nutricional e alimentar dos estudantes e entregues cerca de 430 mil kits de alimentação escolar. Ao mesmo tempo, o estado precisou se organizar para garantir que os equipamentos de proteção individual chegassem aos estudantes e aos servidores, para que fossem feitos o aparelhamento e a sanitização das escolas, melhorias da infraestrutura, retomada de obras paralisadas. E, ainda, adequar os espaços dentro das salas de aula e no interior das escolas, exigindo um planejamento para um retorno que terminou só acontecendo no ano de 2021. Mas é bastante interessante constatar que a escola de hoje não é a mesma escola que parou em março de 2020.

Retornamos ao atendimento presencial, mas ela não é a mesma.

Garantia do direito à educação

Tocantins foi o terceiro estado da federação a suspender as aulas, ainda em março de 2020. A partir de então, toda a equipe da Secretaria de Educação se debruçou sobre a situação para compreender quais seriam as especificidades de cada modalidade de oferta, de cada território, e definir as possibilidades, estratégias e ações que deveriam ser executadas.

Tocantins é um estado diverso. São 139 municípios, mas, de norte a sul, de leste a oeste, as especificidades estão muito presentes. Um exemplo: aproximadamente 118 das unidades educacionais são escolas indígenas, atendendo a sete povos. Temos, ainda, escolas quilombolas e escolas do campo.

Iniciamos o mês de março de 2020, portanto, com a suspensão das atividades presenciais. Esse atendimento começou em meados de maio para início de junho, quando já tínhamos organizado o arcabouço legal decorrente da Medida Provisória nº 935, que também desencadeou um conjunto de pareceres por parte do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos estaduais de educação. Tudo isso para dar garantia não somente ao direito à educação, mas assegurar que todo o esforço que estava sendo desenvolvido, na ausência de legislação que contemplasse essa nova situação, tivesse validade e pudesse manter o processo de ensino-aprendizagem.

Naquela época, fizemos um diagnóstico das ferramentas tecnológicas disponíveis que poderiam ser aproveitadas e constatamos que a tarefa de manter o vínculo com o estudante seria bem difícil, já que até o canal de TV aberta do maior veículo de comunicação do estado não atingia 100% dos municípios. Chegava a 76 municípios do universo de 139. Naquele momento, esgotadas todas as possibilidades, reunidos com a equipe pedagógica, tivemos a ideia de reestruturar o atendimento presencial de forma gradativa.

Pilares norteadores

As aulas não presenciais voltaram de forma escalonada e o retorno se baseou em cinco pilares: a segurança dos profissionais da educação e dos estudantes; o respeito à diversidade da comunidade escolar do estado; a garantia da conclusão do ano letivo para os estudantes da 3ª série do ensino médio dentro do calendário civil de 2020; a garantia da conclusão do ano letivo para todos os estudantes, independentemente do calendário civil; e a garantia de que o ano letivo de 2021 transcorra independentemente do cenário de 2020.

Tendo estes pilares bem definidos e norteando as estratégias, iniciamos com o ensino médio, fomos expandindo para os anos finais do ensino fundamental e, depois, para os anos iniciais. Para isso, adotamos estratégias diversas, entre elas, a entrega aos estudantes de roteiro de estudos, porque era a única ferramenta capaz de atender universalmente todos os alunos. Assim como começou, o ano letivo de 2020 se encerrou de forma gradativa; iniciando a 3ª série do ensino médio no mês de dezembro, conseguimos concluir o ano letivo em março de 2021 e, em maio, iniciamos o ano letivo de 2021. Isso é importante porque a Seduc promoveu um conjunto de ações de intervenção – que foram desde a busca ativa até o acompanhamento dos roteiros de estudo – para garantir que, mesmo impactado por pandemia e com ensino não presencial, fosse minimizada a questão dos resultados na trajetória escolar de cada aluno.

Embora seja professora e servidora de carreira da Secretaria de Educação de Tocantins, com uma certa expertise em relação à gestão educacional, também tenho familiares alunos de escola pública e tive a oportunidade, nesse período, de observar todo o contexto tanto na condição de servidora da Seduc especializada em planejamento educacional e mestranda em educação, quanto na condição de cidadã. E considero que encaramos um grande desafio com resultados positivos. Um dado interessante a considerar é que houve aumento no número de matrículas na rede estadual no momento pandêmico.

Manutenção do vínculo aluno-escola

Apesar dos problemas e dos desafios, observamos que a escola esteve mais do que nunca próxima do aluno e da família, seja na entrega do roteiro de estudos para os alunos da zona rural, feita com apoio do transporte escolar, seja aos alunos da cidade que tinham acesso à tecnologia e acompanhavam as aulas por meio das ferramentas remotas. Aqueles que não tinham acesso às tecnologias digitais iam até a escola para deixar seu roteiro de estudos, receber o novo roteiro, esclarecer alguma dúvida específica com o professor ou para pegar os kits de alimentação escolar, que foram entregues a todos os alunos da rede.

Então, no conjunto dessas iniciativas, para além do atendimento educacional, observamos que a escola esteve mais do que nunca próxima do aluno. Porque, diariamente, atendia ao aluno e à família, seja no apoio emocional, seja na questão educacional, seja nas inúmeras situações e vertentes encontradas.

O maior desafio para a manutenção do vínculo aluno-escola talvez tenha sido o de garantir permanentemente a comunicação e o engajamento. Antes da pandemia, dificilmente estaríamos utilizando uma plataforma digital para fazer reuniões ou videoconferências. Quantas foram as reuniões, as orientações, os momentos de estudo em que conseguimos mobilizar o estado inteiro num curto espaço de tempo? No Tocantins, houve ocasiões em que, em dois dias, reunimos diretores de escola das nossas 494 escolas. Em outra situação, talvez não tivéssemos esse campo favorável de encontro porque, nas relações interpessoais, acabamos criando vínculos, estabelecendo a proximidade. É algo que perpassa, além da liderança, questões de natureza emocional, social, local. Então, promover uma gestão, seja da Secretaria da Educação, seja das diretorias regionais, seja da escola, mais do que nunca estará associada à humanização.

Todos tivemos perdas, perdas em relação a vidas de pessoas, de processos. Tivemos de nos reinventar, nesse período, para garantir o sucesso. E quando digo sucesso, não me refiro somente aos indi-

cadres de matrícula, de aprovação, de reprovação, de abandono, mas garantir o sucesso na vida. É de se imaginar que o aluno que iniciou 2020 no último ano do ensino médio e projetando passar no vestibular, fazer um concurso público, estabeleceu seu projeto de vida, e foi impactado com a pandemia. Naquele momento, cabia à educação, às escolas fazer esforços para garantir que esses projetos de vida não ficassem ao longo do caminho. Acho que talvez este possa ter sido um dos nossos maiores desafios.

Gestão escolar

Outro desafio sobre o qual é interessante refletir, e que está ligado à gestão escolar, foi garantir a autonomia da escola. Numa rede extremamente complexa e dinâmica, todas as estratégias adotadas fizeram o exercício de ouvir a escola. Porque, às vezes, duas escolas no mesmo município tinham peculiaridades, especificidades diferentes em relação ao turno de atendimento ou à organização.

Por que estou trazendo esse exemplo e o considero relevante? No ano passado, quando as aulas começaram, as escolas estavam com seus projetos político-pedagógicos em processo de implementação, de execução. Foi necessário que cada escola revisse seu projeto político-pedagógico para repactuar as ações que haviam sido planejadas e garantir o novo modelo de atendimento em relação a esses alunos, para trazer para o PPP da escola o diagnóstico antes e pós-pandemia. Todas essas questões foram, de certa forma, desafiadoras, mas possibilitaram que se reforçasse a autonomia da escola. Até porque, mais do que nunca, essa autonomia e a liderança foram muito significativos.

Antes da pandemia, o diretor de uma escola tinha a dimensão da gestão, fosse ela administrativa, financeira, pedagógica ou jurídica. Depois da pandemia, questões como adoecimento, relações interpessoais, segurança física, social, psicológica, novas despesas essenciais que não faziam parte das preocupações de diretores e gestores, passaram a estar bastante presentes.

Em função disso, a Seduc começou a planejar um conjunto de ações para oferecer acompanhamento psicológico para toda a rede, como o programa Olhar Atento, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins. Em parceria com o curso de psicologia da universidade, realizamos diversas ações com foco no acolhimento, no projeto de vida e cuidado psicossocial e emocional de toda a comunidade escolar. Esse foi um ponto de destaque e um grande desafio. De 2020 para 2021, garantimos que todas as escolas da rede tivessem um profissional da orientação educacional. Até 2020, como tínhamos escolas de pequeno, médio e grande portes, grande parte das escolas de pequeno porte não tinha um orientador educacional, até porque o papel do orientador estava para além das questões que envolvem a orientação educacional ou vocacional. O papel do orientador estava na perspectiva de garantir a execução do processo no que se refere ao acolhimento, ao acompanhamento, às relações interpessoais, considerando esse momento de fragilidade psicossocial e emocional de toda a equipe.

Para a volta às aulas presenciais, foi muito positivo que cada escola estabelecesse comissões locais de segurança e saúde que, além de dar orientações e de garantir o cumprimento do protocolo de segurança em relação ao retorno, analisaria diariamente os indicadores pandêmicos no ambiente escolar.

Prêmio Gestão Escolar 2020

Em meio a tantos desafios e incertezas, o Consed e parceiros conseguiram manter um instrumento de extrema relevância para a educação brasileira, que é o Prêmio Gestão Escolar e eu tive a honra de ser escolhida para estar à frente da coordenação nacional do PGE 2020. Aquela edição foi, sem sombra de dúvidas, um marco para o Prêmio e para as escolas.

Realizado em um formato especial, buscou reconhecer soluções encontradas pelas escolas para o enfrentamento às dificuldades vi-

venciadas durante a pandemia. E as escolas atenderam ao chamado. Foram cerca de 8 mil unidades de ensino inscritas em todo o Brasil, sendo 5.212 instituições estaduais e 2.773 municipais, um recorde de inscritos, apesar da pandemia. No Tocantins, tivemos 532 inscrições, com 481 relatos de experiências concluídos e avaliados.

O PGE 2020 se apresentou como um desafio à busca de soluções para o enfrentamento das dificuldades que pudessem surgir com a pandemia e terminou como em instrumento efetivo para que pudessemos pensar em uma nova educação.

Tô de Casa no Enem

Nosso primeiro programa lançado na pandemia foi o Tô de Casa no Enem. Nós tínhamos um programa que era o Tô no Enem – e o “tô” fazendo menção tanto a estar como ao nome do estado de Tocantins. Essa ação era descentralizada, nas cidades-polos das regionais, com as caravanas dos alunos, com os aulões preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio e para os vestibulares. O Tô de Casa no Enem mobilizou mais de 10.100 alunos inscritos. Foram gravadas e divulgadas na rede mais de 110 aulas, em torno de 30 lives, com 113.300 visualizações no canal da Seduc no YouTube, inclusive com acessos de fora do país, com registros dos Estados Unidos e da Ucrânia. As aulas mais assistidas foram as de língua portuguesa e de matemática.

Ou seja, nós nos apropriamos de estratégias que antes não eram utilizadas para garantir a chegada a outros espaços, na perspectiva da universalização. Então, do universo de aproximadamente 14 mil estudantes de ensino médio, tivemos 10.100 estudantes inscritos. Do universo de 160 mil alunos, tivemos 113 mil visualizações, considerando que o programa é direcionado ao ensino médio e que nosso maior público de alunos atendidos na rede é dos anos finais do ensino fundamental.

Base Nacional Comum Curricular

A Base tem dois momentos: o do ensino fundamental e o do ensino médio. A partir de 2017, as mudanças trazidas pela BNCC avançaram na educação infantil e no ensino fundamental. Em articulação com a Undime, nós nos debruçamos sobre a elaboração do documento curricular do Tocantins para atender as etapas do ensino infantil e dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Avançamos significativamente no ensino fundamental e, hoje, praticamente todas as escolas já fizeram a reorganização curricular.

Quanto ao ensino médio, seu documento curricular se encontra no Conselho Estadual de Educação, que promoveu um processo, chamado diálogos sobre o currículo, a implementação da BNCC e a elaboração do documento curricular do ensino médio. Mobilizamos membros do Conselho Nacional de Educação e especialistas da equipe técnica da Seduc do Tocantins para dialogar com os conselheiros estaduais sobre como deve ser pensado seu formato, considerando que tanto a BNCC como o documento curricular são ferramentas muito relevantes para a implementação do novo ensino médio.

Formação de professores

Com o uso das ferramentas digitais, fortalecemos o processo de formação continuada e aperfeiçoamento. Em todo o período em que as aulas estiveram suspensas, garantimos que os servidores permanecessem vinculados. Naquele momento, todas as equipes das escolas e das diretorias regionais se debruçaram para estudar a situação e buscar enxergar possibilidades de atuação. Isso só foi possível por meio de atividades formativas.

Realizamos diversos seminários e formações as mais variadas, que abordaram assuntos como a Base Nacional Curricular Comum, o novo ensino médio, o programa Olhar Atento, os cuidados em relação aos protocolos de segurança. A questão dos cuidados foi tratada com

especial atenção já que, no estado, editamos uma regulamentação específica a esse respeito e sobre questões de ordem motivacional.

Quando lançamos o guia de orientações ao retorno das aulas, ele trazia um conjunto de formações que necessariamente precisavam ser realizadas, como a elaboração do roteiro de estudo de forma interdisciplinar e o acompanhamento dos indicadores educacionais. Na verdade, acho que nunca se falou tanto em indicador educacional como fizemos nos últimos anos. A educação com dado de evidência garante não só a qualidade do ensino, mas também o sucesso.

Fizemos um catálogo de cursos porque quanto mais se garantisse a diversidade, maior a possibilidade de atender àqueles que realizariam os cursos. Promovemos os momentos formativos a partir do diagnóstico feito com base em escutas das escolas. Oferecemos desde formações motivacionais que discutissem indicadores a formações que discutissem gestão escolar ou a BNCC. Realizamos, por exemplo, um seminário sobre indicadores educacionais com a participação de quatro ex-presidentes do Inep – a professora Malvina Tuttmann, o professor Chico Soares, a professora Maria Inês Fini e o professor Reynaldo Fernandes –, o que talvez não fosse possível se fosse um evento presencial. O seminário está disponível na rede da Seduc e tem interesse nacional porque não foi uma discussão apenas sobre indicadores, mas sobre como foram testados os indicadores e sobre a importância de uma leitura crítica dos indicadores para se garantir o direito à educação.

Volta às aulas

Retomamos as atividades presenciais de forma híbrida e escalonada. Em outubro de 2021, estávamos com cerca de 82% das escolas com aulas presenciais. Alguns alunos tinham aula em determinados dias da semana enquanto os demais estavam em casa, realizando as atividades com os roteiros de estudos. Em outros dias, alternados, os estudantes que estavam em casa iam para a escola.

Atualmente, no Tocantins, o que define o tamanho de uma turma é a metragem da sala de aula, para garantir o distanciamento entre os alunos e o cumprimento dos protocolos sanitários. Dependendo de cada etapa, temos números específicos: são 25 alunos para turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, 30 alunos para turmas dos anos finais do ensino fundamental e 40 para o ensino médio.

Principais aprendizados

A necessidade constante de atualização. Digo isso porque temos observado que o direito à educação nunca esteve tão em evidência como no momento da pandemia. Digo isso porque rompemos alguns limites e algumas barreiras. O necessário é que, constantemente, estejamos em processo de formação, aperfeiçoamento, qualificação. E isso desde o mais simples servidor, do porteiro da escola, até a Secretária Estadual de Educação, porque a rotina nesses espaços mudou. O porteiro que recebia a comunidade escolar foi orientado em relação a diversos procedimentos, por exemplo, sobre como fazer uma determinada abordagem, como aferir uma temperatura, como identificar se as pessoas estão usando os equipamentos de proteção individual da forma correta, o momento ideal em relação ao trânsito em cada espaço.

Esse é um ponto de destaque porque, com a mudança de rotina, tivemos muito mais do que nos adaptar. Tivemos de reformar os processos, até aqueles das relações interpessoais, ao pegar na mão, ao dar um abraço, um beijo.

Sobre os autores

ACRE. Socorro Neri

Natural de Tarauacá-AC, a professora Maria do Socorro Neri Me-deiros de Souza é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (Ufac), doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Foi secretária de Assistência Social em Rio Branco (capital do Acre), superintendente da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) do governo federal e diretora do Departamento Federal de Ensino Supletivo. Socorro Neri também é docente da Ufac, onde foi vice-reitora *pro tempore*, reitora em exercício, pró-reitora de graduação e diretora de extensão.

Em 2016, foi eleita como vice-prefeita de Rio Branco e em 2018, com a renúncia do então titular para disputar as eleições governamentais, Socorro Neri assumiu a prefeitura da capital, tornando-se a primeira mulher a comandar o executivo rio-branquense.

Foi secretária de Educação de maio de 2021 a março de 2022.

ALAGOAS. Rafael Brito

Rafael Brito é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), tem experiência no segmento empresarial de Atacado e Distribuição de Alimentos e da Indústria. Possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e MBA em Marketing pelo Instituto Português em Administração e Marketing (IPAM). Além de cursos sobre empreendedorismo e desenvolvimento econômico em Harvard e Oxford.

Em 2015 foi secretário de estado do Trabalho e Emprego de Alagoas, atuando na plantação de projetos como Economia Solidária e

Empreendedorismo na Juventude, e em 2016 assumiu a presidência da Agência de Fomento do Estado de Alagoas (Desenvolve S/A).

Antes de assumir a Seduc, esteve à frente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e do Turismo (Sedetur). Dentre as principais conquistas da sua gestão estão a chegada do maior empreendimento turístico de Alagoas, o resort Vila Galé e do primeiro voo internacional para o estado em parceria com a companhia aérea portuguesa TAP.

Foi secretário de Educação de maio de 2021 a março de 2022.

AMAPÁ. *Goreth Sousa*

Maria Goreth da Silva e Sousa é pedagoga e servidora pública há 35 anos. Especialista em administração escolar e educação pela Fundação Getulio Vargas, possui ainda MBA em Gestão de Pessoas e mestrado em Planejamento Governamental em Políticas Públicas.

Foi diretora-presidente da Escola de Administração Pública do Amapá (EAP) de 2003 a 2010 e secretária de estado da Administração (2015/2016). Exerce a função de secretária de estado da Educação do Amapá desde 2016.

Foi secretária de Educação de agosto de 2016 a março de 2022.

AMAZONAS. *Kuka Chaves*

Maria Josepha Penella Pêgas Chaves, conhecida por Kuka Chaves, é administradora e atua no serviço público há 30 anos. Antes de assumir a Secretaria de Educação, coordenava a Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam).

É secretária de Educação desde agosto de 2021.

BAHIA. *Jerônimo Rodrigues*

Jerônimo Rodrigues é graduado em Engenharia Agrônoma, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização e mestrado na área. É professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), desde 1995, lotado no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCIS). Além de ter atuado como assessor especial nas

secretarias estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (2007/2010) e do Planejamento (2010), foi secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, entre os anos de 2015 a fevereiro de 2019, quando assumiu a Secretaria da Educação do Estado. Já no governo federal, atuou em secretarias do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com livros publicados voltados a temas como desenvolvimento, semiárido, educação ambiental, sustentabilidade e participação social, Jerônimo acumula também na sua experiência profissional atuação junto aos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil.

Foi secretário de Educação de fevereiro de 2019 a março de 2022.

CEARÁ. *Eliana Estrela*

Natural do município de Crato, Eliana Nunes Estrela é formada em Pedagogia e especialista em Educação pela Universidade Regional do Cariri (Urca). Tem especialização em Gestão Pública pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF – Minas Gerais), e mestrado em Gestão e Avaliação Pública pelo Caed.

Atuou como professora, gestora escolar e coordenadora na rede pública estadual de ensino. Assumiu a frente da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) 18, no período de 2007 a 2012. De fevereiro de 2013 a agosto de 2014, coordenou a Crede 19. É funcionária de carreira da UFCA, desde 2014. Reassumiu a função de coordenadora da Crede 19, em março de 2015, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 2018.

É secretária de Educação desde janeiro de 2019.

DISTRITO FEDERAL. *Hélvia Paranaguá*

Hélvia Paranaguá está na Secretaria de Educação do Distrito Federal desde 2000. Em 2020, assumiu o cargo de subsecretária de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. Servidora de carreira, tem mais de 20 anos de experiência na área educacional. Já atuou como secretária adjunta de Educação Integral e subsecretária de Educação Integral.

É secretária de Educação desde julho de 2021.

ESPÍRITO SANTO. *Vitor de Angelo*

Pós-doutorado em Sociologia Política pela Université de Paris Ouest-Nanterre (2014). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2011), com estágio sanduíche no SciencesPo Paris (2008-2009). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. Atualmente, é secretário de estado da Educação do Espírito Santo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

É secretário de Educação desde janeiro de 2019.

GOIÁS. *Fátima Gavioli*

Fátima Gavioli é graduada em Pedagogia pela Unesc, bacharel em Letras pela Faculdade de Educação de Cacoal/Unopar e Direito, pela Universidade Federal de Rondônia. Especialista em Metodologia e Didática no Ensino Superior, Psicologia Social e Gestão Educacional. Mestre em Educação Especial pela UFMS/MS.

Tem experiência em Administração de Sistemas Educacionais e Direção Acadêmica de IES e atuou como pesquisadora de Políticas Públicas. No Ensino Superior, ministrou as disciplinas Educação Inclusiva, Avaliação Educacional, Metodologias da Pesquisa Científica, Educação Especial e Fundamentos da Psicopedagogia. Foi secretária de Educação do estado de Rondônia.

É secretária de Educação desde janeiro de 2019.

MARANHÃO. *Felipe Camarão*

Felipe Camarão é graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), é mestre em Direito e mestrando em Educação pela mesma instituição, e doutorando em Ciências pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É especialista em Gestão Pública e professor de Direito. Foi membro titular do Fórum Nacional de Educação (FNE), membro da Academia Ludovicense de Letras e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Foi secretário de Estado da Educação de março de 2016 a março de 2022.

MATO GROSSO. *Alan Porto*

O secretário de estado de Educação de Mato Grosso, Alan Porto, é engenheiro civil e está na Seduc desde 2017. Primeiro foi secretário adjunto de Obras e, em seguida, secretário adjunto-executivo. Também foi secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, entre 2015-2016.

É secretário de Educação desde novembro de 2020.

MATO GROSSO DO SUL. *Cecilia Motta*

Maria Cecilia Amendola Motta é mestre em Educação, com foco em Políticas Públicas para a Infância, e especialista em Didática do Ensino Superior, Ecologia e Gestão de Cidades. Graduada em Pedagogia, com habilitação em administração e supervisão, também possui graduação em Ciências Biológicas.

Presidiu o Conselho Nacional de Secretários de Educação entre 2018-2020. Foi secretária municipal de Educação de Campo Grande (2005-2012), presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul (Undime/MS) (2009-2012) e vice-presidente da Undime Nacional (2011-2012). Integrou o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2009-2012). Presidiu a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar no Mato Grosso do Sul (OMEP/MS) (1997-2004) e a OMEP Brasil (2001-2007).

É secretária de Educação desde janeiro de 2015.

MINAS GERAIS. *Julia Sant'Anna*

Julia Sant'Anna é a atual secretária de estado de Educação de Minas Gerais. Servidora pública – especialista em políticas públicas e gestão governamental – do estado do Rio de Janeiro. Atuou como subsecretária de Infraestrutura e Tecnologia na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ). Julia é doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e mestre em Desenvolvimento Latino Americano pela Universidade de Londres. Também é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

É secretária de Educação desde janeiro de 2019.

PARÁ. *Elieth Braga*

Elieth de Fátima da Silva Braga é brasileira e natural do município de Mocajuba, no Pará. É servidora pública estadual e já exerceu diversos cargos públicos, entre os quais o de secretária de educação de Ananindeua e prefeita de Mocajuba. Possui nível superior completo e ampla experiência na área da docência.

É secretária de Educação desde fevereiro de 2020.

PARAÍBA. *Claudio Furtado*

É físico, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), com mestrado (1994) e doutorado (1999) em Física por essa universidade. É professor na Universidade Federal da Paraíba. Como pesquisador, atua nas áreas Física da Matéria Condensada e Teoria de Campos em Espaços Curvos. Em gestão de CT&I, foi Chefe do Departamento de Física e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Física da UFPB.

Em janeiro de 2011 assumiu a Presidência da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB) onde permaneceu até dezembro de 2018. Em março de 2017 foi eleito vice-presidente do Conselho de Fundações de Amparo a Pesquisa do Brasil (CONFAP) com mandato até março de 2019. Em janeiro de 2019 foi nomeado secretário executivo de Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba. É conselheiro no Comitê Gestor da Internet no Brasil como representante do Conselho Nacional de Secretários de CT&I (Consecti).

É secretário de Educação desde fevereiro de 2021.

PARANÁ. *Renato Feder*

Renato Feder é mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Lecionou Matemática por dez anos, foi professor de Educação de Jovens e Adultos e diretor de escola por oito anos. Também atuou como assessor voluntário da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. É empresário do setor de tecnologia.

É secretário de Educação desde janeiro de 2019.

PERNAMBUCO. *Marcelo Barros*

Marcelo Barros é economista e mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Por muitos anos, atuou como consultor e pesquisador nas áreas de economia e finanças públicas, possuindo no currículo publicações nacionais e internacionais. Já foi membro dos Conselhos de Administração do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco Participações e Investimentos S.A (Perpart), Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-Diper) e Companhia Pernambucana de Gás (Copergás).

Com forte atuação na gestão pública, foi secretário de Finanças da Prefeitura do Recife (PCR), superintendente técnico da Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz/PE), secretário de Finanças da Prefeitura de Ipojuca, diretor-presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart) e, entre 2016 e 2018, exerceu o cargo de secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco (Sefaz/PE). Antes de assumir a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, cargo que ocupa atualmente, exerceu a função de presidente da Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE). Além disso, é professor efetivo da Universidade de Pernambuco (UPE).

É secretário de Educação desde janeiro de 2021.

PIAUI. *Ellen Gera*

Possui graduação em bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual do Piauí (2003) e especialização em Tecnologias para Web pela Universidade Federal do Piauí. Concluiu mestrado em Ciência da Computação na Universidade Federal do Piauí.

É, também, Analista de Sistemas Sênior aprovado em concurso público pelo governo do estado do Piauí. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em engenharia de software, aprendizagem de máquina e processamento de linguagem natural. Foi professor da Universidade Estadual do Piauí, por 2 anos, e da Faculdade de Tecnologia da Informação (FATEPI), por 10 anos. No governo do estado do Piauí foi coordenador de Pesquisa e Geração de Dados pela Seid e gerente de Desenvolvimento de Sistemas da

Secretaria de Fazenda, onde realizou várias formações de gestão pública e gerenciamento de projetos.

Na secretaria de estado da Educação exerceu as funções de superintendente de Ensino Superior, diretor de Educação com Mediação Tecnológica e diretor da Unidade de Ensino e Aprendizagem. Fez a gestão de vários projetos e programas como a Universidade Aberta do Piauí, o Pré-Enem Seduc, Pacto pela Aprendizagem e Jovem de Futuro.

É secretária de Educação desde abril de 2019.

RIO DE JANEIRO. *Alexandre Valle*

Alexandre Valle foi eleito deputado federal em 2014 e atuou nas áreas de educação, cultura, esporte, transportes e direitos humanos. Entre agosto de 2019 e junho de 2020, esteve na Presidência do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (Ipem-RJ).

É secretário de Educação desde junho de 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. *Getúlio Marques*

Engenheiro, especialista em Engenharia de Sistemas e mestre em Engenharia de Produção. Professor aposentado do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, idealizou o programa de expansão dos Institutos de Educação Tecnológica do Governo Federal.

Atuou como técnico e engenheiro do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). Foi diretor de Ensino e diretor-geral do Cefet/RN, vice-presidente da Afurn e secretário-geral do Sintest/RN.

No Ministério da Educação, foi coordenador de Orçamento e Planejamento, diretor da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e secretário adjunto da Secretaria de Ensino Tecnológico do MEC. É engenheiro, especialista em Engenharia de Sistemas e mestre em Engenharia de Produção.

É secretário de Educação desde janeiro de 2019.

RIO GRANDE DO SUL. *Raquel Teixeira*

A professora Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, natural de Goiânia, possui uma extensa carreira de serviços prestados na área da educação. É PhD em Linguística pela University of California em Berkeley, graduada em Letras e mestre em Letras e Linguística pela Universidade de Brasília (UnB).

Também tem especialização em Etnolinguística pela Universidade Federal de Goiás e pós-doutorado em Língua e Cultura pela Escola de Altos Estudos de Paris.

É membro fundadora do Todos pela Educação, além de integrante da Academia Feminina de Letras de Goiás.

Nos últimos 20 anos, foi secretária de Educação, secretária de Ciência e Tecnologia, secretária de Cultura, secretária de Cidadania e secretária de Esporte em Goiás. Foi também conselheira do Conselho Nacional de Educação e deputada federal por oito anos.

É secretária de Educação desde março de 2021.

RONDÔNIA. *Suamy Vivecananda*

Graduado em História, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu é professor da Rede Pública estadual, tendo sido nomeado por três vezes para ocupar a função de gestor escolar de unidades da rede estadual de ensino.

Foi conselheiro, vice-presidente e presidente da Câmara de Educação Profissional e Superior do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.

Também atuou como diretor acadêmico da Faculdade Porto Velho, função que deixou para assumir a Subgerência de Educação Básica da Seduc/RO, em 2014. Foi gerente de Educação Profissional do Senai.

Foi secretário de Educação de janeiro de 2019 a março de 2022.

RORAIMA. *Leila Perussolo*

Leila Soares de Souza Perussolo é natural de Brasília-DF. Formada em Direito, História e Pedagogia, é mestre em Educação e doutora em Ciências da Educação.

Atuou como pró-reitora da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Também foi consultora da União dos Dirigentes Municipais de Educação e consultora de Educação e Cultura do Mec.

Foi secretária de Educação de dezembro de 2018 a maio de 2022.

SANTA CATARINA. *Luiz Fernando Vampiro*

Natural de Criciúma, foi eleito deputado estadual em 2018 e tem formação em Direito. Tem experiência em gestão pública, exercendo funções que incluem o cargo de secretário de estado da Infraestrutura e secretário de Desenvolvimento Regional em Criciúma.

Foi secretário de Educação de fevereiro de 2021 a março de 2022.

SÃO PAULO. *Rossieli Soares*

Rossieli Soares da Silva é advogado e nasceu em Santiago/RS. É mestre em Gestão e Avaliação Educacional, pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

É secretário de educação do estado de São Paulo desde janeiro de 2019. Foi ministro de Estado da Educação (2018), secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (2017/2018) e membro do Conselho Nacional de Educação.

Também atuou como secretário de estado da Educação e secretário executivo de Gestão da Secretaria de Educação do Amazonas (2011/2012). Presidiu o Conselho Estadual de Educação do Amazonas (2012/2016). Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação/Consed.

Como ministro da Educação, homologou a etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2018. Foi secretário executivo do comitê gestor das etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, homologada em dezembro de 2017.

Foi secretária de Educação de janeiro de 2019 a março de 2022.

SERGIPE. *Josué Modesto*

Josué Modesto é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe e doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp. Atualmente, é professor associado do Departamento de Economia da UFS.

Foi vice-reitor e reitor da Universidade Federal de Sergipe (1996/2012). Em sua gestão, adotou o lema “Expandir para incluir” e buscou o crescimento, qualidade acadêmica, sustentabilidade e inclusão social.

Foi reitor *Pro tempore* da Universidade Federal de Integração Latino Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (2013-2017). Exerceu o cargo de secretário de estado da Fazenda de Sergipe entre 2017 e 2018. Atualmente é secretário de estado da Educação, do Esporte e da Cultura, desde 10 de abril de 2018.

É secretário de Educação desde abril de 2018.

TOCANTINS. *Adriana Aguiar*

Adriana da Costa Pereira Aguiar é graduada em Pedagogia, especialista em Planejamento, Orientação Educacional e Gestão Escolar e mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora desde 1991 e servidora pública da rede estadual do Tocantins desde 2002, atuou como docente, coordenadora, supervisora pedagógica, diretora escolar e diretora Regional de Educação. Adriana já esteve à frente da então Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins em 2014.

Dentre as conquistas de sua trajetória na Educação está o Prêmio Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – 1º lugar/2003; 1º lugar da Região Norte/2005; o Prêmio ILA (Internacional Leadership Award) do Consed e do British Council/2010; e o Prêmio Nacional em Referência em Gestão Escolar do Consed/2010, American Council e Fundação Roberto Marinho/2011.

A titular da Seduc foi coordenadora do Prêmio Gestão Escolar 2020, vice-presidente da Região Norte do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), coordenadora da Câmara de Educação

do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, representante do Consed da CNEEI/Coneei, coordenadora da Frente de Gestão Escolar, suplente da Educação do Campo junto à Comissão Nacional da Educação do Campo (Conec/MEC). Adriana é atual Articuladora do Unicef no Tocantins.

Foi secretária de Educação de abril de 2018 a outubro de 2021.